



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**NAS FISSURAS DO AGROHIDRONEGÓCIO BROTAM TERRITORIALIDADES
DE ESPERANÇA EM MUCUGÊ-BAHIA**

Débora Paula de Andrade Oliveira

São Cristóvão/SE
Julho de 2022

Débora Paula de Andrade Oliveira

**NAS FISSURAS DO AGROHIDRONEGÓCIO BROTAM TERRITORIALIDADES
DE ESPERANÇA EM MUCUGÊ-BAHIA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Produção do Espaço Agrário.

São Cristóvão/SE
Julho de 2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Oliveira, Débora Paula de Andrade
O48n Nas fissuras do agrohidronegócio brotam territorialidades de
esperança em Mucugê-Bahia / Débora Paula de Andrade Oliveira ;
orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. – São Cristóvão,
SE, 2022.
238 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2022.

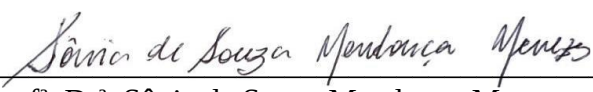
1. Geografia agrícola. 2. Agricultura familiar. 3. Camponeses. 4.
Territorialidade humana – Mucugê (BA). 5. Esperança. 6.
Diamantina, Chapada (BA). I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça,
orient. II. Título.

CDU 911.3:631(813.8)

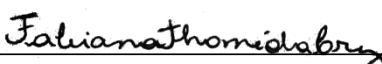
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**NAS FISSURAS DO AGROHIDRONEGÓCIO BROTAM TERRITORIALIDADES
DE ESPERANÇA EM MUCUGÊ-BAHIA**

Tese de Doutorado apresentada e aprovada em 27 de julho de 2022



Prof.^a. Dr.^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Presidente – PPGeo/UFS



Prof.^a. Dr.^a. Fabiana Thomé da Cruz – PGDR/UFRGS - PPGAGRO/UFG



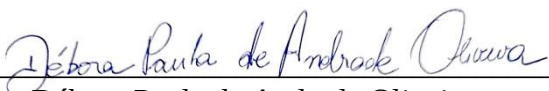
Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira - PPGeo/IESA/UFG



Prof.^a. Dr.^a. Mirian Cléa Coelho Almeida – PPGeo/UESB



Prof.^a. Dr.^a. Luci Mara Bertoni – PPGMLS/UESB



Débora Paula de Andrade Oliveira
Doutoranda – PPGeo/UFS

São Cristóvão/SE
Julho de 2022

Com amor, eu dedico:

*Aos meus pais, Gilson e Maria do Socorro, que, com amor
e simplicidade me ensinaram o
valor da educação, da honestidade e da família.*

*À minha amada tia Maria de Lourdes (in memoriam) que
sempre compartilhou comigo lições de sabedoria e amor ao próximo.*

*A Meirinha, minha mãe-acadêmica,
exemplo de coragem, determinação e generosidade.*

Esta vitória nos pertence.

AGRADECIMENTOS

Aprendi com Paulo Freire que **Esperançar** é verbo de ação, que nos coloca em movimento para a realização de nossos sonhos. Visto em retrospecto, o tempo revela as múltiplas nuances desses movimentos. Não se trata, porém, de um sonho solitário, mas sim de um caminhar coletivo, que culminou em uma Tese construída pela perseverança e trabalho de muitas mãos, olhares, vozes e andanças. Como ensina Gonzaguinha: É tão bonito quando a gente entende que nunca está sozinho, por mais que pense estar, toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. Por mais que esse trilhar, em diversos momentos, fosse marcado por solidão e angústia, reconheço que sempre estive ao lado de pessoas especiais.

Em tudo, sou grata a Deus: o sopro da vida, o dom de sonhar... “Senhor, quero dar-te graças de todo o coração e falar de todas as tuas maravilhas” (Salmos 9:1-2). Agradeço a Ele pelas pessoas especiais que tanto têm acrescentado à minha vida, perdoam minhas ausências e coloreem os dias com felicidade, amor e conhecimento. Como numa oração, expresso minha gratidão e reconhecimento:

Aos meus pais, Gilson e Maria do Socorro, pelo infinito amor e por não medirem esforços para a concretização desse sonho, que é nosso. São minha referência de vida, me ensinaram tudo que sei sobre a importância do trabalho, da honestidade, do amor e da família.

À minha amada tia Maria de Lourdes (*in memoriam*). Será sempre a representação máxima daquele amor que não conheceu fronteiras e da saudade que não conhecerá fim. Sou grata a Deus pelos momentos que compartilhamos.

À professora, amiga, inspiração, mãe-acadêmica, Meirilane Maia, pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha formação humana e profissional. Grande amiga a quem jamais conseguirei agradecer o suficiente. Terá sempre meu reconhecimento e gratidão por contribuir tão generosamente na construção deste e de outros projetos. Seu abraço terno e acolhedor são expressões do amor de Deus.

Aos meus irmãos: Paloma, Wanderson Ricardo e Lucas Leonardo. Minhas eternas crianças. Para nós, todo amor e para sempre. Agradeço também a Manoel, a quem considero meu irmão mais velho. Partilhar a felicidade com vocês é o que dá sentido à minha existência.

A Lucas Pires Ataíde, pelo incomensurável amor que, até conhecê-lo, duvidava que pudesse sentir. Companheiro incansável, presente e sagaz, que em momentos de dificuldade, me impulsionou e não me deixou desistir. Te amo. Todo dia, um pouco mais.

A Clenilde, Fernando, Maria Emília e Fernanda. Família maravilhosa que a vida e o amor me presentearam. Aprendo lições valiosas de generosidade e de amor ao próximo com vocês. Gratidão pela acolhida e pela casa tão cheia de amor.

À minha Dinda, Marinalva Coqueiro, que, desde cedo, me fez descobrir o prazer pela leitura. Agradeço pelo amor, cuidado e apoio nos momentos difíceis.

Aos meus avós, Geni, Salvador, Anália (*in memoriam*) e Marcionílio (*in memoriam*), pelos valiosos ensinamentos compartilhados ao longo da vida.

Às minhas primas-irmãs, Josy e Sinha, que partilham comigo alegrias e saudades. Nosso vínculo é precioso e eterno, pela referência de amor que temos em comum.

A todos os meus familiares, sem os quais a vida perderia o sentido. Obrigada por estarmos juntos nos momentos de alegria e tristeza. Ainda teremos muito o que celebrar.

Reconhecimento especial à professora Sônia de Souza Mendonça Menezes, caríssima orientadora, agradeço pela imprescindível contribuição no desenvolvimento desta Tese. Seu olhar zeloso, perspicaz e comprometido com a realidade, fez da presente pesquisa uma contribuição ao movimento contínuo de criar territorialidades de esperança e re-existências nos territórios de Mucugê, em face das grandes contradições que os integram. Agradeço pelo apoio e confiança, fundamentais na construção dessa pesquisa e de outros desafios que estão por vir. Participar do GRUPAM faz diferença em minha vida, e transformou minha forma de ver o mundo e de pensar as complexidades intrínsecas à alimentação.

Aos amigos e amigas do GRUPAM agradeço pelos diálogos, contribuições e partilhas. Nossos encontros são preciosos e repletos de aprendizado, conhecimento e alegria. Especial agradecimento a Roberta Gomes, pela leitura atenta e cuidadosa da Tese.

À professora Dra. Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), mulher forte, generosa, perspicaz, é a grande referência que inspirou as discussões desta Tese. Agradeço pelas preciosas contribuições no exame de qualificação e pela oportunidade única de aprendizado na Geografia Cultural.

À professora Dra. Mirian Cléa Almeida pela leitura instigante, crítica e cuidadosa do texto de qualificação. Suas inestimáveis ponderações fizeram a diferença nos rumos e percursos que culminaram na consecução desta Tese.

À professora Dra. Fabiana Thomé da Cruz, por sua grandeza e ternura. Agradeço por todas as oportunidades de diálogo e aprendizado que inspiraram os debates desenvolvidos neste estudo.

Ao professor Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira pelos valiosos e instigantes ensinamentos na leitura crítica da realidade do campo brasileiro.

À professora Dra. Luci Mara Bertoni, pela gentileza, competência e grandeza. Agradeço pelo olhar instigante e cuidadoso na leitura desta Tese.

Ao PPGeo/UFS, instituição pública de excelente qualidade, que tornou possível a consecução do curso de Doutorado e o desenvolvimento da presente Tese. Reitero o orgulho em fazer parte dessa instituição, ao passo que me comprometo a lutar pela sua permanência. A Educação e a Universidade Pública transformam vidas.

Minha gratidão ao corpo docente que trabalha incansavelmente pelo do PPGeo/UFS. Gratidão especial à coordenação: Prof. Dra. Rosemeri Melo Souza e Prof. Dra. Ana Rocha dos Santos, por não medirem esforços para desenvolvimento do programa.

Ao PROMOB – UFS/UFG/UFMG, coordenado pela professora Dra. Sônia Menezes, agradeço pela realização do intercâmbio acadêmico na UFMG com o docente Dr. José Antônio de Deus, e pelas oportunidades de aprendizado com os docentes Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira e Dr. Marcelo Mendonça da UFG em disciplinas e pesquisas de campo na UFS. Na oportunidade, estendo minha gratidão à companheirada do intercâmbio da UFMG/UFS: Herbety Ruan, Daniela Feitosa, Patrícia Rocha, Ludmila Rodrigues, Luciana Priscila e Karla Trigueiro agradeço pela parceria nas andanças nas paisagens mineiras e sergipanas. Participar desse projeto constituiu-se numa inigualável oportunidade de aprendizado e trocas geográficas.

A Jobson Serra pela atenção, competência e dedicação no trabalho desenvolvido no PPGeo/UFS. Aos colegas das turmas de Mestrado e Doutorado, ingressantes no PPGeo/UFS em 2018.1.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, no primeiro ano do curso.

À professora Gaetana Palladino, pela generosidade, dedicação, ternura, e especialmente, por nos ajudar a descobrir a beleza de ensinar e aprender Geografia no chão da escola. Nosso amor é maior que o mar.

Ao professor Edvaldo Oliveira, que, desde os momentos iniciais da graduação, me ensinou a pensar a nossa Geografia com seriedade e dedicação. Sou grata por todo o aprendizado no Laboratório de Cartografia da UESB. O saber fazer cartográfico integra minha identidade e meu pensar geográfico.

À professora Geisa Mendes, pelo amor, delicadeza, compreensão, paciência e sabedoria. Sou grata a Deus por tê-la em minha vida.

Ao professor Espedito Maia, grande mestre e amigo, sempre disposto a dialogar e decifrar as Geografias e Histórias de Mucugê e da Chapada Diamantina.

Às professoras Andrecksa, Ana Emília, Poliana, Fernanda, Veranilha, Sandra, Nereida, Luciana e Verônica, que hoje tenho o privilégio de partilhar da amizade.

Às professoras Angélica e Andreia, pessoas especiais que primeiro me apresentaram a Chapada Diamantina e de quem sempre lembro quando me deparo com as análises geológicas. Aquela aula de campo, no primeiro semestre da graduação, em 2012, contribuiu para meu encantamento com a Chapada Diamantina e fez com que eu não mais me afastasse de lá.

Ao grupo de pesquisa NUAMSEE, pelas profícuas discussões no esforço de articulação entre memória, educação e espaço.

Ao grupo de pesquisa APLAGET, pela inestimável contribuição ao longo do meu processo formativo.

A professora Nádia Sampaio, amiga preciosa. Gratidão especial pelas leituras no processo de construção da Tese.

À professora Greiziane Queiroz, pela pessoa maravilhosa que é. Em momentos de extrema dificuldade no doutorado, você foi paz e equilíbrio.

À professora Aline Fialho, amiga extraordinária. Sempre me ensina lições valiosas de coragem, fé e dedicação. Agradeço a Deus por sua existência em minha vida.

A Fernanda Lacerda e Mara Rubia, mulheres corajosas e determinadas, que vivenciaram os percursos da Comunidade do Pati e, generosamente compartilharam comigo dessa experiência singular.

A Thuane Souza pela amizade sincera, cuidado e paciência. O tempo e as distâncias só fortalecem nossos vínculos de afeto e cumplicidade.

A Laís Sampaio, amiga e confidente especial com quem tenho o prazer de aprender e compartilhar dos pequenos e grandes desafios e alegrias que conformam o viver.

A Kleber Chaves, o mais exato dos filósofos. Meu amigo querido, irmão de alma, sempre atencioso e perspicaz, que está presente em momentos de grande dificuldade e de alegrias ainda maiores. Minha gratidão especial pelo carinho, zelo e disponibilidade na leitura da Tese.

A Denise Santos, Daniela Silva e Isis Barbosa pelo apoio e acolhida tão calorosa em Aracaju. Agradeço pela confiança, cuidado, amizade e carinho.

A Mateus Costa e Gabriela Plácido, pela amizade, apoio e diálogos geográficos.

Aos amigos-irmãos da Liga Geográfica. A parceria e torcida de vocês ao longo dos percursos e desafios na Geografia faz o caminhar ser mais leve. Nádia Sousa, amiga incrível, cuja alegria é peculiar à sua presença. Crislane Oliveira, pessoa maravilhosa de incalculável ternura e generosidade. Acssuel Lisboa e Vagner Alves, amigos formidáveis, com quem aprendo cotidianamente. Agradeço a Deus pela vida de cada um.

A Patrícia Godoia, minha eterna dupla dinâmica, com quem compartilho momentos de alegria e tristeza. Amiga preciosa que a Geografia me concedeu, e levarei para toda vida. Agradeço a Deus por sua vida e a da sua família. Um simples ‘obrigada’ não seria o bastante para traduzir o reconhecimento e o amor que construímos ao longo desses anos.

A Silmara Moreira, pessoa iluminada, que tive o prazer de conhecer durante o curso de mestrado; amizade que levarei em toda minha caminhada na vida e na Geografia. Gratidão pela paciência e disponibilidade em dialogar e refletir sobre as inquietações de pesquisa.

A Raiana Cristina e Igor Tairone pelo olhar cuidadoso e profissional para realização da revisão e dos resumos da versão final do trabalho.

Especial agradecimento às professoras Gláucia Brito, Lélia Leite, Aparecida Lima, Carla Ida Aguiar, Gorete Caires, Evanilda Mascarenhas, e Nájila Martins, que desde cedo me fizeram acreditar num futuro melhor para a sociedade, pela via da Educação.

Aos amigos do CENAD e de Barra da Estiva, escola em que ingressei como docente, no magistério na Educação Básica, e oportunizou que eu conciliasse meu tempo de trabalho com o tempo de estudos para a construção da tese. Agradecimento especial aos colegas e estudantes com quem aprendi e ensinei sobre o sentido da Geografia e da Educação em nossas vidas.

Aos amigos e amigas do CEMP e de Malhada de Pedras. Agradeço a acolhida tão favorável, o cuidado e o afeto, que imperam em nosso ambiente de trabalho tranquilo, que viabilizou a conclusão da Tese.

Gratidão especial a Camila Junqueira, pelo trabalho incansável que desenvolve em nossa escola. Trabalhar em parceria na gestão do CEMP me faz aprender cotidianamente sobre cuidado, atenção e zelo para com a nossa comunidade escolar.

Gratidão eterna aos sujeitos sociais protagonistas da pesquisa: as mulheres e homens da agricultura familiar camponesa de Mucugê. Agradeço pelos ensinamentos, vivências e oportunidades inenarráveis de compreender a realidade e, ajudar a transformá-la por meio da educação. Agradecimento especial a Dona Flázia Silva, seu filho Fabiano e Dona Valdite, e a toda comunidade Barriguda, pelo acolhimento.

Aos amigos da Feira Livre de Mucugê pela disponibilidade para o diálogo e a generosidade em ensinar e compartilhar suas trajetórias de vida e lições de resistência.

Meu agradecimento mais do que especial a todos aqueles que contribuíram na pesquisa, sobretudo aqueles que, por meio de conversas e entrevistas, partilharam comigo suas memórias, vivências e saberes.

CÂNTICO DA TERRA

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranquila ao teu esforço.

Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste e o pão de tua casa.

E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranquilo dormirás.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho, do gado e da tulha.
Fatura teremos e donos de sítio felizes seremos.

RESUMO

O objetivo desta tese é compreender as territorialidades de esperança criadas pelos agricultores familiares camponeses, no contexto das transformações decorrentes da expansão do agrohidronegócio no município de Mucugê, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. Busca-se analisar, sob a ótica dos sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa, essas territorialidades, compreendidas como estratégias alternativas à manutenção e reprodução social da vida, que tem, como pilar, o vínculo identitário com o território, e a dimensão simbólica do trabalho na terra, elaborada em suas práticas sociais cotidianas, e com o saber-fazer, aprendido nos contextos da comunidade e do grupo familiar no campo. A tese está alicerçada na análise qualitativa e crítica da realidade. No que tange aos aspectos de ordem teórico-metodológica, o território foi elencado como categoria central de análise, atrelado às discussões sobre territorialidade e identidade territorial, lidas como elos essenciais com a dimensão vivida do território. Para refletir no plano conceitual sobre as territorialidades de esperança, sedimentou-se no entendimento do esperar como movimento da luta coletiva e da organização das pessoas em prol do bem comum. A discussão teórica acerca da questão agrária e do agrohidronegócio foi alicerçada na leitura das contradições intrínsecas à reprodução e expansão do capitalismo no campo. Paralelamente, buscou-se sistematizar dados secundários relativos às condições sociais de vida da população local, além da elaboração de mapeamentos e pesquisas de campo *in loco*, que envolve observações, diálogos e vivências, além da realização de entrevistas semiestruturadas. Na leitura da realidade em questão, constatou-se que o agrohidronegócio transformou os territórios rurais de Mucugê, impondo lógicas capitalistas de trabalho na terra. Além das repercussões sociais, relativas à exploração e precarização da força de trabalho no campo, verificou-se também a degradação dos ambientes com os riscos de contaminação dos recursos naturais, com as aplicações dos agrotóxicos usados nas lavouras do monocultivo de batata inglesa. A implantação da barragem do Apertado, em 1998, acentuou o processo de dominação territorial e concentração fundiária no município, de modo a reduzir o território destinado à agricultura familiar camponesa, que, mesmo em condições tão desfavoráveis, r-existe. Nessa r-existência, persistem formas alternativas de trabalho e vida pautados na sociabilidade camponesa, com iniciativas agroecológicas e de economia solidária, baseada no trabalho coletivo nas comunidades rurais. Os índices socioeconômicos locais repercutem as contradições sociais intrínsecas ao agrohidronegócio. Por meio deles foi possível comprovar que a enunciada riqueza e o desenvolvimento proclamado pelos defensores do agrohidronegócio raramente têm contribuído para a melhoria das condições de vida da população local. A criação das territorialidades de esperança, pelos sujeitos da agricultura familiar camponesa, constitui-se como uma estratégia de reprodução social e permanência nos seus territórios de vida e de trabalho no campo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar Camponesa. Chapada Diamantina. Esperançar. Território.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand the territorialities of hope created by peasant family farmers in the context of the transformations resulting from the expansion of agrohydrobusiness in the municipality of Mucugê, Chapada Diamantina, Bahia, Brazil. It seeks to analyze, from the perspective of the social subjects of peasant family agriculture, these territorialities, understood as alternative strategies for the maintenance and social reproduction of life, which are based on the link with identity with the territory and the symbolic dimension of work on the land, elaborated in their daily social practices and with the know-how learned in the contexts of the community and the family group in the countryside. The thesis is anchored in a qualitative and critical analysis of reality. With regard to theoretical and methodological aspects, the territory was listed as a central category of analysis, linked to discussions on territoriality and territorial identity, read as essential links with the lived dimension of the territory. To reflect at the conceptual level on the territorialities of hope, it was based on the understanding of “esperançar” (build hope) as a movement of collective struggle and the organization of people for the common good. The theoretical discussion about the agrarian question and agrohydrobusiness was based on the reading of the contradictions intrinsic to the reproduction and expansion of the contradictions of capitalism in the countryside. At the same time, we sought to systematize secondary data related to the social conditions of life of the local population, in addition to mapping and field research in loco, which involves observations, dialogues and experiences, in addition to conducting semi-structured interviews. In reading the reality in question, it was found that the agrohydrobusiness transformed the rural territories of Mucugê, imposing capitalist logics of work on the land. In addition to the social repercussions related to the exploitation and precariousness of the workforce in the countryside, there was also the degradation of environments with the risk of contamination of natural resources with the application of pesticides used in the English potato monoculture crops. The implementation of the Apertado Dam, in 1998 accentuated the process of territorial domination and land concentration in the municipality, in order to reduce the territory destined for family agriculture, which, even in such unfavorable conditions, r-exists. In this r-existence, alternative forms of work and life persist based on peasant sociability, with agroecological and solidarity economy initiatives based on collective work in rural communities. Local socioeconomic indices reflect the social contradictions intrinsic to agrohydrobusiness, in which it was possible to prove that the stated wealth and development proclaimed by agrohydrobusiness advocates have rarely contributed to improving the living conditions of the local population. The creation of territorialities of hope by the subjects of peasant family farming constitutes a strategy of social reproduction and permanence in their territories of life and work in the countryside.

Keywords: Peasant Family Agriculture; Agrihydrobusiness; Chapada Diamantina; Hope; Territory.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es comprender las territorialidades de esperanza creadas por los agricultores familiares campesinos en el contexto de las transformaciones resultantes de la expansión del agrohidronegocio en el municipio de Mucugê, Chapada Diamantina, Bahía, Brasil. Se busca analizar, desde la perspectiva de los sujetos sociales de la agricultura familiar campesina estas territorialidades, entendidas como estrategias alternativas para el mantenimiento y reproducción social de la vida, que se fundamentan en el vínculo de la identidad con el territorio y la dimensión simbólica del trabajo en la tierra, elaborada en sus prácticas sociales cotidianas y con los saberes aprendidos en los contextos de la comunidad y el grupo familiar en el campo. La tesis se ancla en un análisis cualitativo y crítico de la realidad. En cuanto a los aspectos teóricos y metodológicos, el territorio fue catalogado como categoría central de análisis, vinculado a las discusiones sobre la territorialidad y la identidad territorial, leídas como vínculos esenciales con la dimensión vivida del territorio. Para reflexionar a nivel conceptual sobre las territorialidades de la esperanza, se partió de la comprensión de “esperançar” (construir esperanza) como movimiento de lucha colectiva y de organización de los pueblos por el bien común. La discusión teórica sobre la cuestión agraria y el agrohidronegocio se basó en la lectura de las contradicciones intrínsecas a la reproducción y expansión de las contradicciones del capitalismo en el campo. Al mismo tiempo, se buscó sistematizar datos secundarios relacionados con las condiciones sociales de vida de la población local, además del mapeo y la investigación de campo in loco, que involucra observaciones, diálogos y vivencias, además de la realización de entrevistas semiestructuradas. Al leer la realidad en cuestión, se constató que el agrohidronegocio transformó los territorios rurales de Mucugê, imponiendo lógicas capitalistas de trabajo sobre la tierra. Además de las repercusiones sociales relacionadas con la explotación y precariedad de la mano de obra en el campo, se sumó la degradación de los ambientes con el riesgo de contaminación de los recursos naturales con la aplicación de pesticidas utilizados en los monocultivos de papa inglesa. La implementación de la represa del Apertado, en 1998, acentuó el proceso de dominación territorial y concentración de la tierra en el municipio, con el fin de reducir el territorio destinado a la agricultura familiar que, aún en condiciones tan desfavorables, sigue existiendo. En esta convivencia persisten formas alternativas de trabajo y de vida basadas en la sociabilidad campesina, con iniciativas agroecológicas y de economía solidaria basadas en el trabajo colectivo en las comunidades rurales. Los índices socioeconómicos locales reflejan las contradicciones sociales intrínsecas del agrohidronegocio, en las que se pudo comprobar que la riqueza y el desarrollo declarados por los defensores del agrohidronegocio pocas veces han contribuido a mejorar las condiciones de vida de la población local. La creación de territorialidades de esperanza por parte de los sujetos de la agricultura familiar campesina constituye una estrategia de reproducción y permanencia social en sus territorios de vida y trabajo en el campo.

Palabras clave: Agricultura Familiar Campesina; Agrohidronegocio; Chapada Diamantina; Esperanza; Territorio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma metodológico da Tese.....	33
Figura 2 – Dia de feira em Mucugê, século XIX.....	47
Figura 3 – Monocultivo e armazenamento da batata inglesa produzida pelo Agrohidronegócio em Mucugê.....	71
Figura 4 – Área com vegetação verde próxima às margens do Rio de Contas e áreas de caatinga no distrito de João Correia, 2021.....	79
Figura 5 – Cultivos de mandioca.....	85
Figura 6 – Um dos vertedouros da barragem do Apertado.....	87
Figura 7-Máquinas agrícolas no preparo da terra para plantio da batata inglesa em Mucugê, 2021.....	97
Figura 8 - Pivôs-centrais em territórios rurais de Mucugê, 2021.....	105
Figura 9 – Estrutura do pivô-central recém-utilizado para aplicação de agrotóxico.	106
Figura 10- Máquina debulhadeira atrelada a trator para colheita de feijão.....	108
Figura 11 – Pivôs - centrais instalados próximos a estabelecimentos rurais da agricultura familiar camponesa de Mucugê.....	126
Figura 12 – Alimentos da agricultura familiar camponesa comercializados na Feira de Mucugê.....	130
Figura 13 – Feijão rosinha, de arranca(carioca) e preto, produzidos na agricultura familiar camponesa em Mucugê.....	132
Figura 14 - Alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa em Mucugê, 2021.....	135
Figura 15 – Pequeno roçado de batata inglesa em Mucugê, 2020.....	136
Figura 16 - Quintais e pequenos roçados nas comunidades rurais de Mucugê, 2021.....	139
Figura 17 – Sistema de irrigação de uma lavoura de feijão, nas fases iniciais do cultivo, 2021.....	144
Figura 18 - Pessoas da comunidade Barriguda raspando mandioca para produção de farinha.....	146
Figura 19 – Cultivos de morango e amora sem agrotóxicos.....	149
Figura 20 – Lavoura de morango produzida em ‘parceria’ entre agricultura familiar e uma empresa.....	152
Figura 21 – Publicidade da empresa de produção de morangos.....	154
Figura 22 – Banca de alimentos agroecológicos na feira de Mucugê.....	159
Figura 23 - Batata da serra e outros alimentos da agricultura familiar camponesa comercializado na feira de Mucugê, 2021.....	169
Figura 24 – Banana Caturra e Godó comercializados na barraca e no quiosque da feira de Mucugê, 2021.....	171
Figura 25 – Planta e rizoma da araruta.....	174
Figura 26 – Cultivo de Araruta em quintal produtivo.....	176
Figura 27 - Cozido de arroz vermelho com carnes e verduras.....	177
Figura 28 – Matraca, instrumento utilizado para plantio em lavouras pequenas....	178
Figura 29 – Arroz vermelho em casca, sem polimento e polido.....	179
Figura 30 – Cana-de-açúcar usada como matéria prima para a produção de rapadura e cachaça, e carro de boi usado no transporte da lavoura para o engenho...	181

Figura 31 – Altar de orações na residência de uma devota do Jarê, na comunidade Barriguda.....	188
Figura 32 - Comidas e festejos do Jarê na Comunidade Barriguda, Mucugê, 2021....	190
Figura 33 - Festejos da Folia de Reis em Mucugê, 2018.....	193
Figura 34 – Frutas vermelhas produzidas no sítio agroecológico.....	197
Figura 35 - Estrutura para cultivo de morangos da agricultura familiar.....	198
Figura 36 – Página na rede social Instagram para divulgação do sítio.....	199
Figura 37 – Produtos derivados do morango, produzidos artesanalmente.....	200
Figura 38 - Lavoura, fruto e doce de marmelo produzido artesanalmente no Paiol.	201
Figura 39 – Barraca de produtos agroecológicos na feira de Mucugê.....	202
Figura 40 – I Feira da Economia Solidária, Agroecologia e Artesanato de Mucugê.....	204
Figura 41 – Biscoitos Marias da Serra e Bonecas SMJ Artes.....	205
Figura 42 – Páginas dos empreendimentos na rede social Instagram.....	206
Figura 43 - Alguns eventos que integram o calendário festivo criado em Mucugê...	207
Figura 44 – Vale do Pati, 2019.....	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População dos municípios das Lavras Diamantíferas, 1930-1970.....	50
Gráfico 2 – Estrutura Fundiária do município de Mucugê, Censo agropecuário, 2017.....	63
Gráfico 3 - Produção de arroz em Mucugê, 1970 – 2017.....	88
Gráfico 4 – Mucugê: valores e tipologia da produção agropecuária, 2017.....	141
Gráfico 5 – Quantidade produzida (t) de cultivos tradicionais e crescimento da batata inglesa em Mucugê, 1970 – 2017.....	141
Gráfico 6 – Pannel gráfico sobre as lavouras temporárias em Mucugê, 2017.....	142

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Mucugê, Chapada Diamantina-Bahia, 2022.....	23
Mapa 2 – Mapa de localização do Território de Identidade Chapada Diamantina.....	40
Mapa 3 – Mucugê: Características geoambientais.....	73
Mapa 4 - Localização, imagem de satélite e imagem aérea da Barragem do Apertado, Mucugê, 2020.....	83
Mapa 5 – Localização dos empreendimentos agrícolas no território de Mucugê, 2020.....	103
Mapa 6 – Análise comparativa dos indicadores socioeconômicos dos municípios de Mucugê, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Salvador.....	111
Mapa 7 - Configurações territoriais do município de Mucugê, Bahia, 2020.....	124
Mapa 8 – Espacialização das territorialidades de esperança no município de Mucugê....	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura fundiária de Mucugê, entre 1940 – 2017.....	61
Tabela 2 - Número de estabelecimentos e grupos de área da agricultura familiar e não familiar, em 2006 - 2017.....	64
Tabela 3 – Produção de alimentos em Mucugê, 2006 e 2017.....	89
Tabela 4 – Mucugê: Utilização dos agrotóxicos nos censos agropecuários de 2006 e 2017.....	91
Tabela 5 – Mucugê: Número de estabelecimentos com existência de pessoas intoxicadas, 2006.....	91
Tabela 6 – Mucugê: Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor, 2017.....	93
Tabela 7 – Mucugê: Origem da orientação técnica recebida, 2017.....	94
Tabela 8 – Mucugê: componentes do índice de desenvolvimento humano municipal, 1991, 2000 e 2010.....	112
Tabela 9 - Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE em Mucugê.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CADÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPAMA	Cooperativa dos Produtores Associados de Cana e seus Derivados da Microrregião de Abaíra
CTEC	Cooperação para a Educação e o Trabalho Coletivo
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FALAL	Falta de Alternativas
FLIGÊ	Feira Literária de Mucugê
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IG	Indicação Geográfica
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCNI	Objeto Comestível Não Identificado
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCD	Parque Nacional da Chapada Diamantina
PSF	Posto de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Bahia
SETRE	Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SISAGUA	Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SUS	Sistema Único de Saúde

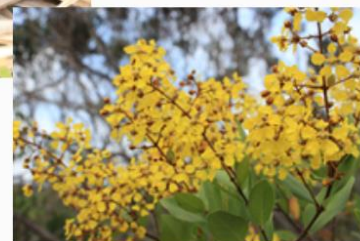
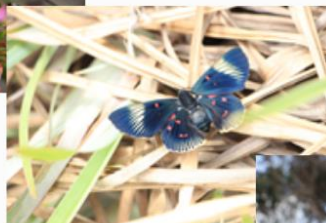
TICD	Território de Identidade Chapada Diamantina
UC	Unidade de Conservação
UTCD	Ultra Trail Chapada Diamantina
VAR	Variedades de Alto Rendimento
VGR	Variedades de Grande Receptividade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Conversas sobre método e artes de fazer pesquisa.....	30
2 QUANDO A TERRA SE FEZ O CHÃO DA VIDA: CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DE MUCUGÊ, CHAPADA DIAMANTINA - BAHIA	37
2.1 Configurações territoriais e geografidades de Mucugê – Chapada Diamantina, Bahia...	39
2.2 Em busca de estrelas no chão: a construção do território diamantino	42
2.3 A cerca, a terra e a lei: estrutura agrária dos territórios rurais de Mucugê.....	59
3 O AGROHIDRONEGÓCIO REDESENHA O TERRITÓRIO? TRANSFORMAÇÕES NOS TERRITÓRIOS RURAIS DE MUCUGÊ	68
3.1 O agrohidronegócio e a relação com o uso dos recursos geoambientais do território de Mucugê.....	72
3.2 Terra para negócio ou morada de vida? Agrohidronegócio e Campesinidade no território de Mucugê - Bahia.....	80
2.3 Panorama das condições sociais de vida em Mucugê.....	109
4 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NA FRONTEIRA DO AGROHIDRONEGÓCIO	119
4.1 Fronteira e conflito: os territórios rurais do agrohidronegócio e da agricultura familiar camponesa	121
4.2 Geografidades da Agricultura Familiar Camponesa e os desafios para sua reprodução social.....	127
4.3 “Nessa terra, tudo que plantava, aqui colhia”: o desafio da produção de alimentos na lavoura camponesa e os perigos de submissão ao capital	140
5 TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES EMERGENTES: O CAMPO ENTRE TRADIÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES	162
5.1 Alimentos identitários e territorialidades em Mucugê	165
5.2 Comida, religiosidades e festas: territorialidades sagradas e profanas em Mucugê	185
5.3 Territorialidades de esperança: práticas e perspectivas de futuros possíveis	195
6 CONCLUSÃO	214
REFERÊNCIAS	219
APÊNDICES	233
APÊNDICE D	238
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	238



Introdução



1 INTRODUÇÃO

Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores, levantam-se os animais que correm os campos ou voam por cima deles, levantam-se os homens e suas esperanças. Também do chão pode levantar-se um livro, como uma espiga de trigo ou uma flor brava. Ou uma ave. Ou uma bandeira.

José Saramago

O território é compreendido como o chão da existência humana, é a dimensão da realidade na qual se movimentam e convergem as relações sociais de poder, contradições, afetos, intencionalidades e paixões. Em campo, nesse território chão se trabalha a terra para viabilizar a vida, em suas diversas manifestações. Do chão da terra, os homens e mulheres da agricultura familiar camponesa trabalham com o intuito de gerar vida e esperança, tal como ensina as reflexões do pensador em epígrafe. A compreensão da multiplicidade do território ocorre pelo desvelar desses conteúdos materiais e simbólicos, que emanam de sua articulação com outras dimensões da realidade, pois como argumenta Almeida (2008, p.331), “[...] o território é, antes de tudo, uma convivialidade”.

A análise das configurações dos territórios rurais permite decifrar os diversos conteúdos sociais inscritos na realidade geográfica de Mucugê¹, Chapada Diamantina-Bahia, município delineado como referência empírica para as pesquisas que resultaram na presente Tese. A leitura está pautada na compreensão e valorização das territorialidades de esperança elaboradas pelos sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa que persistem em seus territórios de vida e trabalho diante das investidas do capital, que ali se reproduz sob a forma do agrohidronegócio, com a produção em larga escala da batata inglesa (*Solanum tuberosum* L).

A motivação pela escolha deste universo empírico analítico de pesquisa envolveu uma miríade de significações intrínsecas à subjetividade e às vivências da autora, cuja trajetória acadêmica sempre esteve, de alguma forma, vinculada à Chapada Diamantina, desde a Licenciatura em Geografia, com os trabalhos de campo realizados no âmbito das disciplinas. No doutorado, inicialmente, o projeto de tese apresentado no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) começou a ser pensado durante a realização das pesquisas que compõem a dissertação de mestrado da autora, em que se buscou analisar a dimensão social da paisagem e da memória no território de uma

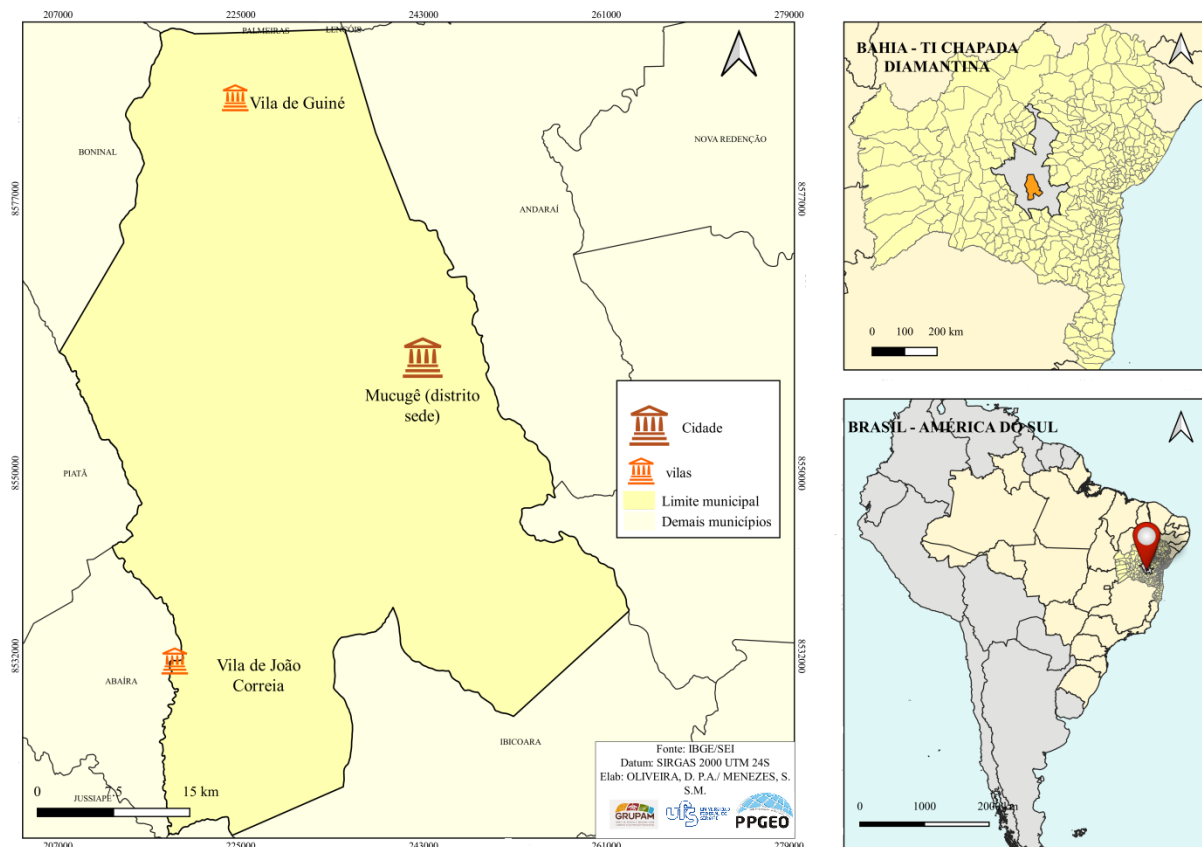
¹ A ilustração colorida que abre esse capítulo é de autoria de Salomão Zalcborgas, produzida em um muro da cidade de Mucugê e reproduzida em fotografia por Roberto Pires.

bacia hidrográfica na Chapada Diamantina (OLIVEIRA, 2018). Nos percursos e percalços do estudo que deu origem à dissertação, pode-se aproximar desse contexto regional, a fim de desvelar as múltiplas realidades geográficas existentes.

No entanto, como pondera Massey (2008, p. 251), “[...] a beleza do trabalho empírico é que logo que se chega a conclusões nítidas e satisfatórias ele começa a mostrar frestas e questões [...]”. Assim, em face da impossibilidade de analisar as questões que foram suscitadas na realidade, no contexto do mestrado, optou-se pela pesquisa de doutoramento, como alternativa para ampliar os horizontes analíticos até então delimitados.

Dessa forma, compreender a multiplicidade presente nas configurações territoriais do campo em Mucugê (Mapa 1) permite decifrar as relações de poder, de pertencimento, de afeto, de conflito, que se mesclam nesse universo empírico analítico. Buscou-se analisar no citado território as contradições vinculadas à expansão do agrohidronegócio ladeado pela permanência da campesinidade com os seus saberes e fazeres enlaçados pela identidade territorial, seus saberes e fazeres, expressos em territorialidades de esperança, pertinentes e necessárias diante da dominação do território pelo capital.

Mapa 1 - Localização do município de Mucugê, Chapada Diamantina-Bahia, 2022.



Fonte: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

Entende-se por territorialidades de esperança as estratégias elaboradas pelos sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa para a sua reprodução social e manutenção do modo de vida vinculado à terra e as manifestações culturais locais. A referência à esperança está alicerçada na perspectiva de Freire (2014) que, ao conceber o verbo esperar, valida a pertinência e relevância dos movimentos sociais coletivos que agem na direção de construir uma realidade pautada no inédito viável, cuja concepção se distancia do conformismo imobilista que engessa a realidade.

O desafio de desvendar essas territorialidades de esperança que brotam das fissuras do agrohidronegócio em Mucugê só foi possível devido à participação no Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais (GRUPAM). Dentre as diversas temáticas analíticas existentes no GRUPAM, constitui-se como denominador comum do grupo o protagonismo dos povos dos territórios com os seus saberes e fazeres elaborados pelas comunidades tradicionais que os vivenciam e os recriam no movimento cotidiano da vida e da necessidade da reprodução social tanto na esfera material, quanto simbólica. Tem-se como propósito principal das pesquisas desenvolvidas no âmbito do GRUPAM o esforço em contribuir com a valorização do saber fazer dos coletivos sociais, por vezes invisibilizados pelo poder hegemônico vigente em diversas dimensões escalares.

Em face da conjuntura rural presente no campo em Mucugê na contemporaneidade, quando predomina a lógica da agricultura capitalista, o esperar se faz necessário cotidianamente (FREIRE, 2014). Para permanecer na terra e cultivá-la, com a riqueza das lavouras da agricultura familiar camponesa, que se diferenciam substancialmente dos latifúndios e monocultivos do agronegócio, que, no município em questão, está pautado no cultivo em larga escala da batata inglesa, cuja produção atende às diretrizes da revolução verde (ALTIERI, 2004).

O território como expressão material e simbólica das relações socioespaciais pode ser lido e reinterpretado segundo os distintos processos sociais, históricos, econômicos e culturais nele presentes. É possível vislumbrar o território, tanto na perspectiva das relações de poder jurisdicionadas pelo Estado – como propõe Gotmann (2012[1975]) – quanto condição e recurso à acumulação capitalista, conforme adverte Raffestin (1993). Há também que se considerar a dimensão mais subjetiva, imaterial e simbólica do território, que se constitui no espaço vivido permeado pelos sentimentos de pertencimento e afeto, como abordam Bonnemaïson (2002), Haesbaert (1999) e Almeida (2018). Alicerça-se na premissa de que a leitura da multiplicidade presente nessa dimensão do espaço reverbera nas diferentes direções analíticas construídas

sobre o território. Logo, esses enfoques, ainda que essencialmente distintos, não são mutuamente excludentes.

Assim, ao considerar as distintas concepções existentes, pondera-se que o território dominado pelo agrohidronegócio lido, também, sob a perspectiva das contradições e mazelas sociais intrínsecas à reprodução do sistema capitalista no campo, tem como matriz a estrutura agrária extremamente concentrada e desigual, a intensa precarização e exploração da força de trabalho, a expressiva utilização dos agrotóxicos nas lavouras e as consequências socioambientais nefastas provenientes dessa prática (MARTINS, 2013; OLIVEIRA, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2017; BOMBARDI, 2011). Foi possível vislumbrar tais aspectos nos trajetos e percalços analíticos que contribuíram com a compreensão do universo empírico desta pesquisa, por meio das vivências em Mucugê.

Ao enveredar pelos territórios rurais, entre caminhos, cadeados, porteiras e cercas de arame farpado, a realidade foi sendo desvelada por meio das conversas, andanças e vivências, para que fosse possível compreender, segundo a perspectiva dos sujeitos sociais protagonistas, as mulheres e homens da agricultura familiar camponesa, as problemáticas da pesquisa e as suas distintas percepções sobre o agrohidronegócio em Mucugê. A princípio, nota-se que os olhares e discursos desses sujeitos sociais são polissêmicos, visto que podem variar de acordo com a visão de mundo e realidade intrínsecos a cada sujeito social.

Para além dessas questões, que, por si, delimitam as complexas relações territoriais ali presentes, evoca-se, também, a dimensão sociocultural e identitária do território. Sublinham-se as discussões em torno dos conteúdos culturais e simbólicos que atribuem sentido ao território, permeado de cultura, memória, tradição, saberes e fazeres apreendidos e sedimentados nos contextos das famílias e comunidades rurais.

Além disso, pautou-se na interpretação da identidade territorial e das territorialidades como basilares à análise (HAESBAERT, 1999; ALMEIDA, 2005). Ao ponderar sobre essa discussão, Haesbaert (2004, p. 42) afiança: “[...] Para muitos, pode parecer um contrassenso falar em concepção idealista de território, tamanha a carga de materialidade que parece estar naturalmente incorporada ao termo”. Contudo, a questão não é discutir a primazia de uma dimensão sobre outra, mas considerar a totalidade do território, e levar em conta tanto as dinâmicas materiais, quanto as imateriais. Concorde-se com esse autor, quando compreende que o território “[...] pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p.79).

Isso porque a compreensão da realidade geográfica de Mucugê abrange o significado que os sujeitos e coletivos sociais atribuem ao território por eles vivido e apropriado nos seus percursos de vida. Refletir sobre as identidades territoriais ali presentes torna possível enveredar pela realidade que compõe o território e o modo de vida das distintas formações sociais. Tais segmentos experienciam perspectivas diversas de estar e ver a realidade, e nesse processo, constroem e reproduzem territorialidades singulares às suas formas de r-existência, em consonância com as condições materiais e simbólicas de que dispõem (HAESBAERT, 2021).

No desafio de interpretar a identidade territorial no contexto da campesinidade (K. WOORTMANN, 1990) busca-se desvendar a dimensão simbólica da terra, permeada pelos sentimentos de pertencimento, ancestralidade e afeto, construídos por intermédio do enraizamento dos sujeitos sociais em seus territórios de vida e trabalho (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, BRANDÃO, 1981, 1999). Assim, buscou-se referenciar as análises sobre a identidade, nas discussões propostas por Hall (2006), Castells (1999) e Pena (1992). Em associação com a identidade, vislumbra-se também o conceito de memória social, calcado nas perspectivas de Pollak (1992) e Antognazzi (2006), por considerar que ambos são construções sociais que tornam possível o entendimento dos diversos conteúdos simbólicos que constituem os territórios, especialmente aqueles apropriados pelos sujeitos sociais nos movimentos de reprodução da vida cotidiana e do trabalho na terra.

Vinculam-se às concepções do território e suas múltiplas possibilidades de articulação teórico-conceitual aos processos e dinâmicas sociais que abrangem a alimentação, para além de seu aspecto nutricional, visto que o ato de comer, no âmbito das relações humanas e configurações territoriais, demarca sociabilidades complexas com perspectivas interpretativas múltiplas. Trata-se de vislumbrá-lo no entrecruzamento analítico das ciências humanas, com possibilidades de leitura, pautadas, no campo antropológico, nos estudos de E. Woortmann (2013), Fischler (1995) e Menasche (2017), e na perspectiva geográfica, alicerça-se nas discussões de Menezes (2009, 2013, 2014, 2021), que discute também os significados espaciais das manifestações tradicionais e dos saberes e fazeres. Conforme assevera Menezes:

Refletir sobre a Geografia dos Alimentos configura uma possibilidade de compreender os desafios que estão sendo vivenciados para a manutenção da produção, da comercialização, do consumo, da soberania e da segurança alimentar nutricional no atual período, diante do avanço dos impérios alimentares nas diferentes escalas geográficas (2021, p.11)

A alimentação, em suas diversas nuances, está na ordem do dia dos debates nas mais diversas áreas do conhecimento. A Geografia dos Alimentos, desbravada pelos autores

supracitados, permite enriquecer e ampliar o horizonte analítico vinculado a essa temática. Alinhada a tais premissas, particularizam-se as discussões sobre a dimensão sociocultural da alimentação e da comensalidade aos significados que envolvem os ciclos do plantar, cultivar, colher, preparar, comer, rezar e festejar, que são imbricados às atividades corriqueiras, que constituem o cotidiano do trabalho na terra para os sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa, que, em certa medida, vincula-se também à ideia de geograficidade, proposta por Dardel (2011).

O autor aborda a realidade na perspectiva da “[...] experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar a realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social” (DARDEL, 2011, p.6). Evidencia, também, que a dimensão espacial, assentada no território vivido, perpassa a experiência do ser humano e sua forma de existir em um dado contexto histórico e territorial.

Na contramão dessas significações, a modernização da agricultura, regida pelos padrões mercadológicos da revolução verde (ALTIERI, 2004; SHIVA, 2016), predomina na realidade em Mucugê, subjugando territórios e pessoas em prol de um crescimento econômico extremamente concentrado e exploratório. Articulado a isso, a dominação do território pelo agrohidronegócio, conforme asseguram Mesquita e Mendonça (2007) e Thomaz Júnior (2017), tem implicações nos sistemas ambientais e na degradação do trabalho. Tais processos têm consequências catastróficas para a vida dos grupos familiares que têm, na relação com a terra, o sentido da sua existência e a fonte de renda para a reprodução social. Essa realidade tem como matriz originária a histórica concentração de terra, que, no Brasil, remonta ao período colonial e acirra com o processo de modernização e mundialização da agricultura (MARTINS, 2013; OLIVEIRA, 2007).

Em consonância com essas balizas teóricas, atreladas às reflexões de campo, vivências e análise das informações e dados, confirmou-se a tese de que, no contexto do predomínio territorial do agrohidronegócio, persistem nos territórios rurais do município de Mucugê, Chapada Diamantina-Bahia, grupos familiares que vivem do trabalho no campo, para quem o significado da terra transborda o sentido de propriedade e constitui o território de pertencimento, vida e trabalho. Ao desvendar essa geograficidade própria e singular, revelou-se uma relação existencial com a terra, que está associada às significações da campesinidade e ao afeto e enraizamento no território.

Nesse contexto, as territorialidades de esperança estão materializadas em práticas sociais cotidianas, como o cultivo de alimentos agroecológicos, a produção de artesanato, a

comercialização dos produtos da agricultura familiar camponesa na feira, a valorização das comidas tradicionais do território, dentre outras.

Desse modo, com os movimentos e desdobramentos das pesquisas de campo, e à luz dos referenciais teóricos supracitados, buscou-se responder o seguinte questionamento: Como a campesinidade e as identidades territoriais dos agricultores familiares camponeses de Mucugê são influenciados pelas transformações decorrentes das investidas do agrohidronegócio no campo? Esse questionamento configurou-se como fio condutor da análise e, partindo dele, buscou-se investigar essa realidade, por meio das seguintes indagações: Em que medida a dominação e concentração da terra perduram e avançam na contemporaneidade do Agrohidronegócio em Mucugê? De que maneira as tensões entre capital, sociedade e Estado repercutem nas configurações territoriais de Mucugê? Como os referenciais simbólicos imbuídos de identidades territoriais instigam a construção das territorialidades de esperança?

Longe de apresentar respostas imediatas e finalísticas, tais questionamentos visaram suscitar reflexões e conduzir a construção da pesquisa. Desse modo, elencou-se que o objetivo principal desta proposta de Tese é compreender as territorialidades de esperança criadas pelos agricultores familiares camponeses no contexto das transformações decorrentes da expansão do agrohidronegócio no município de Mucugê, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. No que tange aos objetivos específicos, delineou-se como objetivos:

- a) Caracterizar os processos históricos e sociais que convergiram na dominação da terra nos espaços rurais do município de Mucugê;
- b) Analisar como o agrohidronegócio impacta no território e repercute no modo de viver dos sujeitos da agricultura familiar camponesa;
- c) Discutir os referenciais materiais e simbólicos que envolvem a identidade territorial na constituição das múltiplas territorialidades de Mucugê;
- d) Analisar a constituição das territorialidades de esperança nos territórios rurais de como uma estratégia de re-existência em Mucugê.

Buscou-se, com o desenvolvimento desta pesquisa, ampliar os estudos acerca das territorialidades de esperança construídas pelas mulheres e homens do campo, que no labor diário da lida com a terra, resistem em sua campesinidade frente ao avanço do agrohidronegócio em seus territórios de vida. Nesse contexto, o propósito foi caminhar junto a eles, e nesse trilhar coletivo, refletir também sobre as possíveis estratégias e táticas de permanência no território (DE CERTEAU, 2013; MENEZES, ALMEIDA, 2021).

As reflexões construídas na presente Tese estão estruturadas em cinco seções. Na primeira, apresenta-se a introdução, com os contornos iniciais, e na última, a conclusão, com as ponderações finais acerca do desenvolvimento da pesquisa. Na seção inicial, apresentam-se os propósitos, a contextualização geral e os contornos teóricos metodológicos que subsidiaram o estudo.

Na segunda seção, intitulada “Quando a terra se fez o chão da vida: configurações territoriais de Mucugê, Chapada Diamantina – Bahia”, são tecidas considerações acerca dos processos históricos e atuais que corroboram as configurações territoriais do município. A terceira seção, intitulada “O Agronegócio redesenha o território? Transformações nos territórios rurais de Mucugê”, apresenta um panorama sobre os impactos desse modelo de produção no território, de modo a evidenciar as novas configurações e relações de poder que constituem a estrutura fundiária local.

A seção quatro, “Agricultura familiar camponesa na fronteira do agrohidronegócio” evidencia os contrastes que delineiam e diferenciam tais realidades. Além disso, demonstra, de acordo com dados socioeconômicos acerca da realidade local, que os números exitosos extraídos do agronegócio não contribuem para o desenvolvimento do município, pelo contrário, aprofundam as desigualdades por meio da intensa concentração de renda e terra. As discussões dessa seção versam ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelas/os agricultoras/es familiares camponesas/es que vivenciam a fronteira do agrohidronegócio, como a contaminação de suas lavouras, quintais produtivos e roçados, pelos resíduos dos agrotóxicos utilizados nos pivôs-centrais, a escassez de água, a infestação de organismos indesejáveis, oriundos das grandes lavouras, a falta de autonomia no modo de produzir e as condições precárias de trabalho a que os homens e mulheres do campo são submetidos.

A seção cinco, intitulada “Territorialidades e identidades emergentes: o campo entre tradições e ressignificações” aborda as (i)materialidades presentes nos movimentos da vida cotidiana, sobretudo, naqueles rituais que delineiam o comer, o festejar e o rezar em comunidades tradicionais. Discute-se as territorialidades sagradas e profanas intrínsecas aos alimentos tradicionais e as festividades e ritos religiosos ali praticados. Além disso, apresenta-se o mapeamento das territorialidades de esperança encontradas nos percursos, conversas e vivências que convergiram na interpretação da realidade empírica de Mucugê.

No tópico a seguir, são tecidas algumas reflexões a respeito dos procedimentais metodológicos, além de breves considerações em torno do método fenomenológico, elencado, por suas particularidades, como fio condutor das análises que convergiram na construção da tese.

1.1 Conversas sobre método e artes de fazer pesquisa

Trilhar os percursos da pesquisa, ao enveredar pelos horizontes da construção do conhecimento, constitui-se num difícil, porém, instigante desafio. Esse caminhar se revela tão precioso quanto o achado, pois é construído por muitas mãos e passos, que convergem na arte de pensar a realidade. O método se configura, nesse contexto, como o guia que orienta os percursos, constituídos por análises e interpretações em que culminam todos os procedimentos metodológicos e instrumentais analíticos de pesquisa.

O contexto de crise paradigmática, no qual está inserido o pensamento científico, permite a reflexão sobre as possibilidades e perspectivas que envolvem o universo da pesquisa, e, inevitavelmente, o pesquisador. Essa discussão faz recordar os critérios elementares que diferenciam o senso comum, aquele presente nas experiências cotidianas, do conhecimento científico, que, supostamente melhor sistematizado, com um arcabouço teórico e metodológico, traria respostas às questões que nos propomos a analisar nas trajetórias de pesquisa

Ao aguçar o olhar sobre essa questão, que, a princípio, parece estar solucionada, percebemos o quão equivocado é dissociar os saberes comuns, oriundos de práticas cotidianas, do pensamento científico. Isso porque uma ciência isolada e apartada das experiências cotidianas, em pouco contribui para a compreensão da realidade social em sua multiplicidade. É na autoridade concedida pela experiência de vida que repousa a possível assertividade na leitura da realidade em pauta. Por essa razão, as vivências e experiências no campo, em Mucugê, foram constantemente confrontadas com os dados e informações secundárias, a fim de, à luz das tessituras teóricas selecionadas, compreender como se processam os movimentos da cotidianidade e suas repercussões nos territórios de vida e trabalho da agricultura familiar camponesa.

Amparada em Shiva (2018), compreende-se que o conhecimento científico não é neutro, logo, seus paradigmas teóricos analíticos estão coesos com a percepção de mundo de quem os produz. Desse modo, a produção do conhecimento, no contexto das humanidades, não ocorre à revelia dos sujeitos sociais protagonistas da pesquisa, pelo contrário, são considerados como ponto de partida, companheiros nos percursos que constituem o desenvolvimento, e encontro nas conclusões e nos desdobramentos futuros que transcendem a escrita da tese.

Na leitura do panorama emergente na/da ciência positivista, Hissa pondera que “[...] A ciência se afirmou como a palavra que pretende se elevar sobre todas as demais; como o conhecimento hegemônico que, para existir, exclui ou deslegitima todas as outras formas de

saber” (HISSA, 2010, p.58). A leitura da realidade, segundo a perspectiva de quem a vivencia demonstra como esse entendimento é falho.

É certo que, ao se deparar com o desafio de explicar a realidade, é preciso se desvencilhar daquele olhar ensimesmado que certas rotinas apressadas lhe impõem, para desenvolver uma perspectiva de estranhamento, que se aprende no exercício do olhar. Quando o pesquisador, enfim, se reconhece como sujeito social integrante da realidade em análise, pode-se então compreender que isso não pressupõe uma fragilidade, nem tampouco compromete a cientificidade de sua leitura.

Na construção metodológica desta Tese, optou-se por se enveredar num viés qualitativo de análise, cuja premissa filosófica se aproxima da abordagem fenomenológica. Ao partir dessa matriz, com múltiplas possibilidades interpretativas, buscou-se ressaltar seu viés crítico de análise, que na leitura das subjetividades e objetividades, compreende-se profundamente a seara de significações que lhe dão substância. A construção de uma fenomenologia crítica está amparada na própria visão de mundo da pesquisadora, que, ao se referenciar nas problemáticas existentes no universo de estudo, buscou aproximar os autores de diversas tendências teóricas, com evidente possibilidade de contribuir para elucidar as questões postas à análise. Isso porque, ao enveredar pelos territórios rurais de Mucugê em busca das territorialidades de esperança, da campesinidade e dos significados que envolvem os saberes e fazeres e as identidades territoriais intrínsecas aos sujeitos da agricultura familiar camponesa ali existentes, seria impossível negligenciar as contradições, tensões e conflitualidades também presentes.

Para Goldenberg, o fazer ciência consiste no permanente confronto estabelecido “[...] entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância” (2004, p.13). Seguindo essa perspectiva, os exercícios das pesquisas de campo foram oportunidades valiosas de aprender e apreender sobre a realidade construída e experienciada pelos sujeitos da agricultura familiar camponesa em Mucugê. Foi possível mergulhar no cotidiano das comunidades rurais, e entender as intencionalidades, significações e sentidos construídos pelos sujeitos sociais protagonistas da pesquisa.

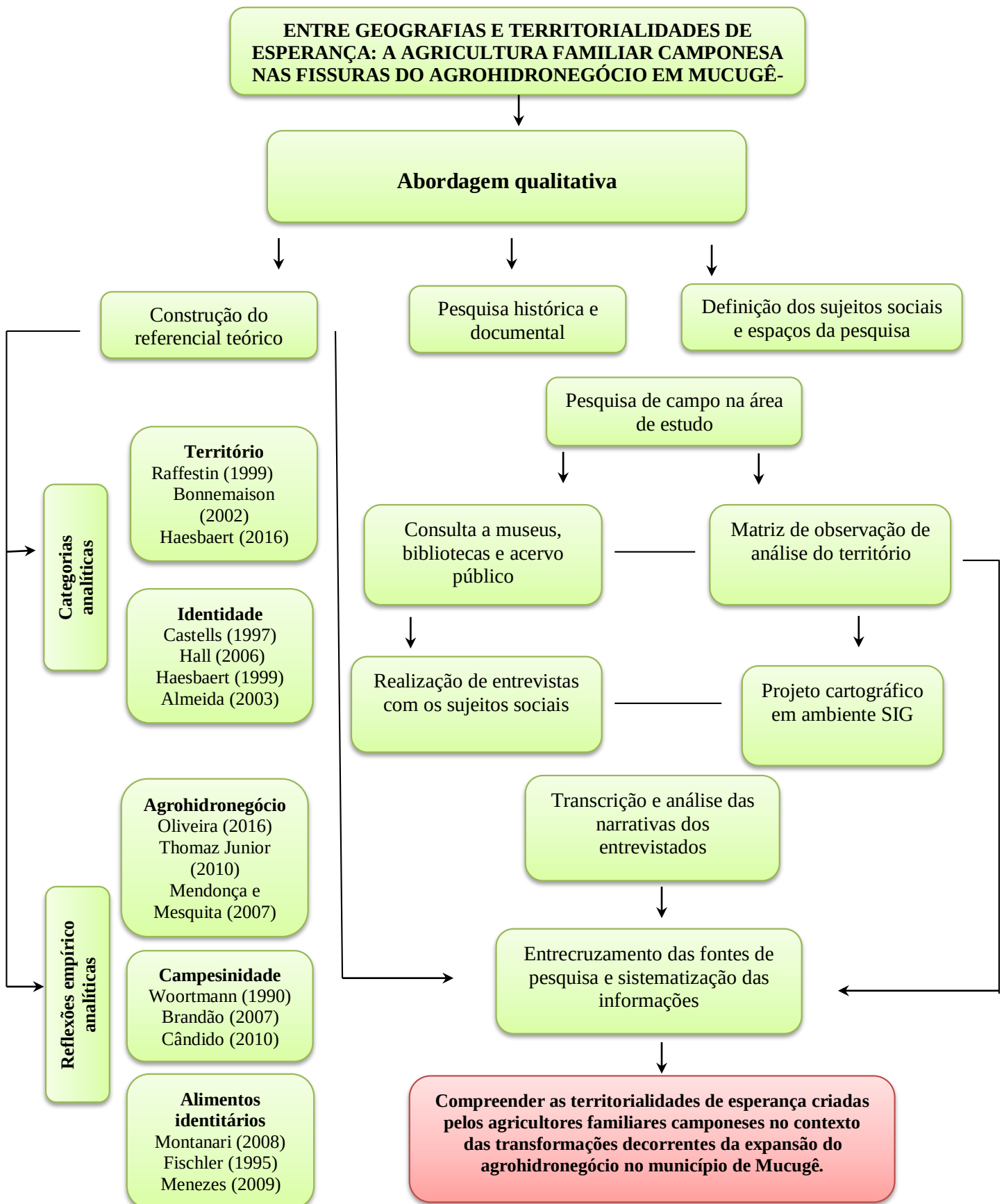
Em sua obra, **O homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica**, Dardel ([1950]2011) discute a relação, que considera visceral entre o sujeito social e o espaço que habita, pois argumenta que essa relação envolve “[...] a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar como ser individual e coletivo” (DARDEL, 2011, p. 31). Para o autor, essa relação do homem com a Terra, que denomina geograficidade, qualifica, ao mesmo tempo em que ressignifica a vida, influenciando a forma de estar, ser e perceber o mundo e a realidade que o constitui. É nesse contexto que a campesinidade

(WOORTMANN,1997), por sua vez, está relacionada ao sentimento de pertencer à terra, à ética, estética e moralidade construída pelos sujeitos sociais em coesão com a terra, seu espaço de vida e trabalho. Esse entendimento está presente também nas discussões de Mazzeto Silva (2007), quando aborda o pertencimento no âmbito da apropriação da natureza por meio da construção das territorialidades camponesas. Embora estejam situados em contextos históricos, espaciais e epistemológicos diversos, compreende-se que a articulação entre esses conceitos dá substância a análise empreendida nesta Tese.

Com o propósito de construir uma reflexão sobre as questões de pesquisa a serem desenvolvidas na Tese, essas breves linhas demarcatórias, em torno do método, se propõem a compreender como o universo empírico desta análise pode ser lido sob a ótica fenomenológica. Esse olhar evidencia a miríade de significações de ordem simbólica e concreta que constituem a realidade em estudo. Buscou-se, desse modo, analisar, sob o mesmo rigor metodológico e científico, tanto as tensões, intencionalidades, relações de pertencimento, contradições, afeto e conflito, que perfazem a subjetividade, quanto os aspectos quantificáveis, mensuráveis e materiais que compõe a objetividade, ambas consideradas dimensões indissociáveis na leitura da realidade.

Orientados pelo método, os procedimentos de pesquisa, por sua vez apresentados, consistem na operacionalização das artes de fazer ciência, que se traduzem em um constante (re)fazer, de natureza prática, teórica, metodológica e reflexiva, que acompanha o sujeito-pesquisador desde a concepção do projeto de pesquisa aos momentos finais de redação da tese. O organograma (Figura 1) apresenta os principais procedimentos e reflexões teóricas e empíricas que conduzem a pesquisa e envolvem discussões teóricas e metodológicas, com pesquisas *in loco*, consultas a acervos locais e sistematização das fontes para análise.

Figura 1 – Organograma metodológico da Tese.



Fonte: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

O projeto de pesquisa foi submetido para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, por meio da Plataforma Brasil, foi cadastrado sob o número de registro 39889820600005546 e aprovado, de acordo com o parecer 4530519.

Destaca-se, entre os procedimentos, a elaboração dos roteiros de observação e entrevista que foram realizadas com os sujeitos sociais protagonistas da pesquisa, os agricultores/as familiares camponeses/as. Por meio desses instrumentos, foi possível compreender, nas narrativas, saberes e memórias compartilhadas, como se processaram/processam as transformações decorrentes da expansão do agrohidronegócio e suas implicações nos territórios de vida dos sujeitos sociais que se relacionam com os espaços rurais de Mucugê. Buscou-se analisar, na dimensão cotidiana dos sujeitos sociais do campo, os rebatimentos que tais transformações produzem em seus modos de vida, e, sobretudo, como se relacionam com os agentes externos que os territorializam.

Na construção da análise, buscou-se abordar autores regionais² da Chapada Diamantina, que, alicerçados em abordagens ensaísticas, literárias e científicas, retrataram em suas obras o cotidiano característico da realidade local ao longo dos séculos XIX e XX. Primou-se também pela elaboração do projeto cartográfico para a elaboração dos mapas e dos sistemas de informações geográficas (SIG) que deram suporte às análises territoriais que compõem a Tese.

Além das fontes de pesquisa³ primárias, procurou-se sistematizar as pesquisas de campo, com o levantamento de notícias e informações relativas ao universo analítico, por meio das consultas ao acervo público, museu e biblioteca do município, além de *websites* de cunho turísticos e/ou informativos sobre a Chapada Diamantina.

No decorrer da construção da tese, foram realizadas seis pesquisas de campo *in loco*, com duração de 3 a 5 dias cada uma, entre os anos de 2019 a 2021, com incursões nas comunidades rurais, na sede municipal e nos distritos de Guiné e João Correia, além de comunidades tradicionais como: Barriguda, Paiol, Três Cancelas, Capãozinho. Sublinha-se, também, o contato com alguns sujeitos de pesquisa via redes sociais, com diálogos e compartilhamento de fotografias autorais dos participantes da pesquisa e informações sobre a realidade local.

Foram elaborados 3 roteiros de entrevistas: o Apêndice A, com os sujeitos sociais do campo, foi realizado com agricultores e familiares, totalizando 40 pessoas; o Apêndice B,

² Com enfoques e abordagens distintas, os autores regionais abordaram aspectos relevantes pertinentes à realidade social, política e cultural da Chapada Diamantina, entre os séculos XIX e XX.

³ Rousso compreende como fonte “[...] todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não - sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, ‘virtuais’” (1996, p. 86).

pensado como um roteiro de entrevista com representantes do poder público, com 4 pessoas; e o Apêndice C, que compõe um roteiro para aqueles sujeitos sociais que possuem um olhar mais aprofundado sobre a realidade pesquisada, foi realizado com 10 pessoas, que são lideranças comunitárias, agricultores com mais experiência com as práticas agroecológicas e pessoas idosas que conhecem a história do lugar, por meio da vivência. Compreende-se que, para além dos dados objetivos e mensuráveis, igualmente relevantes são as significações e imaterialidades presentes nas narrativas das pessoas entrevistadas, assim, adotou-se como critério, a saturação⁴ na análise. Optou-se, por questões pertinentes à ética na pesquisa, por resguardar o nome desses sujeitos sociais que contribuíram com a pesquisa. Em campo, foram utilizados diários de campo e gravadores para uma maior agilidade no registro das informações, sensações e vivências nos contextos da pesquisa.

Para além das questões previamente elencadas nesses roteiros, sublinha-se as conversas informais que deram origem a ricos diálogos com os sujeitos protagonistas em campo, que, generosamente, compartilharam seus saberes, memórias e vivências, por intermédio das narrativas.

O contexto pandêmico, que acomete a humanidade desde março de 2020, teve diversas implicações negativas na realização das pesquisas de campo. O cenário de insegurança sanitária provocado pela pandemia transformou substancialmente o cotidiano dos sujeitos sociais, o que, em grande medida, dificultou e/ou inviabilizou o contato com os sujeitos da pesquisa em diversas situações.

Com o avanço nas vacinações dos sujeitos envolvidos na pesquisa, foi possível assegurar minimamente as condições sanitárias para a realização do campo, visto que envolveu deslocamento intermunicipal e hospedagem, além da proximidade com os sujeitos sociais nas comunidades rurais e na feira da cidade. Buscou-se, desse modo, acatar as orientações de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS), como o uso constante de máscaras, álcool 70%, higienização constante das mãos e, na medida do possível, distanciamento físico-social.

Ciente dos desafios e limitações impostos pela realidade em pauta, e partindo da convergência e da reflexão crítica acerca de diferentes fontes e recursos disponíveis, foi realizada a análise e a sistematização das informações na construção e na redação da Tese.

⁴ Segundo Minayo (2017) a saturação se constitui num momento da pesquisa em que a coleta de novos dados não se converteria em avanços. Para a autora, o essencial na pesquisa qualitativa não está na quantidade de pessoas entrevistadas, mas sim no aprofundamento, na abrangência e na diversidade no processo de compreensão das informações obtidas em pesquisas de campo.



Quando a terra se fez o chão da vida:

*Configurações territoriais de Mucugê,
Chapada Diamantina - Bahia*



2 QUANDO A TERRA SE FEZ O CHÃO DA VIDA: CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DE MUCUGÊ, CHAPADA DIAMANTINA - BAHIA

A terra, o trigo, o pão, a mesa, a família (a terra); existe nesse ciclo, dizia o pai nos seus sermões, amor, trabalho, tempo.

Raduan Nassar

Os sentidos de pertencer à terra se concretizam nas práticas cotidianas que integram os espaços rurais, quando, ao vivenciá-los, os sujeitos sociais constroem seus territórios de vida, dotando-os de identidade, memória e múltiplas territorialidades, a exemplo dos alimentos tradicionais, das festividades e das diversas significações culturais que dão substância à dimensão (i)material do território vivenciado cotidianamente. Tais reflexões vinculam-se às sociabilidades construídas, inscritas nos sentidos de pertencimento e identidade territorial.

Em Mucugê, os conteúdos sociais da relação espaço-tempo são insubmissos aos mecanismos cronológicos e aos ditames do mercado. Demonstram a persistência do elo entre o passado e o presente, em que os ritos e convenções sociais que definem as tradições antigas ainda compõem a convivialidade intrínseca aos dias atuais. Situada na intersecção entre passado, presente e futuro, a identidade territorial e a memória, inapelavelmente configuram-se como produto e condição desse transitar de temporalidades e (i)materialidades distintas.

Em face disso, a análise da realidade dos espaços rurais em Mucugê consiste no desafio de refletir sobre a constituição das múltiplas identidades territoriais, no contexto da expansão do agronegócio, e suas implicações nas transformações e configurações desse município. Isso porque o agrohídronegócio monopoliza o território pela lógica da acumulação capitalista e subjuga modos de vida que tem na terra o sentido e o *lôcus* de existência. Esses territórios vividos correspondem ao “[...] espaço simbolicamente central do *mundus* camponês” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 59).

A terra, para esses sujeitos sociais, extrapola os sentidos de propriedade e/ou patrimônio, é a morada da vida, condição e meio de sobrevivência, além de traço marcante da identidade territorial dos grupos. É notável como os sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa de Mucugê fazem dos pequenos sítios, a maioria com menos de 5 hectares, lugares da agrosociobiodiversidade⁵, onde, além de produzirem vários tipos de alimentos, constroem laços

⁵As reflexões acerca do conceito de agrosociobiodiversidade empreendidas nesta tese são amparadas nos estudos desenvolvidos por Carvalho (2013) e Santilli (2009). Para Carvalho (2013), o camponês, é na atualidade o guardião da agrobiodiversidade, por entender que seu trabalho com a terra, com os cultivos e criações, se dá por meio do estreitamento da relação e dos conhecimentos sobre os ciclos e sistemas naturais. Santilli (2009) aborda a inter-relação entre os sistemas naturais e socioculturais e os valores materiais e simbólicos que têm, sobretudo para as comunidades tradicionais.

identitários de afeto e ancestralidade, que envolvem a relação entre a terra e a família, em trajetórias de vida intrínsecas.

Esses aspectos foram percebidos nas vivências em campo, quando, em alguns casos, os momentos de realização das entrevistas transformaram-se numa conversa descontraída e espontânea, em que o narrador compartilhou memórias de sua trajetória de vida. Quando questionado sobre como aprendeu a trabalhar na terra, um senhor, agricultor e feirante aposentado, assim confidenciou: “Meu pai me ensinou a trabalhar de enxada, puxar boi no arado de madeira⁶”(Informação verbal). Esse fragmento de tempo vivido leva à compreensão dos sentidos materiais e simbólicos que atravessam o viver e trabalhar no campo e a labuta cotidiana. A dinâmica das criações, do plantar e do colher para eles é permeada pelo saber fazer aprendido com os pais, avós, ressignificados pelas experiências de vida e ensinados as(os) filhas(os) e netas(os), de modo a perpetuar tais saberes intergeracionalmente.

Ao partir desse elo entre identidade, terra, família e território, é válido refletir sobre a dimensão geográfica que envolve as discussões sobre a identidade territorial, haja vista que, para Haesbaert, “[...] um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto” (HAESBAERT, 1999, p.178). A (i)materialidade está presente no conteúdo geográfico das construções identitárias, permeadas pelos referenciais de espaço e tempo que contextualizam cada coletivo social. A identidade territorial, vinculada às territorialidades construídas pelos sujeitos sociais e a memória social de um coletivo podem ser lidos como alicerces da geograficidade.

Para Dardel (2011), a geograficidade compõe um elo existencial com o espaço vivido, e envolve a necessidade, essencialmente humana, de existir e estabelecer vínculos com a terra. Embora não haja homogeneidade nos processos identitários, os distintos sujeitos sociais constroem a campesinidade⁷ em suas vivências. Esse elo com a terra a transforma em território vivido, seja pelo sentimento de afeto e enraizamento, ou pelas práticas sociais que envolvem o trabalho e a reprodução social.

No que tange à leitura dessas relações em Mucugê, percebe-se que os espaços rurais são intensamente transformados e diferenciados por configurações socioeconômicas e territoriais desiguais. Frente à lógica avassaladora da monopolização⁸ do território e homogeneização da

⁶ Entrevista concedida em janeiro de 2020.

⁷ A campesinidade configura-se num conceito cunhado por K. Woortmann (1990) que abrange o *ethos* e a ética camponesa. As discussões acerca desse conceito serão aprofundadas nos tópicos seguintes.

⁸ De acordo com Oliveira (2002), a realidade agrária está marcada pelo processo de territorialização do capital, sobretudo, pela ação dos monopólios. O processo de monopolização do território contribui para que o campo seja o *locus* das “[...] relações capitalistas avançadas e também contraditoriamente *locus* de relações não capitalistas de produção e de trabalho como as relações camponesas [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 75-76).

paisagem pela agricultura empresarial tecnificada do capital, resistem territorialidades de esperança, construídas no âmbito das comunidades e do trabalho familiar camponês, marcas da sua sociabilidade, que atravessam gerações.

A análise desenvolvida repousa no entendimento do território como expressão (i)material de operações simbólicas e ações concretas das práticas socioespaciais de homens e mulheres, que, no aflorar cotidiano dos dias, trabalham, existem, vivem e fazem o acontecer da vida, o chão da existência humana (SANTOS, 1999; HASBAERT, 1997; ALMEIDA, 2018). É válido discutir as significações que constituem a terra e, nesse universo, evidenciar as contradições⁹ que colocam em xeque a permanência e a manutenção da campesinidade construída pelos sujeitos sociais. O tópico seguinte visa discutir as materialidades e significações do território de Mucugê, no contexto regional da Chapada Diamantina.

2.1 Configurações territoriais e geograficidades de Mucugê – Chapada Diamantina, Bahia

O imaginário popular construído sobre a Chapada Diamantina refere-se às paisagens naturais de grande beleza cênica, constituída por rios serenos, quedas d'água, serras, morros residuais e trilhas, além da herança cultural do garimpo. No entanto, ao desvelar o cotidiano das comunidades rurais de Mucugê, município localizado na região central da Chapada, foi possível conhecer aspectos do território e da cultura pouco difundidos pelos discursos oficiais, de natureza turística e materiais/canais publicitários que auxiliam na construção desse imaginário.

Guanaes (2001), em sua análise a respeito da construção cultural e simbólica, pondera que a invenção desse território, está constituída “[...] em seu sentido cultural e imaginário, pelos garimpeiros em busca de ouro e diamantes; estes foram responsáveis pelo verdadeiro desbravamento e colonização da Chapada Diamantina e seus arredores, e pelas primeiras trilhas que cruzaram a região” (GUANAES, 2001, p.39).

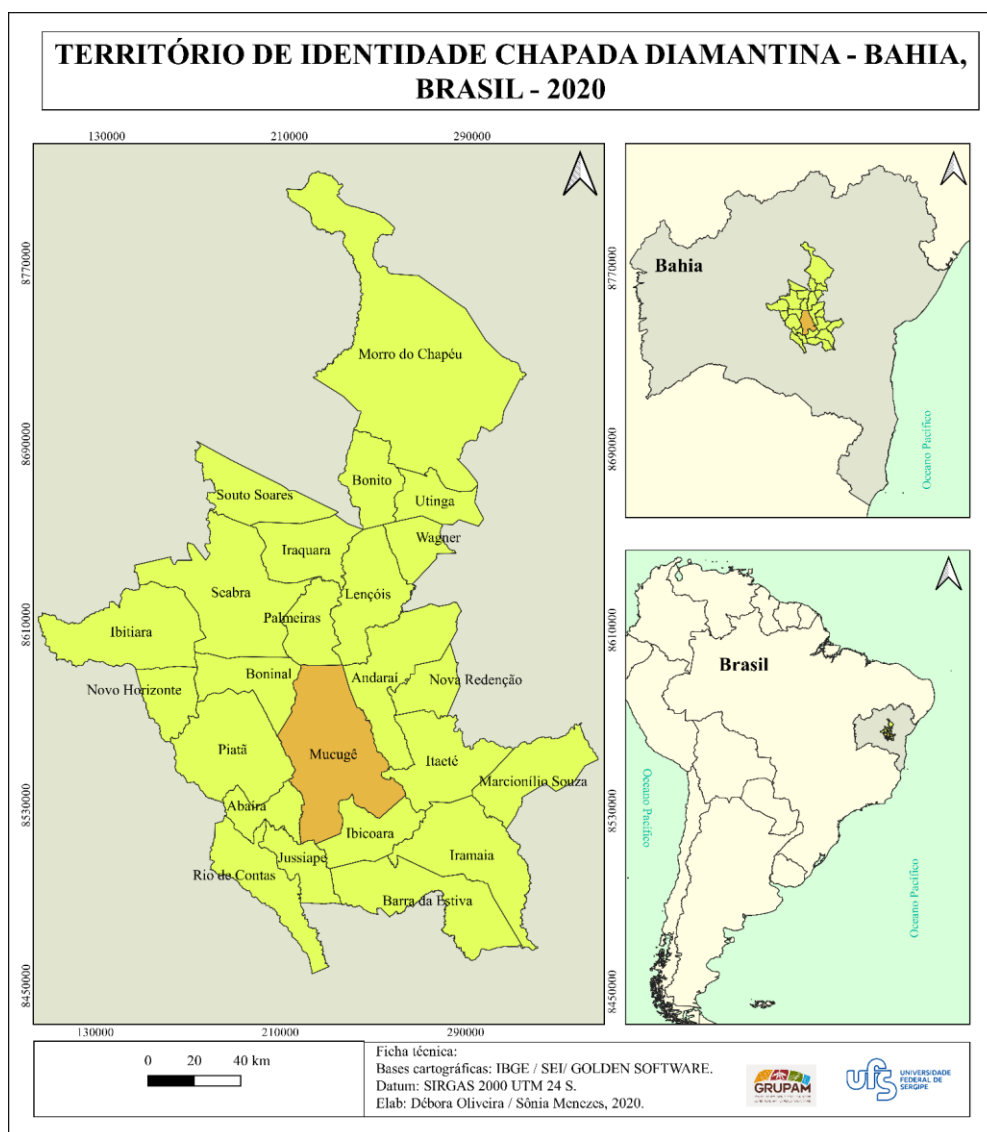
Embora a extração garimpeira tenha perdido relevância, atualmente, ainda expressa suas influências na constituição da identidade territorial local, que reverbera nas territorialidades, na memória social, nas práticas alimentares, além das diversas configurações socioculturais da Chapada Diamantina. Na escala regional, sublinha-se que as principais atividades econômicas

⁹Tais contradições centram-se na exploração do trabalho, que reproduz modelos de produção, pautados no latifúndio e no monocultivo, e permite, antagonicamente, a reprodução de relações essencialmente não-capitalistas, como a campesinidade, ainda que ocorra a manutenção de mecanismos para subordinação da renda da terra camponesa, sobretudo, pela monopolização do território (OLIVEIRA, 2007).

desenvolvidas na atualidade estão relacionadas aos setores primário e terciário, com ênfase no turismo e no funcionalismo público.

No que concerne à atual regionalização oficial da Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN), o Território de Identidade¹⁰ Chapada Diamantina (TICD) corresponde à região central do Estado da Bahia, composto por 24 municípios, tal como se observa no Mapa 2.

Mapa 2 – Mapa de localização do Território de Identidade Chapada Diamantina.



Fonte: Elaborado por Débora Oliveira/Sônia Menezes 2020.

A Chapada Diamantina, constituída pela regionalização desses municípios, se constitui como um território complexo, caracterizado por uma multiplicidade de elementos

¹⁰ Em 2010, os Territórios de Identidade da Bahia foram reconhecidos como divisão territorial oficial de planejamento das políticas estatais. O referido Estado foi regionalizado em 27 Territórios de Identidade.

geoambientais distintos. Sua configuração geomorfológica, climática, histórica e socioeconômica lhe atribui singularidades que convergem para a construção de identidades territoriais plurais.

No que tange a sua estrutura geomorfológica, a região é composta por uma extensão do sistema orográfico do Espinhaço, em intenso contraste com os pediplanos cristalinos que embasam o sertão baiano. Segundo Léda (2003) corresponde a “[...] um grande divisor de águas entre os afluentes do São Francisco, que drenam a vertente oeste da Chapada, e os rios que pertencem às bacias dos rios Paraguaçu e de Contas, escoando em direção ao Oceano Atlântico” (LÉDA, 2003, p. 245).

Os processos tectônicos de origem, articulados à ação dos agentes morfogenéticos são os principais formadores dos atrativos naturais, tais como as cachoeiras, serras e mirantes. O processo de apropriação do território, em escala regional, esteve associado às configurações físico-ambientais que proporcionaram o crescimento das distintas atividades econômicas ali presentes.

Existe uma diversidade cultural e geográfica na sua formação histórica e territorial da Chapada Diamantina. Um traço comum, nos processos identitários da escala regional e local é a influência cultural do garimpo, as aproximações com a identidade sertaneja e o modo de vida camponês nas comunidades.

Ao particularizar as análises para a leitura dos espaços rurais no universo de estudo, evidenciam-se, também, a identidade territorial construída pelos agricultores familiares camponeses que lá vivem e as conflitualidades decorrentes da expansão do agronegócio no campo, bem como as transformações no território. Essas relações podem ser compreendidas num universo das identidades, alteridades e conflitos construídos nas tessituras cotidianas do território (ALMEIDA, 2018). Isso porque a fronteira que se estabelece entre essas duas realidades é atravessada por territorialidades plurais, que ora se mesclam, ora se combatem.

Desse modo, Almeida (2005) argumenta que a fronteira é imposta pelos “de fora” do território, numa relação de alteridade com os sujeitos ‘de dentro’, ainda que um ou outro possam adotar suas características e diferenças em prol da afirmação da própria identidade. É o que Hall (2004) compreende como jogo das diferenças, em que alteridades, conflitos e significações materiais e simbólicas se mesclam na conformação continuamente inacabada do *constructo* identitário.

Localizado na região central do Estado, o município de Mucugê apresenta uma extensão de 2.462,153 km², território marcado por uma complexa estrutura fundiária, onde se sobrepõe às áreas ocupadas com o agrohidronegócio, marcadas pelo latifúndio formado por

empreendimentos capitalistas, os espaços instituídos como unidades de conservação, a saber, o Parque Nacional da Chapada Diamantina¹¹ (PNCD) e o Parque Municipal Sempre Viva¹² e os territórios da agricultura familiar camponesa. Esses aspectos se materializam, de modo diverso, nos espaços rurais de Mucugê, onde convergem interesses e significações, por vezes, incongruentes. No tópico seguinte, apresentam-se incursões a respeito da formação territorial e dos aspectos socioeconômicos que lhe deram/dão conformidade.

2.2 Em busca de estrelas no chão: a construção do território diamantino

O desafio de desvendar os significados inscritos nos territórios vividos, feitos de matéria e gente, permite que pensemos sobre as permanências e rupturas nas identidades territoriais que se mesclam na realidade de Mucugê. Essa dimensão é constituída pelos espectros cotidianos que se manifestam nas sociabilidades locais expressos nas atividades laborais, nas festividades, nos ritos e nas relações culturais que sustentam a reprodução social da vida e do trabalho.

Brandão (2007), quando analisa as transformações do campesinato goiano no século XX, sublinha o imbricamento que existe entre essas dimensões da vida em sociedade, ao afirmar que a economia se constitui em uma das faces da cultura. O autor afiança ainda que “[...] produzimos bens e vendemos trabalho e/ou mercadorias. Mas, através de pessoas e de coisas [...], na verdade o que trocamos nos diferentes tempos-espacos dos diversos mercados possíveis são símbolos e significados, valores e sentidos de vida” (BRANDÃO, 2007, p.55).

A dimensão econômica pode ser entendida como uma das faces da cultura em simbiose com o trabalho e a vida, lidos numa perspectiva mais ampla, que circunscrevem a realidade social. Isso porque os conteúdos sociais presentes nas trocas ultrapassam o valor exclusivamente monetário. Trata-se de uma construção humana e social, uma vez que, refletir sobre as diversas manifestações e expressões da cultura, torna possível compreender as concepções de mundo e sociedade inscritas em cada formação social.

¹¹O PNCD foi implantado em 17 de setembro de 1985, via decreto nº 91.655 de 17 de setembro de 1985. Segundo esse documento, a unidade de conservação foi instituída com o propósito de “[...] proteger amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina”, de modo a assegurar “[...] a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área” (BRASIL, 1985).

¹²O Parque Municipal Sempre Viva foi criado em 1999. Essa unidade de conservação visa a preservação e o cultivo controlado da “sempre viva”, planta que serviu de base à economia local, no período compreendido entre 1960 e meados da década seguinte, chegando a absorver 70% da força de trabalho da cidade de Mucugê e do Distrito de Xique-Xique de Igatu. Atualmente, essa atividade extrativista foi interrompida devido à escassez dessa planta.

Em face disso, a Economia do Diamante se consolidou como pilar da formação territorial e identitária da Chapada Diamantina¹³, com traços marcantes na cultura, nas tradições e nas sociabilidades locais, visto que suas repercussões ainda se mostram presentes no cotidiano local, seja nos contextos rurais ou nos urbanos.

Todavia, é fundamental compreender as configurações desse território no panorama socioespacial que precedeu a atividade mineradora. Os registros acerca da ocupação da Chapada Diamantina, anterior ao garimpo, são escassos na historiografia local. Ainda assim, é possível vislumbrar um esboço da sua formação e povoamento.

Sublinha-se, nesse intuito, as contribuições de Freire (1906), Sampaio ([1938]2002) Nolasco (2002) e Pina (2000), que, por meio de diferentes abordagens, contribuíram com a análise da Chapada Diamantina. Ao longo dos séculos XVI e XVII, os bandeirantes adentraram nos sertões, motivados pela exploração das riquezas do território e dos povos. Para Nolasco (2002), essas incursões contribuíram para a aniquilação das tribos indígenas e a consequente apropriação de seus territórios. A autora afirma que:

Em 1671, uma Bandeira comandada por Estevam Ribeiro Parente destroça os Maracás em Orobó e provoca sua retirada em 1673. Belchior Dias Moreira, noutra Bandeira, percorre a borda oriental da Chapada, gerando várias bandeiras nos séculos XVII e XVIII [...]. As nascentes do Paraguaçu são alcançadas em torno de 1670 (NOLASCO, 2002, p.82).

Em seus estudos sobre a história territorial do Brasil, Freire (1906) destaca a presença dos povos indígenas das tribos Cariri e Maracás, na Chapada Diamantina. Sampaio ([1938]2002), em viagem pela hinterlândia brasileira em 1872, descreveu a população local do seguinte modo: “[...] O caboclo legítimo, o negro crioulo, o cariboca, misto de negro e de índio, o cabra, o mulato, o branco tostado de cabelos castanhos e às vezes ruivo, as raças do continente e os produtos de seus diversos cruzamentos ali estão representadas” (SAMPAIO, 2002, p.66).

Todavia, essa presença indígena local foi intencionalmente silenciada pelos fazendeiros locais, para que a existência dessas tribos não representasse, eventualmente, um impedimento à concessão das terras devolutas às suas famílias. O garimpo provocou profundas alterações em toda a Chapada Diamantina, contudo, mantiveram-se as estruturas de poder vigentes.

¹³ Sublinha-se que, embora a tônica do processo de povoamento na Chapada Diamantina seja pautada nas atividades extrativas, anterior a elas, existiam populações indígenas das tribos Cariris e Maracás. Tal aspecto se evidencia na própria toponímia local, com nomenclaturas de origem tupi, a exemplo da etimologia de palavras como Andarahy e Igatu (que significam Rio dos Morcegos e Água Boa, respectivamente) (FREIRE, 1906; PINA, 2000; NOLASCO, 2002).

De acordo com Moreira (2014), o ciclo da mineração do Brasil, na conjuntura do século XVIII contribuiu com o surgimento e a ampliação da fronteira econômico-demográfica, que na época, seguia em direção aos sertões, no povoamento da hinterlândia do território nacional. É nesse cenário que a constituição do território da Chapada se relaciona com a extração mineral, como o ouro e as esmeraldas, em meados do século XVIII. Nesse período, foram criadas as primeiras cidades: Rio de Contas e Jacobina, localizadas, respectivamente, nos extremos sul e norte da região. Os municípios de Jacobina e seu entorno foram a *posteriori* denominados Chapada Velha ou Chapada do Ouro.

Segundo Giudice (2001) “[...] a descoberta das minas de ouro pelos bandeirantes paulistas determinou, por carta régia de 5 de agosto de 1720 a criação da que viria a ser a capital do ouro na Bahia, a Vila de Santo Antônio da Jacobina” (2001, p. 56). Nesse contexto histórico, existia um interesse do então governo em criar vilas no sertão, desse modo, o Estado poderia oferecer garantias civis e políticas aos moradores que se ocupavam com a criação de gado e com a mineração, assim como angariar recursos para a coroa portuguesa.

Os registros históricos apontam a descoberta dos primeiros diamantes em Mucugê, no ano de 1844. De acordo com F. Sales (1994), em excursão pelas terras da localidade, o coronel José Pereira do Prado encontrou indícios da ocorrência de diamantes no leito do Rio Cumbucas. Ele então designou homem de sua confiança, seu afilhado Cristiano Pereira do Nascimento (Cazuzinha do Prado) para chefiar uma comitiva para garimpagem naquele local, que logrou êxito com a extração de pedras preciosas, cuja qualidade era superior àquelas encontradas na região.

Tentou-se, em vão, manter sigilo sobre a descoberta da jazida, porém, a comercialização do diamante despertou questionamentos e especulações direcionadas ao grupo. Assim, para livrar-se da acusação de um crime de assassinato e roubo de diamantes, ocorrido na localidade, um dos membros da equipe de Cazuzinha do Prado foi obrigado a revelar a verdadeira origem dos diamantes: Mucugê. De acordo com Nolasco (2002, p.83), esse fato provocou a “[...] primeira corrida que colocou, em seis meses, 25.000 homens na região de Santa Isabel (São João) do Paraguaçu (atual Mucugê)”. Tal processo ganhou notoriedade nas construções discursivas e literárias que deram conformidade às representações sobre a Chapada Diamantina. Segundo H. Sales:

A fama das Lavras corria mundo [...]. Era a terra onde se enriquecia da noite para o dia, no rodar da bateia. Levas de flagelados, acossados pela seca, [...] especuladores, comerciantes ambulantes, joalheiros, circos, teatros ordinários, árabes bigodudos, todos buscavam o maravilhoso país onde havia diamante à

flor da terra. [...]. Muitos fugiam das secas, buscavam um asilo, um refúgio para a sua miséria [...]. Eram homens magros e famintos – os romeiros da ilusão (SALES, 1956, p.129-131).

A notícia da descoberta dessa nova jazida rapidamente se espalhou pela província, atraindo garimpeiros de todo o Brasil. A ilusão da riqueza transformou o território, até então usado para criação extensiva de gado, em efervescentes aglomerados humanos, repletos de trabalhadores ávidos pelo diamante, que naquela época “[...] surgia à flor da terra, encontrava-se entre raízes e arbustos” (SALES, F. 1994, p.33). Ainda há fragmentos de memória sobre o garimpo em Mucugê. Em entrevista realizada com um agricultor familiar camponês, ele nos confidenciou que é neto de um dos garimpeiros que migraram para Mucugê. Ele recorda: “Naquele tempo antigo a gente ficava lá na roça mesmo, não tinha dinheiro pra comprar terreno na cidade. Meu avô veio de Macaúbas, trabalhar no garimpo, veio fugido da fome no sertão. Aqui mesmo ficou e criou nós tudo” (Informação verbal¹⁴).

As histórias e estórias sobre o garimpo atravessavam os vales e sertões, atraindo os refugiados pelo flagelo da seca e da fome no semiárido. Motivados pela possibilidade de sobrevivência por meio do trabalho garimpeiro, os fluxos migratórios se intensificaram em direção a Mucugê e as demais cidades das lavras diamantíferas. De acordo com Jesus: “O imaginário de prosperidade e opulência que permeia as regiões de mineração historicamente tem asseverado a capacidade de atrair contingentes populacionais” (JESUS, 2019, p.62).

A autora assevera que a riqueza do garimpo, resultante da fome de muitos, ficou restrita a uma pequena parcela da população. Ela destaca ainda que os maiores ganhos foram “[...] abocanhados, sobretudo, pelos imperialistas europeus. A realidade experienciada pelos ‘romeiros da ilusão’ foi bem diversa, e mesmo quando a produção diamantífera viveu seu auge, a pobreza foi uma presença constante e incômoda” (JESUS, 2019, p.62).

Os coronéis mantinham relações com o capital para a comercialização do diamante nos mercados internacionais. O poder exercido por eles se manifestava tanto pela posse da terra, pelo fornecimento das condições materiais básicas para o trabalho e o controle do comércio por parte dos coronéis, quanto pela imposição de tributos atribuídos pelo Estado, que desde aquele contexto, esteve associado à manutenção do *status quo* e aos interesses das elites locais.

No mesmo ano da descoberta da nova jazida, em 1844, fundou-se o povoado de Mucugê do Paraguassú, que, três anos depois, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Santa Isabel do Paraguassú, pela Lei Provincial n.º 271, de 17-05-1847. Nesse período, o

¹⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

território de Santa Isabel do Paraguassú tinha uma extensão maior do que o atual município de Mucugê.

De acordo com Pina (2000), nesse contexto, a vila constituiu-se como uma centralidade regional, uma vez que nucleava o comércio e a produção diamantífera das Lavras, “[...] de onde partiam as decisões políticas e econômicas, através de suas famílias tradicionais - como os Rocha Medrado - que, detendo o controle fundiário, estendeu-o para os garimpos (PINA, 2000, p.23). Esse poder das famílias tradicionais permanece na contemporaneidade, protagonizando o cenário político e econômico local, em articulação com os segmentos externos representados pelo agrohidronegócio, de origem mais recente, do final do século XX.

Em 1890, a vila de Santa Isabel foi desmembrada de Rio de Contas, e promovida à condição de cidade, quando sua nomenclatura foi alterada, passando a se chamar São João do Paraguassú, e finalmente, em 1917, retornou à denominação de Mucugê, que permanece na atualidade.

A vocação diamantífera da Chapada tornou-se um elemento de considerável notoriedade nas representações construídas sobre esse espaço. Giudice e Souza (2006) asseveram que é indiscutível a relevância do garimpo na organização do espaço regional na Chapada Diamantina, uma vez que a região era um espaço habitado, até então, de modo não aglomerado.

A intensificação do garimpo com a extração do diamante, especialmente nos municípios de Mucugê, Andaraí (Distrito de Igatu), Lençóis e Palmeiras resultou na formação das Lavras Diamantinas, considerado um dos mais dinâmicos centros do comércio baiano em meados do Século XIX.

Esses municípios constituíam o domínio territorial marcado pelo intenso comércio que integrava as economias mais efervescentes da época. Essas atividades se articulavam à pequena área de produção agrícola que ladeava as Lavras Diamantinas e abasteciam as cidades e garimpos com os mais diversos gêneros alimentícios. Em Mucugê, nesse período, a pequena produção agrícola e as criações eram praticadas nas proximidades da Vila de Guiné. Guanaes (2006), ao abordar esse aspecto, afirma que “[...] o povoado de Caeté-açú [...], e o Vale do Pati produziam o mais delicioso café da região, que era vendido com exclusividade na feira de Lençóis. Utinga produzia o açúcar, principalmente o mascavo, de elevada qualidade (GUANAES, 2006, p.80).

Os alimentos produzidos nas localidades próximas abasteciam a sociedade das lavras diamantinas, que centralizava suas atividades na exploração do diamante. Moraes (1963), por sua vez, destaca o consumo de alimentos tradicionais típicos da cultura e das práticas alimentares sertanejas, apreciados pela população local, especialmente, dos garimpos. A Carne

de Sol, que vinha de Jussiape e de Campos de São João, no povoado de Palmeiras, o doce de marmelo, que chegava de Jacobina, na antiga Chapada Aurífera, e o surubim fresco pescado no rio São Francisco, no trecho situado nas margens de Ibotirama, cidade baiana vizinha à região diamantina. De acordo com Guanaes (2006), tais produtos continuam a ser produzidos em menor escala nesses lugares e são comercializados nas diversas feiras da Chapada Diamantina. A Figura 2 ilustra a realização da feira no século XIX, em Mucugê:

Figura 2 – Dia de feira em Mucugê, século XIX.



Fonte: Acervo público de Mucugê. Pesquisa de Campo, 2019.

A memória dos tempos áureos do diamante na realidade de Mucugê, assim como no restante da Chapada Diamantina, é marcada, tanto por contradições, concentração de terra e riqueza para alguns segmentos, quanto pela opulência, fartura e efervescência cultural e econômica, expressos também nesse espaço de troca, encontro e comercialização, que é a feira. Entretanto, é relevante destacar que tais contradições, são intrínsecas a essa sociedade do diamante, visto que as condições de vida da maioria da população local não refletiam as fortunas que circulavam pela cidade, e tinha como destinatários os coronéis da época que exploravam a força de trabalho¹⁵ dos garimpeiros.

¹⁵ De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, a força de trabalho corresponde à “[...] capacidade de realizar trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro” (BOTOMORE, 2013, p.253).

As narrativas sobre a vinda de tropeiros, com mercadorias trazidas nos lombos e nas bruacas¹⁶ dos animais que faziam a rota do sertão, e de outros lugares estão presentes na memória social desse território. No entanto, a riqueza originária do garimpo não era percebida de forma equânime pela população local. É por essa razão que H. Sales denominou as terras de garimpo na Chapada Diamantina como “[...] terra rica de gente pobre” (SALES, 1956, p.83). Com o passar dos anos, as terras propícias às atividades garimpeiras tornaram-se propriedades privadas dos coronéis, que, gradativamente, consolidaram-se como autoridades políticas e econômicas. Para evidenciar tal aspecto, apresenta-se a narrativa literária de Sales:

- Será que o senhor não pode chegar mais uma coisinha, coronel? – insinuou timidamente o garimpeiro.
- Meu preço é um só.
- Então o senhor pode fazer a conta. [...] Abatendo os 20% do quinto, da minha parte como dono da serra, ficam duzentos e oitenta mil-réis. Dos duzentos e oitenta, abatendo a minha parte como fornecedor, ficam cento e quarenta. Seu sócio tá aí? [...] Pois bem [...] cada um tem direito a 70\$000. Mas logo em seguida, abrindo o caderno de papel pardo do barracão, correu o dedo ao longo da página cheia de números alinhados em parcelas, e acrescentou:
- Sua conta no barracão é 160\$000, Joaquim. Quer dizer que, abatendo os setenta de sua parte do diamante, você fica me devendo noventa.
- E como há de ser coronel?...- disse, com hesitação.
- Como há de ser? – retrucou, meio agastado, o chefe. – Você encheu a barriga, matou sua fome, me deve 90\$000, tem que pagar esse dinheiro.
- Pagar como patrão? (SALES, 1956, p.41- 43).

O diálogo apresentado por Sales representa situações vivenciadas cotidianamente no garimpo, atividade intensamente marcada pelos traços do coronelismo na Chapada Diamantina. Entre os anos de 1845 a 1890, considerado o apogeu da Civilização do Diamante, resultou num destaque econômico e social sem precedentes a essa região. Contudo, a partir de 1890, o garimpo já apresentava sinais de enfraquecimento, quando, em 1930¹⁷, teve início um longo período de decadência econômica e esvaziamento populacional. Sobre esse contexto, Léda revela, “[...] Sob diversas formas, o garimpo deixou suas marcas na Chapada Diamantina: marcas físicas do intenso trabalho dos garimpeiros nas serras e no leito dos rios; marcas urbanas

¹⁶ Trata-se de um compartimento de couro cru, amarrado ao lombo de mulas para o transporte de pequenas cargas no sertão.

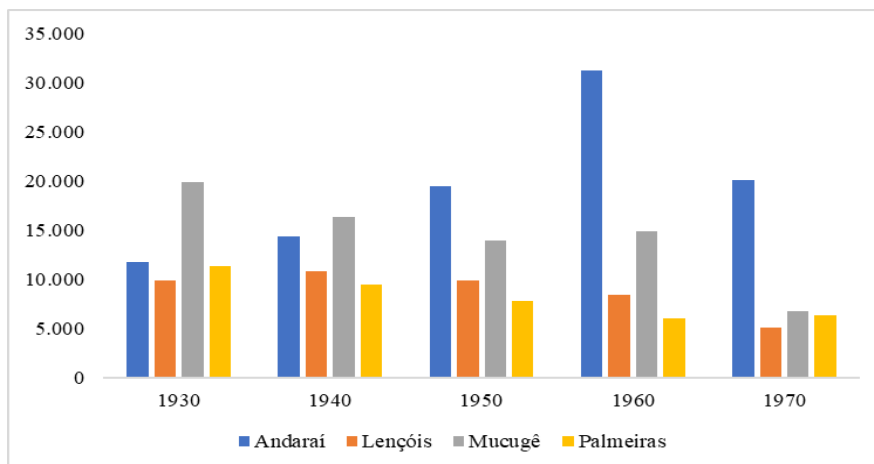
¹⁷ Dentre os ciclos econômicos que predominaram na Chapada Diamantina com o fim do garimpo do diamante, sublinham-se a exploração do carbonato, mineral utilizado na indústria, além da exploração de flores endêmicas da região, sobretudo a sempre viva. Embora passageiras, tais atividades econômicas foram fundamentais para a sobrevivência da população local.

em singulares conjuntos arquitetônicos; marcas humanas na memória e na vida presente” (LÉDA, 2006, p.101).

Aqueles que permaneceram, enfrentaram situações de extrema pobreza e miserabilidade, que, na década de 1970, atingiu níveis preocupantes. Exemplo disso foi a Vila de Igatu, que, no auge do diamante, chegou a abrigar 9000 pessoas, e na década de 1970, tinha cerca de 150, conforme apontam dados do censo demográfico realizado pelo IBGE. Dentre os fatores que convergiram para a decadência da sociedade diamantina, sublinham-se o esgotamento das jazidas e a saturação do mercado internacional, provocado pela descoberta de novos garimpos diamantíferos na África do Sul. Nos dizeres de Léda, “[...] as Lavras se constituíram, em meados do século XIX, no afã de uma economia garimpeira que nasceu no apogeu e depois decaiu abruptamente, como uma construção social interrompida” (LÉDA, 2003, p.105). O que é corroborado por Moraes:

[...] milhares de garimpeiros e mesmo de famílias e de indivíduos que exerciam atividades correlatas à garimpagem, foram deixando a região. E o êxodo passou a ser tão grande, tão febril, que dava a impressão de que toda aquela gente, que enchia com as caravanas longas as estradas tristes, estivesse fugindo de uma calamidade ou de uma guerra. O destino?... O destino era São Paulo. O destino era os sertões de Goiás, de Minas Gerais, Paraná e, sobretudo, do Mato Grosso [...]. E os caminhos?... Ah! Os caminhos eram exatamente aqueles mesmos pelos quais os jagunços marcharam quatro anos antes, sentindo o descortinar de novas paisagens e de um novo mundo. [...] Para trás, como uma saudade, ficou a chapada baiana, imensa, quase deserta. Ficou a chapada escaldada de sol, mas sem calor humano. Ficou a chapada com as entranhas vermelhas das piçarras erodidas dos garimpos, expostas ao céu como a querer mostrar o coração geológico, sangrando (MORAES, 1963, p.210).

A descrição do autor remete a aspectos da memória social cravados nos espaços rurais da Chapada Diamantina em um tempo sofrido, que ainda permanece vivo nas vozes, silêncios, olhares e narrativas de quem o vivenciou. Essa realidade se evidencia no esvaziamento populacional pelo qual passou os municípios das lavras diamantíferas, quando grande parte dos residentes partiu em busca de trabalho nas cidades longínquas. Esse aspecto pode ser observado no Gráfico 1, que apresenta os quantitativos populacionais dos municípios.

Gráfico 1 - População dos municípios das Lavras Diamantíferas, 1930-1970.

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia (1929-1930);
 Recenseamento Geral do Brasil (1940 - 1970).
 Dados organizados pela autora.

O gráfico apresentado aborda os totais populacionais das lavras entre as décadas de 1930 e 1970, período de acentuada crise econômica. A década de 1930 é marcada pela decadência do Ciclo do Carbonato¹⁸, atividade econômica que, em certa medida, substituiu o garimpo de diamantes na região. Em escala global, sublinha-se que esse período corresponde a um tempo de instabilidade política e econômica, que evidenciou a fragilidade do projeto agrário exportador, no qual se sedimentava a economia brasileira/lavrista. De acordo com Jesus (2019, p.81), esse aspecto evidenciou a “[...] a dependência que a comercialização de diamantes e carbonatos mantinha com o mercado internacional”.

A autora adverte ainda que as consequências dessa crise incidiram diretamente nos índices demográficos. Verifica-se, no Gráfico 1, uma redução substancial da população, especialmente na década de 1950, com exceção de Andaraí, cujo crescimento populacional foi considerável entre 1930 e 1960, em decorrência da prática das atividades agrícolas em um de seus distritos, Iguaçu, que posteriormente foi emancipado Lei nº 1.497, de 25 de setembro de 1961, e que instituiu a criação do município de Itaeté. Na década de 1970, todos os municípios lavristas apresentaram perda populacional, ainda que Andaraí tenha permanecido com um total populacional significativamente maior que os demais, em decorrência da prática da agricultura.

Além da aparente frieza dos números e dos olhares literários de Moraes (1963) e Sales (1956), é possível refletir sobre esses movimentos da população local, considerando a

¹⁸Conhecido como o Diamante Negro, esse minério foi explorado mais especificamente em Lençóis. Tinha alto valor econômico, pois foi utilizado na perfuração de rochas na construção do Canal do Panamá, em 1880. Contudo, seu ciclo foi efêmero, visto que as reservas minerais logo se findaram.

perspectiva da memória de quem vivenciou esse processo. Desse modo, o fragmento da narrativa de um idoso, morador da zona rural de Mucugê contribui com a análise:

As mães batiam na cabeça dos filhos, dizendo, cresce logo menino. Inteira logo seus dezoito anos e vai procurar um rumo, um trabalho em São Paulo. Lá, pelo menos, você vai trabalhar e vai poder comprar uma roupa para vestir. Porque aqui tava muito precário, não tinha meio de viver, era o jeito sair pra fora, atrás de ganhar a vida (SIC. Informação verbal¹⁹).

Essa narrativa evidencia as dificuldades enfrentadas pela população carente da Chapada Diamantina. Os sujeitos sociais que permaneceram no território construíram, ao longo da vida, táticas e saberes que moldaram sua convivialidade e reprodução social, para garantir a sobrevivência com a labuta diária na terra.

Esse participante revelou que fez parte das multidões que migraram, na busca de alternativas de trabalho para a manutenção das condições materiais de sua existência e do seu grupo familiar. Quando questionado sobre os motivos para seu regresso, depois de 40 anos longe, ele assim confidenciou: “Foi a saudade da minha terrinha. Vim acabar de viver aqui, de junto dos meus, no meu lugar” (informação verbal²⁰). Nas comunidades rurais de Mucugê, o destino dos fluxos migratórios eram predominantemente os estados das regiões centro-oeste e sudeste, notadamente a cidade de São Paulo.

Embora deva se resguardar as especificidades socioculturais, materiais e simbólicas, além dos contextos históricos e territoriais distintos, esses processos migratórios ocorridos no século XX, em Mucugê, assemelham-se àqueles analisados por Silva (1988), que abordou a migração dos trabalhadores camponeses do Vale do Jequitinhonha, em direção às regiões agrícolas do interior do estado de São Paulo. Para a autora, “[...] a migração é um processo social, possuindo condicionantes sociais, econômicos, políticos, culturais, que atingem os indivíduos independente de sua vontade” (SILVA, 1988, p.10).

Em decorrência disso, considera-se que os fatores subjetivos, ainda que relevantes, isoladamente, não explicam a migração. Garcia Junior (1990), por sua vez, compreende que as migrações dos trabalhadores rurais camponeses nordestinos constituíam um leque mais amplo de estratégias de reprodução e permanência da unidade doméstica do campo. Dito de outro modo, o camponês migra para permanecer no intuito de obter as condições materiais de sua

¹⁹ Entrevista realizada em outubro de 2019.

²⁰ Entrevista realizada em outubro de 2019.

existência e de seu grupo familiar, condições essas que se tornaram inviáveis em seus primeiros territórios de vida.

É possível associar essas reflexões às proposições de Almeida (2009), quando aborda a vida entre-territórios. Para a autora, o movimento do migrante corresponde a um “[...] fenômeno que promove uma reflexão sobre as atuais concepções de sedentarismo e de mobilidade, pois ambas encerram a ideia [...] de espaço, bem como de esferas identitárias e de zonas de produção de evidências mais ou menos compartilhadas” (ALMEIDA, 2009, p.212). Em face disso, movimenta-se, junto com o sujeito migrante, sua experiência espaciotemporal de território, tensionando seu enraizamento e identidade territorial. Esses movimentos provocam ressignificações, rupturas e reiteram os sentidos da identidade e da alteridade, visto que ambas são colocadas à prova.

A identidade territorial é construída por esses movimentos da vida cotidiana, permeada de processos culturais, econômicos e políticos. Martins (2018) discute o desafio de interpretar o real na esfera das sociabilidades dos homens comuns, que constroem cotidianamente suas trajetórias de vida e de trabalho. O autor reflete sobre a “[...] a crescente prevalência da cotidianidade no processo histórico” (MARTINS, 2018, p.9). Isso porque a interpretação da vida cotidiana dos sujeitos sociais permite a compreensão dos mecanismos de dominação e alienação que influenciam suas trajetórias e destinos. Como sugere o autor, “[...] o relevante está também no ínfimo” (2018, p. 12).

Esses detalhes ínfimos integram as dinâmicas, fenômenos e processos que preenchem a vida cotidiana em diferentes realidades espaciotemporais. Para De Certeau, o cotidiano é atravessado por táticas de homens e mulheres comuns, que delas dependem para sua reprodução social e preenchem de significado suas trajetórias de vida e trabalho. Para esse autor, a tática corresponde:

[...] a ausência de um próprio [...]. Ela opera golpe a golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Esse não-lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante (DE CERTEAU, 2013, p. 94-95).

As táticas, nesse contexto, podem ser lidas como territorialidades criadas, a fim de garantir a renda, o trabalho e a permanência de sujeitos e coletivos vulneráveis social e economicamente. Os cultivos de alimentos nos quintais e a criação de pequenos rebanhos, como galinhas, suínos e caprinos, exemplificam essas táticas criadas para permanecerem no território.

Elas traduzem os movimentos da vida cotidiana em Mucugê, que dizem muito também sobre as territorialidades construídas em relação aos territórios de vida e trabalho, especialmente das mulheres e homens do campo.

De acordo com Senna (1984), a decadência da atividade garimpeira na Chapada cooperou para a formação da zona agrícola, em municípios vizinhos aos das Lavras Diamantíferas, como extensão das fazendas de gado do sertão baiano, o que, gradativamente, contribuiu para transformar o garimpeiro, que permaneceu no território, em agricultor familiar camponês, visto que era uma das poucas alternativas à própria sobrevivência daqueles grupos.

Analisar os conteúdos inerentes ao território consiste em desvendar o significado de sua cotidianidade e geograficidade, mas também as transformações decorrentes das novas e velhas formas de apropriação e territorialização socioeconômica e produtiva dos sujeitos sociais que o habitam, em suas condições materiais de existência. Na leitura da formação territorial, compreende-se que as raízes da estrutura fundiária do município de Mucugê são concentradas em latifúndios, assim como ocorreu em demais localidades brasileiras, fruto do processo de apropriação das terras devolutas. Para Mota (1998):

[...] os fazendeiros continuavam a fazer o que há muito já faziam: apropriavam-se de terras devolutas. Ociosas ou não, elas se tornavam parte do domínio do fazendeiro que, ansioso por salvaguardar o seu poder, impedia reiteradamente que outros sujeitos sociais viessem a ocupar parcelas de terras, matas virgens sabidamente devolutas (MOTA, 1998, p.83).

A lei de terras instituída em 1850, não conseguiu frear o domínio do território pelas elites que controlavam o interior da província. Conforme enfatizado por Martins (2013), essa lei, no Brasil, representou a consolidação das injustiças que permearam o acesso à terra no país. Isso porque, distante do poder institucional e da influência dos instrumentos legais de fiscalização e demarcação de terras representados pelo Estado, os territórios rurais de Mucugê permaneciam sob o controle das famílias tradicionais locais. Pina compreende que, dentre essas elites, sublinha a liderança da família Rocha Medrado, cuja análise dos inventários evidenciou a “[...] apropriação por esta família das chamadas terras devolutas, terras que nunca foram compradas ou demarcadas por instrumentos legais” (PINA, 2000, p. 51).

Desse modo, a manutenção do poder exercido pelas famílias tradicionais de Mucugê e a reprodução das disparidades socioeconômicas que influenciam no acesso e permanência na terra, mantêm-se, desde o contexto que antecedeu o garimpo e se agravou com a decadência dessa atividade.

As análises sobre a realidade agrária no Brasil, desenvolvidas por Martins (2013), versam sobre a transição do modo de produção escravagista para o colonato nas lavouras cafeeiras no contexto das condições socioeconômicas e políticas que determinaram o acesso à terra e o trabalho no campo no século XIX. Em 1850, com o cerceamento do tráfico das populações africanas escravizadas e a instituição da Lei de terras, foram lançadas as bases para a consolidação das injustiças históricas e a perpetuação da estrutura fundiária concentrada que perdura do período colonial até a contemporaneidade. De acordo com Martins (2013), o Brasil,

[...] com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, conseqüentemente, da economia escravista que sobre ele florescera, da sociedade aristocrática que dele se nutrira. Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado (MARTINS, 2013, p.3).

Martins (2013) revela ser lugar-comum, nas ciências sociais, o entendimento de que a força de trabalho da população negra escravizada foi substituída pelos imigrantes europeus, estimulados pelo Estado e pelas elites locais. No entanto, o autor assevera que essa transição não ocorreu de forma pacífica. Pelo contrário, trata-se de um processo conflituoso e pleno de tensões sociais que se desdobrou nas atuais contradições perpetuadas na sociedade, sobretudo na realidade agrária do Brasil.

Oliveira compreende o território como “[...] produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p. 74). Trata-se de decifrar as contradições produzidas no âmbito de tais relações. A produção capitalista dos espaços agrários é, cada vez mais, promotora do desenvolvimento desigual e combinado (SMITH, 1988).

Refletir sobre a desigualdade nos sistemas agrícolas/agrários de produção nos espaços rurais, remete à discussão acerca das condições de produção e de acesso à terra. Oliveira (2016) apresenta reflexões acerca da mundialização da agricultura brasileira, considerando as contradições inerentes à acumulação capitalista e os rebatimentos socioespaciais desse fator no território. A esse respeito, afirma ainda, que “[...] é, pois, urgente produzir uma Geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou, mais que isto, uma Geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo” (OLIVEIRA, 2001, p.7).

Em sua análise de conjuntura acerca da relação contraditória estabelecida entre o camponês e o capitalismo, Oliveira (2001b) compreende que esse modo de produção atua “[...]”

na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo, em várias culturas e diferentes áreas do país” (OLIVEIRA, 2001b, p.185).

No entanto, o autor adverte que esse mesmo capital corrobora o desenvolvimento das relações camponesas, ainda que de modo articulado e contraditório. Isso porque, para se reproduzir, o capital precisa da submissão da força de trabalho dos homens e mulheres do campo, que, pelo viés do trabalho na terra, recriam seus modos de existir e resistir em seus espaços de vida, e, ao fazer isso, no limite, alimentam o capital. Trata-se do que Oliveira (2007) denomina exploração, sem que ocorra, necessariamente, expropriação dos trabalhadores. De acordo com Smith (1988), tal aspecto corrobora a natureza desigual e contraditória do desenvolvimento capitalista, especialmente no que tange às relações de trabalho no campo.

Convém mencionar ainda, no contexto de transição entre os séculos XIX e XX, que a tardia e gradual abolição do regime escravocrata no Brasil teve repercussões na constituição do território de Mucugê. A força de trabalho das pessoas escravizadas foi radicalmente inflacionada pela proibição do tráfico internacional, em 1851. Assim, além da dominação das terras, parte das elites locais alavancaram seu poder aquisitivo e patrimonial com a comercialização interprovincial e regional dessas pessoas escravizadas. Em seus estudos acerca da escravidão na Chapada Diamantina, Pina (2000) argumenta que, em decorrência das proibições do tráfico, constatou, com a análise de inventários patrimoniais, que o preço do ser humano escravizado era equivalente, ou até mesmo superior, ao preço da terra no município.

Silva (2007), na análise da concessão de alforrias e da transição do regime escravagista para o abolicionista na província da Bahia, destaca que “[...] entre as décadas de 1850 e 1870, as ações de liberdade perpetradas por eles e seus procuradores eram formuladas em moldes conservadores, isso é, previam indenizações custosas a serem pagas aos senhores” (SILVA, 2007, p.8). Foi assim que os senhores de escravos, que utilizavam essa força de trabalho para enriquecerem, com as lavouras e garimpos, não tiveram prejuízos econômicos com a abolição da escravatura, pelo contrário, foram ressarcidos financeiramente pelo Estado. Anos após a proibição do tráfico, com a assinatura da abolição em 1888, a população negra local, tardiamente liberta, viu-se expropriada da terra, da moradia e sem perspectivas de viver dignamente do fruto de seu trabalho.

Essas são as condições estruturantes para a manutenção do poder político, econômico e social em Mucugê. Os processos históricos desse território são caracterizados pelo acirramento das desigualdades e injustiças sociais. Essas condições, aliadas à estrutura agrária concentradora repercutem na consolidação e reprodução do latifúndio e da desvalorização da força de trabalho. Apesar do vínculo de trabalho com as empresas do agronegócio, os sujeitos

sociais do campo têm perdido a autonomia, liberdade e soberania na produção agrária, à medida que o capital avança em seus territórios sob a insígnia dos modernos empreendimentos agropecuários.

O agronegócio, em grande medida, vinculado à modernização do território, passa a impor tal condição para sua permanência, visto que a dinâmica produtiva atende a uma economia mundializada, cuja racionalidade segue os parâmetros mercadológicos. Essa dinâmica imposta pelo capital é estranha ao cotidiano das pessoas do lugar, que passam a se submeterem aos ditames impositivos da lógica da acumulação capitalista.

Além da intensificação dos processos migratórios, que marcaram o esvaziamento da população de Mucugê, a decadência da atividade garimpeira, em meados do século XX, está relacionada à desvalorização econômica das terras rurais do município, que passaram a ser vendidas a preços irrisórios, ou até mesmo abandonadas.

De acordo com Jesus (2019), a economia cafeeira também teve relevância no panorama rural de Mucugê, no início do século XX. No entanto, apesar das políticas de favorecimento do Estado, não logrou êxito, fato que pode ser explicado pelo contexto de crise internacional no final dos anos 1920, que, no Brasil, teve grande repercussão na produção e comercialização do café, dentre outros segmentos da economia.

Salienta-se que, durante período de acirramento da crise social e econômica, sobretudo entre as décadas de 1930 a 1970, a pobreza generalizou-se, e as únicas alternativas à sobrevivência eram os poucos cargos ofertados pelos órgãos públicos, o comércio incipiente e os pequenos cultivos da agricultura familiar camponesa nas áreas rurais e próximas ao decadente centro urbano local.

Em conversas com uma participante da pesquisa, natural de Mucugê, ao rememorar sua infância, nas visitas aos familiares que permaneceram na cidade, recordava-se da necessidade de levar pão, cereais e outros alimentos básicos para a hospedagem, com receio de não os encontrar no tímido comércio que ainda resistia na cidade.

As condições de extrema pobreza assolavam parte considerável da população local. Em meados das décadas de 1970-80, tal como nos conta a entrevistada, “[...] Mucugê era um lugar onde restavam apenas os velhos e as crianças. E quem ia embora, trabalhar em São Paulo, mandava algum dinheiro para ajudar a família que ficava” (informação verbal²¹). Esse aspecto está associado às reflexões acerca da migração dos trabalhadores rurais, tecidas por Garcia

²¹ Entrevista realizada em junho de 2020.

Junior (1990), ao analisar o deslocamento de trabalhadores nordestinos para viabilizar o sustento da família que permaneceu na terra natal.

Décadas seguintes, entre os anos de 1980-90, observa-se a inserção do agronegócio na realidade local, que, anos mais tarde, em 1998, é impulsionado pela construção da barragem do Apertado. Nesse período, observa-se um princípio de inversão dos processos migratórios, que eram tradicionalmente marcados pela migração dos trabalhadores rurais e de antigos garimpeiros. Foi quando o município passou a atrair grupos de imigrantes sulistas e descendentes de asiáticos, oriundos de Goiás que, se aproveitaram dos preços baixos das terras rurais locais e dos incentivos do Estado, para incorporar as terras rurais do município em seus empreendimentos agrícolas.

Haesbaert aborda as repercussões territoriais desses processos migratórios na organização regional do Brasil, no contexto da modernização dos espaços agrícolas e das novas fronteiras da expansão do agronegócio nos cerrados do Nordeste, mais precisamente, nas terras altas e aplainadas da Chapada Diamantina, no oeste baiano e no extremo sul do Piauí. Para o autor,

[...] entram em contato ali não só o grande capital e a modernização trazidos por empresários do Centro-Sul em seu processo de intensificação do capitalismo no campo brasileiro, mas também dois grupos sociais que representam identidades culturais/regionais das mais representativas do país ou, pelo menos, os de identidade regional e regionalismo (político) mais conhecidos – gaúchos-sulistas e baianos-nordestinos (HAESBAERT, 1997, p.26).

A expansão do capital no campo, por meio do agronegócio, repercutiu na formação social e identitária dessas novas áreas de expansão das lavouras. Moraes (2000) analisa a constituição das novas fronteiras²² desenhadas pelas investidas do capital agrícola, no contexto das transformações na realidade agrária dos cerrados nordestinos. A autora versa sobre o processo de desencantamento de um sertão simbólico, que passou a ser subjugado por interesses e discursos modernizadores impulsionados pelo Estado e pelas frentes de expansão provenientes do sul do país, em direção às regiões norte-nordeste.

Em face desse contexto de dominação do território, latente em regiões cerradeiras do Brasil, o território de Mucugê apresenta similitudes em relação às realidades estudadas por Haesbaert (1997), no oeste baiano, e Moraes (2000), no sul piauiense. Particularizando a abordagem para a realidade desta Tese, um entrevistado revelou ainda, que, em 1987, os

²² Para Moraes (2000), a ideia de fronteira está associada ao contraste entre realidades distintas, que reverberam em modos diversos de organização social da vida.

descendentes de japoneses da empresa Bagisa²³ compraram as áreas de produtores gaúchos e iniciaram os plantios de batata irrigada. Segundo o entrevistado, as lavouras foram implantadas “[...] pelos japoneses da Bagisa. Eles arrendaram as terras dos gaúchos para plantar as batatas por 10 anos, depois disso, os gaúchos usaram os próprios restolhos que ficaram e fizeram outra lavoura²⁴” (Informação verbal.) Em 2015, o Grupo Igarashi adquiriu as fazendas Bagisa, tornando-se a maior empresa de produção de batata inglesa do Agropolo Mucugê – Ibicoara.

A estagnação econômica no século XX e a recente inserção do agronegócio no contexto local de Mucugê articulam-se nas configurações do território no presente. Entretanto, nesse intervalo, sublinha-se a ocorrência de ciclos econômicos alternativos ao do diamante, tais como a exploração das sempre-vivas, considerado demasiadamente efêmero e insuficiente para reavivar a economia local e regional. Apesar da intensificação do processo de concentração fundiária nas áreas rurais do município, a década de 1990 sinaliza também um princípio de mudança na realidade local para os sujeitos sociais nativos, que permaneceram no território.

Tal panorama certamente está associado à conjuntura político-econômica vigente no Brasil nesse período. A consolidação do Plano Real, em 1994, e programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Escola, tiveram impactos positivos nas condições materiais da população socialmente mais vulnerável. Ressalta-se que o aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda no governo Lula, em 2003, oportunizou melhorias nas condições gerais de vida, o que repercutiu na segurança alimentar de milhões de brasileiros.

Contudo, observa-se a permanência das contradições sociais profundas, intrínsecas ao modo de produção capitalista. Compreende-se que, se, por um lado, esses programas de transferência de renda em escala nacional são fundamentais, isoladamente, não solucionam a condição de extrema desigualdade social que assola a sociedade, sob a égide do capital. Na atualidade, com o recrudescimento da necropolítica²⁵ neoliberal intensificada no governo Bolsonaro, em 2019, verificam-se retrocessos sociais com as diversas tentativas de esfacelamento e desmonte das políticas públicas e projetos de cunho social.

Ao discutir tais contradições, intrínsecas à inserção do capitalismo no campo, Paulino (2007) considera que “[...] o agronegócio é a versão nova do latifúndio de sempre, aquele que, historicamente, semeia a degradação ambiental e a exclusão social” (PAULINO, 2007, p.345). Tais aspectos são indissociáveis ao processo de reprodução e ampliação do sistema capitalista

²³ Em 2015, a Bagisa foi comprada pela Fazenda Igarashi, consolidando um dos maiores empreendimentos rurais, cuja área extrapola os limites municipais de Mucugê, integrando o Polo do Agronegócio Mucugê-Ibicoara.

²⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

²⁵ Conceito elaborado pelo filósofo Mbembe (2018), que reflete sobre as condições aptas à criação de mundos de morte, regidos historicamente pelo jugo colonial que predomina sob o signo das relações capitalistas.

no campo, que compromete a natureza, tida apenas como recurso, e deslegitima as formas tradicionais de trabalho, convivialidade e (con)vivência na terra. Observa-se essa realidade nos contextos agrários no Brasil, sobretudo em territórios nos quais se nota o predomínio das relações capitalísticas e a submissão da existência e da sociabilidade camponesa aos ditames da acumulação do capital, tal como se observa em Mucugê.

Sobre esse aspecto, Thomaz Junior (2017) pontua que a realidade do campo brasileiro é sedimentada no ambiente degradado que delineia “[...] o modelo concentrador de terra, água, renda, riqueza, bem como protagonista da destruição das forças produtivas e multiplicador da miséria e da pobreza dos trabalhadores” (THOMAZ JUNIOR, 2017, p.2). Tais condições se repetem em diferentes recortes espaciais, quando predomina a lógica do crescimento econômico do *agrobusiness*.

2.3 A cerca, a terra e a lei: estrutura agrária dos territórios rurais de Mucugê

No âmbito jurisdicional, sublinha-se a Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à estrutura agrária no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o valor do módulo fiscal no Brasil oscila de 5 a 110 hectares. E m Mucugê corresponde a 65 hectares. Para a definição dessa métrica, leva-se em consideração a natureza e a renda da atividade econômica predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal), além das demais atividades agropecuárias existentes. A área total dos módulos fiscais é instituída nas esferas legais. Sua variação ocorre nas escalas da região, do estado e dos municípios.

A supracitada lei delimita que a pequena propriedade corresponde à área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, que, no caso de Mucugê, transita entre 65 ha a 260 ha. A média propriedade, por sua vez, possui área entre 4 até 15 módulos fiscais, que corresponde de 260 ha a 975 ha; e a grande propriedade é aquela com área superior a mais de 15 módulos fiscais, ou seja, com área maior que 975 ha.

Nessa classificação, verifica-se, na realidade desse município, que, cerca de 89% dos 814 estabelecimentos rurais têm área inferior a um módulo fiscal, como foi possível verificar, por meio do tratamento dos dados do censo agropecuário realizado em 2017. Esse aspecto contribui para que os estabelecimentos rurais sejam considerados de pequeno porte, constituídos, em sua maioria, por sítios da agricultura familiar camponesa, que, apesar das condições desfavoráveis de acesso à terra e as políticas estatais de fomento à produção

agropecuária, são os verdadeiros responsáveis pela produção de comida para a população brasileira, conforme demonstrou o censo agropecuário realizado em 2017.

Compreende-se que, embora haja a permanência da exclusão social entre segmentos da agricultura familiar no Brasil, em decorrência da desigualdade de investimentos políticos e econômicos, que colocam em lados antagônicos os estabelecimentos da agricultura familiar e do agronegócio, e a evidente disparidade no acesso à terra, sublinha-se que a inserção dessa categoria na agenda das políticas estatais do país oportunizou à população residente no campo possibilidades concretas de melhoria das condições materiais de vida (CARNEIRO, 1997; SILVA, 2021).

No contexto dos espaços rurais, ressalta-se, por exemplo, o acesso à terra, condição essencial à manutenção da vida e reprodução social dos homens e mulheres do campo. De acordo com Fernandes (2001b):

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa. Evidente que esses processos não são lineares, tampouco separados e contém a contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro. No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar. Da territorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos. Desse modo, destaco alguns que foram condicionantes para a formação da atual questão agrária (FERNANDES, 2001b, p.2).

O autor argumenta ainda que o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado no Brasil, desde a década de 1960, provocou o acirramento da concentração fundiária, e consequentemente, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias do campo. A histórica concentração da terra no Brasil é encontrada na análise da estrutura fundiária do município, apresentada em síntese, na Tabela 1, entre as décadas de 1940-2017.

Tabela 1 – Estrutura fundiária de Mucugê, entre 1940 – 2017.

Grupos de área (ha)	1940		1950		1960		1970		1980		1996		2006		2017	
	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab.	Área (ha)	Nº de estab.	Área (ha)	Nº de estab.	Área (ha)	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab	Área (ha)	Nº de estab.	Área (ha)	Nº de estab.	Área (ha)
> 1	104	76	15	12	72	59	54	35	31	23	157	53	16	8	26	14
1 - 2	133	175	33	46	129	208	63	89	51	69	134	155	43	47	111	135
2 – 5	499	1.553	203	704	598	1.949	328	1.147	199	595	332	941	116	333	258	737
5 – 10	248	1.727	176	1.316	462	3.595	255	1.941	112	754	235	1.467	121	811	136	906
10 – 20	165	2.190	114	1.585	253	3.605	180	2.532	116	1.488	191	2.265	98	1312	97	1248
20 – 50	101	2.968	146	4.190	180	5.604	124	3.569	106	3.175	177	4.871	96	2917	100	2858
50 – 100	43	2.894	43	3.196	61	4.842	36	2.887	60	3.685	64	3.955	26	1686	26	1755
100 – 200	15	2.052	19	2.590	20	2.950	12	1.762	30	4.001	42	5.669	13	1752	25	3325
200 – 500	22	6.379	27	7.989	23	6.839	23	6.452	36	10.292	38	11.623	23	6515	12	3307
500 - 1.000	3	-	5	3.919	5	3.571	4	2.722	16	9.524	9	5.908	9	5872	3	1602
1.000 - 2.000	11	15.284	5	7.048	2	2.614	0	0	5	6.692	2	2.845	4	5188	3	5440
2.000 - 5.000	2	-	4	13.068	-	-	0	0	1	4.419	5	15.719	4	13644	2	X ¹
5.000 - 10.000	-	-	1	9.692	-	-	1	5.662	-	-	-	-	-	-	-	-
< 10.000	-	-	1	17.415	1	13.068	-	-	-	-	-	-	-	-	2	X ¹
Total	1.346	35.298	792	72.770	1.806	48.904	1.080	28.798	763	44.717	1.386	55.471	587	40.086	814	73875

Fonte: IBGE: recenseamento geral do Brasil (1940-80) e censos agropecuários de 1995-96, 2006 e 2017.

¹ Valor omitido pelo IBGE para não identificar o informante.

Ainda que seja passível de críticas acerca dos critérios metodológicos e políticos que orientam a obtenção, organização e divulgação dos dados da estrutura fundiária dos municípios brasileiros pelo IBGE, a leitura das informações presentes no censo agropecuário permite tecer um panorama das condições de acesso, permanência, produção e trabalho na terra, em escala nacional (MITIDIERO JUNIOR et al, 2016). Trata-se, indubitavelmente, de uma relevante ferramenta para um diagnóstico fidedigno do campo brasileiro.

O crescente desmonte²⁶ do IBGE integra um projeto político-ideológico de desmantelamento dos órgãos de pesquisa no Brasil, essenciais ao desenvolvimento nacional. A total desarticulação do censo demográfico, que seria realizado em 2020, é um dos sintomas mórbidos desse projeto, e no que diz respeito ao censo agropecuário, as perspectivas são igualmente desanimadoras caso esse projeto político se consolide nesta década. Com todas as ressalvas que podem e devem ser feitas em relação à obtenção, tratamento, divulgação e aplicação dos dados do censo agropecuário, é salutar reconhecer como esse instrumento é imprescindível ao planejamento, conhecimento e transformação da realidade presente no campo.

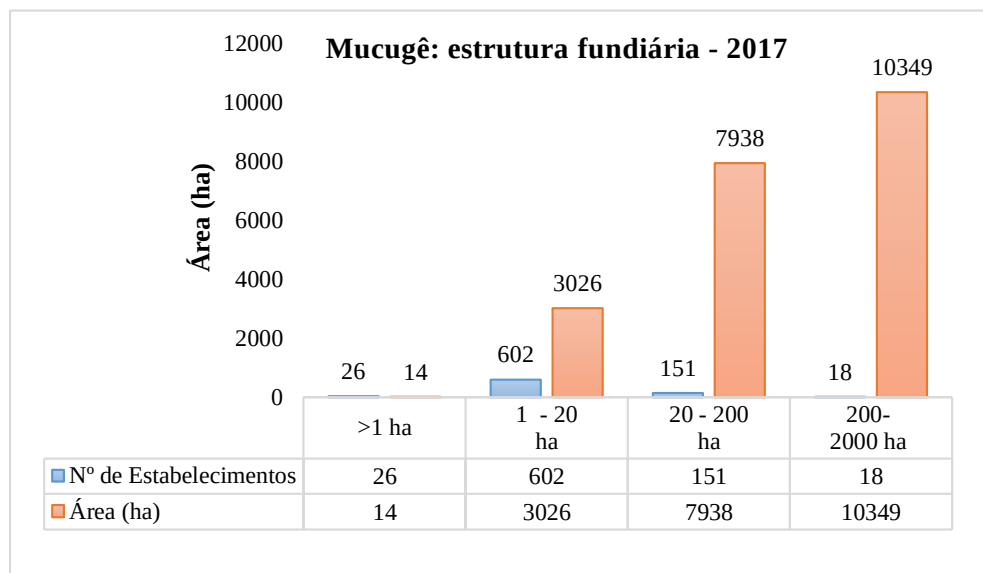
Os dados do censo agropecuário são essenciais para conhecer a realidade agrária dos municípios brasileiros, com possibilidade de recortes temporais e espaciais, a depender do crivo e das necessidades do pesquisador. Ao particularizar a análise para a realidade de Mucugê, a leitura dos dados expostos na Tabela 1 indica na década de 1940, que cerca de 97% (1.308) dos estabelecimentos rurais com menos de 200 ha, totalizam uma área de 13.635 ha. Esse grupo de área é inferior àquela correspondente aos 11 estabelecimentos rurais, cuja área é maior que 1000 ha, que abrangem um total de 15.284 ha. Esse panorama permanece sem grandes alterações no recorte temporal analisado.

Observa-se que, no período de abrangência do levantamento realizado, a maioria absoluta dos estabelecimentos agropecuários tem áreas inferiores a 50 ha. Ainda que, na década de 1950 e 1960, verificou-se uma propriedade com área superior a 10.000 ha. Em 1990, registrou-se um considerável crescimento do total de estabelecimentos com área superior a 2000 ha. Além disso, em 2017, os quatro estabelecimentos rurais, cujas áreas foram suprimidas, por critérios metodológicos do IBGE, somam 52.548 ha, aproximadamente 71% da área total dos

²⁶ Não por acaso, o IBGE, assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Banco do Brasil, a Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS), dentre tantos outros órgãos, vêm sofrendo com o sucateamento promovido pela agenda neoliberal regida pelo atual ministro da economia, Paulo Guedes e aclamada pela evidente e perversa necropolítica do inepto presidente da república, Jair Bolsonaro.

estabelecimentos rurais do município. As informações fundiárias do censo agropecuário de 2017 são expostas no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Estrutura Fundiária do município de Mucugê, Censo agropecuário, 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

Organização: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

É possível verificar, de acordo com as informações disponibilizadas no censo agropecuário, o predomínio absoluto dos empreendimentos rurais com área superior a 200 ha. Observa-se também, tal como considera Mitidiero Junior et al (2017), a discrepância no nível de detalhamento do tamanho e número dos estabelecimentos. Identifica-se, por exemplo, a quantidade e a área total dos estabelecimentos com menos de 1 ha. No entanto, com os intervalos espaciais adotados pelo IBGE, torna-se inviável identificar a extensão do território dominado pelo agrohidronegócio no município.

A realidade experienciada pelas comunidades rurais é diversa, tanto nos contextos da agricultura familiar, quanto da não-familiar, ambas instituídas pelo IBGE e amparadas na esfera jurídica. Na leitura da estrutura fundiária do município, pautada nos dados do censo agropecuário de 2006 e 2017 (Tabela 2), verifica-se o crescimento vertiginoso do número de estabelecimentos rurais, sobretudo do território dominado pela agricultura não-familiar, o que provocou uma nova configuração territorial local.

Tabela 2 – Mucugê: Número de estabelecimentos e grupos de área da agricultura familiar e não-familiar, em 2006 – 2017.

Grupos de área	Agricultura familiar				Agricultura não –familiar			
	Nº de estab.		Área dos estab.		Nº de estab.		Área dos estab.	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Menos de 2 ha	58	119	54	121	1	28	1	26
2 - 5 ha	111	213	317	613	5	45	16	124
5 - 10 ha	117	117	782	790	4	19	29	116
10 - 20 ha	93	69	1232	892	5	28	80	355
20 - 50 ha	91	79	2758	2229	5	21	159	628
50 - 100 ha	22	17	1423	1180	4	9	263	575
100 – 2500 ha	26	22	6693	3266	27	21	26278	10408
Mais de 2.500 ha ¹	-	-	-	-	-	4	-	X ²
Produtor sem área	-	2	-	-	-	1	-	-
Total	518	638	9706	9095	69	176	30380	64780

¹Essa classificação está disponível somente nos dados do Censo 2017.

²Informação omitida pelo IBGE.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

A leitura das informações da tabela, proveniente do tratamento dos dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 permite inferir sobre a configuração do território rural nesse período. Destaca-se o descompasso existente entre o número de estabelecimentos definidos como pertencentes à agricultura familiar, 518 no total, em 2006, ocupando uma área de 9706 ha, e a agricultura definida como não-familiar, com 69 estabelecimentos, em 2006, que dominam mais de 30380 ha.

Em relação ao censo de 2017, verifica-se o expressivo crescimento da área total dos estabelecimentos de agricultura não-familiar, 213%, que saltou de 30380 ha, em 2006, para 64780 ha, em 2017, com o total de 176 estabelecimentos. No que tange aos estabelecimentos de agricultura familiar, destaca-se o crescimento do número de estabelecimentos, de 518, em 2006, para 638, em 2017, em contraste com a redução da área total ocupadas por eles, que, em 2006, era 9706 ha e, em 2017, passou a ser 9095 ha. Tal fato denota a fragmentação dos estabelecimentos rurais em decorrência da herança assim como da venda.

Os dados evidenciam o acelerado crescimento da territorialização do capital em Mucugê com os estabelecimentos do agrohidronegócio no intervalo temporal conforme é indicado pelos censos agropecuários (2006-2017). Tal constatação nos remete às discussões de Oliveira (2016), ao asseverar que tal processo evidencia a consolidação do latifúndio na contemporaneidade, por meio da apropriação voraz dos territórios, nos parâmetros da modernização conservadora.

Em face desse contexto, sublinha-se a desproporcionalidade entre o número de estabelecimentos e a área total por eles ocupada, de acordo com cada segmento. Há que se considerar também a falta de transparência dos critérios metodológicos adotados pelo IBGE, em relação aos estabelecimentos com área superior a 2500 ha, uma vez que são uma parcela expressiva do território, pois 4 estabelecimentos com área superior a 2500 ha, ocupam, no mínimo, 10 000ha, enquanto a soma dos 171 estabelecimentos rurais, registrados no censo agropecuário de 2017, totaliza 12232 ha.

A extrema concentração fundiária existente em Mucugê demonstra a necessidade e a atualidade do debate acerca da reforma agrária, aliada às demais políticas estatais de fomento à justiça social e redução das desigualdades de acesso à terra. Sobre esse aspecto, Fernandes (2001b) defende a luta pela democratização do acesso à terra, uma vez que a estrutura fundiária ainda permanece concentrada e cresce o número de sem-terra, principalmente pelo aumento do desemprego no país.

No que tange à análise de Mucugê, observou-se que, em meados da década de 1980-1990, ocorreu um processo de diversificação das atividades econômicas no município, com os investimentos na agricultura, pecuária e a inserção do turismo. De acordo com Brito (2005), haveria inicialmente uma resistência por parte da elite agrária local em relação a essas atividades. Segundo esse autor,

Após a resistência inicial, os descendentes dos coronéis Douca Medrado e Horácio de Matos, que se alternavam no poder, modernizaram-se e passaram a assumir, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 80, o papel de mudança local aproveitando todas as iniciativas de diversificação econômica apresentadas ao município, dedicando-se, em suas fazendas, ao plantio do café, à horticultura irrigada e à bovinocultura em confinamento. Inseriram-se também na atividade turística, tornando-se proprietários de pousadas (BRITO, 2005, p.94).

Embora seja um critério relevante, o tamanho das propriedades não é o único utilizado pelo IBGE para distinguir esses dois tipos de estabelecimentos, visto que, ainda que sejam em número reduzido, existem alguns menores que foram encaixados como agricultura não familiar. De acordo com Silva, a distinção entre a agricultura familiar camponesa e a empresarial envolve

[...] diferentes formas básicas de exploração da terra. Tamanhos muito diferenciados podem comportar formas de organização produtiva basicamente semelhantes, dependendo de sua localização, da qualidade dos recursos naturais e do(s) tipo(s) de produto(s) em que o estabelecimento concentra seu esforço. Sendo assim, o contraste importante dar-se-ia, então, no caráter

familiar ou patronal da exploração agrícola – as suas duas formas básicas de organização socioprodutiva (SILVA, 2007, p.48)

Os significados que envolvem o trabalho na terra, aliado à organização da força de trabalho no contexto das unidades produtivas no campo, configuram-se como pilares a essas distinções. O IBGE considera a origem da força de trabalho utilizada na produção agropecuária para caracterizar o estabelecimento como familiar ou não, além dos indicativos amparados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

É notável a expansão da agricultura não-familiar no território, sobretudo dos grandes empreendimentos agropecuários. Se, nos dados do censo agropecuário de 2017, considerarmos os 4 estabelecimentos com área superior a 2500 ha, observa-se que dominam 52548 ha, que corresponde a 81% do total de áreas pertencentes aos estabelecimentos com agricultura não-familiar.

Observa-se também o acirramento da concentração da terra, uma vez que os 638 estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar ocupam menos de 10.000 ha, área inferior àquela sob o domínio da não-familiar, que, contraditoriamente, corresponde a 176 estabelecimentos. No caso da agricultura familiar, observa-se o predomínio da pequena e média propriedade, visto que, de acordo com os dados analisados, há poucos registros de estabelecimentos com área superior a 100 ha nesse segmento. De acordo com o censo agropecuário de 2017, na agricultura familiar, os estabelecimentos com área inferior a 200 ha correspondem a 99% desse segmento (632 estabelecimentos rurais) e totalizam 8195 ha.

A leitura da realidade, por meio desses dados, escancara as raízes históricas do atraso que permeia o não-desenvolvimento nos contextos agrários dos países colonizados, especialmente no Brasil, que preserva os matizes da estrutura agrária do período colonial. Quando particularizamos a análise para o universo de estudos desta Tese, ressalta-se que as profundas alterações nos espaços rurais são resultado ao mesmo tempo em que são influenciadas pelas investidas do agrohidronegócio no território. Para Oliveira (2007, p. 12), isso corresponde ao “[...] processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá, quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa”. Considerando tais prerrogativas, busca-se refletir sobre o território produzido pelas relações capitalistas, no campo, nas discussões apresentadas em sequência.



O agrohidronegócio redesenha o território? Transformações nos territórios rurais de Mucugê



3 O AGROHIDRONEGÓCIO REDESENHA O TERRITÓRIO? TRANSFORMAÇÕES NOS TERRITÓRIOS RURAIS DE MUCUGÊ

Vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê [...]

Chico César, Reis do Agronegócio.

Fazer uma leitura das transformações do território de Mucugê, impulsionadas pelo agrohidronegócio, e analisar a realidade sob a lente da Geografia, não pode se esvanecer do olhar crítico, mas, também não pode se desvencilhar da perspectiva daqueles que ocupam e apropriam do chão o território para além de recurso. Isso porque os números prodigiosos oriundos das safras das lavouras das grandes fazendas escamoteiam as contradições experienciadas pelos homens e mulheres da agricultura familiar camponesa que tiveram suas vidas negativamente impactadas pelas investidas do capital e pela modernização da agricultura no município. O fragmento da narrativa poético-musical de Chico César, evocado em epígrafe, auxilia na compreensão da realidade e denuncia as mazelas sociais provocadas pela inserção do capital no campo brasileiro.

Como pondera o artista, a monopolização do território pelo agronegócio reverbera na desterritorialização das comunidades rurais. Além disso, ocorre uma perda gradativa da autonomia na produção familiar camponesa, visto que os homens e mulheres do campo precisam se submeter a condições precárias de trabalho nas grandes fazendas para permanecer em seus territórios de vida, uma vez que dependem do assalariamento ou do pagamento de diárias, pois os incentivos econômicos e logísticos de apoio à agricultura familiar camponesa no município são pífios.

Na análise das metanarrativas construídas e consolidadas acerca do agronegócio, Carvalho e Oliveira (2021, p.30) denunciam que “[...] A pilhagem ambiental, os conflitos no campo, o aniquilamento de saberes e fazeres dos povos do campo no cenário político atual tornam ainda mais complexas a reprodução das condições materiais de existência [...]”. Trata-se de um modelo de produção agrícola, que, embora hegemônico e pretensamente moderno, tem apresentado evidências de insustentabilidade, seja na perspectiva dos sistemas ambientais, seja sob a ótica da destruição e superexploração da força de trabalho humana empregada nas lavouras.

Porto-Gonçalves e Chagas (2018) consideram que, como modelo de desenvolvimento, o agronegócio sentencia o Brasil ao atraso da condição de colônia, visto que, nas palavras dos autores: “[...]a modernidade, como se pode ver, não é incompatível com a colonialidade e com a injustiça. Nosso padrão de desenvolvimento com base na acumulação de capital sempre foi moderno-colonial e, nunca se diz, também injusto e devastador” (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2018, p.4). A reprodução capitalista no campo perpetua a desigualdade econômica e a concentração fundiária, aspectos intrínsecos ao agronegócio.

Ao analisar o processo de apropriação do território pelo agronegócio, Haesbaert (1996) pondera sobre a constituição do novo nordeste pela tecnificação, oriunda do processo de modernização da agricultura. Para o autor, os territórios rurais apropriados pelo agronegócio se caracterizam pela

[...] ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do eldorado da soja) faz com que muitos denominem estas áreas de novo Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio de grupos sulistas) começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1996, p.382).

De forma semelhante às descrições do autor referente ao oeste baiano, a presença dos gaúchos é marcante no processo de apropriação dos territórios rurais de Mucugê. Em estudo realizado acerca do MATOPIBA²⁷.

Favareto (2019, p.15) aborda a presença dos gaúchos na constituição dessa fronteira agrícola. Segundo o autor, as narrativas sobre tal processo pautam-se regionalmente em uma “[...] típica história de empreendedorismo heróico”. Essas narrativas estão presentes, também, na realidade rural de Mucugê, em que as histórias dos sulistas que chegaram ao território recém-descoberto, com pouco ou nenhum recurso, e lograram êxito com o trabalho na lavoura e a consolidação do agronegócio. Todavia, os incentivos fiscais por parte do Estado e a concessão de empréstimos e/ou financiamentos para a produção agrícola são aspectos obliterados nesses discursos.

De acordo com Haesbaert (1997), a articulação de fatores como a obtenção de crédito em condições favoráveis com a facilidade de suborno da fiscalização nas regiões denominadas de fronteira agrícola, constitui-se em um dos principais aspectos que intensificam a migração

²⁷ Essa região corresponde a grandes extensões do Cerrado e parte da Amazônia Legal, que abrangem todo o estado do Tocantins, e as regiões do oeste baiano, do sul do Maranhão e do Piauí. Favareto (2019) analisa a inserção dos empreendimentos capitalistas nos territórios rurais desse recorte espacial.

de empresários rurais para essas áreas. Ainda sobre a concessão de recursos estatais à iniciativa privada no setor agrícola, o autor aborda a contradição que existe entre determinados discursos oriundos de migrantes do sul que apregoam a dependência de nordestinos em relação ao Estado. Em face disso, Haesbaert (1997, p.132) questiona: “O que dizer de grande parte deles, praticamente monopolizadores do acesso ao crédito agrícola, que, sob uma outra lógica, vivem às custas dos créditos subsidiados do Estado, culpado depois por todas as crises e deficiências das regiões onde eles se instalam?”

A compreensão desse panorama auxilia a desmistificar a narrativa do empreendedorismo heroico e bem sucedido que trouxe o desenvolvimento a territórios marcados pela pobreza e abandono. Tais discursos, de natureza acentuadamente xenofóbica, demonstram as contradições no acesso às políticas públicas e ao crédito rural. A seletividade no processo de modernização da agricultura é um traço evidente das contradições e disparidades impostas pelo processo de apropriação do campo pelo capital.

De acordo com as informações obtidas nos diálogos em campo, constatou-se inicialmente, que, em meados da década de 1980, o produto a ser cultivado no agrohidronegócio em Mucugê era a soja, uma vez que se acreditava ser esse o monocultivo mais rentável e lucrativo, conforme ocorreu no oeste da Bahia. Visava-se inserir a região no mito do eldorado da soja, como ponderou Haesbaert (1996). No entanto, esses cultivos não lograram êxito, segundo alguns relatos de moradores locais, pelas condições climáticas locais desfavoráveis ao grão. Sobre esse aspecto, um entrevistado relata o seguinte: “[...] O pessoal do Rio Grande do Sul e do Paraná veio do oeste [da Bahia], atraído pela promessa de chuvas fortes e abundantes, mas aqui não chove tanto assim, aí o plantio de trigo e soja não foi a frente” (informação verbal²⁸).

No contexto do agronegócio, em 1984, a lavoura da soja foi substituída pela de batata inglesa (Figura 3), monocultivo dominante desde então nas grandes lavouras locais. Dentre as propriedades de grande porte instaladas no município, produtoras de batata inglesa, destaca-se também a Fazenda Progresso. Os proprietários são gaúchos, a fazenda está situada em uma extensa área de cerrado, que envolve áreas do sul de Mucugê e norte do distrito de Cascavel, pertencente ao município de Ibicoara, integrando o polo agrícola regional.

²⁸ Entrevista realizada em agosto de 2020.

Figura 3 – Monocultivo e armazenamento da batata inglesa produzida pelo Agrohidronegócio em Mucugê.



Fonte: Gentilmente cedida por Tiago Profeta, durante pesquisa de campo, 2020.

Em meados das décadas de 1980-90, as atividades agrícolas tecnificadas tornam-se predominantes nos territórios rurais. O agrohidronegócio se instaura no município e passa a ser desenvolvido por grupos empresariais compostos por migrantes, com alguns grupos de origem sulista e asiática. Marcados pelo alto nível tecnológico e elevada pressão sobre os recursos naturais, especialmente os recursos hídricos, esses empreendimentos têm se expandido no cenário regional, num crescente processo de dominação do território. Tal processo está relacionado à modernização da agricultura no oeste da Bahia, analisado por Haesbaert (1997), visto que, com o rareamento das terras disponíveis no Oeste, grupos sulistas e asiáticos migraram em direção às terras planálticas que formam os campos gerais da Chapada Diamantina.

A farta rede hidrográfica local, o relevo aplainado dos campos gerais dessa região, além dos recursos econômicos e logísticos disponibilizados pelo Estado, foram cruciais para a implantação do agronegócio nos municípios de Mucugê e Ibicoara. O tópico apresentado a seguir, apresenta, por meio do ensaio cartográfico, as características geoambientais do território.

3.1 O agrohidronegócio e a relação com o uso dos recursos geoambientais do território de Mucugê

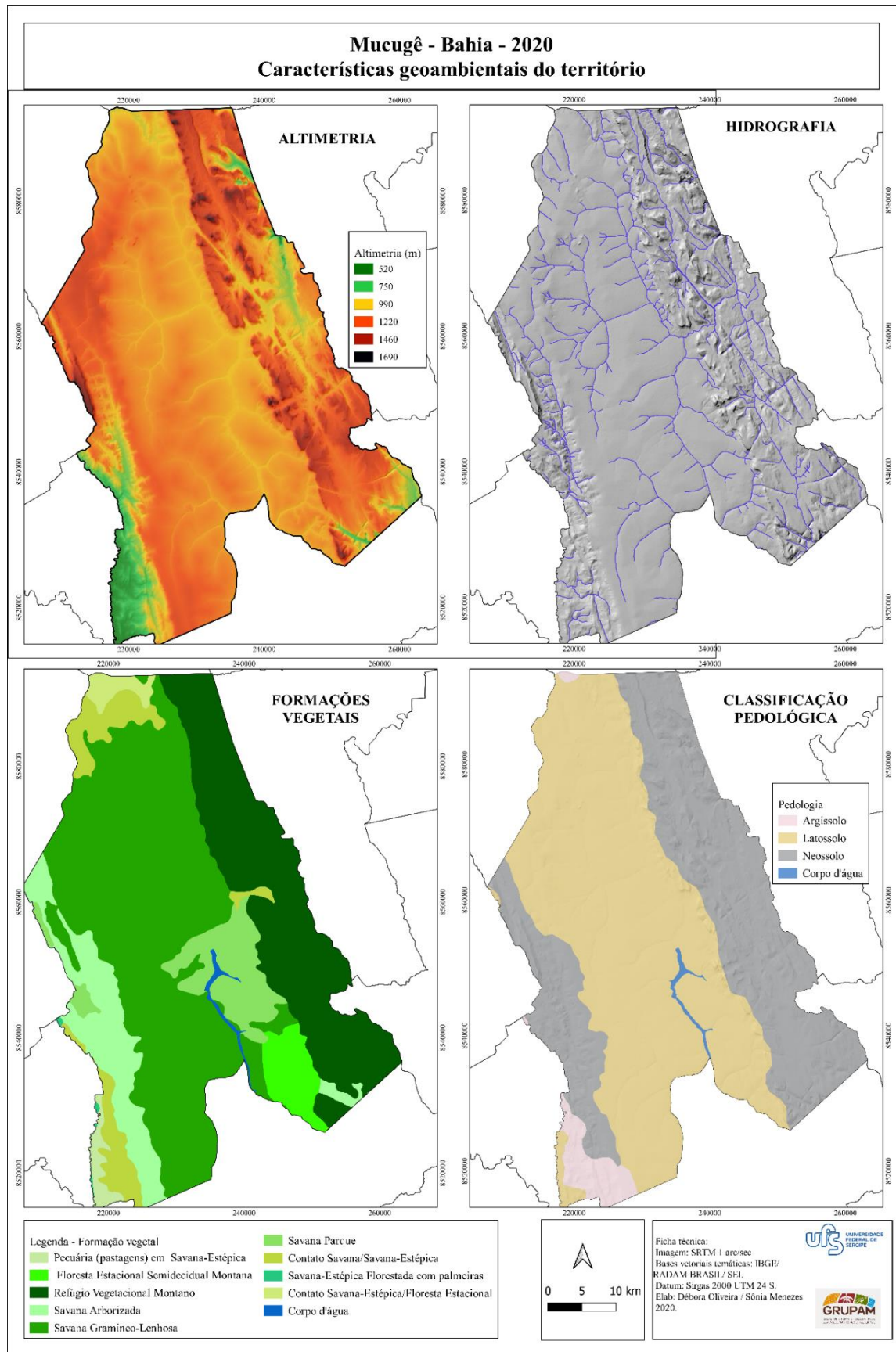
A interpretação da dimensão geoambiental do território do município permite a compreensão de suas dinâmicas e das suas transformações, sobretudo nos aspectos pertinentes ao uso e dominação da terra no meio rural. Para tanto, a análise pauta-se na leitura articulada dessas características, uma vez que tais aspectos são considerados indissociáveis na dinâmica e conformação das paisagens e dos usos do território. Dessa forma, salienta-se que as características geoambientais encontradas impeliram o capital que ali se reproduz sob a forma do agrohidronegócio.

Thomaz Junior (2017) considera que dispor de terra e água de forma consorciada e ter o controle sobre esses bens permite que o capital obtenha as condições satisfatórias para a prática da irrigação e da mecanização, o que reforça e intensifica a expansão territorial da fronteira agrícola e o domínio sobre as melhores terras e condições logísticas para fins produtivos. Nesse contexto, salienta-se que os recursos territoriais mais vantajosos à produção agrícola em Mucugê são utilizados, em sua maioria, pelas grandes fazendas.

Em suas trajetórias de pesquisa, com ênfase na compreensão de que a “[...] luta pelo acesso à terra (áreas planas, férteis, baratas e com logística compatível) e à água (superficial e subterrânea), além da gestão de recursos hídricos, tem nos possibilitado abordar a monopolização da terra – com a manutenção/intensificação da trajetória latifundista” (THOMAZ JÚNIOR, 2018, p.2), o autor pondera sobre a degradação ambiental e do trabalho, implícitas ao que denomina agrohidronegócio.

O Mapa 3 apresenta um painel cartográfico com uma sucinta interpretação geoambiental do território municipal. As temáticas elencadas no mapeamento envolvem o relevo (altimetria), a rede hidrográfica, as formações vegetais e a classificação pedológica.

Mapa 3 – Mucugê: Características geoambientais.



Fonte: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

O primeiro mapa da sequência apresenta a estrutura do relevo do município, com a exposição dos valores altimétricos. Quando associado à representação da rede hidrográfica, percebe-se a estrutura de vales encaixados que esculpem o modelado. A altitude média predominante está entre 990-1120 m, que abrange a extensão central da carta. Observa-se também, nessas áreas, a pouca declividade do relevo, constituído de áreas relativamente planas e drenadas, consideradas favoráveis à implantação do agronegócio.

Essa região é dominada pelo agrohídronegócio. Nela, estão situadas as lavouras dos empreendimentos agropecuários e barragem do Apertado, obra pública estatal que é utilizada como fonte de recursos hídricos para irrigação dos monocultivos. Nessa área, existem também outros reservatórios de menor capacidade construídos pela iniciativa privada no interior dos estabelecimentos rurais. O relevo plano eleva o potencial agrícola local, favorece a implantação de macroestruturas de irrigação, como o pivô-central, além de possibilitar a intensificação do processo de mecanização do trabalho nas plantações, que substitui, em grande medida, o trabalho braçal humano. As características ambientais dos territórios são apropriadas pelo agrohídronegócio, que, historicamente, subjuga e degrada as dinâmicas da natureza e o trabalho dos homens e mulheres que participam precariamente do processo produtivo (THOMAZ JUNIOR, 2017, 2018; OLIVEIRA, 2007).

A mecanização do trabalho agrícola com o uso de máquinas pesadas, a exemplo das colheitadeiras e semeadeiras estão relacionadas à consolidação da revolução verde, processo de dimensões globais com particularidades no Brasil e nos demais países com atividades no *agrobusiness*. De acordo com Altieri (2004)

Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos (ALTIERI, 2004, p.19).

Além de catastrófica do ponto de vista ambiental, considera-se que a revolução verde endossou as desigualdades e injustiças sociais consolidadas nos diferentes contextos agrários em esfera global. Pollan (2006), ao analisar as transformações nas práticas agrícolas em fazendas dos Estados Unidos, afirma que a revolução verde provocou a inserção massiva da indústria nos ciclos de produção agrícola; e a mecanização do trabalho, com o uso das máquinas, tem se convertido numa cadeia produtiva extremamente complexa, danosa e exploratória de combustíveis fósseis em objetos comestíveis, haja vista a quantidade desses

combustíveis na agricultura, além da dependência da mecanização das lavouras e da matriz energética pautada no petróleo que as máquinas utilizam.

O autor menciona também que as corporações industriais de capital internacional que lucraram no conflituoso século XX, com a indústria bélica, converteram-se em indústrias agroquímicas e farmacêuticas. O resultado disso é o aproveitamento dos resíduos do armamento químico nuclear dos conflitos mundiais do século XX em outro nicho de mercado: as lavouras do agronegócio.

De acordo com Altieri (2004), a revolução verde corresponde a “[...] um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se, para isso, no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização (ALTIERI, 2004, p.7). Esse aparato biotecnológico é largamente utilizado na agricultura convencional para aumentar a produtividade, e consequentemente, a margem de lucro dos empreendimentos rurais.

A revolução verde chegou de formas díspares nos países. No Brasil, alcançou as regiões de modo diverso: iniciada na década de 1960, nos estados da região sul, segue orientada ideologicamente pelo discurso da modernização do campo e pelo aumento dos índices de produtividade e lucro.

Nos territórios rurais de Mucugê, o processo de mecanização das lavouras se intensificou na segunda metade da década de 1990, potencializado pelo agrohidronegócio. O tempo do plantar e de colher, regido pela dinâmica da natureza e do trabalho na terra passou a ser acelerado por esses aparatos biotecnológicos, oriundos da revolução verde. Sobre esse aspecto, Carvalho e Oliveira (2021) discutem a apropriação dos territórios constituídos pelos biomas do cerrado e amazônico pelo agronegócio e sinalizam que

A partir da ascensão do paradigma da Revolução Verde na década 1950 e a sua consequente incorporação no Brasil, a partir dos anos 1960, no bojo do projeto de modernização da agricultura do governo ditatorial, a imagem do campo passa a ser estruturalmente reformulada, em consonância com o discurso ideológico da modernidade (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p.30)

Esse arsenal ideológico e técnico tinha como pilar o aumento da produtividade, alicerçada nos pacotes biotecnológicos e na mecanização do trabalho. Difundiu-se nacionalmente, nas décadas seguintes, levadas tanto pelas grandes corporações capitalistas,

quanto pelos migrantes sulistas que colonizaram as novas fronteiras agrícolas nas regiões norte-nordeste e centro oeste (HAESBAERT, 1997).

No que concerne às características pedológicas da terra, sublinha-se que suas propriedades físicas e químicas estão relacionadas às formas de uso delas pelo capital e pelas atividades socioculturais e econômicas desenvolvidas pelos sujeitos sociais que com ela se relacionam. Desse modo, destaca-se a ocorrência do latossolo, tipo de solo predominante na área de domínio do agrohidronegócio, que está relacionado com o relevo plano, cuja estrutura intemperizada é pouco suscetível à erosão natural, fatores que impulsionam a exploração agrícola dessas condições pelo agronegócio. De acordo com o manual técnico de pedologia do IBGE, trata-se de “[...] solos muito intemperizados, profundos e de boa drenagem. Caracterizam-se por grande homogeneidade [...]” (IBGE, 2007, p.286).

Embora, naturalmente, o latossolo não apresente as propriedades químicas favoráveis ao aproveitamento agrícola, a exemplo da fertilidade e presença de matéria orgânica, o manejo com correção química e adubação fertilizante ampliam seu potencial agricultável. Suas características físicas, tais como elevada profundidade e granulometria homogênea são favoráveis ao aproveitamento e melhoramento do potencial agrícola. Tais fatores são semelhantes àqueles encontrados na região oeste da Bahia, cuja ocupação territorial pelo agronegócio foi anterior à de Mucugê. Muitos grupos de migrantes sulistas foram inicialmente para o oeste, e depois direcionaram o fluxo para a Chapada Diamantina, primeiro para o distrito de Cascavel, em Ibicoara, e posteriormente ampliando para Mucugê. Esse panorama é narrado na Revista Globo Rural, ao contar a trajetória de um desses migrantes:

Assim como outros conterrâneos, ele foi parar em Barreiras, no oeste da Bahia, que despontava como um dos mais promissores pólos de produção agrícola do país. O objetivo era cultivar cereais, principalmente soja. No entanto, alguém lhe disse que a 500 quilômetros a leste, em pleno coração do estado, pulsavam platôs praticamente inexplorados, tão ou mais atraentes que Barreiras, em função de características peculiares de clima, solo e amplitude térmica. Bastaria plantar para colher, e Pedro não titubeou. Girou o volante da caminhonete para a direita e encerrou sua jornada na Chapada Diamantina, vasto planalto cortado de sul e norte pela Serra do Sincorá, formação montanhosa de 160 quilômetros de extensão que se desdobra em várias serras²⁹ (REVISTA GLOBO RURAL, 2020)

²⁹ Reportagem disponível no sítio: <http://www.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC578495-1641,00.html> . Acesso em 18 de agosto de 2020.

Não é exagero afirmar que as condições geoambientais, sobretudo as vastas extensões de relevo aplainado, foram um grande atrativo para a implantação dos empreendimentos agropecuários locais. Em áreas de altitude mais elevada, tal como se observa na extensão leste da carta altimétrica, onde a elevação varia entre 1460-1690 m, não seria possível a implantação de empreendimentos do agronegócio convencional, pois além da elevação, há também as fortes inclinações do terreno e a incidência de vales, o que inviabiliza a mecanização e a irrigação com o pivô-central. Ainda na extensão leste, nos limites do município, observa-se a ocorrência das altitudes menos elevadas, entre 520-750 m. São as áreas de vale, onde estão situadas a sede municipal, e ao norte, a comunidade do vale do Pati.

As características pedogeográficas do território de Mucugê estão relacionadas às diversas formações vegetais encontradas. Na área em questão, apropriada predominantemente pelo agrohidronegócio, além de ser constituída pelo latossolo com relevo aplainado, havia uma diversidade de savanas genericamente denominadas de cerrados ou campos gerais, além de enclaves de florestas.

No mapa temático pertinente aos tipos de vegetação, observa-se a predominância do tipo savana gramíneo lenhosa, cuja diversidade de composição florística é caracterizada fisionomicamente por gramados intercalados por plantas de aspecto lenhoso raquítico, “[...] que ocupam extensas áreas dominadas por hemicriptófitos e que, aos poucos, quando manejados através do fogo ou pastoreio, vão sendo substituídos por geófitos que se distinguem por apresentar colmos subterrâneos, portanto mais resistentes ao pisoteio do gado e ao fogo” (IBGE, 2012, p.114). Em relação a essa formação vegetal, apesar de resiliente nas áreas elevadas, reservas e comunidades tradicionais, no campo, observa-se que a territorialização do agrohidronegócio provocou a sua devastação e deu lugar aos cultivos de batata e café em larga escala.

Ainda de acordo com o mapa, exposto na Figura 5, é possível observar nas proximidades da barragem do Apertado a ocorrência da formação vegetal do tipo savana-parque, caracterizada pela predominância da camada rasteira graminosa, sobre a camada de árvores. A ocorrência dessas árvores ou arvoretas acontece de forma isolada ou agrupada. É conhecida como campo sujo de cerrado (IBGE, 2020).

Nas áreas mais elevadas com altitude entre 1460-1690m correspondente à Serra do Sincorá, na extensão leste e a faixa de transição para o relevo dissecado à sudoeste com altitudes entre 520 – 750 m, verifica-se a ocorrência de solos do tipo neossolo, caracterizados por sua formação recente. São “[...] constituídos por material mineral ou material orgânico pouco espesso (menos de 30 cm de espessura), sem apresentar qualquer tipo de horizonte B

diagnóstico” (IBGE, 2007, p.294). Na área de estudo, pode-se classificá-lo como neossololítico-distrófico de baixa fertilidade, e com baixo potencial agrícola, quando associado às demais condições edafomorfoclimáticas do ambiente de entorno.

Isso porque a pouca profundidade, atrelada à presença de fragmentos da rocha e aos declives acentuados associados às áreas de ocorrência destes solos limitam seu potencial agrícola. Trata-se de um solo muito vulnerável aos processos erosivos, além disso, sua estrutura física limita o crescimento radicular das plantas, inibindo a ocorrência da vegetação de maior porte. A ocorrência desse tipo de solo está associada à vegetação de baixo porte e densidade, tal como se observa na Serra do Sincorá, cuja formação vegetal é constituída pelo refúgio vegetacional montano. Esse tipo de formação é classificada como comunidade relíquia, tendo em vista que se trata de uma formação vegetacional diferenciada nos “[...] aspectos florístico, fisionômico e ecológico da flora dominante na região [...] caracterizam-se pela alta sensibilidade a qualquer tipo de intervenção. Áreas turfosas, em diferentes altitudes e os cumes litólicos das serras” (IBGE, 2012, p.145).

Ainda na faixa de transição entre os campos gerais situados ao centro, e as áreas de caatinga localizadas ao sudoeste, verifica-se a ocorrência combinada de neossolos, latossolo e argissolos. Nessa faixa, há presença proeminente de argissolos, caracterizados pela ocorrência de argila e troca de materiais entre os horizontes a e b, e apresentam profundidade variável. Na área de estudo, são classificados como argissoloseutróficos, são ricos em cálcio, magnésio e potássio, minerais essenciais ao crescimento das plantas (IBGE, 2007).

Nessa região, observa-se uma diversidade de formações vegetais, com o predomínio da savana estépica, também conhecida como caatinga, caracterizada pela vegetação xerófila, de clima semiárido. Verifica-se a conversão dessa vegetação em pastagens, que, no distrito de João Correia, é utilizada para a prática da pecuária, com a criação de gado bovino de forma extensiva. Nas comunidades rurais próximas a esse distrito, desenvolvem-se também atividades voltadas à agricultura de sequeiro, além do plantio de arroz e cana-de-açúcar nas proximidades do Rio de Contas. Sobre esse aspecto, um agricultor familiar camponês narra:

Essa beira de rio aqui é boa demais para plantar. A família da gente tem muita terra, mas só presta as da beira do rio. Meu tio mesmo plantava arroz para esse lado daqui. Onde tem aquele capim tinha também a soca de arroz. Mas esse ano foi fraco de chuva, aí complicou pra nós, não teve muita produção. Antigamente, em João Correia, tinha muita cebola, vinha caminhão buscar cebola aqui, que o povo vendia. Minha família das duas partes mesmo plantou

cebola também, mas aí, foi se acabando, a chuva rareando (Informação verbal³⁰).

Esse esboço do lugar desenhado pelo entrevistado foi observado durante as incursões em campo na zona rural do distrito de João Correia. Na Figura 4 observa-se o contraste entre as terras férteis e úmidas das margens do rio e, a pouco metros de distância, o substrato pedregoso característico de áreas de relevo dissecado, nas encostas de planalto em áreas de clima semiárido e caatinga:

Figura 4 – Área com vegetação diversificada próxima às margens do Rio de Contas e áreas de caatinga no distrito de João Correia, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Essa breve caracterização do município fornece elementos para a compreensão de sua dinâmica territorial. Isso porque, como foi verificado, as lavouras do agronegócio ocupam expressivamente as áreas de melhor aptidão agrícola, situadas na região centro-sul, onde existem condições edafomorfoclimáticas favoráveis à sua exploração. Essas características são evocadas pelos representantes do agronegócio como a vocação natural da região, com alta produtividade, tal como se observa na manchete veiculada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), intitulada: **A Bahia que dá certo**, na matéria afirma-se o seguinte:

A região de Ibicoara e Mucugê produziu, em 2015, mais de 99,9% da batata cultivada no estado e 40,8% do tomate, destacando-se ainda na pecuária bovina e na produção de flores. Com condições de clima e solo peculiares e diferenciados, a Chapada tem vocação, também, para a fruticultura, destacando-se os cultivos de manga, morango e uvas, que são destinadas à produção de vinhos e espumantes [...]. Tal pujança nos permite reiterar que a

³⁰ Entrevista realizada em setembro de 2021.

Bahia que dá certo está no campo, produzindo, plantando e colhendo. E a nossa agropecuária busca, cada vez mais, a melhoria da produtividade e a internacionalização da produção, para continuar gerando empregos e renda aos baianos (CNA, 2020³¹)

No entanto, embora não se negue a relevância das condições geoambientais desse território, é mister considerar que além dessas configurações, destaca-se ainda a ação do poder público na construção da infraestrutura para atender esses empreendimentos, a exemplo da barragem e da rodovia estadual BA-142, considerada fundamental para o escoamento da produção. Sem esse aparato oferecido pelo poder público, certamente a produtividade desse setor não agregaria resultados tão exitosos. E há de se considerar também que, além desse caráter subsidiado que o agronegócio assume em todo o Brasil, os impactos sociais e ambientais decorrentes dessa atividade são externalizados, por isso não são exaltados pela grande mídia, nem tampouco de conhecimento da sociedade.

No tópico seguinte, busca-se abordar as conflitualidades intrínsecas à estrutura fundiária no município de Mucugê, frente ao domínio do agrohídronegócio nos territórios de vida e trabalho dos agricultores familiares camponeses, bem como as estratégias e táticas produzidas por eles para a produção do alimento e a manutenção de seus meios de vida, sociabilidades e vivências.

3.2 Terra para negócio ou morada de vida? Agrohídronegócio e Campesinidade no território de Mucugê - Bahia

O agrohídronegócio se territorializa nos espaços rurais do município, pautado na articulação de interesses das elites locais, com o discurso desenvolvimentista do Estado, que, posteriormente, se alia também aos grupos empresariais externos. Esse processo é incrementado pela construção da Barragem do Apertado na bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, obra de infraestrutura pública iniciada em 1996 e concluída em 1998 (Mapa 3) empreendida com recursos do Estado da Bahia.

Essa compreensão está pautada na leitura das conflitualidades intrínsecas à presença voraz do capitalismo no campo, sob a forma do agronegócio, e na insistência, persistência e resistência dos agricultores familiares camponeses em permanecer nesses territórios, pois essa é a condição para sua reprodução social. Thomaz Junior (2009; 2010; 2017) destaca, na análise da questão agrária no Brasil, a disponibilidade de recursos hídricos abundantes para a

³¹Reportagem disponível no sítio: <https://www.cnabrasil.org.br/artigos/a-bahia-que-d%C3%A1-certo-ii> . Acesso em 15 de agosto de 2020.

manutenção do agronegócio, geralmente com infraestruturas empreendidas pelo Estado, com recursos públicos.

A dominação do campo brasileiro pelo capital se expressa, também, sob a forma do agrohidronegócio. As reflexões acerca desse conceito foram propostas inicialmente por Mendonça e Mesquita (2007), que o cunharam para analisar a inserção massiva do capital nos cerrados goianos, sob o espectro da modernização da agricultura. Posteriormente, o conceito foi revisitado e ressignificado por Thomaz Junior (2010), que enfatizou a ação do Estado no favorecimento das infraestruturas destinadas à acumulação capitalista nos espaços agrários brasileiros. Apesar do uso dos recursos naturais, o agronegócio, outrossim, dispõe de recursos hídricos para a sua manutenção, com o uso de infraestruturas empreendidas com recursos públicos.

O agrohidronegócio se configura como um meio à reprodução ampliada do capital (THOMAZ JUNIOR, 2017), subordinando o campo e os sujeitos sociais às suas práticas de acumulação, que, em grande medida, encontram respaldo e incentivo nas ações do Estado. Sublinha-se, nesse contexto, como já foi citado anteriormente, a construção da barragem do Apertado, obra estatal, inaugurada em 1998, que favoreceu a concentração de terra, a manutenção do latifúndio e a expulsão de agricultores familiares camponeses de espaços rurais em Mucugê.

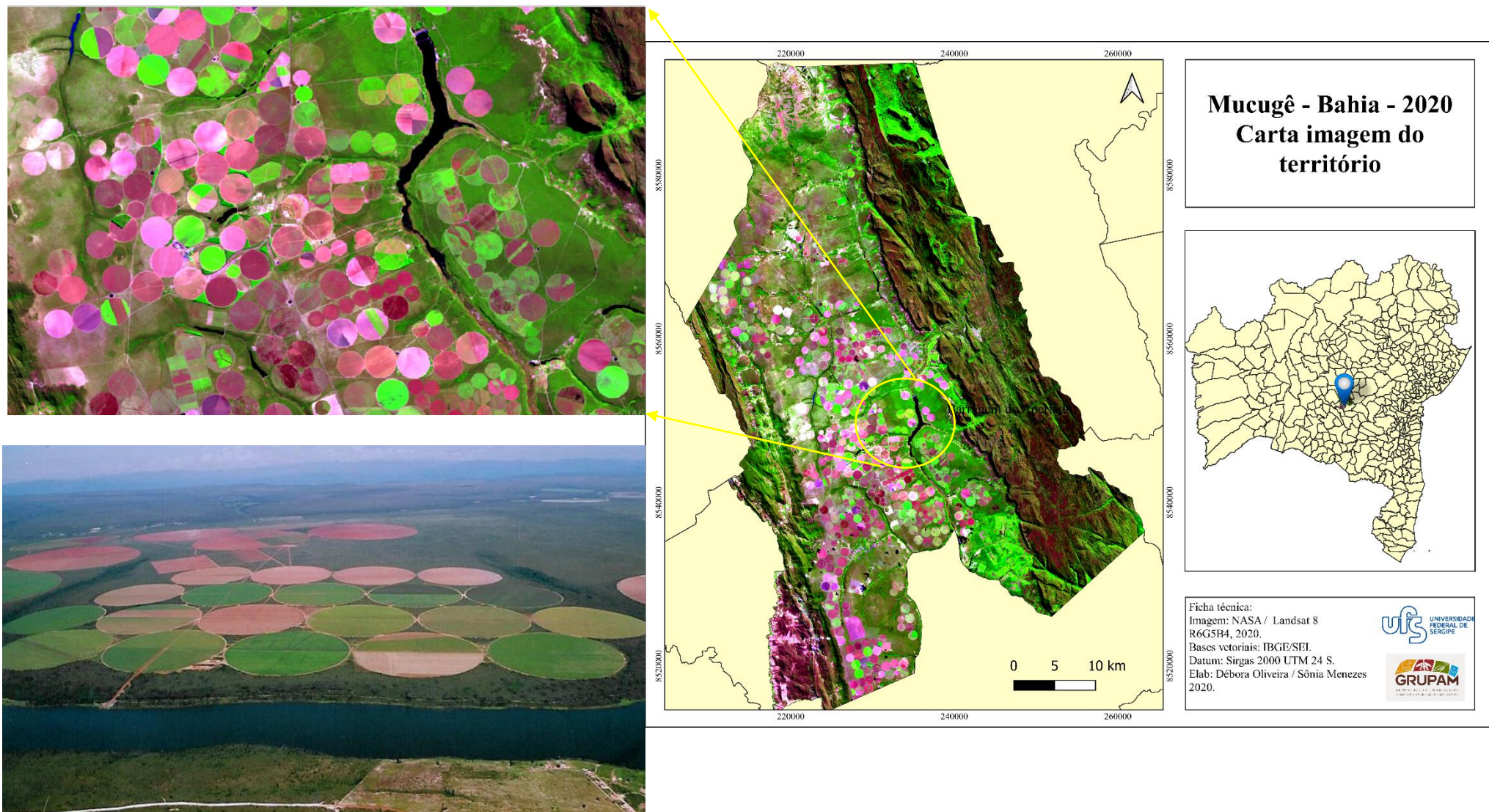
Em estudo realizado sobre a construção de um lago para uma usina hidrelétrica na região centro-oeste do Brasil, Almeida (2005) aborda a influência do Estado nas transformações do território e na constituição de fronteiras e territorialidades nos territórios de vida e trabalho de comunidades rurais. A imposição verticalizada de empreendimentos dessa natureza altera a relação dos sujeitos sociais com o território, que passa a ser um campo de disputas com intencionalidades e relações alheias à identidade territorial e ao cotidiano que ali preexistia.

É possível tecer aproximações entre essas realidades, a princípio tão distantes: tanto na barragem do Apertado em Mucugê, quanto na construção do lago da UHE no norte goiano, observam-se novas configurações territoriais, em que sobressaem interesses externos e, por vezes, estranhos às gente do lugar (Mapa 4). De acordo com Almeida: “[...] outras relações e modos de ver o território tiveram de ser estabelecidas com o chegante, o empreendedor, o técnico da Usina Hidrelétrica que induziram novas concepções de vida, sobretudo em relação à mudança social” (2005, p.107). Esses empreendimentos podem, em certa medida, aludir à ideia de desenvolvimento e progresso, contudo, concorda-se com Brandão, quando pondera: “Sendo o progresso o sinal de presença de um estilo forâneo e urbano de vida, ele não transforma de

uma maneira favorável a vida nos sítios, e ameaça trazer ‘de fora’ agentes de mudanças” (1999, p. 22).

Impõem-se radicalmente relações verticalizadas de alteridade, em que se exige que o sujeito social, nativo do território, acostume-se, e em certa medida, submeta-se a essa configuração territorial distinta daquela que conhecia e à qual pertencia. Isso acontece em prol de um crescimento econômico excludente, concentrador de terra e riqueza e gerador de desigualdade e injustiças sociais, tal como se dá no modelo capitalista de exploração do território sob a égide do agrohidronegócio.

Mapa 4 - Localização, imagem de satélite e imagem aérea da Barragem do Apertado, Mucugê, 2020.



Fonte: Fotografia aérea gentilmente cedida por Tiago Profeta. Mapeamento elaborado por Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

A inauguração da Barragem do Apertado acentuou o processo de dominação do território pelo agronegócio. Nos discursos que pautaram a construção dessa infraestrutura pública, imperava a ideia de que o reservatório atenderia as necessidades de abastecimento da população local e a produção agrícola familiar nos territórios rurais do município. De acordo com Barbosa (2015, p.9) “[...] A Barragem é operada pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, tem uma capacidade de aproximadamente 109 milhões de metros cúbicos e potencial para irrigação de 2500 hectares”.

A expansão do agrohidronegócio em diversas escalas, interesses e relações de poder, é responsável pelo estágio de degradação socioambiental dos sistemas naturais. Além disso, é exploratório e degradante também para um significativo percentual dos homens e mulheres que sofrem com a precarização de seu trabalho no setor.

Além de fomentar a inserção dos empreendimentos do agrohidronegócio, as águas da barragem do Apertado são destinadas aos sistemas de irrigação, predominantemente estruturados em pivôs centrais implantados pelas fazendas que a circundam. Com a construção da barragem, a lâmina d’água do reservatório alagou as terras de uma comunidade rural, Ouricuri, que foi realocada para a comunidade Caraíbas.

As águas desse reservatório inundaram as terras e fizeram desaparecer o modo de vida de homens e mulheres da agricultura familiar camponesa pautada na relação de simbiose com o rio que garantia o alimento e as terras férteis para os cultivos tradicionais. De acordo com a narrativa de uma participante: “Peixe na minha casa era de fartura, o rio tava ali na beirinha, era só ir buscar. Hoje é mais difícil, mandaram a gente pra longe e nos tiraram até a terra que era boa de plantar. Tá aí agora, esse chão duro, terra seca, as plantinhas ficam tudo esturricadas de tanto quente que é o sol, olha a mandioca aí mesmo, tudo fraquinha, não desenvolve. Tem gosto mais não” (Informação verbal³²). A fotografia apresentada na Figura 5 auxilia a compreender sua narrativa.

³² Entrevista realizada em julho de 2021.

Figura 5 – Cultivos de mandioca.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Atualmente, essa senhora rememora as vivências e lembranças que foram inundadas pelo reservatório. Segundo Di Méo (2016), a relação dos sujeitos sociais com o território “[...] convoque la mémoire, les représentations sociales, d’essence culturelle, qui animent les êtres humains dans leur rencontre inévitable et créatrice avec les lieux (DI MÉO, 2016, p.3³³). Ao partilhar suas memórias a respeito do que vivenciou, é possível vislumbrar a realidade passada em um território que foi transformado de fora para dentro.

Antognazi (2006) assevera que a memória está eivada de contradições e conflitos, logo, haverá tantas memórias quantos forem os interesses em disputa. Essa coexistência entre memórias diversas, em que “[...] muchas parciales y posibles de complementarse, pero otras irreconciliables entre sí. Algunas contienen elementos que se construyeron a partir de la búsqueda de la verdad; otras se construyeron en torno al ocultamiento deliberado o no³⁴” (ANTOGNAZZI, 2006, p. 52). O que, a princípio, pode sugerir fragilidade e incerteza é, por nós, considerado como a singularidade que torna a pesquisa instigante, uma vez que essa prerrogativa traz consigo o desafio de aproximar-se do tempo passado, revisitando-o e reconstruindo-o nos diversos contextos, intencionalidades e perspectivas que o atravessam.

Em face disso, Almeida (2017, p.43) compreende que a memória social, “[...] é construída em um espaço e tempo, por homens e mulheres concretos, em uma sociedade de

³³ “Convoca memórias, representações sociais, de essência cultural, que animam os seres humanos em seu inevitável e criativo encontro com os lugares” (Tradução nossa).

³⁴ “Muitas parciais e possíveis se complementam, mas outras são inconciliáveis entre si. Algumas contêm elementos que foram construídos a partir da busca da verdade; outras foram construídas em torno de ocultação deliberada ou não” (Tradução nossa).

classes, em que o trabalho é base fundante da vida”. Por esse motivo, como quaisquer constructos sociais, a memória é plena de significações, tensionamentos e contradições, intimamente relacionados com os processos territoriais.

A narrativa dessa camponesa é ilustrativa das dezenas de famílias que foram deslocadas das margens do Rio Paraguaçu para a implantação da barragem do Apertado. Na análise da expansão do agrohídronegócio voltado para a fruticultura irrigada no sertão sãofranciscano, em regiões semiáridas do Estado da Bahia, Dourado (2015) discute as estratégias, alianças de classes e contradições, intrínsecas a tal conjuntura, ressaltando que os tensionamentos territoriais são decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado para o campo brasileiro e a forma como reverbera no modo de vida das comunidades rurais camponesas. Em face disso, Germani (2003, p.13) argumenta que

[...] uma das funções principais do Estado capitalista moderno é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Cabe assim a esse Estado, realizar os grandes investimentos em infraestrutura, não assumidos diretamente pelo capital privado.

Observam-se as políticas de favorecimento do Estado ao agrohídronegócio, em Mucugê, como na construção da barragem do Apertado, em 1998, na bacia do Rio Paraguaçu. Os recursos hídricos dessa infraestrutura pública são predominantemente direcionados aos grupos empresariais oriundos de diferentes escalas que, desde então, usufruem dessas águas, ainda que, nos últimos anos, esse recurso tenha apresentado sinais de escassez.

Uma contradição, que não causa surpresa, consiste no fato de a comunidade deslocada sofrer com a escassez de água para os pequenos cultivos, enquanto o reservatório construído em suas terras de origem garante a pujança hídrica para os pivôs-centrais do agrohídronegócio, que, desde a década de 1990, domina os territórios que margeiam o espelho d’água (Figura 6).

Figura 6 – Um dos vertedouros da barragem do Apertado.

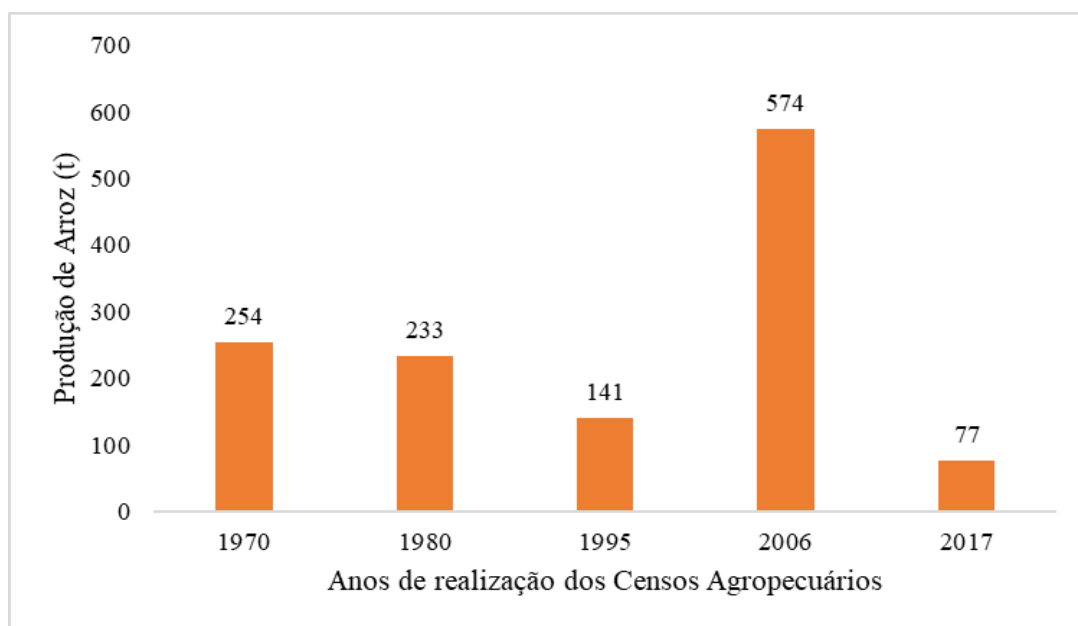


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O agrohidronegócio atende a lógica da acumulação capitalista, em que o significado da terra, e por extensão, do território, encerra-se nos parâmetros da Revolução Verde e do lucro. Para Oliveira, “[...] a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva de seu papel no interior da lógica contraditória do capitalismo mundializado” (OLIVEIRA, 2003, p.120).

Em contraste com essa lógica de acumulação do capital, os saberes e fazeres que permeiam a agricultura familiar camponesa estão alinhados ao modo como esses sujeitos sociais desenvolvem suas trajetórias de vida. Tal como assegura Carvalho (2013), a prática da agrobiodiversidade repousa no equilíbrio ambiental e na diversidade com que a vida se manifesta na natureza. Desse modo, enfatiza-se que as práticas de trabalho dos agricultores familiares camponeses estão essencialmente entrelaçadas aos ambientes que habitam, e, assim, constituem territórios e territorialidades plenos de cultura e identidade, em imbricação com a natureza.

Além disso, a barragem também ocupou áreas relativamente planas, o que extinguiu formas tradicionais de cultivos de arroz nas margens férteis desse trecho do Rio Paraguaçu, e repercutiu na redução drástica desse cultivo tradicional da agricultura familiar camponesa de Mucugê. Esse aspecto pode ser verificado no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Produção de arroz em Mucugê, 1970 – 2017.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1970, 1980, 1995-96, 2006 e 2017).
 Organização: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

A leitura dos dados indica uma tendência à redução da produção, ainda que, em 2006, tenha apresentado um crescimento considerável e acima da média, verificada nos anos anteriores. No entanto, houve uma queda nos cultivos, que despencou de 574 t, em 2006, para 77 t em 2017. Esse aspecto está relacionado com as alterações na dinâmica pluviométrica local, pois, de acordo com o relatório do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), o ano de 2006 registrou 920 mm de precipitação pluviométrica, distribuídos em 124 dias com chuva, ao passo que em 2017, o mesmo relatório indica um índice de precipitação pluviométrica de 325 mm, espalhados em 103 dias do ano.

Além disso, verificou-se, por meio da comparação dos dados de cultivo dos censos agropecuários de 2006 e 2017, a redução da área colhida, de 247 ha, em 2006, para 53 ha, em 2017. Foi possível constatar também que a produção do arroz é específica da pequena propriedade, cujas áreas são inferiores a 50 ha. Trata-se de um alimento típico da agricultura familiar camponesa dependente da dinâmica e do equilíbrio dos sistemas naturais, que, no contexto local, foram profundamente alterados pelo agrohidronegócio. Outros alimentos tradicionais cultivados nas lavouras locais também registram uma redução na quantidade produzida, conforme se verifica na Tabela 3.

Tabela 3 – Produção de alimentos em Mucugê, 2006 e 2017.

Cultivo	2006	2017
Mandioca	435 t	98 t
Feijão	1611 t	19 t
Milho	1231 t	201 t
Cana-de-açúcar	1243 t	177 t

Fonte: IBGE: Censos agropecuários de 2006 e 2017.

Os dados demonstram a redução dos cultivos produzidos pela agricultura familiar camponesa, na comparação entre os anos de 2006 e 2017. Observa-se como a lavoura camponesa é negativamente impactada pela expansão do agrohidronegócio, visto que o cultivo do arroz, da mandioca, do milho, da cana-de-açúcar e do feijão, somado a outros alimentos tradicionais, esteve enraizado na identidade e na cultura das comunidades rurais do município. Esse domínio do agronegócio no território está relacionado às distintas características geoambientais de cada lugar. No caso de Mucugê, por exemplo, as áreas propícias a esse segmento situam-se na porção central do município.

De acordo com Thomaz Junior (2017), a degradação sistêmica do trabalho configura-se em um dos eixos fundantes desse segmento de produção. Esse aparato tecnológico tem como objetivo dominar a dinâmica e os ciclos da natureza nas atividades praticadas no setor agropecuário. Tal processo é incrementado pela modernização da agricultura, que, contraditoriamente, apresenta pilares demasiadamente conservadores, visto que “[...] expressa o movimento do capital na busca incessante pela produção do valor e mantém a estrutura fundiária concentrada e cada vez mais excludente” (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p.4).

O tradicional plantar e colher do trabalho na terra, articulado aos tempos, fluxos e ciclos da natureza, tem sido completamente deslegitimado, em prol da tecnificação exacerbada, que visa maximizar a produção para alargar as margens de rentabilidade da cadeia produtiva do *agrobusiness*. A respeito da renda da terra, Oliveira (2007) argumenta que essa corresponde a uma parcela constante do capital, baseado na exploração da terra sob a égide das relações capitalistas de produção. Para o autor, pode ser segmentada em renda da terra diferencial I, que “[...] é aquela que independe do capital aplicado na produção específica, enquanto que a renda diferencial II decorre diretamente do investimento em capitais para melhorar a fertilidade natural da terra” (OLIVEIRA, 2007, p.44).

Desse modo, para ultrapassar o falacioso discurso do desenvolvimento promovido pela elevação dos índices da produção agrícola no país, é mister reconhecer que o processo de modernização do campo tem provocado o acirramento da desigualdade e da injustiça socioterritorial. Esse processo é influenciado por fatores como a especialização da produção,

exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, concentração fundiária, dependência de insumos industriais, precarização das relações de trabalho, degradação humana, maximização dos impactos ambientais, sobremaneira nas fontes hídricas superficiais e subterrâneas, com reverberações na vegetação e no clima, em escalas macro e micro.

Além de todas essas problemáticas, verifica-se o uso intensivo de agrotóxicos e a constante “[...] insustentabilidade ambiental e social do modelo destrutivo de produção do agronegócio” (MATOS; GARAFON, 2020, p.333). Nesse contexto, Pignati et al. (2017, p.3281), ao estudar a distribuição espacial da utilização de agrotóxicos no território brasileiro, asseveram que “[...] O uso de agrotóxicos na agricultura brasileira é um problema de saúde pública, dadas as contaminações no ambiente, em alimentos, e as intoxicações na saúde humana”. Trata-se um claro exemplo de socialização e partilha das consequências nefastas da utilização dessas substâncias em prol dos interesses econômicos que visam a maximização do lucro por meio do crescimento da produção. Rigotto e Augusto (2007), por sua vez, relacionam o processo de modernização da agricultura a diversos desequilíbrios sociais, ambientais e humanos. Em suas palavras:

Se a dimensão da modernização se expressa pela introdução da mecanização e do uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, ela traz consigo o desemprego na zona rural; a expulsão de famílias de agricultores de suas terras; a contaminação do solo, das águas, dos trabalhadores e dos consumidores dos alimentos produzidos, além da destruição dos ecossistemas de onde comunidades tradicionais secularmente obtinham seu sustento (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007, p.480).

Um aspecto relevante a ser considerado nas discussões sobre a utilização dos agrotóxicos é a extrema subnotificação nos registros de intoxicação ou óbitos decorrentes do contato direto ou indireto com essas substâncias. Verificou-se uma redução nas informações sobre essa temática, nos censos agropecuários de 2017, quando comparado com o anterior³⁵, visto que, em 2006, foram disponibilizadas 10 tabelas com dados referentes aos agrotóxicos, em 2017, esse número foi reduzido para 2. Na Tabela 4, apresentam-se os registros da utilização dos agrotóxicos nos dois últimos censos, estruturados em acordo com a área dos estabelecimentos:

³⁵ Para Mitidiero, Barbosa e Sá (2017, p.72) “Os cortes foram a cortina de fumaça para o ataque ao Censo Agropecuário. Quando da apresentação da redução do questionário, ficou explícito as intenções do governo golpista, do grande agronegócio e da presidência do IBGE, que é: obscurecer o maior universo social do campo brasileiro, os camponeses. Em segundo plano, produzir informações de interesse do agronegócio ou não produzir informações que possam agredir o agronegócio, como, por exemplo, informações sobre uso de agrotóxicos”.

Tabela 4 – Mucugê: Utilização dos agrotóxicos nos censos agropecuários de 2006 e 2017.

Grupos de área	2006				2017			
	Total	Utilizou	Utiliza - não precisou	Não utilizou	Total	Utilizou	Utiliza - não precisou	Não utilizou
Total	587	28	14	545	814	181	5	632
Menos de 2 ha	59	-	-	58	147	33	-	114
2 - 5 ha	116	4	2	111	258	45	-	213
5 - 10 ha	121	3	3	115	136	34	2	102
10 - 20 ha	98	1	5	92	21	21	1	76
20 - 50 ha	96	2	1	93	100	23	-	77
50 - 100 ha	26	1	1	24	26	6	-	20
100 ha - 2500 ha	49	14	2	33	43	15	1	28
Mais de 2.500 ha ¹	4	2	-	2	4	4	-	-
Produtor sem área	18	1	-	17	-	-	-	-

Fonte: IBGE, censos agropecuários de 2006 e 2017.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

Verifica-se que, apesar da falta de transparência e dos esforços institucionais no ocultamento de dados sobre o uso dos agrotóxicos, houve um crescimento em relação aos estabelecimentos que os utilizam, tendo em vista que, dos 587 estabelecimentos existentes em 2006, 28 admitiram o uso, o que representa aproximadamente 4,7% do total de estabelecimentos. Em 2017, dos 814 estabelecimentos existentes, 181 admitiram o uso dos agrotóxicos, o que corresponde a 22,23% dos estabelecimentos. Os dados sobre intoxicação ou óbitos por uso dos agrotóxicos no censo agropecuário de 2006 são precários, e no censo de 2017 são inexistentes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de dados extremamente subnotificados, visto que a estimativa é que, para cada caso registrado oficialmente, cerca de 50 permanecem omissos. Segundo Schmidt e Godinho (2006, p.28), “Os índices registrados são preocupantes, como se pode depreender da literatura específica. No entanto, é conhecido o fato da subnotificação dessas ocorrências pelas instituições de saúde”. A Tabela 5, apresentada a seguir, auxilia na compreensão dessa conjuntura em Mucugê.

Tabela 5 – Mucugê: Número de estabelecimentos com existência de pessoas intoxicadas, 2006.

Pessoas intoxicadas	Uso de agrotóxicos			
	Total	Utilizou	Utiliza - não precisou utilizar em 2006	Não utilizou
Total	587	28	14	545
Não	584	25	14	545
Sim	-	-	-	-
Não sabe	3	3	-	-

Fonte: IBGE, censo agropecuário de 2006.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

Essa dificuldade/ineficiência no registro e/ou divulgação de casos de intoxicação por agrotóxico está relacionada a diversos fatores que estão além dos territórios delimitados pelas porteiras e cercas dos estabelecimentos rurais. De acordo com o dossiê elaborado por Carneiro et al (2015) e publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), tais fatores, que envolvem questões sanitárias e técnicas, abrangem também relações de poder³⁶, uma vez que

[...] vão desde a falta de acesso aos serviços de saúde pela população do campo, as dificuldades enfrentadas pelos médicos em identificar esse tipo de intoxicação, a falta de preenchimento adequado das fichas, até o medo dos profissionais da saúde de assumir tal notificação, haja vista o poder dos grandes fazendeiros do agronegócio nesses territórios (CARNEIRO et al, 2015, p.128).

O poder do agronegócio nos territórios rurais impõe essa lógica produtiva baseada no uso dessas substâncias, extremamente nocivas à saúde humana e também com graves consequências no equilíbrio ambiental. Bombardi (2011) versa sobre a inserção do capital no campo e a sujeição da terra à lógica acumulativa do capital transnacional. Afirma ainda que, além dos danos catastróficos à saúde dos trabalhadores e consumidores, há também o ônus ambiental e a perda da autonomia dos agricultores familiares camponeses provocada pela utilização dos agrotóxicos. A tragédia provocada pelo uso dos agrotóxicos impacta a sociedade como um todo, não apenas as famílias que trabalham diretamente com a aplicação, ou mesmo não se restringe àqueles que consomem os alimentos produzidos dessa forma. Não raramente, eventos de contaminação de reservatórios hídricos são noticiados na grande mídia. Em reportagem produzida pelo **Correio da Bahia**, em abril de 2019, há uma notícia com o título: “271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxicos; veja lista: Mucugê, São Félix do Coribe, Camaçari e Itapetinga são as mais críticas. Embasa nega contaminação”.

Trata-se, indubitavelmente, de uma denúncia de um grave crime sanitário contra uma significativa parcela da população baiana. A reportagem traz os resultados da Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil, da Agência Pública e da organização suíça *Public Eye*.

³⁶ No que tange ao debate sobre os interesses e relações de poder que atravessam essa temática, é relevante abordar as situações extremas vivenciadas pela pesquisadora Larissa Bombardi, autora do Atlas do Uso dos Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, principal referência no debate sobre os agrotóxicos na Geografia, que precisou deixar o país em razão das inúmeras ameaças e tentativas de intimidações sofridas por causa das repercussões de suas pesquisas sobre agrotóxicos. Sobre esse aspecto, consultar O joio e o Trigo (<https://ojoioetrigo.com.br/2021/07/e-uma-tentativa-de-me-intimidar-limitar-minha-pesquisa-e-o-livre-pensar-diz-professora-da-usp-que-saiu-do-brasil-apos-ameacas/>); Revista Fórum (<https://revistaforum.com.br/brasil/2021/3/19/professora-da-usp-sofre-ameas-por-pesquisa-sobre-agrotoxicos-forada-pedir-exilio-93713.html>) e ABRASCO (<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/posicionamentos-oficiais-abrasco/apoio-larissa-bombardi/57149/>).

Os dados divulgados abrangem os anos 2014 a 2017. Além disso, integram o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) do Ministério da Saúde. A manchete traz em destaque o panorama de Mucugê:

[...] o número elevado de agrotóxicos na água pode ter relação direta com as plantações de batata, morango e tomate na região. Moradores, biólogos, profissionais de saúde do município e até agricultores confirmam o problema e começam a ver os reflexos na população. ‘Aqui tem fazendas grandes com plantações que consomem muito agrotóxico. Contamina solo, lençol freático, água para consumo residencial. A gente vê muita gente com alteração de hormônio, tireoide, muita gente hipertensa e diabética. É difícil comprovar que isso tem relação com o consumo da água, mas que se usa muito agrotóxico na região, com certeza’, disse um especialista na área de saúde de Mucugê, que preferiu não se identificar (CORREIO DA BAHIA, 2019)

Sobre a problemática dos agrotóxicos, Carneiro et al (2015) pontuam ainda que existem vulnerabilidades de ordem social que influenciam no quadro geral de subnotificação dos óbitos e contaminações decorrentes do uso de agrotóxicos, tais como a existência de trabalhadores rurais desprovidos de seguridade social e com índice de escolarização adequada para o manejo apropriado de substâncias insalubres. Sobre esse aspecto, a Tabela 6, com dados referentes ao censo de 2017, apresenta a relação entre o uso dos agrotóxicos e a escolaridade das pessoas dos estabelecimentos rurais com acesso a tais substâncias.

Tabela 6 – Mucugê: Número de estabelecimentos agropecuários por escolaridade do produtor, 2017.

Escolaridade do produtor	Uso de agrotóxicos		
	Total	Utilizou	Não utilizou
Total	814	181	632
Sabe ler e escrever - sim	644	154	489
Sabe ler e escrever - não	166	24	142
Nunca frequentou escola	139	21	118
Classe de alfabetização - CA	110	30	80
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	10	5	5
Antigo primário (elementar)	226	35	191
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	69	6	63
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	104	20	83
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	2	1	1
Regular de ensino médio ou 2º grau	96	35	61
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	29	13	16
Superior - graduação	24	12	12
Mestrado ou doutorado	1	-	1
Não se aplica	4	3	1

Fonte: IBGE, censo agropecuário de 2017.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

Na análise dos dados, observa-se nos níveis de escolaridade dos agricultores, que cerca de 20% deles não saibam ler e escrever. Dentre os agricultores que admitiram o uso dos agrotóxicos, ressalta-se que 13% não sabem ler nem escrever e 11% nunca frequentaram a escola. Em linhas gerais, de acordo com o dossiê “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, publicado pela ABRASCO, a escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro é reduzida, e, por vezes, a aplicação dos agrotóxicos é vista como principal ou única medida de controle de organismos indesejáveis nas lavouras. Observa-se ainda que os treinamentos para a utilização de agrotóxicos são ausentes ou insuficientes; além de desconhecerem situações de risco e não utilizam equipamentos de proteção adequada para manuseio (SCHMIDT; GODINHO, 2006; CARNEIRO et al, 2015). Os níveis de escolaridade estão relacionados à origem da orientação técnica recebida como também ao uso dos agrotóxicos. Esse aspecto pode ser observado na Tabela 7:

Tabela 7 – Mucugê: Origem da orientação técnica recebida, 2017.

Grupos de área total	Total	Recebe	Governo	Próprio produtor	Cooperativa	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	Outra	Não recebe
Total	814	118	10	37	25	32	7	14	696
Menos de 2 há	147	26	4	1	9	12		2	6
2 - 5 há	258	23	2	2	8	7	1	3	235
5 - 10 há	136	18	1	3	3	8	-	4	118
10 - 20 há	97	16	3	4	2	1	4	2	81
20 - 50 há	100	12	-	5	2	4	1	1	88
50 - 100 há	26	3	-	3	-	-	-	-	23
Mais de 100 há - 2500	43	15	-	14	1	-	1	2	28
Mais de 2.500 há	4	4	-	4	-	-	-	-	-
Produtor sem área	3	1	-	1	-	-	-	-	2

Fonte: IBGE, censo agropecuário de 2017.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

A leitura dessas informações torna possível conjecturar sobre a desigualdade no acesso à assistência técnica nos pequenos estabelecimentos rurais, visto que 85,5% dos estabelecimentos não recebem nenhuma orientação. Dentre as propriedades com área inferior a 50 há, que correspondem a 90,6% do total do município, 75% não recebem assistência técnica. Em campo, por meio das conversas com os agricultores familiares camponeses, foi relatado que as orientações são necessárias para melhorar a produção, contudo, não há condições de eles contratarem individualmente um suporte profissional. Em situação oposta, sublinha-se que 100% das grandes propriedades, com área superior a 2500 há, dispõem desse recurso. Tais

aspectos contraditórios estão relacionados à lógica e à racionalidade da produção sob a ótica do Agronegócio. Peterson (2015, p.32), no prefácio do supracitado dossiê, afirma que, ao

[...] guiar-se pela lógica da extração de lucro no curto prazo, o agronegócio se reproduz por meio de economias de escala que induzem a ocupação dos territórios rurais com extensas monoculturas e criatórios industrializados. Nessa ordem de ideias, a alegada necessidade do emprego dos agrotóxicos só pode ser compreendida como o resultado da combinação deletéria e mutuamente recíproca entre a voracidade econômica e a vulnerabilidade ecológica do agronegócio. Não sem razão, a expansão desmedida das monoculturas sobre nossos biomas, em resposta à oportunidade conjuntural criada com o aumento da demanda externa por commodities agrícolas, fez com que o Brasil assumisse nos últimos anos o nada honroso posto de maior consumidor mundial de agrotóxicos.

Esse modelo de produção, pautado na lógica do agronegócio, tem como característica fundante os desequilíbrios, que interferem nos ciclos da natureza e repercutem nas condições de vida da população local. Para Bombardi (2016, p.29), essa é a “[...] a lógica dessa agricultura moderna, que traz consigo a perda de direitos trabalhistas, a expulsão de camponeses de suas terras, a contaminação ambiental e, ao mesmo tempo, uma grande intoxicação de trabalhadores”. Um agricultor familiar camponês, que demonstrou preocupação com a realidade que tem vivenciado, nos relatou:

É como eu tava dizendo, é um problema muito grande, tem aquela coisa de gerar emprego, traz renda para a cidade, e tal, e de certa forma, é muito necessário. Mas a quantidade de agrotóxico que eles usam, e também fertilizantes químicos na terra, é muito grande. Tem uma área perto de mim agora que eles abriram 32 pivôs. E cada um é 100 hectare. Lá em casa, na comunidade que a gente mora, nunca teve muriçoca, aí, teve um surto que ninguém entendia. Até comentei com minha filha, arquiteta, e ela me disse de um problema ecológico. E de fato, houve um desmatamento muito grande aqui, e resultou nisso. Até porque, esses bichos não ia aparecer assim, da noite para o dia, entendeu? Houve um desequilíbrio, é muito chão. Pensa aí, 32, e cada um de 100 hectares. É muito mesmo, e é perto, a gente vê, teve muita queimada para tirar a mata (Informação verbal)³⁷.

Esse entrevistado, agricultor familiar camponês, demonstrou estar ciente das problemáticas causadas pela proximidade com o agronegócio. Os riscos são tanto de ordem ambiental, quanto humana, visto que compromete a saúde de quem trabalha diretamente na lavoura, quem reside nas proximidades e também quem consome os alimentos.

³⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

É lugar-comum entre as narrativas dos sujeitos sociais da localidade demonstrarem um tipo de apreço pelas firmas do agrohidronegócio, por causa dos postos de empregos que supostamente geram. Todavia, aqueles agricultores familiares que residem nas proximidades das lavouras com os pivôs centrais instalados são ainda mais prejudicados, devido ao risco eminente de contaminação sanitária com a aplicação dos agrotóxicos, visto que as cercas que separam essas lavouras dos demais espaços rurais não isolam os resíduos da aplicação no ambiente.

Persiste nas narrativas dos sujeitos sociais das comunidades rurais, a ideia de progresso e desenvolvimento, promovida pelo agrohidronegócio. Quando questionada sobre sua visão acerca das empresas do agrohidronegócio que se instalaram no município, uma moradora local afirma:

[...] Essas empresas vêm ajudar aqui na nossa região, porque muitos pais de família saíam para outras regiões à procura de trabalho, né? Então, mesmo que tá durante o dia todo fora, mas a noite eles estão em casa. Então não vejo que há conflito aí não (Informação verbal³⁸).

O discurso da geração de postos de trabalho contribui para que as pessoas internalizem a ideia de progresso associada ao agrohidronegócio e defendam as empresas que dominam o território local. Há ambivalências em torno dessa temática, pois se observa nas narrativas o discurso de que a presença desses empreendimentos no território pode também trazer benefícios para a população local.

Os relatos apresentados por Favareto (2019) se assemelham aos encontrados nos itinerários de pesquisa da presente tese. Ao enveredar pelos distintos territórios que formam o MATOPIBA, o autor versa sobre as transformações provocadas pelo agronegócio na realidade das comunidades tradicionais locais. Ao apresentar a visão desses sujeitos sociais, Favareto (2019) pondera que, embora sejam reconhecidos os efeitos deletérios do agronegócio, os efeitos positivos são, sabidamente, limitados e insuficientes. Compreende-se que a realidade edificada nesses territórios fronteiriços é permeada por percepções e discursos ambivalentes. Em Mucugê, um entrevistado, agricultor familiar camponês, compartilhou a seguinte reflexão:

Olha, eu penso assim: o positivo é o emprego, a produção alta. O negativo, é a questão da água que tira do produtor pequeno. Tem também o desmatamento e os poço artesianos. Eles constroem poço na nascente do rio. A gente agradece o emprego. Sabe que tem muito pai de família que depende disso, mas a gente sabe também que tem muita coisa errada. O pobre foi besta,

³⁸ Entrevista realizada em junho de 2020.

vendeu a terra muito barata. Teve gente que, naquele tempo, vendeu hectare de terra a R\$200 conto (Informação verbal³⁹)

Apesar dessa percepção acerca dos desastres sociais e da degradação ambiental, esse participante da pesquisa, morador de uma comunidade rural, demonstra certo apreço pelas empresas, por causa dos empregos gerados. Todavia, é pouco difundido que a crescente mecanização das lavouras tem substituído a força de trabalho humana, o que implica redução drástica dos postos de trabalho. Isso significa que o uso das máquinas agrícolas e sistemas de irrigação substituem, em grande medida, a presença do trabalhador rural nas vastas extensões de terra dominadas pelo agrohidronegócio, tal como se observa na Figura 7.

Figura 7 –Máquinas agrícolas no preparo da terra para plantio da batata inglesa em Mucugê, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A mecanização dos processos de preparo, plantio, manutenção e colheita das lavouras é uma característica predominante no processo de modernização do campo brasileiro (OLIVEIRA, 2007). As pronunciadas vantagens desse processo são verificadas no aumento da produtividade e na redução dos custos com a força de trabalho. Embora seja evidentemente falso, o mito de que o agronegócio gera numerosos postos de trabalho ainda é aclamado. Nas pesquisas realizadas em campo, um agricultor familiar camponês, entrevistado, relatou o seguinte:

³⁹ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

Então o problema das fazendas aqui é esse, porque as pessoas que também não são empregadas. É tudo muito mecanizado. A batata mesmo, recebe muito veneno. É a que mais absorve, uma das raízes que mais absorvem esses venenos. A batata que sai, que produz aqui, vai pro McDonald's. Então, eles não vão plantar uma coisa sem agrotóxico porque não é rentável, a produção é menor, se o que eles querem mesmo é ganhar dinheiro. São grandes empresas, não são agricultores como a gente aqui. A gente come o que produz e traz para a feira para vender. Teve um rapaz que eu conheci, que produzia tomate, e eu pedi para levar lá em casa uma caixa de tomate que eu ia levar para minha mãe também. **Aí ele me disse, não vou levar não moço, nesse aí eu passei o veneno ontem. Aí você repara, o tomate era para vender! E as mães dos outros, como é que fica?** (Informação verbal⁴⁰, grifo nosso).

Esse olhar diferenciado sobre a presença do agrohidronegócio local é um aspecto que chama atenção na narrativa desse entrevistado. A questão do trabalho mecanizado é um indicativo que evidencia a falácia da geração de empregos, em contraste com a agricultura familiar camponesa, que utiliza o trabalho familiar, geralmente braçal.

Na mídia, o crescimento do monocultivo da batata inglesa é proclamado pelo Estado como sinal de orgulho e desenvolvimento, tal como se observa na matéria veiculada pelo *website* **Bahia de Valor**:

A região da Chapada Diamantina reúne os maiores produtores de batata-inglesa da Bahia, com destaques nacionais para Mucugê e Ibicoara. Com uma safra de 197.400 toneladas, que geraram R\$ 384,9 milhões em 2019, Mucugê é o maior produtor de batata-inglesa da Bahia e o segundo maior do país, atrás de Perdizes/MG (215.500 toneladas). O município também tem o maior valor de produção de batata do Brasil (BAHIA DE VALOR, 2020).

Os prodigiosos números relativos à elevada produtividade desse monocultivo não evidenciam as contradições sociais e os danos socioambientais a eles intrínsecos. Nesse sentido, a despeito desse ideário de desenvolvimento e riqueza que sustenta o agronegócio, Mendonça (2004) afirma:

O discurso do agronegócio, centrado na incorporação das terras “improdutivas” e/ou no potenciamento da produção e da produtividade, mediante a densidade das áreas cultivadas com incremento técnico e tecnológico, redundando em crescente degradação dos recursos naturais e no aumento do desemprego no campo e na cidade (MENDONÇA, 2004, p.32).

Os impactos negativos, decorrentes da degradação ambiental e da exploração do trabalhador não são evidenciados nesses discursos que amparam a lógica produtiva do

⁴⁰ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

agronegócio. Sobre esse aspecto, Oliveira (2007, p.110) sublinha a existência de “[...] muita propaganda enganosa no uso midiático deste conceito [...]. Infla-se assim, os dados estatísticos do chamado agronegócio, dando a ele uma aparência de importância que, de fato, ele não tem”. Ao refletir sobre as implicações da mundialização da agricultura na realidade brasileira, o autor aborda a “matemagia”, compreendida com um conjunto de estratégias matemáticas e estatísticas de caráter evidentemente ideológico que visam superestimar os reais valores econômicos produzidos por esse segmento (OLIVEIRA, 2007).

Ademais, essas pronunciadas riquezas originadas nesse segmento, estão longe de converterem-se em melhorias nas condições gerais de vida da população local, visto que o caráter concentrador do monocultivo tem como modelo a socialização dos ônus, a despeito do uso exacerbado dos recursos hídricos, o esgotamento do solo e a contaminação de pessoas e degradação de ambientes pelos agrotóxicos⁴¹ utilizados para potencializar a produção e maximizar os lucros.

De acordo com Bombardi (2019, p.103), o “[...]aumento no uso de agrotóxicos no país se dá não apenas em termos de volume comercializado e de estabelecimentos rurais que fazem uso destas substâncias, mas tem, também, uma dimensão de expansão territorial bastante significativa [...]”. A autora considera que essa conjuntura tem implicações de ordem natural e humana, visto que “[...] a questão ambiental que está subjacente a este processo, soma-se à questão da saúde humana: uma questão – claramente – de direitos humanos” (BOMBARDI, 2019, p.105).

As fazendas do agrohídronegócio local, produtoras da batata inglesa, são, predominantemente, caracterizadas pela força de trabalho assalariada ou em regime de diárias, larga utilização dos agrotóxicos e mecanização do processo produtivo, além de predominar o latifúndio e a concentração da terra e, conseqüentemente, das riquezas provenientes dela. Nessa direção, ao refletir sobre a produção no contexto do agronegócio, Coca (2016) considera a influência das políticas neoliberais, enfatizando que:

A crise da agricultura familiar/camponesa no capitalismo neoliberal é um fato que repercute não só na piora da qualidade de vida de milhares de famílias que vivem no campo, pois também ocorrem outros problemas como os de cunho ambiental. Isso porque a expansão do modelo capitalista de exploração da

⁴¹ O Brasil, na contramão da tendência internacional, segue superando recordes na liberação de agrotóxicos nos anos 2019 e 2020, sob a gestão do (des)governo do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2019, foram aprovadas 474 substâncias, recorde superado em 2020, que registrou 493 substâncias. Segundo o site Brasil de Fato, cerca de 44% das substâncias utilizadas no Brasil são proibidas na Europa. Além disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) abrandou os critérios para classificação dos agrotóxicos, reduzindo de 34%, para 2% as substâncias rotuladas como extremamente tóxicas.

terra tem sido acompanhada de fatos como a perda da produtividade do solo, a contaminação do solo e da água e a diminuição da diversidade biológica (COCA, 2016, p.71).

O autor discute os impactos negativos decorrentes da expansão do agronegócio no campo. Esses impactos são latentes na realidade delineada em Mucugê, tanto nos sistemas naturais, quanto na qualidade de vida das comunidades tradicionais rurais.

Ainda que o agronegócio, como segmento econômico-produtivo, mantenha o país em condição subalternizada na divisão internacional e territorial do trabalho, é amplamente difundido no imaginário coletivo que o agronegócio é o pilar mais relevante da economia brasileira. Não por acaso, desde 2017, o *slogan* “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” é veiculado em prestigiados horários na principal emissora de televisão aberta nacional. Esse golpe midiático seduz, e induz a sociedade a acreditar na falácia desse discurso.

Além do mais, conforme aponta Matos e Marafon (2020, p.329), “[...] tal propaganda é enganosa ao dizer que o agronegócio gera riqueza, sem mencionar que é concentrada”. O fato de a agricultura familiar camponesa ser a verdadeira responsável pela geração de renda e trabalho no campo, e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alimentar 70% da população brasileira é intencionalmente escamoteado nesse *marketing* enganoso e desonesto, que promove o agronegócio como responsável pelo desenvolvimento econômico, e esconde suas mazelas intrínsecas.

A grande mídia tem exercido um papel fundamental na construção dessa narrativa. De acordo com Porto-Gonçalves e Chagas (2018), essa sentença não está aberta à discussão. Trata-se de uma inquestionável adesão ao padrão de poder e de saber estabelecido pelo Agronegócio, sem que haja possibilidade de vislumbrar o contraditório. Sobre essa questão, os autores sinalizam ainda que:

O intervalo comercial do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão talvez nos ajude a entender o porquê. Afinal, são os bancos e as grandes empresas do complexo milho-soja-carne (SADIA, PERDIGÃO, SEARA, entre outras) que financiam este jornal, que há décadas mantém a liderança de audiência no horário nobre da televisão brasileira (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2018, p.4)

Tais discursos reverberam na construção social do imaginário coletivo acerca dos empreendimentos do agronegócio. Carvalho e Oliveira (2021), por sua vez, evidenciam a articulação entre a mídia e os segmentos da classe política na edificação dessa narrativa. Trata-se de um “[...] projeto de agricultura eminentemente capitalista. Tal projeto possui vínculos políticos, revelados pela bancada ruralista que impõe uma agenda nacional, em consonância

com as demandas do mercado externo e o processo de acumulação do capital” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p.37). Dessa forma, observa-se a legitimação das ações e ideologias que compõem o universo do agronegócio, com destaque, sobretudo, às questões de ordem alimentar e ao discurso da geração de emprego e renda.

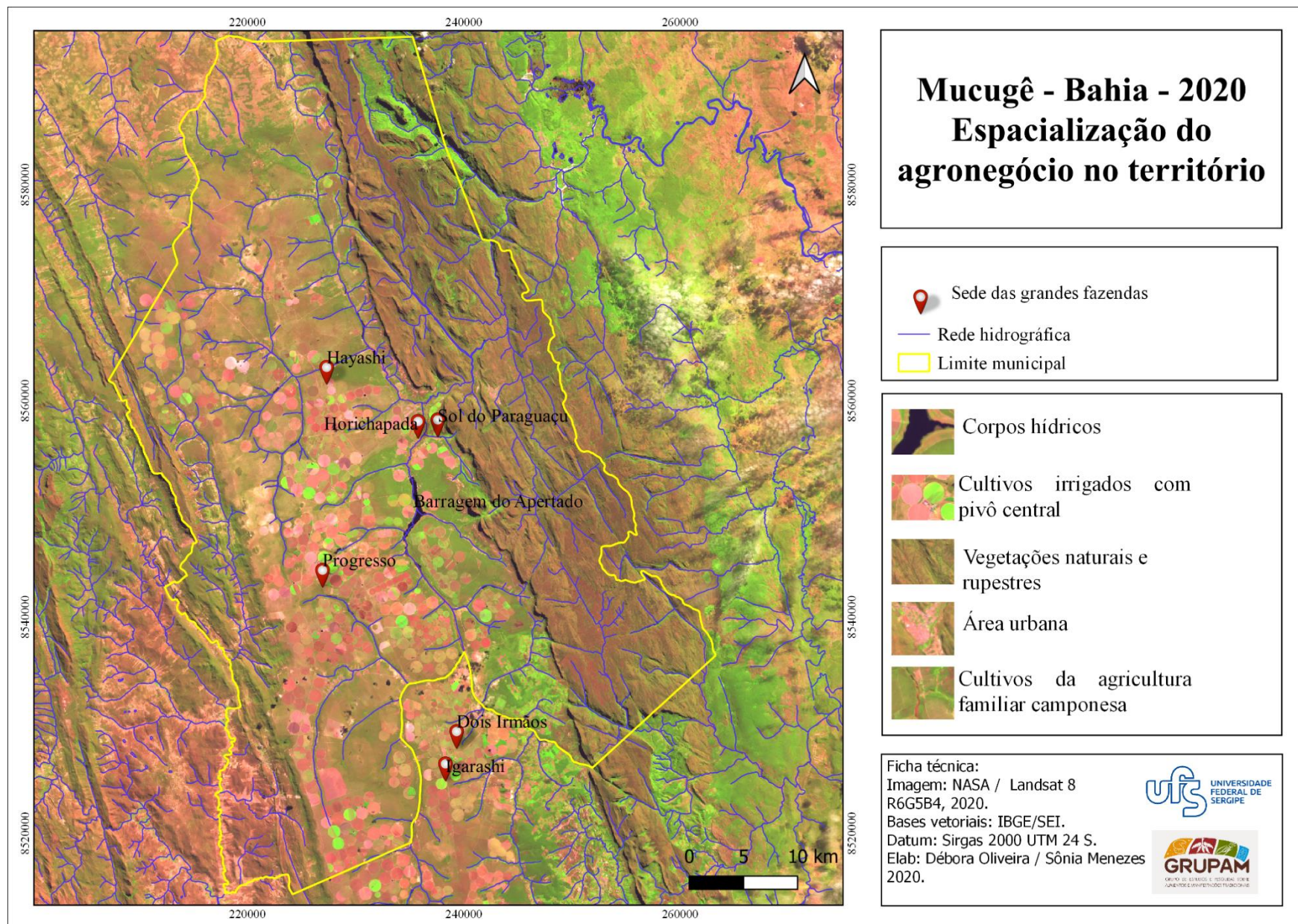
O sentimento de apreço que transparece nos discursos em algumas narrativas dos sujeitos sociais do território de Mucugê, sobre o agrohidronegócio, decorre da ausência e da desassistência do comprometimento do Estado na formulação e implementação de políticas públicas que favoreçam e incentivem a organização produtiva comunitária, os circuitos curtos de comercialização, produção e consumo dos cultivos e criações dos agricultores familiares camponeses, o que inviabiliza as condições para a geração de renda de forma horizontal, e contribui para que as pessoas das comunidades rurais se sintam desencorajadas a praticarem sua soberania advinda do saber-fazer na própria terra, obrigando-as a venderem sua força de trabalho, submetendo-se, não raramente, a contratos e relações precarizadas de emprego.

Na análise do Estado, concebido e estruturado sob a égide do capitalismo, não provoca surpresa sua evidente omissão e descomprometimento com a sociedade, visto que o Estado, essencialmente classista, é, historicamente, um produto da necessidade de conter o antagonismo latente entre as classes, a fim de garantir a manutenção da ordem, amenizar tensionamentos e evitar a convulsão/revolução social (ENGELS, sd). Todavia, na (i)rracionalidade imposta pela política neoliberal, o Estado torna notórias suas contradições mais perversas, que, sob a construção ideológica pautada pelo livre mercado instituído pelo Estado Mínimo, o desobriga de suprir as necessidades mais básicas da sociedade, a exemplo da saúde, moradia, educação e trabalho (FONTES, 2010; SANTOS, 2015). É quando o Neoliberalismo mostra sua face mais vil, e a miséria, intencionalmente, produzida e retroalimentada pelo sistema capitalista, torna-se cotidianamente presente na vida dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Em contrapartida, na extremidade oposta desse sistema, as elites maximizam a acumulação do capital, às custas da destruição material e simbólica da classe trabalhadora.

Nascimento (2018) discute a submissão dos agricultores familiares camponeses à condição de prestadores de serviço, seja sob o regime de assalariamento ou trabalhadores diaristas no contexto das comunidades rurais da Chapada Diamantina. Reitera-se que, embora ocorram alterações no modo de trabalho e vida desses sujeitos sociais, eles não perdem sua campesinidade e não se sujeitam inteiramente no papel de um trabalhador de regime assalariado, tendo em vista que essas atividades remuneradas, por vezes, permitem a reprodução social desses grupos e, conseqüentemente, suas permanências nos territórios rurais.

Isso se concretiza na realidade dos espaços rurais de Mucugê, visto que, dos seis maiores empreendimentos rurais que dominam o agrohidronegócio no município, a saber, as Fazendas Haiashi, Progresso, Dois Irmãos, Igarashi, Sol do Paraguaçu e Hori Chapada, somente a fazenda Haiashi não utiliza água da barragem do Apertado para irrigação, pois suas lavouras, como pode ser observado no Mapa 5 estão localizadas em uma área distante dessa infraestrutura, o que inviabiliza a logística de utilização dos recursos hídricos.

Mapa 5 – Localização dos empreendimentos agrícolas no território de Mucugê, 2020.



Fonte: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

Dentre os empreendimentos mencionados, salienta-se que dois não possuem sede no interior dos limites do município. A sede das fazendas do grupo Igarashi e Dois Irmãos estão localizadas no distrito de Cascavel, pertencente ao município de Ibicoara. No entanto, ambos os empreendimentos possuem extensas áreas cultivadas na região centro-sul de Mucugê. Observa-se que as lavouras desses empreendimentos estão situadas próximas à rede hidrográfica, constituída em sua maioria por rios perenes, que, atrelados ao relevo aplainado e aos solos profundos, característico dos gerais, compõem as condições mais favoráveis para ampliar o potencial agricultável desse território.

O território no contexto do agrohidronegócio pode ser lido como um recurso para a reprodução e expansão capitalista. Essa afirmação está pautada na abordagem de Gotmann (2012 [1975]), quando analisa as relações de poder que emanam da simbiose entre a política e o espaço geográfico, delineando o território. No âmbito do agrohidronegócio, o território é, simultaneamente, recurso e condição de reprodução de relações de poder e controle da terra.

Afiançando-se nessas reflexões, compreende-se que os territórios rurais são manipulados por interesses de segmentos externos, como os empreendimentos capitalistas e o Estado. De acordo com os moradores locais, antes da construção da barragem do Apertado, as áreas úmidas nas margens do Rio Paraguaçu eram utilizadas para o cultivo do arroz vermelho, alimento tradicional local, cultivado por comunidades rurais.

Esse panorama está de acordo com as proposições elaboradas por Dourado (2015), que, ao analisar a expansão do agrohidronegócio em regiões semiáridas baianas, constatou que “[...] os investimentos públicos em irrigação não atendem às demandas dos camponeses a quem, historicamente, foi negado o acesso à terra e à água, [...] a proposta é fomentar cada vez mais a agricultura empresarial nos perímetros irrigados” (DOURADO, 2015, p.27).

A dominação do território por meio das investidas do agrohidronegócio foi gradativamente, expulsando as comunidades e agrupamentos humanos do campo. Foram poucos aqueles que resistiram na terra da família. Na atualidade, observa-se que, parte desses sujeitos sociais que perderam suas terras estão empregados nas empresas do agrohidronegócio local. Oliveira enfatiza que esses processos correspondem à “[...] sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 2007, p.12).

Considerando a formação territorial da Chapada Diamantina, percebe-se que as relações de poder que regem/regeram esse território permanecem em conteúdo, ainda que as formas tenham sido alteradas. O poder dos coronéis do passado, atualmente, se reproduz sob a forma do latifúndio e do agronegócio, que subjuga territórios e pessoas. No entanto, mesmo em face

dessas condições estruturantes desfavoráveis, persistem, nos espaços rurais, grupos familiares e comunitários, que, por meio da agricultura familiar camponesa, constroem suas geograficidades em suas maneiras de vivenciar cotidianamente o território. Em face disso, a identidade territorial desses grupos se mescla, ressignifica e resiste.

Esse panorama se realiza por meio das relações pluriescalares que alimentam o mercado global do agrohidronegócio e repercutem na realidade cotidiana dos homens e mulheres do campo. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, regularmente, dividem-se entre a prática da agricultura familiar camponesa e a submissão ao trabalho assalariado ou em regime de diaristas nos complexos agroindustriais locais. Contrariamente a essa lógica, o significado da terra, e por extensão, de seus territórios para esses grupos sociais, envolve os valores inscritos em seu modo de vida e cotidianidade, que, dentro das possibilidades e condições concretas de que dispõem, tentam manter.

Em meio às andanças e percalços, desvelam-se realidades conflitantes, que, por vezes, não são tão evidentes no mapeamento do território, a exemplo da coexistência entre o agrohidronegócio e a agricultura familiar camponesa nos territórios rurais de Mucugê. A fotografia, nesse contexto, permite ilustrar a forma como o agrohidronegócio predomina na realidade local, simbolizado pela instalação dos pivôs-centrais (Figura 8):

Figura 8 - Pivôs-centrais em territórios rurais de Mucugê, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O pivô-central consiste no símbolo dos empreendimentos do agrohidronegócio local. Essas fronteiras se expressam nas formas de apropriação e exploração do território pelo capital. Contudo, estão presentes também nas territorialidades construídas pela agricultura familiar

camponesa, que não está completamente livre da influência exercida pelo agrohidronegócio, que a margeia e tensiona, estruturalmente. Em conversas com os homens e mulheres da agricultura familiar camponesa, nos foi revelado que a existência do pivô-central demarca uma fronteira, visto que são consideradas “[...] as terras das grandes fazendas, dos de fora” (informação verbal⁴²).

Durante os percursos vivenciados em pesquisas de campo pelo interior do município, foi possível observar as estruturas do pivô central em funcionamento. Sublinha-se o odor desagradável e persistente que impregna a paisagem rural nessas ocasiões (Figura 9). Para Tuan (1974), os órgãos sensoriais permitiram às pessoas desenvolverem sensações e sentimentos intensos em relação ao espaço.

Figura 9 – Estrutura do pivô-central recém utilizado para aplicação de agrotóxico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Notou-se, por meio da experiência sensorial olfativa, o contraste existente entre o odor intenso do agrotóxico na lavoura de batata inglesa, do agronegócio, e os diversos cheiros e odores presentes nas comunidades da agricultura familiar camponesa. Para além dessa experiência pontual, oportunizada pelos trabalhos de campo da pesquisa, é fundamental refletir

⁴² Entrevista realizada em janeiro de 2021.

sobre como esse fato se torna uma violência comum no cotidiano das vivências dos sujeitos sociais que habitam ou se deslocam pelas proximidades dessa lavoura. Na concepção de Rigotto et al. (2010, p.161)

[...] são muitas as dificuldades para desvelar os agravos à saúde relacionados aos agrotóxicos, seja por limitações do conhecimento disponível sobre a ampla gama de princípios ativos já em uso; pela escassez de indicadores biológicos de exposição ou efeito; pelas dificuldades do sistema de saúde em implantar programas e ações voltadas para o diagnóstico desses agravos, correlacionando-os com quadros clínicos sugestivos de intoxicação, e em notificá-los adequadamente; pelas limitações da formação e das práticas dos profissionais de saúde nesses temas; pela pouca informação a que tem acesso o pequeno produtor e o trabalhador, ou pelo descrédito que alguns vão construindo em relação ao sistema público de saúde. Nesse cenário, os registros refletem apenas uma pequena parte dos problemas em curso. Tal quadro, evidentemente, favorece a indústria química e os empresários agrícolas, na medida em que os impactos negativos desse modelo de produção permanecem ocultados, dificultando seu questionamento.

Essa forma de produção coloca em situação de exposição e vulnerabilidade direta os trabalhadores, sobretudo, aqueles que atuam efetivamente nos segmentos de aplicação dos agrotóxicos e fertilizantes. Em face disso, Teixeira et al. (2011, p.335) afirmam que esse processo produtivo “[...] tem repercussões diretas no mundo do trabalho, especialmente sobre a saúde dos trabalhadores e sobre o ambiente. Dessa forma, amplia-se o espectro da exposição indireta aos agrotóxicos para as famílias, comunidades que vivem na área de entorno das empresas do agronegócio”.

Trata-se, indubitavelmente, de uma violência que atenta contra o direito de ir e vir e a própria saúde dos moradores locais, uma vez que as cercas que circundam as lavouras não são capazes de fazer o isolamento sanitário adequado para conter essas substâncias. Verificou-se que algumas das lavouras eram margeadas por plantações de eucalipto, mas não todas.

Tais situações contrastam com o cheiro da farinha em processo de torra, na comunidade Quilombola Barriguda, os sabores das frutas vermelhas cultivadas de forma agroecológica, nos sítios da comunidade do Capãozinho, o frescor das hortaliças e dos quintais produtivos ou os odores dos pequenos criadouros de animais do campo, como currais e galinheiros da agricultura familiar camponesa. É nítido o contraste existente entre tais realidades e os sentidos humanos ao experienciar os territórios do agrohidronegócio e da campesinidade reiteram isso.

Em Mucugê, o feijão de arranca, conhecido como carioca, também é produzido nas fazendas de médio e grande porte, como cultura intermediária, utilizada para o reaproveitamento da adubação na entressafra da batata inglesa e também para a fixação de nitrogênio no solo. Nesse contexto, a forma de produzir é distinta da agricultura familiar

camponesa, uma vez que faz uso intensivo das máquinas para preparo da terra, plantio e colheita, tal como se observa na Figura 10. Utiliza-se também a estrutura de pivô central para a fertirrigação.

Figura 10- Máquina debulhadeira atrelada a trator para colheita de feijão.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O uso da máquina debulhadeira, acoplada a um trator, substitui, em grande medida, a força de trabalho humana empregada na lavoura do feijão. No entanto, observou-se a existência de um restolho desse produto no percurso da máquina. Esses grãos descartados pela máquina são coletados por moradores locais e envasilhados em garrafas plásticas. Em conversas com um agricultor familiar camponês, que reside nas proximidades dessa lavoura, ele relatou sentir gratidão, porque os donos da fazenda permitem que ele e os filhos façam essa coleta dos grãos que são deixados pela máquina. De grão em grão, recolhem os restos da produção e acondicionam em garrafas reaproveitadas.

Nas andanças da pesquisa, observou-se como o agrohidronegócio monopoliza os territórios rurais de Mucugê, fazendo da paisagem um angustiante deserto, vazio de gente, de vida e de sentido. A monotonia perturbadora das lavouras tecnificadas do agronegócio contrastam com o colorido dos quintais e roçados da agricultura familiar camponesa. Contudo, esses sujeitos sociais têm consciência do perigo iminente produzido pelo grande capital no campo. Tal sentimento é confidenciado por uma entrevistada, quando questionada sobre o que pensa sobre as grandes fazendas existentes no município:

O que a gente pensa é que, no começo, a maioria das pessoas não tinha assim, um esclarecimento que realmente, que futuramente ia ser um problema para nós, pequenos produtores, entendeu? Então, com a evolução das pessoas falando, eles pensaram que ia vir coisas boas, mas não é coisa boa não... Uma parte é, porque tem o trabalho, mas mesmo não é bom. O problema maior é a quantidade de agrotóxicos que eles jogam no solo, polui muito essa questão do veneno e muitas outras coisas. Quando você planta um orgânico no seu quintal e você sabe que as fazendas estão perto, você sabe que não é 100% orgânico, porque o vento traz, as abelhas pegam, né? Aí quem trabalha direito é prejudicado. A gente vive no meio de um curral, nossa terra é cercada das fazendas. A gente não tem mais uma qualidade de vida como meus pais teve, entendeu? O que a gente viveu atrás não é mais o que a gente vive hoje (Informação verbal⁴³)

É triste constatar a veracidade e pertinência dos medos e angústias testemunhados por essa agricultora familiar camponesa. A sabedoria que a vida e o trabalho na terra concedem a quem nela trabalha, permite a essa entrevistada compreender a dinamicidade da natureza, expressa no movimento das abelhas, dos ventos e a interação desses com as plantas. Como pondera Primavesi: “Não se leva em consideração que tudo é relativo, interligado de maneira recíproica. Tudo são sistemas, conjuntos, ciclos [...]” (1997, p.11).

É preocupante perceber que essa consciência que ela demonstra em sua narrativa também não é predominante na realidade local, visto que há uma relação de dependência e por vezes, gratidão, de muitos sujeitos sociais do campo com as “firmas”- empresas, em decorrência do trabalho ofertado, ainda que precário.

O tópico apresentado a seguir visa expor e analisar informações socioeconômicas provenientes da leitura de dados secundários obtidos junto a órgãos oficiais. Desse modo, ora confrontando-os, ora confirmando-os com a realidade observada *in loco*, buscou-se evidenciar, à luz das tessituras teóricas e das vivências, como o desenvolvimento aclamado e pronunciado pelo agrohidronegócio está longe de converter-se na melhoria das condições materiais de vida da população local, sobretudo das comunidades rurais de Mucugê.

2.3 Panorama das condições sociais de vida em Mucugê

As reflexões acerca das configurações territoriais de Mucugê envolvem não somente as significações da realidade presente, abarcam também os processos sociais, políticos e culturais que têm dado conformidade às configurações territoriais na contemporaneidade. No que tange

⁴³ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

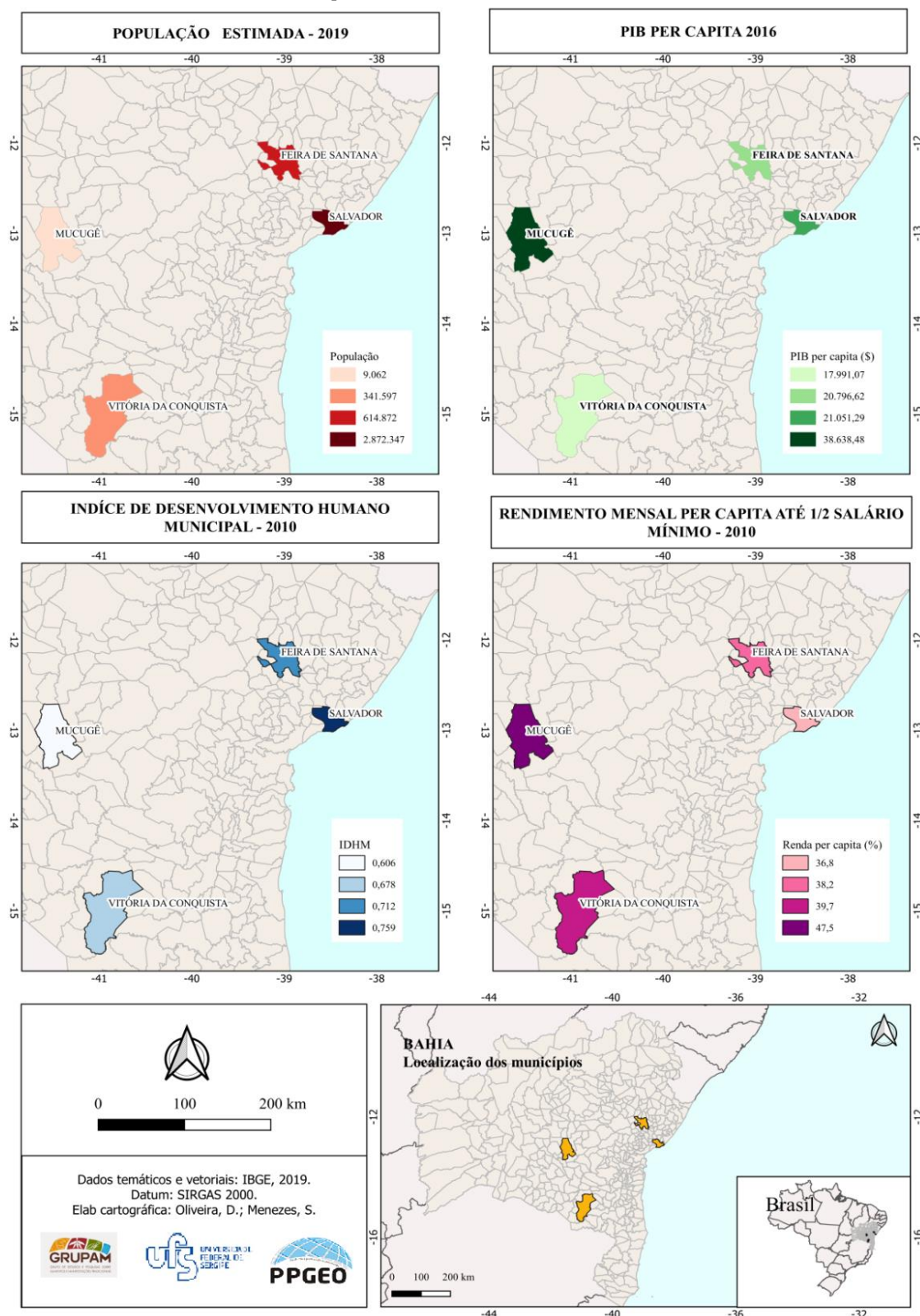
às relações de trabalho, sublinham-se profundas transformações no modo de vida e nas práticas cotidianas constituintes do território, pautado na terra e no trabalho agrícola.

Para refletir sobre esse crescimento econômico e as contradições a ele imbricadas, busca-se, na sequência cartográfica apresentada no Mapa 6, demonstrar uma comparação de indicadores socioeconômicos de Mucugê em relação aos três municípios com a economia mais dinâmica do Estado da Bahia, a saber, Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista, utilizando-se de informações sobre o Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), rendimento mensal *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e população estimada em 2019.

O primeiro mapa da sequência apresenta a estimativa populacional dos municípios elencados para o ano de 2019: Mucugê, corresponde a 9.062 pessoas; Vitória da Conquista, 341.597 pessoas; Feira de Santana, 614.872 pessoas; e Salvador, capital do Estado, 2.872.347 pessoas. Quando associado aos outros mapas da sequência, sobretudo aquele relativo ao PIB *per capita*, constituído pela razão entre o PIB e a população total de um mesmo local em um mesmo intervalo de tempo, observa-se como esse índice se constitui como um indicativo da concentração da renda.

O PIB *per capita* de Mucugê, relativo a 2019, corresponde a aproximadamente 38 mil reais. Ultrapassa o dos demais municípios elencados na comparação, aproximando-se do dobro do PIB *per capita* registrado em Salvador, cerca de 21 mil reais. Sublinha-se ainda que Mucugê registra um quantitativo populacional substancialmente inferior ao dos demais municípios. É notório que, analisado isoladamente, esse indicativo econômico não contempla as condições materiais de vida da população local e evidencia o caráter concentrador do crescimento econômico associado ao agrohidronegócio.

Mapa 6 – Análise comparativa dos indicadores socioeconômicos dos municípios de Mucugê, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Salvador.



Fonte: IBGE, 2019.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2019.

Essas contradições são evidentes no descompasso entre o PIB *per capita* e as reais condições econômicas da população, retratadas nos demais dados. A pretensa superioridade desse índice contrasta com o baixo IDHM de Mucugê (0,606) e o elevado percentual da população, cerca de 47,5%, que vive com até ½ salário mínimo, tal como se observa nos dois mapas que encerram a sequência.

O IDHM é um parâmetro utilizado para avaliar as condições gerais de vida da população dos municípios brasileiros. Esse índice é composto por informações relativas à educação, à longevidade e à renda. A Tabela 8 apresenta os componentes utilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para compor um panorama social dos municípios brasileiros, nesse caso, especificamente Mucugê:

Tabela 8 – Mucugê: componentes do índice de desenvolvimento humano municipal, 1991, 2000 e 2010.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,125	0,198	0,48
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	8,56	14,21	36,67
% de 5 a 6 anos na escola	38,8	59,69	90,42
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular ou com fundamental completo	10,04	16,07	76,76
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	4,81	9,75	29,75
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,59	8,16	22,79
IDHM Longevidade	0,609	0,694	0,787
Esperança de vida ao nascer	61,51	66,61	72,2
IDHM Renda	0,46	0,469	0,589
Renda per capita	140,07	148,27	312,35

Fonte: IBGE, PNUD, IPEA e FJP, 2019.

Dentre os aspectos elencados, sublinha-se que a longevidade, com índice de 0,787, é o índice com melhor desempenho na composição do IDHM de Mucugê. Em seguida, aparece o parâmetro renda, com índice de 0,589, e de Educação, com índice de 0,480, ambos relativos a 2010. O IDHM passou de 0,327, em 1991, para 0,401, em 2000, e 0,606, em 2010.

Em linhas gerais, pode-se considerar que essa melhoria na longevidade está associada à ampliação do acesso ao sistema de saúde pública, sobretudo por meio do Programa Saúde da Família (PSF), que integra o Sistema Único de Saúde (SUS). O PSF é o principal canal de atendimento médico preventivo, especialmente das famílias com menor poder aquisitivo. Em Mucugê, além do hospital municipal, funcionam 5 postos de saúde da família, 2, situados na sede, 1 no distrito de João Correia, 1 no distrito de Guiné e 1 na comunidade Paiol. Essas unidades dispõem de 1 médico clínico geral, 1 enfermeiro e 2 técnicos de enfermagem. Os casos

que exigem especialidades médicas, e/ou de maior gravidade, são direcionados aos municípios de Seabra, Vitória da Conquista ou Salvador.

Destaca-se que, embora tenha se registrado diversas melhorias estruturais no aparato da saúde pública, em escala nacional, o principal empecilho ao aumento da longevidade, tanto em termos qualitativos, quanto em tempo de vida, é a permanência das condições precárias do sistema de saúde. Essas decorrem do sucateamento por parte do Estado neoliberal⁴⁴, além das diversas mazelas sociais presentes na realidade da sociedade brasileira, de forma geral.

Apesar desse panorama estruturante e sistêmico, compreende-se que o aumento gradativo do índice de longevidade em Mucugê é uma tendência da população brasileira, que teve, ainda que precariamente, mais acesso à melhoria das condições de vida, às campanhas de vacinação, também adesão, por parte significativa da sociedade, a hábitos mais saudáveis e prática de atividades físicas. Além disso, reitera-se a importância das políticas públicas de assistência social e a consolidação da previdência social.

Concorda-se com Arrais e Viana (2019), quando afirmam que o sistema previdenciário brasileiro se configura num importante fator para pensar as condições de vida da população, especialmente a idosa, uma vez que “[...] Nossa desigualdade de renda tem endereço, cor e gênero, e ainda persegue, insistentemente, brasileiros e brasileiras do berço até a aposentadoria” (ARRAIS; VIANA, 2019, p.7). O direito à aposentadoria em Mucugê é concedido a 1830 pessoas, cerca de 20% da população total. Sublinha-se ainda que, não raramente, a aposentadoria é a única fonte de renda familiar, o que torna a/o idosa/o provedor/a das necessidades materiais de todos do grupo familiar.

Outra dimensão considerada no IDHM é a Educação, cujo aumento no índice de 0,125, em 1991, para 0,480, em 2010, pode ser considerado como resultado direto de programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família⁴⁵. O fato de, em 2010, cerca de

⁴⁴As particularidades oriundas da pandemia de Covid-19 no Brasil evidenciam a perversidade sistêmica e intrínseca à necropolítica promovida pelas investidas neoliberais nas políticas de Estado. Exemplo disso são os cortes orçamentais e as tentativas de privatização do SUS num momento de crise humanitária sem precedentes na história do país, com a elevação das mortes e dos níveis de contágio da Covid-19 no Brasil, conforme argumentam Rocha (2020) e Kliks (2020). No atual contexto político nacional, a ausência de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e promoção do bem-estar social é sintomática do aviltamento do neoliberalismo que se faz presente no cotidiano dos sujeitos sociais, por meio do recrudescimento da crise social, política, econômica e civilizatória em que o Brasil está imerso.

⁴⁵ O Programa Bolsa Família, criado em 2003, foi extinto na atual gestão, e substituído pelo Auxílio Brasil, em 17 de novembro de 2021, com duração estipulada até dezembro de 2022. Não há garantias de continuidade do programa após essa data, aspecto que evidencia seu caráter eminentemente eleitoreiro. As incertezas que perpassam a manutenção desse auxílio no cenário posterior a 2022 colocam em xeque a reprodução social e a manutenção da renda das 14,6 milhões de famílias assistidas.

90% das crianças de 5 a 6 anos de idade estarem matriculadas na escola pode estar vinculado às exigências relacionadas à matrícula e frequência escolar, para a concessão desse benefício.

Hespanhol (2020) analisa os inegáveis avanços sociais promovidos pelas políticas estatais nesse início de século XXI. Para a autora, na análise das políticas públicas de ordem social no Brasil é necessário reconhecer a influência da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora, Dilma Rousseff, ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT). Hespanhol (2020, p.420) compreende que “[...] embora não tenha rompido com os preceitos neoliberais e com as oligarquias do país”, nessas gestões criaram-se condições e estratégias para a implementação de políticas de cunho social que, inegavelmente, favoreceram as classes sociais de menor poder aquisitivo, sobretudo nos pequenos municípios e nos espaços rurais.

Em face disso, sublinha-se o debate sobre políticas públicas, encampado por Grisa e Schneider (2015), sobretudo aquelas voltadas à realidade rural do Brasil. Nesse contexto, os autores sintetizam três gerações de políticas públicas para o meio rural: “[...] a primeira geração teve viés agrícola e agrário, e o segundo esteve direcionado para políticas sociais e assistenciais, a terceira geração se orientaria pela construção de novos mercados orientados pela segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 10).

A consolidação dos programas de transferência de renda nas gestões entre 2003-2016 contribuiu para a erradicação da pobreza extrema, principalmente nas comunidades rurais do país. Apesar de todas as contradições intrínsecas às ações do Estado, em 2016, registrou-se no campo político, uma ruptura com os referenciais sociais de tais políticas, com o golpe midiático-jurídico e parlamentar e a ascensão de Michel Temer à presidência da república. Sobre esse aspecto, Carvalho e Oliveira (2021) argumentam que:

A compreensão da natureza burguesa do Estado brasileiro, que, após o golpe político jurídico-midiático de 2016, intensifica o domínio de uma fração de classe ainda mais autoritária e mais conectada com o processo de territorialização das corporações de commodities, torna o país mais suscetível a alianças políticas que levam ao processo de fascistização em sua transição de movimento ideológico à sua concretude (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p.30)

É nesse contexto que a segunda geração de políticas públicas, aquelas de cunho assistencial que ainda estavam em processo de consolidação, foi interrompida, e a terceira geração, que seria implementada visando a consolidação dos mercados, a soberania e a segurança alimentar, foi abortada e substituída pela agenda neoliberal bem mais explícita do que aquelas empregadas no perfil governamental social-democrático das gestões petistas.

Observa-se, como consequência, a destruição das políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida das populações economicamente mais vulneráveis, sobretudo do campo.

Para Pinto (2020, p.5), tais programas podem se constituir “[...] como instrumento de combate à miséria no Brasil, bem como sua função estratégica para garantir os mínimos benefícios sociais às famílias brasileiras hipossuficientes no contexto da pandemia da COVID-19”. De acordo com dados do Portal da Transparência (2020), 1701 famílias são assistidas pelo Programa Bolsa Família no município de Mucugê. Reitera-se que, dos 9062 habitantes, 7825 pessoas estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico)⁴⁶, que corresponde a aproximadamente 86% da população total. Os valores mensais do benefício recebido variam entre R\$ 41,00 a R\$ 714,00, por família. Essa variação está relacionada à estrutura familiar, uma vez que, no caso das famílias mais numerosas, em que as crianças estejam devidamente matriculadas na escola e que realizam o acompanhamento nos programas de saúde, essas devem receber os valores mensais mais elevados desse intervalo.

Na leitura acerca dos programas sociais de transferência de renda no contexto pandêmico, ocorrido em 2020, Almeida aborda o oportunismo político-eleitoreiro da atual gestão federal, que atua intensivamente para “[...] um dismantelo das políticas de inclusão social, e o que prevalece são as políticas de governo” (2020, p.35). A autora pondera ainda que tais políticas de inclusão social, representam um esforço contínuo de lutas dos movimentos sociais acumuladas ao longo de muitos anos, mas que, recentemente, foram interrompidas com o governo Michel Temer, com o golpe midiático-jurídico e parlamentar em 2016, e, na atualidade, sepultadas com o recrudescimento da necropolítica neoliberal de Jair Bolsonaro e sua base de apoio no poder legislativo (ALMEIDA, 2020).

Além dos programas assistenciais, essenciais para a população local, reitera-se que as políticas educacionais, desenvolvidas em escala nacional, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Mais Educação, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dentre outros, têm sido fundamentais ao desenvolvimento da dimensão educacional para a população do município.

Contudo, a educação pública em Mucugê, assim como nos demais municípios brasileiros, enfrenta diversos entraves à melhoria do sistema educacional, a exemplo da

⁴⁶De acordo com Hespanhol (2020, p.448) “[...] o CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país, a fim de incluí-las nos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, Projovem Adolescente/Agente Jovem etc. Podem se cadastrar as famílias que tenham renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. As que tenham renda superior a meio salário mínimo poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios”.

desvalorização dos profissionais da educação, sucateamento nos investimentos, precarização dos espaços pedagógicos nas unidades educacionais, dentre outras problemáticas. De acordo com o IBGE, em 2018 o município contava com 28 unidades escolares públicas, distribuídas nos territórios rurais e urbanos do município. Trata-se de 27 escolas sob a responsabilidade do poder público municipal e 1 escola integrante da rede estadual de educação. A taxa de escolarização entre os jovens de 6 a 14 anos de idade no município, em 2010, é de 97,5 %.

A variável renda *per capita*, também considerada no cálculo do IDHM, teve um notável crescimento na última década avaliada. Saltou de R\$ 148,27, em 2000, para R\$ 312,35 em 2010. Esse avanço substancial foi analisado como tendência econômica nacional nesse intervalo, em que se observa importantes conquistas sociais. Para Arrais e Viana (2019) tal entendimento:

[...] mostrou-se evidente entre os anos 2000 e 2010, quando assistimos a um forte declínio da desigualdade de renda. Esse declínio, como argumentamos, decorreu de um conjunto de fatores, dentre os quais estão a redução do desemprego, o controle inflacionário que reverberou na valorização do Salário Mínimo e, também, a ampliação dos Programas de Transferência de Renda Direta, a exemplo da Aposentadoria Rural, do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família. Ao impacto dessas políticas de transferência de renda, somou-se a ampliação do emprego público, na escala Municipal, Estadual e Federal (ARRAIS; VIANA, 2019, p.2).

É visível que os avanços sociais, ainda que tímidos, são imprescindíveis para um crescimento econômico menos díspar e desigual para a sociedade. Os aspectos elencados pelo autor auxiliam a interpretar as falácias do discurso neoliberal extremado, tal como se intensifica no governo federal, no Brasil, desde o golpe de 2016. Isso porque, apesar de todas as contradições e contrassensos intrínsecos ao Estado e aos governos inclinados ao espectro político da esquerda na época, o intervalo temporal (2003-2016, mais precisamente) em análise, representou a melhoria concreta nas condições de vida e as possibilidades de ascensão social, sobretudo pela via da geração dos postos de trabalho e da educação. O aumento substancial de 50% na renda *per capita* em Mucugê, não é, em nenhuma hipótese, um fato isolado ou que poderia ser explicado apenas por fatores locais.

No que tange aos aspectos socioeconômicos, sublinha-se a renda *per capita*, que dobrou no período abrangido pelos últimos três censos: R\$140,07, em 1991; R\$148,27, em 2000; e R\$312,35, em 2010. Embora tenha avançado nas últimas três décadas, em Mucugê, esse índice de renda ainda é considerado baixo, sobretudo quando contrastado com o elevado PIB *per capita* do município, cujo valor, em 2016, aproximava-se dos 38 mil reais. Esse é mais um

indicativo que aponta a elevada concentração da renda, ampliada pelo modelo de desenvolvimento que prevalece no município centrado no agrohidronegócio, em contraste com os benefícios pífios que essa atividade econômica reverbera para a sociedade. A leitura dos critérios que instituem o IDHM é reveladora das condições de vida e da realidade locais, por vezes ocultadas pelos discursos turísticos, midiáticos e políticos. Esses discursos envolvem tanto interesses do setor privado empresarial quanto do poder estatal, nas escalas municipal, estadual e nacional.

Os dados apresentados desenham um panorama da realidade de Mucugê, em que sobressaem as contradições intrínsecas a esse modelo de produção. Desconstrói-se, por meio da análise, a narrativa de que o agrohidronegócio contribui para o desenvolvimento local, visto que as condições materiais de vida da maior parte da população não refletem a aparente riqueza produzida nas lavouras das empresas capitalistas. Observa-se o acirramento das desigualdades sociais, com a intensa concentração fundiária e de recursos. As discussões apresentadas na seção a seguir visam refletir sobre as características do agrohidronegócio e suas especificidades e repercussões nos territórios rurais de Mucugê.



Agricultura familiar camponesa na fronteira do agrohidronegócio



4 AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NA FRONTEIRA DO AGROHIDRONEGÓCIO

[...] Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À Terra, Terra

Pedro Munhoz, Canção da Terra.

Analisar as conflitualidades inerentes às relações territoriais e identitárias estabelecidas entre o agrohidronegócio e a agricultura familiar camponesa em Mucugê implica reconhecer a multiplicidade das fronteiras que mesclam e delimitam essas territorialidades distintas. Para além das cercas concretas e simbólicas mencionadas pelo artista evocado em epígrafe, busca-se discutir os conteúdos sociais que atravessam os territórios e borram as fronteiras instituídas na coexistência dessas duas realidades tão antagônicas.

Tal desafio analítico consiste em considerar os aspectos estruturais, contraditórios e macroescalares que compõem os territórios rurais, sem, contudo, negligenciar a perspectiva dos sujeitos sociais, que, na escala dos territórios vividos, elaboram suas intencionalidades, simbolismos e subjetividades constituintes de suas vivências no território. Concorde-se, então, com Fernandes (2014), quando compreende que o agricultor familiar e o camponês são os mesmos sujeitos sociais, ainda que lidos sob lupas teóricas diversas. Para o autor:

[...] el término campesino y agricultura familiar con el mismo sentido. Utilizar los dos conceptos juntos o separados, pero refiriendo se siempre a la organización familiar, comunitaria, asociativa o cooperativa es coherente. Lo que se debe evitar es separarlos por medio de falsas definiciones como incompleto, atrasado, superado, antiguo, etc. El campesinado vive su tiempo y vivió todos los tiempos: en las sociedades esclavistas, feudales, capitalistas y socialistas. Es un sujeto histórico perenne que lucha para ser el mismo. Encuanto los sistemas quieren destruir el campesinado, el reacciona para reproducir se con dignidad (FERNANDES, 2014, p.20)⁴⁷.

⁴⁷ Os termos agricultor familiar e camponês têm o mesmo significado. Usar os dois conceitos juntos ou separadamente, mas sempre se referindo a família, comunidade, organização associativa ou cooperativa, é coerente. O que se deve evitar é separá-los por meio de falsas definições, como incompleto, atrasado, superado, antigo etc. O campesinado vive seu tempo e viveu todos os tempos: nas sociedades escravistas, feudais, capitalistas e socialistas. É um sujeito histórico perene que luta para ser ele mesmo. Enquanto os sistemas querem destruir o campesinato, ele reage para se reproduzir com dignidade (FERNANDES, 2014, p. 20, tradução nossa).

O agricultor familiar camponês é o sujeito social e histórico que tem nos espaços rurais seu território de vida e trabalho. A terra possibilita a reprodução do seu modo de vida, pleno de conteúdos sociais e culturais, que extrapolam a lógica econômica da produção, circulação, consumo e o fetichismo das mercadorias⁴⁸ no capitalismo. Concorde-se com K. Woortmann (1990), quando propõe a análise do campesinato como um valor moral, um *ethos* particular que caracteriza um modo de existência e sociabilidade. A campesinidade é compreendida como modo de vida e valor ético-cultural instituinte da geograficidade criada pelos sujeitos sociais do campo, em seu vínculo existencial com a terra.

Seguindo essa abordagem, Menezes corrobora tal compreensão ao afirmar: “[...] A terra, para os agricultores familiares, é considerada como terra de trabalho, lugar no qual o homem tem o seu trabalho realizado, independência e a sua realização como pessoa humana” (MENEZES, 2009, p.56). Tal relação é vivida de geograficidades, visto que, na vida diária do trabalho, esses sujeitos sociais passam a interpretar as dinâmicas e os ciclos da natureza. Articulam sua cultura e cotidiano aos tempos do preparo da terra, para o plantio e a colheita. Para Cosgrove (1998), a geografia permite decifrar o ser e o estar das mulheres e homens no mundo, tendo como alicerce as dimensões amplas e simbólicas que envolvem a relação entre os sujeitos sociais.

A lógica simbólica do trabalho na terra (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997) é permeada de subjetividades que delineiam as significações do território, transformada em condição para vida, sociabilidade e trabalho. Trata-se de um bem essencial à permanência e a manutenção de um modo de vida que está sedimentado no trabalho familiar como garantidor da reprodução social, tanto em dimensões palpáveis e materiais, quanto em termos mais simbólicos e culturais. Dissociar tais aspectos, configura-se no que Haesbaert (2021; 2016) denomina armadilha analítica, visto que são intrínsecas à realidade.

Ser agricultor familiar camponês corresponde a um modo singular de produzir e viver em sociedade. Não se distingue apenas pela forma de fazer agricultura, é, *a priori*, um modo de viver das famílias, que “[...] resolvem problemas de reprodução social por meio da produção agrícola, estabelecem relações e tomada de decisões que lhes é própria, e tem como centralidade a reprodução social dos membros da família” (FERREIRA; FERNANDES, 2020, p.108). Trata-

⁴⁸De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, “[...] o fetichismo da mercadoria é o exemplo mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do capitalismo ocultam as relações sociais a elas subjacentes, como, por exemplo, quando o capital, como quer que seja entendido, e não a mais-valia, é tido como a fonte do lucro (BOTTOMORE, 2013, p. 243).

se de uma racionalidade completamente avessa àquela presente na agricultura capitalista, embora mantenham relações entre si.

De acordo com Brandão, os sentidos que perfilam a terra delineiam as relações peculiares, “[...] e marca uma identidade estabelecida através da qualidade da reciprocidade entre um tipo de ator frente a ela e o feixe de outros relacionamentos que ela e seus frutos geram e determinam” (BRANDÃO, 2009, p. 72). A identidade dos sujeitos sociais é construída por meio das vinculações destes com a terra, entendida como território de trabalho, e sobretudo, de vida. A terra assume valores e sentimentos que integram a moralidade, pilar essencial da campesinidade.

Como afirmam Woortmann e Woortmann (1997), o trabalho no campo ocorre pela mediação entre forças produtivas e relações sociais de produção. Dessa forma, engloba elementos simbólicos e intangíveis que se articulam de maneira específica em cada formação social, considerando seu contexto histórico particular.

Os autores compreendem que nem os recursos, nem tampouco as ferramentas e os sujeitos sociais “[...] existem socialmente sem a cultura. É o saber que permite usá-los e é a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.10).

Lida numa perspectiva mais ampla, a cultura configura-se, também, como um espectro no qual perfilam os saberes e fazeres que compõem a vida e o trabalho na terra. Convergem-se os sentidos plurais do território e do trabalho que transitam entre o valor de uso e o uso enquanto valor⁴⁹, que ora operam na lógica da mercadoria, ora significam a sobrevivência e a reprodução social dos grupos familiares e comunitários. Em face dessas tensões que perpassam as (i)materialidades presentes no rural, o tópico seguinte visa refletir sobre a vida na fronteira, onde se mesclam os territórios da campesinidade e os territórios do capital.

4.1 Fronteira e conflito: os territórios rurais do agrohidronegócio e da agricultura familiar camponesa

A proximidade que existe entre os territórios do agrohidronegócio e da agricultura familiar camponesa em Mucugê é fonte de conflitos, tensões e desequilíbrios de ordens sociais e ambientais. Para Porto-Gonçalves e Chagas (2018), o conflito corresponde a um evento perceptível, do ponto de vista empírico e na dimensão epistemológica, e conduz a pensar sobre

⁴⁹As reflexões acerca de valor de uso estão amparadas nos estudos de K. Woortmann (1990), que abordam a terra como expressão de uma moralidade para os camponeses.

uma problemática que está sendo objeto de questionamento. Desse modo, os autores ponderam que “[...] o conflito nos mostra de modo prático as contradições da sociedade em um determinado momento e lugar e, assim, nos libera de análises que se reivindicam dialéticas, mas que ignoram as contradições tal e como os próprios interessados as manifestam (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2018, p.4)

Na insígnia do território, os mais diversos conflitos podem ser também criadores de fronteiras. Na discussão sobre os territórios de r-existência, Haesbaert (2021) aborda a necessidade de resistir para defender a própria existência, e, desse modo, viabilizar a reprodução social e permanência no território, com a manutenção dos saberes e fazeres que marcam as territorialidades no âmbito dos coletivos sociais. Para o autor:

Conceber a defesa do território antes de tudo como a garantia de abrigo ou, mais amplamente ainda, de aconchego [...], e não como mero espaço para uso e exploração econômica, significa defender a vida, começando por seu território mínimo, nosso corpo, protegendo-o frente às inúmeras ameaças dentro de um sistema concentrador e espoliador de riquezas. Trata-se, portanto, de territórios de r-existência, onde a resistência se fortalece no combate às ameaças sobre a vida ao mesmo tempo em que a existência se afirma através da coexistência entre nossos múltiplos territórios/mundos de vida (HAESBAERT, 2021, p.216).

Em Mucugê, compreende-se que a existência das comunidades na fronteira com o agrohidronegócio apontam um quadro de dificuldades e lutas permanentes e cotidianas, de modo a construir a r-existência em face das investidas dos empreendimentos vinculados à lógica do capital.

Martins, por sua vez, sustenta a tese de que a fronteira é, “[...] simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos” (1996, p.25). Isso leva à compreensão de que mais do que a delimitação de um território, elas consistem em divisores de realidades diversas e, por vezes, incongruentes em diversos aspectos.

Ao estudar a expansão da fronteira agrícola no oeste baiano, Haesbaert (1997) menciona a conflitualidade que emana do encontro do capital modernizador dos grupos sulistas com a identidade dos povos cerradeiros daquela região. Assim emergem os possíveis conflitos, haja vista que, como pondera Martins (1996, p.27), isso faz da fronteira “[...] uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si”.

No caso dos territórios rurais de Mucugê, as fronteiras se materializam nas cercas e cadeados impostos pelas grandes fazendas do agrohidronegócio, mas também nas (re)configurações das identidades territoriais construídas pelos sujeitos sociais. Segundo

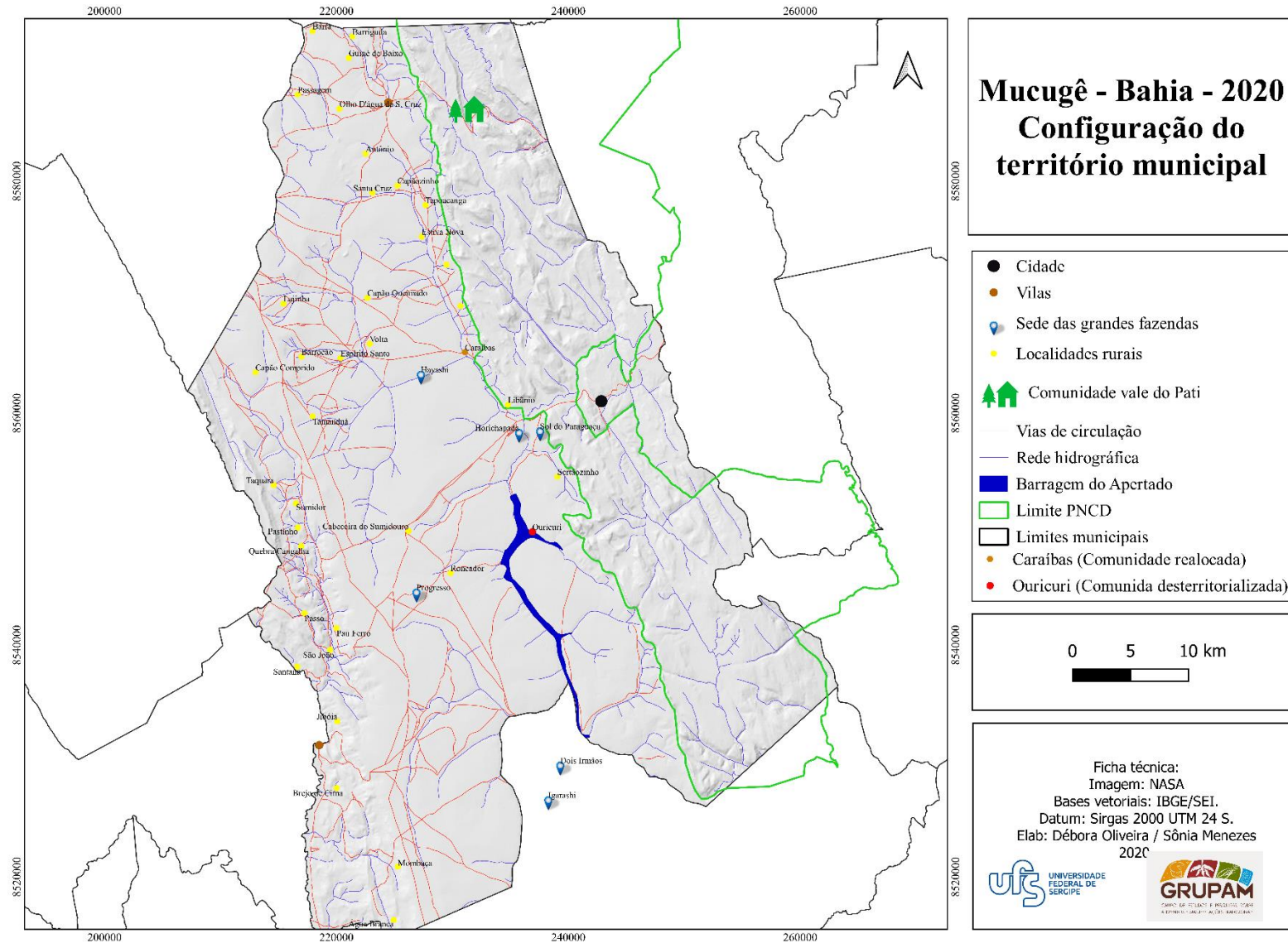
Almeida (2005), a fronteira entre territórios distintos é delimitada, também, por relações de alteridade. Os mapas, assim como as demais formas de representação da realidade, correspondem a modelos simplificados. Desse modo, o desenho cartográfico dos conteúdos sociais e simbólicos das fronteiras é sempre desafiador. Trata-se de limites tênues em limiares difíceis de serem cartografados, sobretudo na perspectiva cartesiana ortodoxa.

Isso porque, embora os recursos cartográficos sejam imprescindíveis para analisar o território, em nenhuma hipótese substituiria o caminhar por ele e vivenciar, junto com os sujeitos sociais da pesquisa, seus itinerários e percalços. Para Haesbaert (2021, p.45), “[...] o mapa é uma intermediação que permite, de certo modo, nos reposicionar frente ao mundo, proporcionando, também, para quem o concebe e/ou lê, uma mudança de perspectiva geográfica”.

Os mapas ensinam o caminho e para conhecê-lo é preciso trilhá-lo. Todavia, esse caminhar não é solitário, pois, em contato com os sujeitos sociais que experienciam cotidianamente o território, é que se torna possível desvendar as geografidades, sentidos, conflitos e contradições nele presente. O autor argumenta que a “[...] alternância entre visível e invisível, revelado e oculto, explícito e implícito, pode se redesenhar o tempo todo, e, nesse sentido, o recurso cartográfico é fundamental – como já referido, também viajamos através dos mapas” (HAESBAERT, 2021, p.53)

A leitura do Mapa 7 permite delinear um panorama das configurações territoriais de Mucugê, partindo de uma visão macro do município. As comunidades rurais da agricultura familiar camponesa, representadas no mapa pelos localizadores amarelos, ocupam mais densamente a extensão oeste, situadas próximas às vilas de Guiné, à nordeste e João Correia, à sudeste – isso porque os empreendimentos agropecuários do município, cujas sedes são representadas pelos localizadores azuis, ocupam a extensão centro-sul, extrapolando o limite de Mucugê, com sedes e lavouras no distrito de Cascavel (Ibicoara-BA).

Mapa 7 - Configurações territoriais do município de Mucugê, Bahia, 2020.



Fonte: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2020.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), representado pela linha poligonal verde, abrange toda a extensão oeste do município, que corresponde à Serra do Sincorá. Ocupa uma área total de 152 000 Km², distribuída entre seis municípios, incluindo Mucugê: Lençóis, Andaraí, Palmeiras, Itaeté e Ibicoara. De acordo com o Plano de Manejo dessa unidade de conservação federal, cerca de 32,38% da área do Município está situada nos limites do parque, enquanto 54,47% do parque está no interior de Mucugê.

A barragem do Apertado, representada pelo polígono azul, situa-se na área cimeira do planalto, na porção centro-sul da carta apresentada no Mapa 6. Essa localização é estratégica, visto que seu reservatório atende aos grandes empreendimentos agrícolas, cujas lavouras estão situadas em suas proximidades, onde se consolidou o agropolo Mucugê-Cascavel. A agricultura familiar camponesa é praticada em comunidades rurais, geralmente distantes dessa infraestrutura, por isso o acesso aos recursos hídricos ali disponíveis é por vezes precário ou inexistente. Essas atividades são encontradas, predominantemente, nas comunidades que integram os distritos de Guiné, situado à noroeste e João Correia, localizado à sudoeste, que dependem de outras fontes de recursos hídricos, como rios e riachos menores, ou dos eventos pluviométricos.

Os alimentos produzidos no âmbito das lavouras da agricultura familiar camponesa, além de serem mais diversos, apresentam qualidade e são consumidos, local ou regionalmente. No geral, o comércio e consumo ocorre no próprio município, ou nas localidades limítrofes.

Os ciclos da natureza são perfeitos e, por vezes, incongruentes com a racionalidade capitalista regida pelo lucro, marcada com aceleramentos, rupturas e contaminações, que, marcadamente, desconfiguram o equilíbrio dos sistemas ambientais. Para Primavesi (1997):

Ecosfera-tecnosfera-agricultura não devem entrar em choque, mas podem e devem harmonizar-se para poderem continuar a proporcionar a vida ao ser humano. Somente o lucro e o crescimento econômico não sustentam a vida. Necessita-se de alimentos, ar e água. A tecnosfera não impede a fome, o aumento explosivo da miséria e a crise econômica (PRIMAVESI, 1997. p.9)

A ecosfera é composta pelos sistemas ambientais, enquanto a tecnosfera é entendida pela autora como uma criação consciente da apropriação capitalista da natureza. O agronegócio está sedimentado nas incongruências entre essas vertentes, visto que a prática da agricultura sob a ótica do capital é provedora de profundos desequilíbrios de ordem natural e social.

Na narrativa de uma participante da pesquisa, mulher rural, percebe-se um sentimento de receio em relação à proximidade que suas terras estão das lavouras do agronegócio local: “[...] nossa terra é cercada”. Os agricultores e agricultoras familiares camponeses/as tornam-se

reféns da expansão do agrohidronegócio local, que lucra com os monocultivos convencionais e partilha os danos sociais e ambientais provocados por essa forma de produzir, típica de empreendimentos capitalistas.

Ainda assim, constatou-se, em campo, a produção em roçado da batata inglesa por um agricultor familiar camponês. Ele nos relatou estar muito preocupado com a proximidade crescente das grandes lavouras no sítio dele: “A gente preocupa porque a Progresso vem encostando, com as lavouras deles perto aqui da terra da gente. E a gente sabe que vai trazer problema pra o roçado da gente [...]”. Ao partilhar dessa angústia conosco, esse sujeito olhou com o semblante desesperançoso para o horizonte, apontando, e nos auxiliando a identificar a implantação do pivô central que o preocupava. A Figura 11 ilustra a proximidade dessas estruturas dos pequenos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa.

Figura 11 – Pivôs-centrais instalados próximos a estabelecimentos rurais da agricultura familiar camponesa de Mucugê.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Infelizmente, os temores desse participante da pesquisa não são em vão. Nascido e criado na roça, nos contou que sempre trabalhou e criou família com o seu trabalho na terra, mas que as coisas estavam se tornando cada vez mais complicadas, por causa da dificuldade em produzir e também em comercializar os alimentos cultivados em seu sítio.

Essas situações são comuns aos agricultores familiares camponeses que vivenciam, em seus territórios de vida e trabalho, a proximidade da fronteira com as lavouras capitalistas. Nesse contexto, os territórios de “r-existência”, como aborda Haesbaert (2021) são (re)criados cotidianamente pelo fato de esses sujeitos resistirem às investidas do capital para a manutenção

de suas formas de viver e lidar com a terra, repleto de geograficidades, abordadas no tópico a seguir.

4.2 Geograficidades da Agricultura Familiar Camponesa e os desafios para sua reprodução social

As geograficidades, para Dardel (2011), são lidas como as diversas maneiras pelas quais os sujeitos sociais experienciam e se vinculam ao espaço vivido. Esse entendimento pode ser ampliado, também, para a compreensão do espaço sob o viés do território e das territorialidades.

Para além do que foi delineado pelo autor, é possível associá-las também com a ideia de fronteira e conflito, visto que, se a fronteira distingue realidades diversas no território, o conflito emerge das incongruências e intencionalidades dos múltiplos segmentos sociais que nele constroem e impõem territorialidades verticalizadas, por vezes antagônicas e alheias àquelas territorialidades horizontais. É nesse contexto que se compreende que as geograficidades são construídas no percurso das trajetórias de vida, sociabilidade e trabalho daqueles que vivenciam o território.

De acordo com Dardel (2011), tais significações colocam “[...] em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização” (DARDEL, 2011, p. 30-31). A análise da processualidade intrínseca às relações dos sujeitos sociais com a terra, e por consequência, o território, busca realçar, nessa dimensão da vida, os conteúdos sociais que lhe dão inteireza, alma e concretude, para além dos aspectos estritamente econômicos e materiais.

Nas reflexões acerca do elo existencial estabelecido entre os sujeitos sociais e a terra de vida e trabalho, é possível tecer articulações entre as ideias de geograficidade (DARDEL, 2011) e a campesinidade, elencada por K. Woortmann (1990). Isso porque a compreensão do campesinato como modo de vida possibilita vislumbrar uma reflexão cultural das relações entre as pessoas e a Terra, em que se criam valores que orientam condutas, visão de mundo, comportamentos e cosmologias, permeados por símbolos e significações peculiares.

A dominação do território pelo capital diverge do território da campesinidade, tido como condição (i)material para a existência. Em Mucugê, a conflitualidade oriunda dessa relação é inevitável, ainda que, por vezes, seja velada. Isso pode ser explicado pelo fato de os interesses pertinentes ao crescimento econômico vinculado à exploração do território pelo agrohidronegócio não estarem comprometidos com a geração de renda, o bem viver e a

reprodução social dos agricultores familiares camponeses, embora esse seja o discurso hegemônico, por vezes internalizado por parcela expressiva da sociedade.

Woortmann e Woortmann (1997, p.7), na reflexão sobre o significado do trabalho da terra, consideram que tais relações “[...] o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais [...], e essas formas de simbolizar são outro objeto de nossa análise”. O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não se constituem em dimensões apartadas, ainda que operem, por vezes, em domínios diferentes. Tais dimensões, em sua totalidade, instituem outra forma de ver/estar no mundo e nele se relacionar.

Desse modo, a dimensão simbólica do trabalho e da terra para o agricultor familiar camponês pode ser tecida sobre outras vertentes analíticas que distam dos consagrados debates dualizados do mundo rural. Ao conjecturar sobre o saber fazer, as técnicas, os usos e as práticas que os sujeitos sociais constroem no campo, Woortmann e Woortmann (1997) priorizam a leitura dessa realidade sob o prisma de quem a vivencia. O significado da terra, e por extensão, dos territórios, para esses grupos sociais, envolvem os valores inscritos em seu modo de vida e cotidianidade, pois de acordo com K. Woortmann (1990):

Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e repensado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor trabalho, mas do trabalho enquanto valor ético (WOORTMANN, K., 1990, p. 12).

A reflexão acerca da dimensão valorativa inscrita no trabalho dá margem à compreensão dos conteúdos simbólicos que o constituem, e estão associados aos valores éticos e morais da campesinidade dos sujeitos sociais. Essas dimensões são indissociáveis ao território e expressam as significações intrínsecas à reprodução social e as estratégias de permanência e sobrevivência desses sujeitos sociais no território, que, para além de recurso, é condição para a existência.

As relações de pertencimento e afeto construídas pelos agricultores familiares camponeses em relação à terra, *locus* da vida, podem também ser traduzidas pelos sentidos espaciais que abrangem as vinculações estabelecidas entre os sujeitos sociais e a realidade espacial que vivenciam.

Tais sentidos evidenciam traços da identidade territorial que compõem o convívio e a vida cotidiana com a terra. Envolvem conhecimentos ancestrais e geracionais, perpassados pela ideia de herança cultural construída e repassada no coletivo social. É por esse motivo que Carvalho (2013) considera o agricultor familiar camponês como o guardião da agrobiodiversidade, haja vista que os saberes e fazeres transmitidos no contexto da família e/ou da comunidade são plenos de conhecimentos tradicionais que permeiam o trabalho na terra e obtém dela o sustento da família.

A posse da terra, associada ao saber fazer cultural intrínseco ao trabalho é condição imprescindível para a autonomia e a liberdade do sujeito da agricultura familiar camponesa. A labuta cotidiana concede às mulheres e homens da agricultura familiar camponesa um profundo conhecimento em relação à natureza e ao equilíbrio dos sistemas ambientais com os quais se relacionam.

Nas reflexões sobre as geograficidades, busca-se desvendar as significações e conflitualidades veladas e latentes que emanam da coexistência, nem sempre parcimoniosa, dos homens e mulheres da agricultura familiar camponesa e do agrohidronegócio. Esse desafio implica tanto em considerar aspectos objetiváveis e estruturantes, tais como a posse da terra e as distintas condições de produção concedidas a esses segmentos antagônicos, quanto dimensões intangíveis, permeadas por simbolismos, sentidos e conteúdos imateriais diversos.

Em contrapartida, as lavouras do agrohidronegócio constituem-se em verdadeiros desertos verdes, onde a vastidão da terra é dominada pelo monocultivo, e não há espaço para a diversidade. Já nos sítios camponeses emprega-se a força de trabalho familiar na terra, que é também morada da vida, em que o cotidiano desses sujeitos sociais ganha plenitude e sentido existencial. Quando convidada a refletir sobre o dia-dia do trabalho e da vida na roça, uma agricultora familiar camponesa confidencia:

É boa, para você ter uma paz, sabe, um relaxamento, livre de preocupação. Mesmo que o que a gente planta na roça, às vezes não tem muito valor. Mas na roça tudo que planta dá, não precisa de comprar quase nada. Sempre plantei como meu pai me ensinou, e dá certo, viu? Tem batata doce, pimentão, alface, tomate, cebola, feijão também. Feijão tem de todo tipo, a gente tem aqui! Nós tem maracujá, mandioca, banana, chuchu, morango (Informação verbal⁵⁰).

A narrativa dessa mulher rural é permeada de sentidos e significações plurais. Nota-se, a princípio, sua satisfação em viver e trabalhar na terra, contudo, percebe-se também, um ar de

⁵⁰ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

ressentimento, acerca da pouca valorização do que é produzido, especialmente no momento da comercialização. A diversidade da lavoura camponesa é notória: no sítio de 5 ha, herdado das gerações ancestrais, são produzidos vários alimentos.

Tais conhecimentos sobre a terra, de acordo com Brandão (1984), são ancestrais, construídos no âmbito do grupo familiar ou da comunidade, e transmitidos intergeracionalmente. Segundo o autor, “[...] O saber migra de uma geração à outra entre parentes”. (BRANDÃO, 1984, p. 71). Nas sociabilidades camponesas, o trabalho assume dimensões educativas, no sentido de preparar para a vida, pois como enfatiza Brandão: “[...] meninos e meninas são levados ao trabalho para se educarem através dele” (BRANDÃO, 1999a, p.39). Trata-se de uma construção social e cotidiana de saberes e fazeres próprios do mundo rural, em profunda interrelação com o ambiente e os ciclos da natureza.

Essa discussão pode ser associada aos estudos de Almeida (2018), quando aborda os saberes ambientais construídos pelos sujeitos sociais no campo e a interdependência desses em relação ao equilíbrio da natureza. Para a autora, “[...] se deve considerar que a devastação da vegetação natural significa a perda do conhecimento acumulado ao longo dos tempos, sobre o uso medicinal e o uso do alimento tradicional das plantas, pelas populações a elas associadas” (ALMEIDA, 2018, p.296).

A diversidade presente nos pequenos roçados expressa a riqueza do trabalho da agricultura camponesa familiar na terra. Configura-se também como uma territorialidade de esperança, estratégica, que permite a produção em todos os meses do ano, viabilizando o consumo e o comércio em circuitos curtos, a exemplo da feira.

Alguns agricultores que participam da feira semanal da cidade também se deslocam para as feiras de Palmeiras e Cascavel para a comercialização direta dos alimentos que produzem (Figura 12).

Figura 12 – Alimentos da agricultura familiar camponesa comercializados na Feira de Mucugê



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

É possível observar nas fotografias da Figura 12 a venda de ovos caipiras, feijão andu verde, abóbora cortada, hortaliças e maracujá do mato. Tais alimentos são desprezados na produção pautada no agronegócio, e sua permanência depende da produção familiar.

A comercialização dos alimentos, no âmbito da agricultura familiar camponesa, ora é realizada por meio da venda direta no campo ou na feira, ora por meio da figura do atravessador. Em estudo sobre as relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil, no contexto das cadeias curtas de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, Dias, Revilion e Talamini (2017, p.249) ponderam que “[...] a redução de intermediários reforça o contato com o consumidor e garante a qualidade, já que não existem “atravessadores” que podem fraudar produtos ou representar de forma inadequada os princípios do sistema orgânico de produção”.

Sobre a realização da feira nas pequenas cidades, Menezes, Santos e Cruz afirmam (2019, p.86) que esses espaços, “[...] inicialmente se constituíam como uma atividade comercial em que pequenos agricultores vendiam os produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata”. A feira intensifica a relação entre o rural e o urbano, visto que traz da roça o alimento para os citadinos, promove o encontro dos homens e mulheres do campo com o cotidiano da cidade, onde têm acesso a serviços e mercadorias não disponíveis no contexto rural.

Na feira, são comercializados diversos alimentos tradicionais e basilares das dietas que constituem a comensalidade do dia-a-dia. Encontra-se feijão, arroz, ovos, frutas e hortaliças produzidos nos quintais e roçados da agricultura familiar camponesa, que se misturam com as mercadorias comercializadas pelos feirantes atravessadores, aqueles que compram e revendem de outrem, seja da agricultura familiar ou até mesmo os restolhos da produção da batata inglesa das lavouras do agronegócio local. As fotografias da Figura 13 ilustram um pouco dessa diversidade nos cultivos de feijão nas lavouras da agricultura familiar no município.

Figura 13 – Feijão rosinha, de arranca (carioca) e preto, produzidos na agricultura familiar camponesa em Mucugê.



Fonte: Pesquisa de campo, setembro, 2021.

Em campo, observamos que a própria família produtora comercializava vários tipos de feijão, na feira de Mucugê e na feira de Palmeiras, ambas realizadas uma vez por semana. Os recipientes metálicos utilizados como medida para estabelecer a quantidade são reaproveitados da indústria alimentícia ou de outros segmentos, e, na feira, são conhecidas como prato, com tamanho aproximado de 3,5 kg. Observa-se que os recipientes utilizados como medida são desgastados pelo tempo de uso e remetem “Os vestígios do passado, as resiliências, estão presentes na banca” (MENEZES, 2021, p. 88). Evidencia-se que essas formas utilizadas para medida de alimentos no passado destoam daquelas usadas no presente, com o uso das balanças, com os quilogramas, e daquelas digitais ou do uso de recipientes plásticos como medidas.

É a experiência vivida em simbiose com os tempos e movimentos da natureza que permite ao agricultor familiar camponês o acúmulo de saberes, que também são construídos e herdados no âmbito coletivo. Quando ocorre a ruptura entre a relação desses sujeitos com seus territórios de vida, resulta também na perda dos saberes construídos ao longo das trajetórias e vivências das mulheres e homens com a terra. Elas(es), tradicionalmente, conhecem e respeitam o tempo da natureza, concatenando seu trabalho a este tempo. Santilli (2009) compreende que os saberes construídos por comunidades tradicionais são coesos com a agrobiodiversidade que experienciam cotidianamente em seus territórios de vida.

Carvalho, por sua vez, sublinha que esses sujeitos sociais entendem que os tempos da natureza precisam ser respeitados em suas dinâmicas e especificidades, visto que “[...] o jeito

de ser e de fazer camponês acompanha e contribui para ganhar tempos no seu convívio com a natureza, [...] isso se faz pela compreensão a cada dia mais aguçada de como deve acontecer esse convívio homem-natureza” (CARVALHO, 2013, p.6).

A relação com a terra fortalece a convivialidade com a natureza que as comunidades vivenciam. As territorialidades estão relacionadas ao saber fazer das comunidades locais que buscam (re)criar-se, por meio do cultivo de pomares, hortaliças e pequenos roçados de feijão, milho, mandioca e arroz, nas áreas próximas às margens dos rios. Embora em pequena escala, se comparada à circulação dos alimentos comercializados pela maioria dos feirantes e atravessadores, a venda dos alimentos da agricultura familiar camponesa na feira semanal da cidade possibilita a permanência desses grupos familiares no território, além de contribuir para o autoconsumo e a oferta de alimentos para a população rural e urbana local.

Um agricultor e feirante nos confidenciou que, frequentar a feira, ao longo da vida, permitiu conhecer e fazer amizade com os fregueses, que o conhecem, e confiam nos alimentos que a família produz e comercializa. “Eu venho vender meus cultivos na feira. Venho com meu carrinho mesmo. Faz 20 anos que tenho essa barraca aqui. [...] Hoje a gente vende os nossos produtos com o preço um pouco melhor que antigamente” (Informação verbal⁵¹). Essa afirmativa está relacionada ao reconhecimento da qualidade pelos consumidores que demandam esses alimentos e às relações de proximidade e fidelidade com os agricultores. São semelhantes às discussões apresentadas sobre as feiras de Aracaju, como alude Menezes (2021, p.77): “Observam-se a fidelidade dos consumidores alicerçada nas relações de confiança e os laços de amizade que vão se desenhando”.

Em decorrência dessas relações e proximidades, é possível articular o conhecimento que os agricultores familiares camponeses têm da natureza com o sentimento da geograficidade. A relação construída por esses sujeitos com os sistemas ambientais e as práticas de cultivo e criação os tornam geograficamente integrados ao território que ajudam a produzir, tanto nos movimentos da vida cotidiana, quanto em suas práticas agrícolas de trabalho, referenciados em saberes e fazeres ancestrais e familiares.

O profundo conhecimento que as mulheres e homens do campo detêm sobre os ciclos da natureza, do clima, do tempo de plantar, de colher e de cuidar demarcam um elo existencial que os vinculam aos seus territórios de vida, que ganham significações peculiares ao modo como esses o constroem e se constroem mutuamente. Esse entendimento está amparado na agrosociobiodiversidade, um conceito em construção, que, para Santilli (2012), corresponde a

⁵¹Entrevista realizada em pesquisa de campo, em janeiro de 2021.

um produto da relação dos homens e mulheres com os ecossistemas, em que prevalece a inventividade e criatividade na interação com os ambientes naturais. A autora argumenta que

Os processos culturais, os conhecimentos, as práticas e inovações agrícolas, desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores, são um componente-chave da agrobiodiversidade. As práticas de manejo, cultivo e seleção de espécies, desenvolvidas pelos agricultores ao longo dos últimos 10.000 a 12.000 anos, foram responsáveis, em grande parte, pela enorme diversidade de plantas cultivadas e de agroecossistemas e, portanto, não se pode tratar a agrobiodiversidade dissociada dos contextos, dos processos e das práticas culturais e socioeconômicas que a determinam e condicionam (SANTILLI, 2012, p.458).

Desse modo, a autora defende que, para além da diversidade biológica, genética e ecológica, há também aquela produzida nos diferentes sistemas socioeconômicos e culturais que constroem a diversidade agrícola. As diversas formas de organização produtiva dos territórios rurais interferem na segurança e na soberania alimentar, tanto das comunidades rurais, quanto da população urbana. Esse aspecto fortalece a premissa comida a km zero⁵², como apregoa o movimento internacional *Slow Food*⁵³. A diversidade nos cultivos presentes nas pequenas e médias propriedades da agricultura familiar camponesa é ameaçada pela expansão do monocultivo, lógica produtiva do agrohidronegócio, que está pautada exclusivamente na produção de mercadorias. Sobre esse aspecto, Menezes e Almeida (2020) afirmam que:

O avanço dos cultivos dessas mercadorias reflete na diminuição da produção de alimentos [...]. Além disso, os conglomerados transnacionais controlam a produção e o mercado de alimentos com uma dieta padronizada, pobre em nutrientes, provocando o aumento de várias doenças e resultando no domínio e aumento dos lucros dessas corporações (MENEZES; ALMEIDA, 2020, p.246).

Na contramão dessa lógica avassaladora de apropriação dos territórios para acumulação maximizada de capital, reitera-se a existência, relevância e persistência dos agricultores familiares camponeses, que, mesmo com a redução de seus territórios de trabalho e vida,

⁵²A promoção de alimentos km zero consiste em “[...] apoiar uma agricultura local, de proximidade, ecológica, sazonal, camponesa, resgatar variedades antigas que estão a desaparecer, comprar diretamente ao pequeno produtor, recuperar a nossa gastronomia. Uma cozinha em que não há lugar para os transgênicos ou para as culturas que contaminam o meio ambiente e a nossa saúde. Uma alimentação que defende produzir, distribuir e consumir à margem da agro-indústria e dos supermercados. Comer bem, em resumo, em benefício da maioria, seja no campo ou na cidade” (VIVAS, 2014).

⁵³ “O *Slow Food* foi criado por Carlo Petrini e um grupo de ativistas, na década de 1980, com o objetivo inicial de defender as tradições regionais, a boa comida, o prazer gastronômico e um ritmo lento de vida. Em mais de duas décadas de história, o movimento evoluiu, envolvendo uma abordagem inclusiva do alimento, reconhecendo os fortes vínculos entre prato, planeta, pessoas, política e cultura. Hoje, o *Slow Food* representa um movimento global envolvendo milhares de projetos e milhões de pessoas, em mais de 160 países” (SLOW FOOD, 2020).

reproduzem-se e mantêm a produção de alimentos diversificados por meio de percursos curtos de comércio e consumo. Apesar das condições desfavoráveis, os homens e mulheres da agricultura familiar camponesa se orgulham da pequena e diversa produção de alimentos em seus roçados e quintais (Figura 14).

Figura 14 - Alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa em Mucugê, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A diversidade na produção de alimentos é uma das principais riquezas da agricultura familiar camponesa, além de ser também um aspecto identitário que a difere substancialmente da realidade do agrohidronegócio, pautado, localmente, no monocultivo da batata inglesa. Nas fotografias apresentadas na Figura 14, é possível observar o feijão preto, a abóbora, o mamão, a mandioca, a banana e a pitaya.

As lógicas de aceleração e competição que delimitam o mercado são essencialmente estranhas à/o agricultor/a familiar camponês/a, ainda que as lógicas do capital os pressionem a se enquadrar nas práticas e posturas do agronegócio e da tecnificação da agricultura. Sobre esse aspecto, Carvalho afirma que “[...] mesmo pressionados econômica, política e ideologicamente para se inserirem na lógica capitalista de produzir, a maioria dos camponeses reafirma seu modo

de ser, de viver e de produzir distinto daquela do capitalismo” (CARVALHO, 2013, p.2). Embora estejam envolvidos, por vezes precariamente, nas esferas de produção, circulação e consumo, que constituem o sistema capitalista, os agricultores familiares camponeses recriam, em suas práticas cotidianas, a campesinidade, considerada uma maneira peculiar de existência.

Ainda que o cultivo da batata inglesa seja, localmente, mais comum nas lavouras do agronegócio, esse agricultor escolheu plantar esse cultivo, para que pudesse consumir e comercializar. A batata inglesa é produzida de forma tradicional (Figura 15) em seu sítio, sem o uso de agrotóxicos ou outros insumos presentes no agrohídronegócio.

Figura 15 – Pequeno roçado de batata inglesa em Mucugê, 2020.



Fonte: Gentilmente cedida por Lucas Ataíde, durante pesquisa de campo, 2021.

A persistência das práticas tradicionais de produção camponesa frente aos diversos tensionamentos presentes no campo, na atualidade, constituem-se num movimento de resiliência⁵⁴. A tecnificação do trabalho e das relações no espaço rural trouxe, como consequência da revolução verde e da reprodução ampliada do capital no campo, a intensificação dos processos de mecanização da lavoura, redução da força de trabalho, e, principalmente, o uso massivo de substâncias químicas, como pesticidas, fungicidas, fertilizantes e diversos outros tipos de agrotóxicos.

De acordo com Silva e Souza (2020, p.40), a revolução verde “[...] promoveu a amnésia biocultural, o memoricídio cultural denominou os conhecimentos tradicionais de atrasados,

⁵⁴No contexto da Física, a resiliência diz respeito à capacidade de alguns materiais retornarem à forma original após terem sido submetidos a uma deformação ou impacto. No âmbito das ciências humanas, pode ser interpretada como a habilidade de se adequar e se reinventar em face das transformações.

primitivos e inúteis”. Para atender aos interesses dos conglomerados capitalistas internacionais da indústria agroquímica, toda uma herança de saberes milenares e ancestrais que acompanham os grupos humanos desde os primórdios da agricultura foram negligenciados, deslegitimados frente a um modelo social e ambientalmente insustentável.

O trabalho na terra configura-se como uma prática social intrínseca à relação da sociedade com a natureza, muito anterior ao pacote tecnológico da revolução verde, que, nos países do hemisfério sul, chegam a partir da década de 1960. Desse modo, o saber fazer que historicamente está presente no campo é anterior e resistente a essas investidas da racionalidade capitalista, materializados não somente nas tecnologias e insumos da revolução verde, mas sobretudo na ideologia que a sustenta.

Para Woortmann e Woortmann (1997, p. 44), “[...] ser sitiante, ser dono da terra é condição básica de ser liberto, juntamente com o domínio tanto cognitivo como simbólico do saber que orienta o processo de trabalho”. Desse modo, não é possível dissociar a tríade terra, trabalho e vida, uma vez que essas dimensões são coesas à realidade dos homens e mulheres do campo.

Na contramão dessas significações, a monopolização do território pelo capitalismo origina a propriedade capitalista, entendida por Martins (1982) como um regime distinto da propriedade da terra camponesa. Para o autor, a propriedade capitalista “[...] baseia-se no princípio de exploração que o capital exerce sobre o trabalhador, que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista” (MARTINS, 1982, p. 59).

Em face disso, assevera-se que, embora o sítio camponês e a propriedade capitalista sejam propriedades privadas, elas se diferem essencialmente em relação aos usos, conteúdos e relações que contêm.

Com base na análise antropológica e amparada na etnografia, a leitura de Heredia (2013) transcende a essa classificação institucional e jurídica, ao agregar elementos intangíveis e simbologias. A autora compreende o sítio camponês como espaço da morada da vida e do trabalho no roçado e dos pequenos rebanhos, condição para existência desses sujeitos sociais. Heredia (2013) entende que

A categoria sítio define a pequena produção em oposição à fazenda [...]. Ao mesmo tempo, os pequenos produtores também utilizam a categoria sítio para delimitar a extensão total englobada por cada uma das famílias produtoras, incluindo nessa denominação a casa e a parcela de terra que se dispõe para o cultivo, o roçado (HEREDIA, 2013, p.8).

Um denominador comum à análise de Heredia (2013) e Woortmann e Woortmann (1997) é a relação com a terra, que envolve aspectos (i) materiais e identitários. Nessa vertente analítica, convém mencionar também o pensamento de Brandão (1995), ao afirmar que a relação com a terra, a origem e o trabalho que realiza são os pilares da construção identitária dos sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa. Na reflexão sobre tais aspectos, uma entrevistada afirma:

Meu quintalzinho é pequeno, mas tem de quase tudo. Sempre que acho uma coisa diferente, eu planto. Eu gosto, acho bonito. Eu mesma fiz a muda de araquê roxo e plantei. Já comi dele esse ano. Minha terra, pra mim, é sossego. Sossego na comida, dormida, deitar cedo. (informação verbal⁵⁵).

É notável o sentimento de afeto construído por essa agricultora familiar camponesa em relação à sua terra, seu lugar de trabalho, de vida e morada. Trata-se de um sítio de pouco mais de 2 ha, espaço irrelevante para o agrohidronegócio, mas que, para ela e seu grupo familiar, representa seu lugar no mundo. Segundo Almeida, os quintais podem ser compreendidos como um “[...] espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização ali desenvolvidas” (2016, p. 3).

O elo entre os sujeitos sociais do campo e a natureza é abordado, também, na obra de Brandão (1981). Para ele, trata-se de três ordens de relações: a primeira diz respeito ao modo pelo qual a natureza se presentifica no discurso do camponês, a segunda se refere aos limites entre o espaço da natureza e o da sociedade, mediatizado pela fazenda, e, por último, a comida, ou, nas palavras do autor, o mantimento que se revela como um vínculo entre as pessoas e o lugar. Heredia (2013), por sua vez, compreende que o trabalho no roçado possibilita a provisão da casa com mantimentos que abastecem o grupo familiar.

Em face disso, Menezes e Almeida (2020, p. 238) compreendem que “[...] Nesses espaços a produção destina-se ao consumo familiar, a despeito da constatação de que, em outros espaços, para além do autoconsumo, as mulheres, e/ou elas juntamente com outros membros familiares, participam de circuitos curtos e comercializam esses alimentos”. Os quintais (Figura 16), espaços contíguos às casas, ou mesmo as pequenas lavouras e roçados, eventualmente um pouco mais distantes, configuram-se em espaços onde as famílias do campo trabalham e produzem.

⁵⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

Figura 16 - Quintais e pequenos roçados nas comunidades rurais de Mucugê, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Em pequenos espaços, é possível observar a diversidade dos alimentos produzidos. Seja nas frondosas árvores frutíferas, a exemplo da mangueira e da goiabeira, presente em quase todos os sítios, ou no pequeno roçado de feijão irrigado e do maracujá, percebe-se a fartura e diversidade proveniente do trabalho na terra, que garante a refeição e o sustento da família, por intermédio do comércio curto.

Considera-se que as conflitualidades em questão são veladas, em decorrência das relações contraditórias que permeiam a coexistência dessas duas realidades que, embora sejam essencialmente antagônicas, traduzem também processos de uma complementariedade exploratória. Na análise da relação entre o sujeito camponês e o modo de produção capitalista, Oliveira (2001b), assevera: “[...] o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001b, p.185).

O tripé delineado por Brandão (1981), constituído pelo trabalho, pela terra e pelo alimento, que sustenta a vida e a identidade, ainda se faz presente na realidade dos agricultores familiares camponeses na atualidade. Esses elementos são encontrados na realidade vivida nos territórios rurais de Mucugê, ainda que venham passando por intensos processos de transformação, impostos pelas grandes fazendas do agrohidronegócio.

A leitura dos conteúdos sociais do território implica em considerar tais transformações, bem como compreendê-lo no contexto da constituição de referenciais materiais e simbólicos.

Desse modo, é pertinente abordar reflexões sobre as territorialidades e a identidade territorial, no contexto da produção de alimentos da lavoura camponesa, além das estratégias de reprodução e permanência frente às investidas do capital.

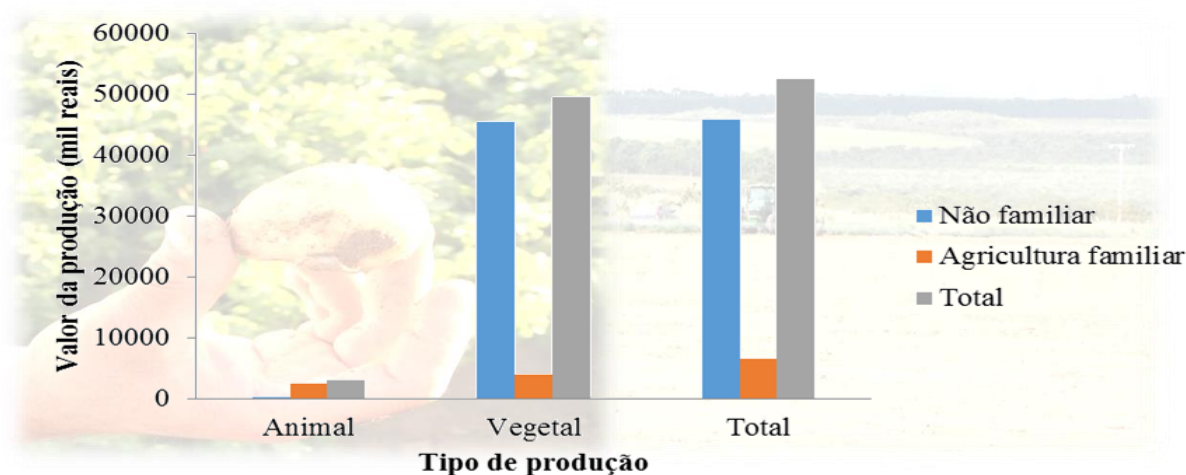
4.3 “Nessa terra, tudo que plantava, aqui colhia”: o desafio da produção de alimentos na lavoura camponesa e os perigos de submissão ao capital

A terra lida como espaço essencial de reprodução da existência configura-se, também, como espaço pleno de territorialidades essenciais à manutenção da vida, especialmente no contexto da agricultura familiar camponesa. Por essa razão, assume relevância material e simbólica, visto que nela está centrada a referência do trabalho e da convivialidade. Decifrar os sentidos da terra na realidade dos territórios rurais de Mucugê possibilita compreender as geograficidades ali presentes, desde o plantio, o cultivo, a colheita, até a elaboração e o consumo dos alimentos produzidos por meio do trabalho.

Para Menezes (2009; 2013), desvendar o conteúdo geográfico presente nos processos de produção, comercialização, consumo e (re)significação dos alimentos possibilita compreender as territorialidades construídas por mulheres e homens no saber fazer que viabiliza a reprodução social dos diversos coletivos. Além disso, essa discussão se relaciona intrinsecamente com as formas de interações sociais e as transformações do uso da terra nos territórios rurais, uma vez que, ao abordar as comunidades tradicionais, enfatiza reflexões a respeito da “[...] forma de obtenção de certos alimentos, à experiência do sabor (gosto) dos alimentos e das comidas, associada, em menor ou maior incidência, com os lugares” (MENEZES, 2013, p.1).

Por essa razão, compreende-se que as disparidades que permeiam as realidades da agricultura familiar camponesa e do agronegócio envolvem não somente o tamanho dos estabelecimentos rurais. Dentre os aspectos que os diferenciam substancialmente, coloca-se em relevo a natureza da força de trabalho, a diversidade de cultivos, a escala da produção, os impactos socioambientais dela decorrentes, e, principalmente, as dimensões culturais e simbólicas que preenchem o trabalho na terra para os agricultores familiares camponeses. Em termos econômicos, os valores produzidos pela agricultura não-familiar, em Mucugê, são exacerbadamente superiores àqueles oriundos da agricultura familiar. O Gráfico 4 apresenta essas variáveis, relativas ao censo agropecuário de 2017:

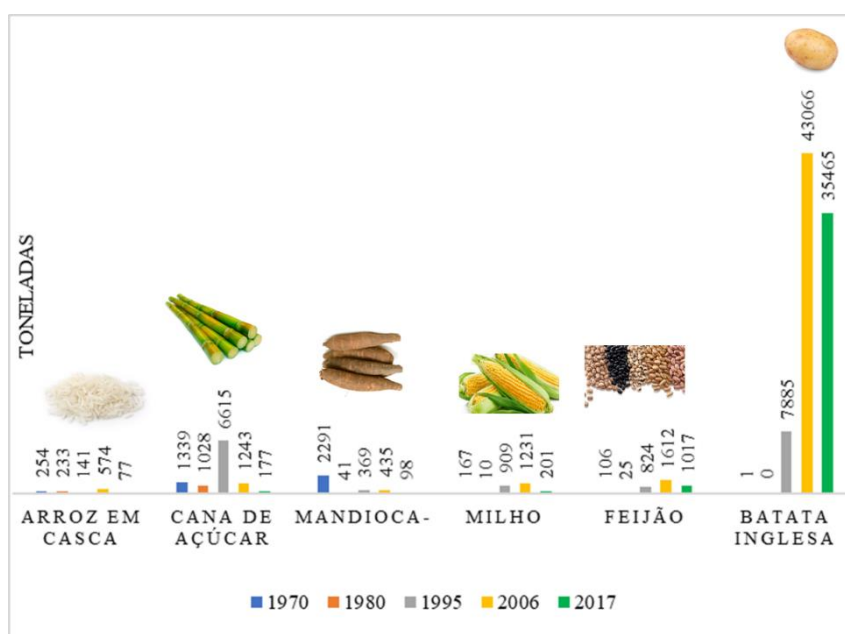
Gráfico 4 – Mucugê: valores e tipologia da produção agropecuária, 2017.



Fonte: Censo agropecuário, 2017. **Org:** Débora Oliveira/ Sônia Menezes, 2021.

Os cultivos provenientes do agrohidronegócio estão concentrados em sete grandes estabelecimentos rurais, cuja área ultrapassa 1000 ha. Esses estabelecimentos produzem, em larga escala, café, feijão, cebola, e, o principal produto, a batata inglesa. O Gráfico 5, apresentado na sequência, evidencia o avanço vertiginoso desse monocultivo no município, por meio do levantamento de dados acerca da produção de alimentos tradicionais da agricultura familiar camponesa local, nos censos agropecuários realizados entre os anos de 1970 – 2017.

Gráfico 5 – Quantidade produzida (t) de cultivos tradicionais e crescimento da batata inglesa em Mucugê, 1970 – 2017.



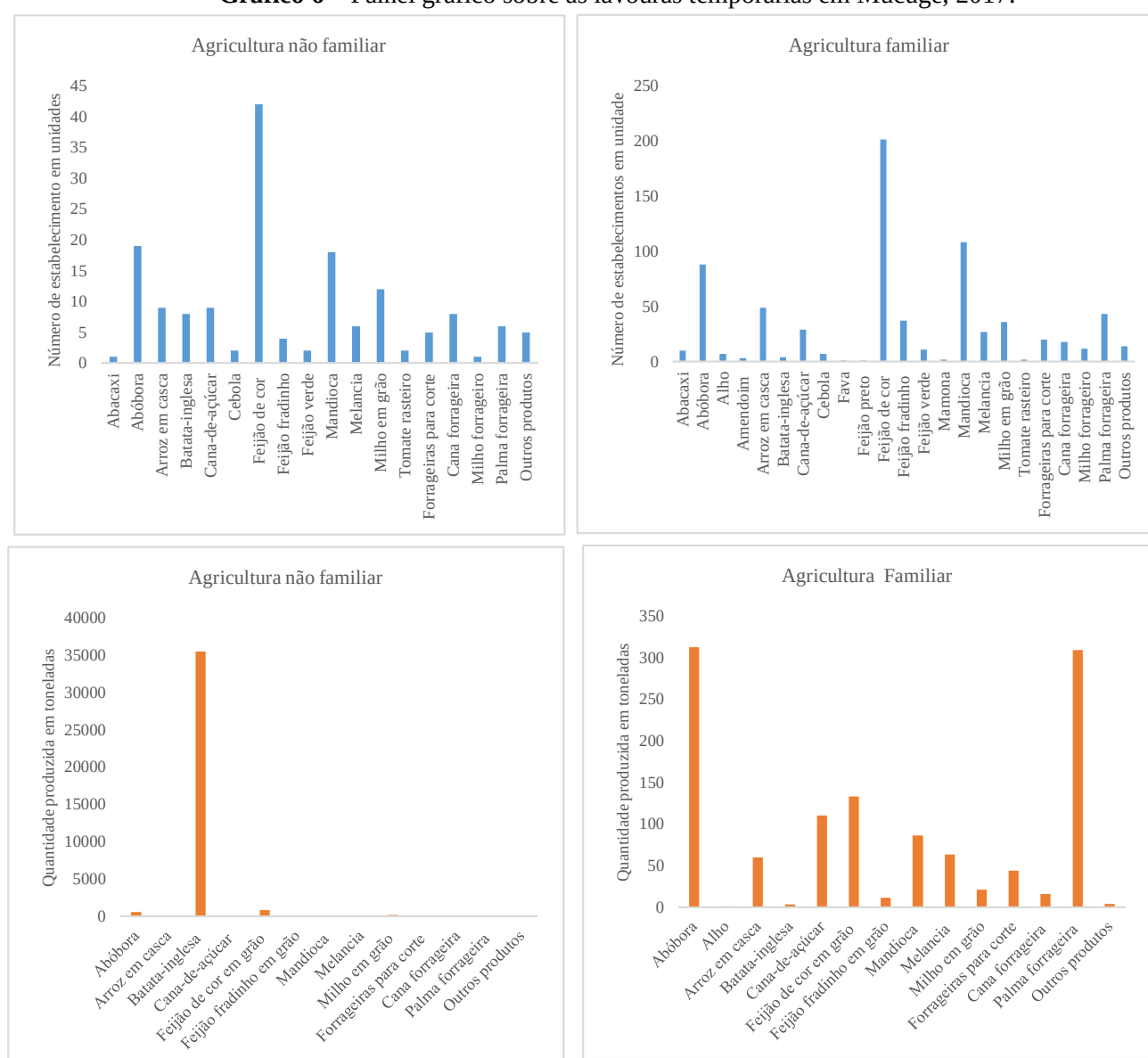
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1995, 2006 e 2017.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2021.

Em síntese, verifica-se que os alimentos tradicionais da agricultura familiar camponesa no município são produzidos nas pequenas propriedades, que, mesmo com oscilações em relação à quantidade, manteve-se nas décadas elencadas no levantamento. No entanto, o acelerado crescimento do monocultivo da batata inglesa, verificado na década de 1995, e intensificado nos anos de 2006 e 2017, evidencia o avanço do agrohidronegócio local, e consequentemente, a repercussão negativa nos cultivos tradicionais, com redução na quantidade produzida.

O painel (Gráfico 6) ilustra o número de estabelecimentos e a quantidade produzida na lavoura temporária, de acordo com o censo agropecuário de 2017, discriminando-os entre aqueles estabelecimentos segmentados entre agricultura não-familiar e agricultura familiar.

Gráfico 6 – Painel gráfico sobre as lavouras temporárias em Mucugê, 2017.



Os gráficos expostos identificam as variedades cultivadas, o número de estabelecimentos e a quantidade produzida nos estabelecimentos rurais. As informações estão apresentadas com a distinção entre os estabelecimentos rurais que praticam agricultura familiar (76,5%) e a não-familiar (23,5%), em acordo com estruturação legal, empregada no IBGE.

Embora o IBGE apresente critérios peculiares para essa classificação, concorda-se com Schneider (2003), quando argumenta que a agricultura familiar está amparada na força de trabalho dos integrantes da família, (com contratações eventuais, em momentos de maior demanda de trabalho, a exemplo da colheita). As atividades no âmbito do estabelecimento rural podem abranger produção, comercialização ou transformação dos alimentos. Para Silva, Gazolla e Oliveira (2022, p.10), esse segmento do campo assenta-se “[...] em relações de parentesco, consanguíneas e de herança, que imprimem processos próprios de gestão e trabalho às ações do grupo familiar”.

Ploeg (2008), por sua vez, destaca que o grupo detém o controle dos recursos ali disponíveis e considera isso como um fator essencial para a criação e transmissão dos saberes e fazeres que perfilam o cotidiano familiar e do trabalho, que não raramente se mesclam.

A maior parte dos estabelecimentos rurais de Mucugê se classifica como agricultura familiar. Embora exista o registro de diversos cultivos na agricultura não-familiar. Nela, se verifica a baixa quantidade produzida dos cultivos diversificados em detrimento da elevada produção da batata inglesa. A produção nos estabelecimentos da agricultura familiar camponesa é mais diversificada que nos estabelecimentos classificados como não-familiar. Ainda que, em ambos, haja diversos tipos de cultivos, infere-se, por meio dos dados apresentados no Gráfico 6, que a quantidade produzida desses alimentos diversos é significativa nas lavouras da agricultura familiar.

Em contato com a Secretaria de Agricultura Municipal em 2020, foi relatado que o órgão orienta os pequenos agricultores a evitar a produção das mesmas culturas que os médios e grandes produtores, em razão da concorrência com o agrohidronegócio e da disseminação dos organismos indesejáveis provocados por essa modalidade de produção.

Distante das complexas, perigosas e sofisticadas biotecnologias trazidas pela revolução verde, o agricultor familiar camponês desse sítio, de 5 ha, pratica, com persistência, uma agricultura arraigada no saber-fazer tradicional, ensinado no convívio familiar. Trata-se de práticas de trabalho que vão se adaptando conforme a vivência, a necessidade e os recursos disponíveis no território. O camponês relata ainda que:

A dificuldade que a gente tem aqui é técnica, mas mesmo assim vamos produzindo. Aqui a gente planta e vende feijão de arranca, para a escola. Deixa secar no pé. O maracujá a gente entrega para o atravessador, a R\$ 0,70 o quilo. Tem uma rocinha também de cebola e batata, também. A água aqui é do Rio Capãozinho, usamos uma bombinha para irrigação. A gente faz a rotação de cultura aqui. Até que tem muito mangangá, ajuda muito na lavoura do maracujá (Informação verbal⁵⁶).

Ainda que a produção das lavouras da agricultura familiar camponesa esteja assentada nos saberes e práticas tradicionais, aprendidas com a própria vivência dos sujeitos e repassados por gerações ancestrais, não significa que ela esteja estanque, engessada e alheia às técnicas de manejo e cultivo disponíveis no presente. Exemplo disso, é a prática da irrigação, que, no passado, os agricultores julgavam não ser necessária, em decorrência da frequência das chuvas, mas hoje “[...] com as mudanças das eras, tá tudo mudado, a gente não pode mais contar com as água da chuva para plantar, senão periga não colher” (Informação verbal⁵⁷). Na Figura 17, apresenta-se uma pequena lavoura de feijão irrigado:

Figura 17 – Sistema de irrigação de uma lavoura de feijão, nas fases iniciais do cultivo, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

É evidente que a lavoura desse agricultor familiar camponês, apesar de irrigada, diferencia-se substantivamente das macroestruturas de cultivo do agrohidronegócio. Considera-se ainda que a necessidade de irrigar e não mais praticar a agricultura de sequeiro é uma consequência indireta da apropriação do território pelos grandes empreendimentos, visto que o

⁵⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

⁵⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

intenso desmatamento, o uso exacerbado dos recursos hídricos e os inúmeros impactos socioambientais provocados por essa modalidade de produção influenciam nas dinâmicas da natureza, especialmente nos eventos e processos climáticos.

Ademais, o emprego da tecnologia hidráulica para irrigação pode ser compreendido como uma mesclagem entre as práticas tradicionais de trabalho e um princípio de modernização do cultivo. Esse aspecto é abordado por Martins (2018, p.44), quando afirma que: “[...] a tradição agrega fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo [...]”. A modernidade lida como condição e processo histórico social abrange distintas dimensões da vida, desde aquelas voltadas às técnicas e instrumentos às dinâmicas da comunidade e da sociabilidade local.

Nos mundos rurais, a modernidade apresenta-se implícita aos ideários e às práticas da revolução verde, cuja promessa de sanar os problemas da produção no campo, com o milagre da biotecnologia, não se concretizou. Pelo contrário, criou uma horda de desastres de natureza humana, ambiental, sanitária e técnica.

Não raramente, em épocas de colheita ou plantio, ainda são realizados mutirões de trabalho coletivo, em que o proprietário do estabelecimento camponês oferece a refeição e a bebida, agregando a essa atividade uma dimensão festiva. Essa é uma prática ainda presente na realidade dos agricultores familiares camponeses de Mucugê, sobretudo nas colheitas de milho e feijão.

Pode-se pensar em tais práticas, as balizas delineadas por Mauss (1974), quando pondera sobre os conteúdos sociais inscritos nos atos de dar, receber e retribuir das comunidades. Essa reciprocidade é ainda inerente às relações sociais de diversas comunidades rurais na atualidade. De acordo com Carneiro (2003), ao discutir sobre as trocas recíprocas no âmbito das práticas do trabalho na terra, pondera que a manutenção da identidade do agricultor familiar camponês significa, nesses termos, manter condições concretas e simbólicas para “[...] estabelecer trocas entre vizinhos e parentes, alimentando laços sociais de solidariedade e de reciprocidade fundamentais para viabilizar a vida e dar-lhe sentido” (CARNEIRO, 2003, p.96).

No contexto da agricultura familiar camponesa, o trabalho na roça em comunidades rurais do município, às vezes, é realizado de forma coletiva, com mutirões formados pelos grupos familiares ou pela vizinhança, o que é comum em comunidades como a Barriguda, Guiné de Baixo, Três Cancelas, Capãozinho, Fazenda Nova, entre outras. É quando a atividade assume contornos festivos, sobretudo, em tempo de colheita e fatura. Além das colheitas, da sova do arroz e da batida do feijão, o trabalho em casas de farinhas também é realizado por meio de mutirão.

As sociabilidades que existem entre os agricultores familiares de Mucugê são constituídas por elos essenciais com o grupo familiar e o núcleo comunitário, e as relações de compadrio, vizinhança e confiança, configuram-se em traços marcantes na identidade territorial por eles construída. Na Figura 18, é possível observar essa nuance do trabalho coletivo na preparação da mandioca para feitura da farinha na comunidade da Barriguda:

Figura 18- Moradores da comunidade Barriguda descascando a mandioca para produção de farinha.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Nesses momentos de encontro da comunidade para a prática do trabalho coletivo, as experiências e os saberes e fazeres são compartilhadas em animadas conversas, além das cantigas que embalam e dão mais celeridade ao trabalho. O mutirão, prática recorrente no contexto da agricultura familiar camponesa de Mucugê, configura-se numa prática social e tradicional que conforma a identidade territorial campesina. Para Cândido, essa prática “[...] liga-se frequentemente a atividades festivas promovidas pelo beneficiado ou, pelo menos, a distribuição de alimento” (CÂNDIDO, 2010, p.145).

Ao refletir sobre os modos de vida dos sujeitos sociais do campo no Brasil na contemporaneidade, Carvalho (2013) reitera a relevância que eles têm, não somente na manutenção de suas próprias tradições e manifestações culturais, mas, sobretudo, na empreitada de permanecer em uma lógica diversa daquela estabelecida pelos ditames mercantis e produtivistas que imperam no agronegócio.

Apesar do volume e diversidade considerável da produção agrícola e da relevância que essa atividade tem, em termos econômicos e sociais para o município, foi possível perceber que são poucos os agricultores familiares camponeses locais que comercializam seus produtos na

feira semanal na sede do município. Esse aspecto ficou agravado pelo contexto da pandemia de COVID-19, que tem assolado a humanidade.

Em conversa com os feirantes no local, constatou-se que eles se deslocam de municípios circunvizinhos de Mucugê, e integram a região, como Ibicoara, Jussiape, Ituaçu, Tanhaçu, Rio de Contas, Barra da Estiva e Andaraí. Ao ser questionado sobre a comercialização de alimentos na feira, em 2020, o então secretário municipal de agricultura admitiu que um dos principais problemas enfrentados é a figura do atravessador, que se torna o intermediário entre os pequenos produtores e os consumidores. Essa situação é comum a diversos agricultores familiares camponeses do município. Sobre isso, um deles afirma: “Eu não tenho barraca na feira, o que eu produzo, eu vendo por lá mesmo, entrego para o atravessador que vai lá buscar, faço isso com o feijão, abóbora, com as melancias” (Informação verbal⁵⁸).

No entanto, ainda assim foi possível encontrar feirantes de comunidades rurais que, por razões diversas, cultivam e comercializam alimentos livres de agrotóxicos na feira. Principalmente, abóbora, feijão, banana, melancia, palma, hortaliças, manjerição, orégano, alecrim, dentre outros. Ao longo das conversas, esses agricultores foram questionados se utilizavam algum tipo de produto para fertilizar os cultivos ou combater os organismos indesejáveis nas lavouras. Um deles respondeu: “[...] a produção da gente é pouquinha, os venenos são caros, nem compensa da gente comprar” (Informação verbal⁵⁹). Esse agricultor, que também é feirante, possui um sítio de 4 ha, na comunidade rural de Costelas, localidade formada por agricultores familiares camponeses. Esse aspecto está relacionado ao que foi estudado por Bombardi (2016), quando aborda a apropriação da renda da terra pelo capital, por meio da compra dos agrotóxicos. Isso evidencia o poder das corporações internacionais e o alto nível de concentração de capital nesse segmento. A autora observa ainda:

[...] que as seis empresas que têm maior participação nas vendas de agrotóxicos no Brasil, sozinhas, controlam praticamente 60% do mercado. Observa-se também que se trata de empresas transnacionais com capital de origem na Suíça (Syngenta), Estados Unidos (Monsanto e Dow), Alemanha (Bayer e Basf) e Holanda/Israel (Milenia). Notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial (BOMBARDI, 2016, p. 27).

⁵⁸ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

⁵⁹ Entrevista realizada em dezembro de 2019.

Além da hegemonia dessas corporações do segmento no mercado internacional, sublinha-se que, na escala local, os agricultores familiares camponeses que se submetem ao uso dos agrotóxicos estão inclinados a tornarem a produção agrícola dependente, comprometendo parte da renda da terra (OLIVEIRA, 2007).

Em entrevista com um agricultor familiar camponês e feirante, ele nos revelou que considera que a relação custo-benefício, regida pelo alto custo das substâncias tóxicas utilizadas na agricultura, não viabilizam a aquisição, e, por essa razão, não utiliza esses produtos nas lavouras. Na atualidade, os alimentos livres de substâncias tóxicas, como insumos fertilizantes e pesticidas, são mais valorizados economicamente, sobretudo, nos contextos urbanos das cidades médias e das metrópoles.

Todavia, esse aspecto tem sido pouco explorado como uma estratégia de valorização desses produtos comercializados na feira. Observou-se que, nas barracas, os feirantes não colocam essa informação em destaque para o público, com exceção de uma barraca, em que o agricultor familiar camponês se encontra em processo de certificação para a garantia do selo de produção orgânica. Quando questionado se usa algum produto para melhorar a qualidade da produção, ele respondeu:

Sim, a gente usa os fertilizantes biológicos. A gente trabalha mais com os produtos biológicos, a gente não trabalha com agrotóxico, não. Nossos produtos são sem agrotóxicos. A gente fez uns cursos na cidade grande. Porque você sabe que tudo que a gente come hoje, é besteira, né? A gente passa a ter uma boa alimentação para ter mais uma garantia de vida. A gente até já mandou fazer uma lona, marcando, tamo indo devagar porque cê sabe que tem coisa que não depende da gente, depende muito de outros fatores. Logo, logo já vai sair a documentação, com a certificação do orgânico, tudo direitinho. O morango da gente mesmo, a gente já trabalha tem uns 6 anos, que a gente manda para Salvador (Informação verbal⁶⁰)

Esse casal de agricultores familiares camponeses compartilhou um pouco da trajetória deles na agricultura familiar camponesa, desde a necessidade de migrarem para São Paulo até o regresso e a produção de alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos. Na contemporaneidade, ao comercializar os produtos da feira, esses sujeitos sociais se orgulham do saber fazer do trabalho na terra e, assim como outras famílias que vivem e trabalham nos estabelecimentos rurais do município, assumem o compromisso de produzirem comida sem agrotóxicos (Figura 19).

⁶⁰ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

Figura 19 – Cultivos de morango e amora sem agrotóxicos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O sítio dessa família, de 2 ha, foi comprado com as reservas que o casal conseguiu economizar dos diversos empregos que tiveram quando moraram na capital paulista. Esse processo se assemelha ao que foi estudado por Garcia Junior (1990), que chegou à conclusão de que, para permanecer camponês, por vezes é necessário que os sujeitos sociais do campo migrem para cidade, em busca de condições materiais para sua reprodução.

A trajetória dessa família se assemelha a de milhares de nordestinos que fizeram esse percurso e trazem na memória esses fragmentos de processos históricos que narram um relevante capítulo da história do povo brasileiro. Como argumenta Martins (2018, p.9): “Todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que o escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como um viver destituído de sentido”. Refletir sobre isso implica em reconhecer a prevalência da cotidianidade, a escala do vivido no processo histórico.

A vida na metrópole tinha um claro propósito: reunir recursos para o retorno ao interior e a conquista da terra. Ainda assim, esse senhor teve a oportunidade de participar de espaços educativos que o possibilitaram conhecer mais sobre agroecologia e produção de alimentos orgânicos. No esperado retorno ao seu lugar de origem, não hesitou em colocar em prática esse aprendizado, somando-se àqueles que aprendeu com os pais na infância. Quando questionado sobre como evitar perdas no roçado e melhorar a produtividade, ele ensina:

Eu faço uma mistura de alho, vinagre, pimenta malagueta e cachaça. Faz a calda e descansa 6 dias, depois aplica. Uso o leite também, ajuda a combater

a lagarta. Ah, tem o *neem* também. A gente sabe que não mata totalmente, mas diminui muito e essas coisas que a gente faz não tem veneno, pode usar sem medo! (Informação verbal⁶¹).

Além de ser benéfica para a família que trabalha diretamente no roçado, essa forma de produzir precisa ser multiplicada visto que tem relevância para toda a sociedade no município. A confiança expressa na narrativa desse senhor é característica fundamental da agricultura familiar camponesa: Se “[...] Pode usar sem medo!”, certamente, o consumo desses alimentos produzidos dessa maneira pode ser feito sem nenhum receio também.

Diferente da produção industrial, com o tempo de produção extremamente racionalizado, o tempo do plantar e do colher demanda especificidades e saberes. Desse modo, Carvalho (2013) argumenta que a produção agrícola, embora incorpore tecnologias de produção mais recentes, necessita de respeitar esse tempo, bem como a sua inserção num sistema ambiental equilibrado em que a biodiversidade esteja presente. São esses saberes, construídos por meio do elo com a terra e com a natureza que capacitam o agricultor familiar camponês.

Esse é o sentido da comida de verdade, aquela em que se conhece e confia em quem produz e na forma como é produzida, muito distante dos compostos e processos agroindustriais, provenientes da modernização da agricultura, estranhos aos ciclos da natureza e cada vez mais presentes na alimentação cotidiana, considerada moderna. É nesse sentido que a agroecologia se apresenta como perspectiva possível e viável para a construção de um modelo de agricultura mais equilibrado com os sistemas ambientais e socialmente referenciado.

De acordo com Mota, Siliprandi e Pacheco, as experiências agroecológicas nos contextos do Brasil e da América Latina são baseadas em modelos de produção agrícola em harmonia com a natureza. As autoras partem de uma premissa integradora da dimensão sociedade-natureza ao defender que: “Os alimentos com sua história e seus usos são fundamentais para a conservação da biodiversidade, que é, ao mesmo tempo, protegida pela diversidade cultural” (MOTA; SILIPRANDI; PACHECO, 2021, p.23). Esse alimento, referenciado pelas autoras, além de ser dotado de seu aspecto nutricional, é permeado pelo elo com a terra. Portanto, é repleto de simbolismos, saberes, memórias e conteúdos sociais. Altieri (2004) assevera que a produção desses alimentos pode estar amparada numa agricultura sustentável, tanto na perspectiva ambiental, quanto natural. Nas discussões acerca da dinâmica produtiva da agricultura sustentável, o autor assegura ainda que a

⁶¹ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

[...] modernização da agricultura, com a utilização de tecnologias intensivas em insumos, aconteceu sem a distribuição da terra. Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade (ALTIERI, 2004, p.19).

Os problemas de cunho ambiental e social produzidos pela agropecuária convencional são cada vez mais frequentes e gritantes. De acordo com Mendonça (2004), a expansão das relações capitalistas de produção agrícola ocasionou a precarização do trabalho e a degradação crescente do meio ambiente na realidade agrária. O autor considera ainda que

Na atividade agropecuária, a produção e o consumo de agrotóxicos associado ao avanço permanente da genética e da biotecnologia, atendem o caráter decrescente do valor de uso, portanto a lógica do metabolismo social do capital, alterando substancialmente hábitos e interferindo no metabolismo orgânico dos indivíduos. Isso, ao mesmo tempo, promove prejuízos ao meio ambiente e indiretamente reduz o ciclo-produtivo dos cultivos e do próprio solo. A resistência imunológica das “pragas” e, paralelamente, o desenvolvimento de novos pesticidas, com o intuito de assegurar a eficiência necessária à manutenção do processo produtivo, é a expressão concreta dessa lógica (MENDONÇA, 2004, p.141).

Por esse motivo, iniciativas que priorizam a produção livre de agrotóxicos devem ser mais valorizadas pela sociedade e apoiadas pelo Estado, visto que, no que tange ao uso dos agrotóxicos, a agricultura familiar camponesa não está totalmente ileso. Contudo, esse reconhecimento e apoio estatal tende a ser vagaroso. Alguns sujeitos sociais consumidores, que frequentam a feira e conhecem os feirantes produtores, sabem diferenciar os alimentos cultivados e comercializados localmente, e dão preferência a eles. Estabelece-se um laço de confiança, construído cotidianamente pelo convívio entre consumidores e feirantes/produtores. É o que Giddens (1991) denomina de compromisso com rosto, aquela relação de troca pautada na confiança e nas relações de proximidade.

Constatou-se, também, a existência de sujeitos da agricultura familiar camponesa que se submeteram à produção de morangos. Os cultivos são pautados nas orientações técnicas de uma empresa, cujos parâmetros de qualidade são regidos por uma das principais premissas da revolução verde: utilização massiva de insumos industriais, como os fertilizantes, pesticidas e fungicidas. Segundo as famílias entrevistadas na pesquisa, os equipamentos (lonas, estufas, encanamentos) e insumos (mudas e agrotóxicos) são disponibilizados pela empresa e a família

participa da “parceria” ou melhor subordina-se com a força de trabalho e a terra para o cultivo, conforme se observa na Figura 20.

Figura 20 - Lavoura de morango produzida em ‘parceria’ entre agricultura familiar e uma empresa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os agricultores familiares camponeses que participam do cultivo do morango para a empresa relatam que ficam reféns dos preços e da disponibilidade de fornecimento dos insumos da produção da empresa. Essa técnica de manejo, com as mudas cultivadas sob a manta plástica é utilizada para manter a umidade do solo, de modo a evitar que a muda sofra *stress* hídrico, além de concentrar os insumos e nutrientes em cada planta. Contudo, a aquisição desse material encarece substancialmente o plantio, o que inviabiliza a lavoura autônoma e abre espaço para a inserção de empresas forâneas no cotidiano do trabalho familiar na terra.

Para Oliveira (2007), quando ocorre essa sujeição do camponês aos ditames e logística de mercado, sujeita-se também a renda da terra ao capital, isso porque, conforme o autor: “Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra” (OLIVEIRA, 2007, p.32). Desse modo, a autonomia e a liberdade intrínsecas ao trabalho na terra, características da agricultura familiar camponesa, é corrompida e apropriada pelo capital, sob a forma da exploração. Sobre esse aspecto, encontramos a seguinte narrativa de um agricultor familiar camponês:

O trabalho no campo pra gente é diariamente, de segunda a segunda. Já trabalhei com morango, na Peterfruit, mas parei por que era muito tumultuado, uma exploração pra gente, por que era obrigado a vender a produção pra eles do preço que eles queriam. E tinha também que fazer do jeito deles, tinha até fiscalização da empresa. É melhor trabalhar do nosso jeito! As meninas foi casando e diminuiu a mão de obra para a roça. Meus pais que me ensinaram a trabalhar a terra, plantar feijão. Até hoje faço assim. Já plantei muito café também, que eles plantava (Informação verbal⁶²).

A autonomia no trabalho e na forma de produzir é um traço identitário essencial no trabalho da agricultura familiar camponesa: “É melhor trabalhar do nosso jeito!”. Esse “nosso jeito” é aquele que foi aprendido no contexto familiar, repassado de gerações ancestrais, presente na memória e revivido cotidianamente na lida com a roça.

Esse inevitável conflito provocado pela modernização e tecnificação da agricultura se configura, em certos casos, como um entrave à cooptação dos homens e mulheres do campo nos regimes de falsa parceria, em que ocorre a monopolização das terras camponesas por empresas externas e a sujeição do trabalho dos sujeitos da agricultura familiar camponesa. Martins (1981) contribui com essa reflexão, ao ponderar que:

Portanto, não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar de tipo camponês, como também, determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra (MARTINS, 1981, p. 171).

É nesse sentido que a propriedade e a concentração da terra no sistema capitalista constituem-se alicerces à produção do capital. Diante desse aspecto, consiste em uma das estratégias de monopolização do território pelo capital, visto que ocorre a apropriação da terra e da força de trabalho familiar para alimentar a cadeia do agronegócio, sob o falso rótulo de parceria com a agricultura familiar camponesa.

Essa sujeição da renda da terra, oriunda da monopolização do território pelo agronegócio apresenta diversas facetas nos espaços rurais. De acordo com Oliveira, “[...] o capital cria, recria e redefine as relações de produção familiar camponesa, apropriando-se da renda da terra pelo mecanismo de sujeição, sem precisar imobilizar capital na propriedade da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 20). Cria-se então o vínculo de dependência do agricultor familiar camponês, que vai perdendo sua autonomia no trabalho e deslegitima os saberes e fazeres que construiu ao longo da vida, restando-lhe a condição subalternizada, mascarada pela ilusão da parceria com a empresa que rege a produção.

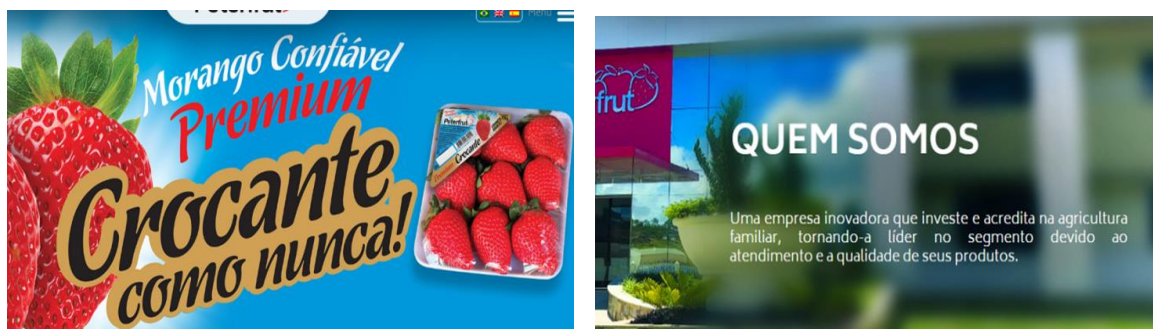
⁶² Entrevista realizada em janeiro de 2021.

Observa-se um processo de cooptação dos agricultores familiares camponeses em Mucugê. Essa subordinação, travestida de parceria, contribui para que, nessas condições de trabalho, a família perca a autonomia da produção, submetendo-se à cartilha da empresa, cujos parâmetros visam atender as altas taxas de lucratividade empresarial. Relega-se aos agricultores e agricultoras o trabalho intensivo e os riscos mais diretos de contaminação com as substâncias químicas usadas na produção. Sobre esse aspecto, uma agricultora familiar camponesa relata:

É uma coisa muito injusta, eles sugam muito da gente. Meu menino planta uma parte pra eles e uma parte, não, é particular. Eles até disseram para meu menino que essa parte que vende para fora, podia vender pra eles que eles comprava era tudo, só que os meninos não vende, não. Não compensa, eles querem pagar muito pouco, é uma exploração (Informação verbal⁶³).

Não é apenas com a produtividade que o lucro da empresa se eleva, mas, sim, na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nos canais de comunicação, a empresa destaca a procedência de seus produtos e utiliza a força de trabalho familiar com recurso de *marketing* e publicidade (Figura 21). No entanto, oculta o fato de obrigar os produtores a utilizar os insumos, sob pena de cancelamento da “parceria”.

Figura 21 – Publicidade da empresa de produção de morangos.



Fonte: Organizado pela autora. Disponível em: <<http://peterfrut.com.br/>> Acesso em: 3 de jan. 2020.

Esse *marketing* promovido por algumas empresas do setor alimentício visa associar seus produtos aos alimentos da agricultura familiar camponesa, assumindo uma espécie de certificado de qualidade. As estratégias de *marketing* potencializam o consumo nos diferentes segmentos das mercadorias. É a propaganda que ludibria o distante consumidor final, que nem se percebe completamente alienado do processo e das condições da produção e logística desses alimentos. Esse crescente distanciamento entre quem planta e produz comida e quem a consome

⁶³ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

é característico de uma sociedade mundializada e pretensamente moderna, porém, que perde de vista o conhecimento sobre aquilo que é mais essencial e íntimo para sua reprodução, tanto na esfera biológica, quanto simbólica: o alimento (CONTRERAS, 2005; MENEZES; CRUZ, 2017; POLLAN, 2006).

De acordo com Pollan (2006, p.20) o ato de se alimentar, nos conecta “[...] com tudo aquilo que compartilhamos com outros animais, e com tudo o que nos mantém à parte. É algo que nos define. O que talvez seja mais perturbador, e triste, a respeito da alimentação industrial, é a forma como a obscurece”. O autor considera que o ato alimentar é visceral e nos coloca como seres naturais conectados aos demais sistemas da natureza. Contudo, adverte que a alienação entre quem come e o que se come é um sintoma perturbador da inserção dos processos industriais no sistema alimentar, que visa o lucro maximizado em detrimento da qualidade, da soberania, das tradições, dos saberes e sabores que envolvem a alimentação.

Segundo Menezes, a influência das indústrias de alimentos nos mercados da alimentação está relacionada à “[...] inserção do meio técnico-científico, pelo poder do *marketing*, da propaganda e dos grandes conglomerados nacionais e transnacionais” (2013, p.55). Contudo, há de se convir que o colorido dos anúncios e o discurso nas mídias oculta as reais condições sociais a que os sujeitos da agricultura familiar camponesa estão submetidos para participarem desses regimes de “parceria” com as grandes empresas.

Além do mais, é urgente abordar a intensificação do uso de agrotóxicos nas lavouras da pequena produção, tendo em vista que, em alguns regimes de parceria entre agricultor e empresa, o uso é obrigatório. Salienta-se também que isso está associado à incorporação e internalização do pacote ideológico e biotecnológico da revolução verde.

Para Shiva (2003), combater esse ideário nas mentalidades dos diferentes grupos sociais vinculados e pertencentes à agricultura familiar camponesa corresponde a um desafio dos mais difíceis, porém, não é intransponível. Prova disso é a multiplicação de práticas alternativas a esse modelo exploratório e pernicioso de agricultura sob os moldes da revolução verde. Nesse quesito, os movimentos sociais nos contextos rurais e urbanos têm se destacado no fomento e na produção de alimentos de forma justa, sustentável e socialmente referenciada.

Sobre esse aspecto, a autora destaca a síndrome de Falta de Alternativas (FALAL), que acomete os sujeitos sociais do campo, e os fazem crer que o extermínio da natureza, de modos de vida e da diversidade natural e cultural provocada pela expansão dos monocultivos na agricultura é algo inevitável e intrínseco ao aproveitamento máximo do potencial agrícola do território. Para Shiva (2003), mais do que maneiras de usar a terra, a uniformidade e a diversidade são perspectivas distintas e antagônicas de pensar a natureza e a vida.

A problemática do uso do agrotóxico é complexa, haja vista que rebate em toda cadeia produtiva no campo, que repercute na vida, no trabalho e na realidade desses sujeitos sociais. Para além disso, ocorre também a contaminação involuntária dos cultivos, tendo em vista que pequenas propriedades, por vezes, são ladeadas por grandes lavouras de agricultura tecnificada, por meio dos resquícios da pulverização.

Tal aspecto é mencionado na narrativa de um agricultor familiar camponês: “Eu uso o defensivo, porque aqui não tem como. Mas eu procuro os mais fracos. Não tem como a gente fazer orgânico, a terra da gente é pequena, nós estamos cercados, ficamos no meio das fazendas grandes. A gente sofre demais com isso [...]” (Informação verbal⁶⁴).

A narrativa evidencia a situação de risco de contaminação imposto pela proximidade das lavouras das grandes fazendas com os sítios da agricultura familiar camponesa, que, na percepção desse sujeito, impossibilita a prática da agricultura livre de agrotóxicos. Sublinha-se ainda a desassistência técnica⁶⁵, realidade comum nas pequenas propriedades no campo e também a propagação da síndrome de falta de alternativas, enunciada por Shiva (2003), que consiste na consolidação ideológica da revolução verde no imaginário coletivo dos sujeitos da agricultura familiar camponesa.

Ressalta-se que, segundo os preceitos da revolução verde, que orienta a agricultura empresarial capitalista, há um uso intensivo de agrotóxicos que visam garantir *a priori* um quantitativo mais expressivo na produção. Em seus estudos, Bombardi (2011) aborda a ampliação do uso de agrotóxicos nos estabelecimentos rurais brasileiros, com ênfase nas grandes empresas do agronegócio. Para ela, esse aspecto constitui a intensificação do processo de subordinação da terra aos interesses do capital transnacional monopolista, tendo em vista que aproximadamente 1/3 das pequenas propriedades rurais no Brasil utilizam agrotóxicos. Desse modo, argumenta que “[...] toda vez que o camponês destina parte de sua renda à compra de insumos químicos, sejam eles agrotóxicos ou fertilizantes, essa renda é apropriada pelo capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista” (BOMBARDI, 2011, p.2).

Apesar das investidas e da sedução que os conglomerados empresariais capitalistas provocam em comunidades do meio rural, ainda há uma forte persistência de grupos que

⁶⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

⁶⁵ Destaca-se nessa discussão a omissão do Estado brasileiro, visto que existem mecanismos jurídicos no âmbito federal, com a Lei Nº12188/2010 e, na esfera estadual, a Lei Nº13272/2011 que instituem a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que prevê a assistência técnica para essas famílias que produzem no campo. Todavia, não raramente, essas premissas legais são descumpridas ou, por vezes, ela não é de base agroecológica, mas leva os camponeses e conduz a produção familiar nos mesmos moldes do agronegócio.

mantém modos tradicionais de produção, livre de substâncias nocivas à saúde humana e à natureza. Uma senhora camponesa afirmou: “Aqui a gente produz um pouco de cada coisa, mas não tem veneno não. Lá na roça tem umas galinhas também, e a gente vende ovo caipira, mas é pouco. É o sustento da gente” (Informação verbal⁶⁶).

Esses alimentos tradicionais, produzidos em lavouras e quintais produtivos são imprescindíveis para a soberania alimentar das famílias produtoras. Os excedentes dos cultivos e derivados são comercializados nos mercados curtos, como a feira e a venda direta, ambos considerados espaços importantes para o segmento dos mercados alimentares. Segundo Nierdele, Schneider e Cassol (2021)

[...] os mercados alimentares assumem protagonismo na construção de estratégias de abastecimento para as cidades, tendo como foco processos de localização da produção e do consumo, suas capacidades em fazer circular conhecimentos e práticas tradicionais, atuar como espaços de sociabilidade e interação que vão além das trocas econômicas, produzir inovações e resgatar os vínculos entre produção agrícola (rural) e consumo (urbano) (2021, p.98-99).

A feira configura-se como um espaço externo ao território da unidade familiar camponesa. É, em essência, repleto de estratégias, códigos e simbologias tácitas. Heredia (2013) tece uma análise pautada no gênero, a respeito da organização da produção familiar no momento da comercialização. Considerado como um espaço público, a feira é, consequentemente, um espaço masculinizado, onde se priorizam as negociações. Segundo a autora, os principais produtos do roçado camponês são comercializados pelos homens, especialmente a figura paterna.

Heredia (2013) afirma que, embora as mulheres da casa realizem todas as tarefas do roçado, seu trabalho é caracterizado como ajuda ao esposo ou parceiro. Na ocasião em que esses produtos vindos dos roçados são comercializados, uma figura masculina assume a condução das vendas, preferencialmente o pai, ou, na falta dele, um filho homem.

Para a autora, o pai é o principal responsável por comercializar os alimentos, pois a “[...] imagem de que o pai é a figura hegemônica dentro do grupo familiar, na medida em que é o responsável por sua subsistência, deve ser apresentada ao mundo exterior à própria unidade” (HEREDIA, 2013, p.54).

Todavia, há circunstâncias em que, na ausência da figura masculina, as mulheres assumem, também, o trabalho da comercialização. Heredia (2013) afirma que é mais comum a

⁶⁶ Entrevista realizada em dezembro de 2019.

presença delas na venda de condimentos e verduras, que, quando semeadas, ocupam área próxima à casa e são cuidadas por elas (2013, p.55). Essas ponderações apresentadas pela autora ainda se fazem presentes na realidade da feira de Mucugê. Apesar das disparidades e contradições de gênero presentes na organização da agricultura familiar camponesa, compreende-se que a aliança entre esses sujeitos sociais garante o suprimento diário das necessidades da família.

O trabalho familiar no sítio garante “o sustento da gente” como bem disse a entrevistada. Além da manutenção das necessidades do grupo familiar, essa forma de produzir e viver da terra assume relevância também para as sociedades urbanas que têm acesso aos alimentos locais, produzidos de forma limpa e saudável. O comércio da produção familiar na feira se torna um canal de diálogo entre as famílias produtoras e aquelas consumidoras dos alimentos, o que, com o passar do tempo, permite a criação de laços de confiança e amizade.

Para Giddens (1991), a confiança significa “[...] crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)” (1991, p.42-43). O sistema de valores que integram a confiança é criado em determinados contextos sociais em que prevalecem os compromissos com rosto, ou seja, aqueles firmados pela interpessoalidade, pelos vínculos sociais e identitários que conformam uma comunidade.

Embora em pequena escala, a maneira como esses sujeitos sociais produzem alimentos em suas propriedades expressa confiança e qualidade, tendo em vista que o agricultor e a agricultora familiar camponês/a conhece e se reconhece em cada etapa do cultivo: do preparo da terra, ao plantio, passando pela colheita até o comércio na feira. Ao refletir sobre a subjetividade intrínseca ao trabalho na terra, com a produção de alimentos, Cruz e Menasche (2012) ponderam:

[...] a produção de alimentos está imbricada ao modo de vida das famílias produtoras e que conhecimentos e práticas compartilhadas, associadas a formas específicas de cuidado com a terra e ao manejo dos animais, conformam sistema em que várias dimensões da produção, do trabalho e da vida estão articuladas (CRUZ; MENASCHE, 2012, p.29).

Em conversa com uma entrevistada, foi possível perceber sua vinculação com a terra, uma vez que herdou o sítio da família, e, desde criança desenvolve práticas de cultivo e criações com o marido e os filhos. Semanalmente, ela e o marido comercializam o excedente da produção familiar na feira da cidade, com alimentos como mandioca, banana, ovos, tomate,

ervas, hortaliças, entre outros. Na Figura 22, apresenta-se a banca da produção de uma dessas famílias.

Os cultivos dessas famílias utilizam variedade de vegetais que não se restringem a períodos específicos do ano, fato que viabiliza a produção em todos os meses. Em alguns casos, acontece a guarda das sementes e retirada das mudas para posterior plantio, tal como acontece com a maniva. Ocorre também a troca das sementes e mudas entre vizinhos e familiares. Determinados produtos, como a abóbora e a mandioca são comercializados já cortados e embalados na feira. Há consumidores que preferem adquirir esses alimentos dessa forma, em razão da praticidade na cozinha. O trabalho de cortar e embalar esses alimentos, via de regra, é realizado pelas mulheres, que o fazem na véspera da feira, ou mesmo durante, para que o consumidor verifique a qualidade e o frescor.

Figura 22 – Banca de alimentos agroecológicos na feira de Mucugê.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura, o município atualmente participa de programas federais de suporte à Agricultura Familiar, dentre eles, se destacam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Garantia Safra, que consiste no pagamento de R\$850,00, parcelado em 5 vezes aos agricultores que tiveram perdas de 50% na produção agrícola anual. Os principais cultivos da agricultura familiar camponesa presentes na merenda escolar são hortaliças, raízes, frutas e verduras. Na Tabela 9, apresentam-se os valores transferidos pelo Governo Federal e o percentual financeiro que foi destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa na merenda escolar pela prefeitura municipal entre os anos de 2011 a 2017.

Tabela 9 - Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE em Mucugê.

ANO	Valor Transferido	Valor das aquisições da agricultura familiar	Percentual
2011	R\$ 128.400,00	R\$ 37.780,56	29,42%
2012	R\$ 162.072,00	R\$ 22.868,19	14,11%
2013	R\$ 175.000,00	-	0%
2014	R\$ 231.624,00	R\$ 17.169,69	7%
2015	R\$ 214.494,00	R\$ 33.306,39	16%
2016	R\$ 217.750,53	R\$ 40.772,97	18,72%
2017	R\$ 210.740,00	R\$ 80.472,85	38,19%

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁶⁷.

Org: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2022.

De acordo com a Lei Federal nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor destinado ao PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar. Na análise dos dados, verifica-se a inconstância dos valores destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, visto que, somente em 2017, o município atingiu a meta estabelecida pelo programa. Szinwelski et al. (2016) argumentam que esse programa pode se configurar como uma ferramenta de acesso dos agricultores familiares camponeses ao mercado institucional. No entanto, para que haja efetividade nessa participação, é necessário o suporte e acompanhamento do Estado, sobretudo na esfera local, para viabilizar e orientar os grupos familiares no processo de inserção no programa.

Aliado a outras estratégias e táticas de permanência e persistência, a agricultura familiar camponesa segue na criação de territorialidades, que além de possibilitarem a manutenção das necessidades materiais dos grupos familiares do campo, colaboram também para a continuidade de um modo peculiar de vida e existência. Em face disso, a seguinte seção aborda as territorialidades emergentes: aquelas práticas sociais criadas cotidianamente nos movimentos da vida, do trabalho, das tradições, da memória, lidas sob o espectro da geograficidade.

⁶⁷ Os dados foram extraídos do Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do FNDE, em funcionamento desde 2011. Os registros do SigPC são realizados pelos gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pela execução local do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fins de prestação de contas.



Territorialidades e identidades emergentes: o campo entre tradições e ressignificações



5 TERRITORIALIDADES E IDENTIDADES EMERGENTES: O CAMPO ENTRE TRADIÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES

A tradição [...] não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro.

Klass Woortmann

A perspectiva geográfica sobre os processos identitários permite associá-los aos territórios vividos e às territorialidades construídas pelos sujeitos sociais. A elaboração de referenciais simbólicos em torno dessas categorias ocorre no movimento das relações materiais e intangíveis que conformam as significações que o território assume na esfera do cotidiano. Entretanto, as ambiguidades e polissemias intrínsecas ao entendimento conceitual da identidade demarcam um campo de estudos complexo, porém necessário à sua compreensão, sobretudo, quando o desafio é discuti-lo no escopo das análises geográficas em diálogo com as demais ciências humanas.

Hall (2006), em suas incursões a respeito do conceito de identidade, alerta que suas tendências reflexivas são recentes e dúbias. Todavia, o autor afirma tratar-se de um conceito irreduzível, que não poderia ser facilmente substituído para pensar os conteúdos humanos na dinamicidade das relações sociais. É na esfera social que esse conceito ganha densidade. A dimensão da alteridade lhe é intrínseca.

Almeida, por sua vez, compreende a alteridade “[...] não só como o reconhecimento da existência do Outro, o semelhante, mas tudo que é exterior ao Eu” (ALMEIDA, 2005, p.111). Por esse motivo, as relações e características que envolvem a alteridade integram territórios de afirmação, diferença e negação da identidade, vista em perspectivas relacionais em direção ao externo, ao Outro. A autora aborda, também, a ideia de fronteiras sociais, que delineiam os territórios identitários e tornam-se, por excelência, espaços de alteridade. Em Mucugê, essas relações se materializam no território, dotando-o de tessituras sociais diversas.

Em acordo com as proposições dos autores, fica evidenciada a relação indissolúvel existente entre alteridade e identidade, visto que esses espectros se mesclam e se significam mutuamente no território. Em face desse panorama, os sujeitos sociais que permanecem no campo elaboram estratégias e táticas para a manutenção da sua forma de existir e se relacionar com o território, de modo a viabilizar sua permanência e reprodução social (DE CERTEAU, 1998).

Tais estratégias são elaboradas por meio do vínculo vitalício, identitário e ancestral com o território, constituindo-se, dessa forma, territorialidades de esperança, visto que são criadas no contexto da persistência das comunidades rurais frente às investidas do capital, que

regionalmente se materializa no agronegócio. A alimentação assume centralidade nessa reflexão, visto que é vivenciada e ressignificada no cotidiano dos sujeitos sociais na terra e no trabalho.

Isso porque, quando convidados a narrar sobre suas trajetórias de vida, as mulheres e homens rurais relatam sobre a lida no campo. Se questionados acerca do trabalho, referem-se à dinâmica do plantar, colher e criar, atividades do dia-dia que ajudam na manutenção das necessidades materiais e simbólicas de sua vida e identidade. O debate sobre tradição, por sua vez, é para eles relacionado, principalmente, à alimentação e às festividades, dimensões que preenchem de sentido a existência e fortalecem o elo da geograficidade, pois trata-se das intrínsecas relações culturais e simbólicas que se estabelecem entre os sujeitos sociais, pertencentes aos espaços e tempos vividos e rememorados na construção diária que é o viver. Concorde-se com Dardel (2015, p.5), quando ele assevera que “[...] a Geografia não implica somente no reconhecimento da realidade em sua materialidade, ela se conquista como técnica de irrealização, sobre a própria realidade”. Trata-se de decifrar os conteúdos (i)materiais que preenchem a vida e a existência dos sujeitos sociais em relação aos territórios que vivenciam.

Essas dimensões ressignificam a experiência dos sujeitos no espaço, dotando-o de conteúdos sociais que abrangem, desde as esferas mais pessoais e íntimas da corporeidade, até as tessituras coletivas do convívio. Para Merleau-Ponty (1996), a corporeidade é intrínseca aos sentidos de estar no mundo, haja vista que é, por meio do corpo, que o sujeito social apropria-se das espacialidades em diversas escalas.

Compreender a geograficidade intrínseca ao ir e vir da vida cotidiana significa também desvendar os conteúdos simbólicos e materiais que impregnam de sentidos o tecido social e animam a espacialidade vivida no território, permeado pela cultura. Para Claval (1995), é pelo viés cultural que as diferentes sociedades constroem sua mediação com o mundo, de maneira a consolidar um modo de vida particular, permeado pelo enraizamento no território.

Tais *constructos* vinculam-se também à dimensão socioespacial da alimentação, que pode ser interpretada no espectro da diversidade das relações espacio-temporais da campesinidade em suas manifestações plurais. Para Turmo (2009, p.88), a dimensão cultural do alimento está associada a “[...] objetos, espacios, prácticas, representaciones, expresiones, conocimientos y habilidades, fruto de la acción histórica continuada de comunidades y grupos

sociales⁶⁸”. Trata-se, indubitavelmente, de um *constructo* identitário, inerente à formação social e às simbologias a eles associadas.

Tais simbologias, significados e conteúdos sociais constituem a identidade de um coletivo social, que, para Bauman (2012), é constituída de diferenças e discontinuidades. Para determinados sujeitos sociais do campo, é tecida por meio das vinculações desses com a terra, entendida como território de trabalho, e sobretudo, de vida.

Ao ponderar que a identidade é uma construção social e histórica, Castells afiança que ela se encontra em contextos marcados por relações de poder, essencialmente dinâmicas e plurirelacionais. Assim, destaca três modos distintos de origem e manifestação da identidade:

- a) A Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...].
- b) Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].
- c) Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social [...] (CASTELLS, 1999, p.24).

No contexto de Mucugê é possível vislumbrar os indícios da identidade legitimadora nos discursos desenvolvimentistas que sustentam o agronegócio, tendo em vista que a ideologia que o apoia pauta-se nas ideias de progresso e na falsa ideia da geração de emprego e renda para a população local. Oculta-se, entretanto, a condição de submissão que os agricultores familiares camponeses vivenciam, ora pela apropriação do território, ora pelas consequências socioambientais decorrentes da expansão dessa agricultura convencional tecnificada, além da força de trabalho estranhada ou pela criação de novas tradições festivas.

Na condição de identidade de resistência, vislumbra-se o agricultor familiar camponês, que persiste em suas práticas na manutenção de seu modo de vida e existência. Esse movimento se dá na espontaneidade das práticas, saberes e fazeres dos movimentos da vida cotidiana, visto que, muitas vezes os, agricultores familiares camponeses não se percebem como resistentes, apenas resistem cotidianamente. Um contexto singular de resistência pode ser vislumbrado também na comunidade quilombola Barriguda. Nessa comunidade, as práticas culturais,

⁶⁸ “[...] a objetos, espaços, práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades, fruto da contínua ação histórica de comunidades e grupos sociais” (Tradução nossa).

associadas à vivência na terra, ao trabalho coletivo, seja na roça, ou na casa de farinha, evidenciam a força da persistência dos sujeitos sociais da comunidade, que assumem o protagonismo de suas trajetórias.

A identidade de projeto, por sua vez, se configura como *por vir*, uma possibilidade que se origina em um campo de disputas e lutas dos segmentos ou sujeitos sociais, que nas dimensões simbólicas e concretas, competem sobre qual identidade poderá prevalecer no contexto local. Tal conjuntura apresenta-se como um produto das tensões sociais, de cunho político e simbólico que disputam territorialidades e narrativas sobre a realidade experienciada pelos múltiplos sujeitos sociais do território.

Sublinha-se que as condições em que se situam tais identidades não são estanques, nem tampouco isoladas. Pelo contrário, acompanham a dinamicidade e a fluidez dos processos sociais. Logo, identidades em condição de resistência, por exemplo, marcadas pela dominação e desvalorização, podem constituir-se como identidades de projeto, que lhes atribui uma nova posição na estrutura social (CASTELLS, 1999).

A comida do presente e do passado nos territórios é compreendida segundo sua perspectiva geográfica e cultural, com vistas à sua manutenção no futuro, no escopo de suas significações presentes no cotidiano e nas festividades, tal como proposto nos tópicos seguintes.

5.1 Alimentos identitários e territorialidades em Mucugê

As reflexões que envolvem as múltiplas territorialidades estão amparadas no entendimento de que o território é eivado de conteúdos materiais e simbólicos, em que razão e sensibilidade complementam-se na leitura das distintas realidades geográficas (HAESBAERT, 2002). Ao enveredar por essas dimensões plurais em torno do território, os debates sobre os alimentos tradicionais podem ser tecidos à luz dos referenciais territoriais e identitários que atravessam os sentidos do comer, seja em contextos festivos ou nos movimentos da vida cotidiana.

Haesbaert (2007), ao ponderar sobre a identidade e as transformações pelas quais as sociedades sofrem na contemporaneidade, afiança que frente a essas possíveis perdas de referenciais identitários e da crescente fragilização material e simbólica provocada pela mundialização do capital e da sociedade, os coletivos sociais tendem a se apegar às suas raízes, que se tornam um alicerce simbólico de cultura e ancestralidade nos territórios vividos, e integram a composição de identidades territoriais.

As raízes históricas, construídas nas trajetórias de vida tornam-se alicerces dos sentidos de pertencer ao território, cultura, e/ou grupo social, que, por sua vez, delineiam formas de ser e relacionar-se com o mundo e nele construir territorialidades, entendida por Haesbaert (2007) como “[...] qualidade indispensável para ser ou para se fazer território” (HAESBAERT, 2007, p.112).

Nas identidades territoriais, são escolhidas “[...] geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns” (HAESBAERT, 2007, p. 44). Esse sentimento de coletividade é a raiz da identidade territorial, tendo em vista que as vivências coletivas se apoiam em experiências comuns, compartilhadas, revividas, rememoradas e reconstruídas socialmente. Para o autor, a identidade territorial pode ser entendida como

[...] um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. Territórios e fronteiras são referenciais concretos fundamentais para a construção dessas identidades (HAESBAERT, 1997, p.49).

As relações socioespaciais que delineiam a dimensão territorial da identidade não são marcadas, fundamentalmente, por laços harmoniosos e coesos, tendo em vista que, como qualquer outra construção social, são eivadas de conflitualidades, divergências e negociações.

Bassand (2005, p.72) denomina identidade regional “[...] la imagen que los individuos y los grupos de una región moldean en sus relaciones con otras regiones⁶⁹”. A diferença e a alteridade estão presentes tanto nas relações entre comunidades, quanto nos elos espaciais, logo, são entendidas como componentes fundamentais para pensarmos os processos identitários e seu elo com os territórios.

No que tange a constituição desse elo, Almeida considera que “[...] para aqueles que têm uma identidade territorial com ele [o território], é o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2005, p.109). Trata-se de reconhecer a carga de simbolismo e significações desenvolvidas pelos sujeitos sociais em suas práticas e relações sociais no cotidiano, que estão presentes no território.

⁶⁹ “[...] a imagem que indivíduos e grupos em uma região moldam em suas relações com outras regiões” (Tradução nossa).

Sobre o vínculo que se estabelece entre a alteridade e a identidade, Haesbaert (1999, p. 175) afirma: “[...] a(s) identidade(s) implica(m) uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é no encontro ou no embate com o Outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue”. Evidencia-se, nesse contexto, as relações de alteridade para demarcar o reconhecimento e a distinção entre os coletivos e sujeitos sociais.

Considerando, também, a dimensão da alteridade, Penna (1992) discute sobre o que faz ser nordestino e esboça algumas hipóteses que corroboram o processo de identificação do sujeito, tais como naturalidade, vivência, cultura e, ainda, a autoatribuição. No entanto, alerta para a necessidade de “[...] se abandonar qualquer enfoque da identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria” (PENNA, 1992, p. 56). A autora destaca a urgência em considerar os contextos sociais que substanciam esse conceito, que, *prima facie*, tende a apresentar-se como uma condição inata e a-histórica.

Os alimentos identitários em Mucugê consistem em territorialidades de esperança, intrínsecas à agricultura familiar camponesa, uma vez que existem e persistem nas fissuras da dominação do agrohidronegócio no município. Trata-se de alimentos repletos de conteúdos simbólicos e culturais, que traduzem um saber-fazer apreendido no contexto da ancestralidade e da memória social partilhada nos âmbitos das famílias e das comunidades que colaboram para a constituição de uma cultura alimentar.

A ideia da partilha e do ensinamento perpassam o saber-fazer e a permanência dessa dimensão cultural do alimento. Para Menezes e Almeida (2021), “[...] marcam a geografia e a história dos territórios, posto que se fundamentam na experiência e estão enraizados na tradição familiar” (MENEZES; ALMEIDA, 2021, p.3).

Desse modo, ainda que ocorram transformações nos hábitos alimentares e na comensalidade, o consumo de alimentos tradicionais como o godó, o arroz vermelho, o andu, o requeijão, a araruta, a batata da serra, a rapadura, dentre outros, configuram-se como um ato de resistência frente à expansão do consumo de substâncias alimentícias processadas e/ou ultraprocessadas, cuja origem e produção são desconhecidas e sua produção e circulação atendem exclusivamente aos interesses econômicos dos impérios alimentares. Diante desse contexto interpretativo, Fischler (1995) cunha a expressão Objeto Comestível Não Identificado (OCNI), para designar essas substâncias oriundas da indústria alimentícia amplamente comercializadas nos supermercados e presentes na mesa da população.

De acordo com Cruz e Schneider (2010), ao passo que a capacidade de conservação dos produtos foi se elevando, a forma de produzir tornou-se gradativamente mais centralizada, e a

distribuição é efetivada por intermédio de cadeias longas de circulação. Os autores advertem que tais processos são atualmente dominados pelas grandes empresas de alimentos, os impérios alimentares. Nesse sentido, Ploeg (2021) afirma que

Os impérios definem e aplicam os roteiros que determinam como os variados ingredientes que integram nossa comida transitam através da infraestrutura; como eles são combinados e para onde vão. Os impérios alimentares são as grandes redes que controlam a produção, o processamento, a distribuição e, cada vez mais, o consumo de alimentos (PLOEG, 2021, p.12)

Na contramão da lógica dessas grandes corporações capitalistas, os alimentos tradicionais, em sua maioria originados nas lavouras e quintais produtivos da agricultura familiar camponesa, são produzidos e comercializados em circuitos curtos, tais como a venda direta nos sítios, nas feiras, barracas na beira das estradas ou em pequenos estabelecimentos comerciais locais. Esse circuito é mantido por intermédio da tessitura de redes interpessoais, que, segundo Sabourin (2009, p.254), constituem-se por laços de “[...]natureza, afetivas, preferenciais, ou seja, seletivas”.

Preiss e Schneider (2020, p. 178), por sua vez, afiançam que esses espaços se constituem em mercados de proximidade, ancorados numa “[...]relação face a face entre produtores e consumidores que interagem em um espaço físico geograficamente limitado [...], de forma que há um fluxo direto do alimento entre o espaço de produção e o consumo”. Essa proximidade está em consonância com a lógica da Comida à Km Zero, defendida por movimentos sociais pautados na alimentação. Tais prerrogativas assentam-se no entendimento de que o comer transborda o ato fisiológico, visto que as dimensões que envolvem a alimentação possuem nuances econômicas, sociais, históricas, políticas e culturais.

Há uma ancestralidade presente nos saberes técnicos que envolvem o plantar e o colher na terra, além do modo de comercializar o alimento nela produzido. Esse saber tem, na vivência cotidiana do meio rural, sua matéria prima para construção, visto que, conforme compreende Sabourin (2009, p.22): “É impossível analisar as lógicas dos sistemas técnicos, econômicos e sociais sem levar em conta as especificidades dos ambientes naturais do meio rural”. Compreende-se que é, por meio do vínculo com a terra, que os conhecimentos se constroem e são transmitidos, melhorados e/ou reinventados pelas gerações atuais e futuras.

As significações construídas acerca da vivência e do saber-fazer apreendido no campo se anunciam nas narrativas de um agricultor familiar camponês: “A gente mesmo planta e colhe feijão, arroz, milho, mandioca. Lá mesmo faz a nossa farinha, a família trabalha, vive e come junto. E assim a vida vai, e a gente vai com ela. Quem me ensinou a trabalhar? Meu pai, me

ensinou a viver da roça” (Informação verbal⁷⁰). Esse homem do campo vive em um sítio de 1,5 ha, e, semanalmente, comercializa o que produz na feira da cidade. No fragmento de narrativa, evidenciam-se os sentidos das práticas sociais e do saber-fazer, aprendidos no contexto familiar, e da comensalidade do coletivo social.

Além de plantar e colher, o entrevistado nos relatou que caminha pela Serra do Sincorá em busca da batata da serra (*Ipomoea convolvulacea*) (Figura 23), que, além de coletar para o consumo familiar, também vende em sua barraca na feira. Esse alimento foi catalogado pelo Movimento *Slow Food* no projeto Arca do Gosto⁷¹.

Figura 23 - Batata da serra e outros alimentos da agricultura familiar camponesa comercializados na feira de Mucugê, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A batata da serra é uma espécie de raiz tuberosa endêmica da Chapada Diamantina, que pode ser encontrada nas encostas da Serra do Sincorá. De acordo com o *Slow Food* (2021), trata-se de um alimento de sabor neutro, suave e rico em água e amido, pode ser usado em receitas doces ou salgadas. Esse tubérculo não costuma ser cultivado, é colhido na natureza por aqueles que têm habilidade e conhecimento sobre a natureza local, para adentrar em áreas de

⁷⁰ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

⁷¹ “A Arca do Gosto é um catálogo mundial que identifica, localiza, descreve e divulga alimentos especiais ameaçados de extinção. Sabores quase esquecidos, mas ainda vivos, pelas mãos e sabedoria de poucos mestres artesãos, agricultores, produtores e cozinheiros. Muitos deles, alimentos com potenciais produtivos e comerciais reais. Desde o início da iniciativa, em 1996, 5199 produtos de dezenas de países foram integrados à Arca. Esse catálogo constitui um recurso para os interessados em conhecer, recuperar e preservar espécies e raças autóctones, cultura e saberes tradicionais e aprender a verdadeira riqueza de alimentos que a terra oferece” (SLOW FOOD, 2021).

difícil acesso nas encostas das serras. A batata da serra se desenvolve em diferentes tamanhos, de poucas gramas a até sete quilos, conforme relatou o entrevistado.

De acordo com as conversas em campo, e também com informações da Arca do Gosto, o consumo desse alimento é uma herança da identidade alimentar dos garimpeiros, que passavam longos períodos em busca do diamante em inóspitas condições de sobrevivência e poucas opções de alimento no alto das serras ou nas margens dos rios.

Na contemporaneidade, esse alimento foi ressignificado e tornou-se um componente da refeição cotidiana, é consumido cru, em forma de salada, junto com temperos frescos ou pode também ser um acompanhamento de doces, devido ao seu sabor neutro e suave. Dada as suas especificidades, esse alimento pode ser compreendido como integrante do patrimônio alimentar local (TURMO, 2009).

Em campo, foi possível degustá-lo no almoço, pois, enquanto conversávamos com um participante da pesquisa, o agricultor camponês responsável pela barraca na feira que o comercializava, uma outra participante da pesquisa, dona de um pequeno quiosque de refeições na feira, onde havíamos almoçado no dia anterior, participou da conversa, e logo se prontificou a preparar a batata da serra para complementar o almoço do dia. Essa gentileza e proximidade entre esses sujeitos sociais é um traço da sociabilidade local, marcada pela solidariedade e confiança construída ao longo do tempo de convivência deles no cotidiano da feira. Queiroz e Menezes (2021), nas análises acerca da disponibilidade das refeições nas feiras livres, compreendem que há a predominância

[...] dos alimentos in natura, aptos para se metamorfosear em comida, mas há também refeições prontas, lanches e quitutes que implicam a existência de saberes e fazeres enraizados e/ou apropriados por feirantes/cozinheiras(os), demarcando, com isso, uma comida de feira que transita do regional, como o sarapatel, ao universal, como o pastel (QUEIROZ; MENEZES, 2021, p. 64).

Trata-se de um espaço diverso, que conecta pessoas e culturas por meio da alimentação, das trocas, do consumo e do comércio. Ao refletir sobre a comensalidade, no contexto das relações sociais contemporâneas e da convivialidade, Diez Garcia (2003) argumenta que o acesso aos alimentos pode ser determinado e/ou condicionado por intermédio das estruturas socioeconômicas e culturais, que envolvem “[...] principalmente as políticas econômica, social, agrícola e agrária. Assim sendo, as práticas alimentares, estabelecidas pela condição de classe social, engendram determinantes culturais e psicossociais” (DIEZ GARCIA, 2003, p.484).

É nesse sentido que decifrar as peculiaridades inerentes ao que se come, pode trazer luz ao debate sobre como, quem, porque e/ou quando determinado alimento é comido, desvelando

também nuances da comensalidade da formação social em pauta. Os alimentos comercializados para as refeições durante os dias de feira em Mucugê são, via de regra, destinados aos frequentadores desse espaço, especialmente feirantes, que vêm de municípios vizinhos ou das comunidades rurais de Mucugê. Trata-se de comida farta, fresca, de boa qualidade e acessível para os homens e mulheres trabalhadoras/es.

Os alimentos tradicionais constituem a comensalidade intrínseca às relações sociais, visto que estão presentes no cotidiano doméstico, nos dias festivos e também nas feiras. As barracas de venda de refeições na feira, que alimentam os trabalhadores e consumidores da cidade e do campo evidenciam tal aspecto. Para a elaboração do Godó, utilizam-se as bananas caturras verdes (Figura 24), e os temperos frescos, utilizados como ingredientes desse alimento tradicional da Chapada Diamantina, são adquiridos na feira local. Nos dizeres de uma entrevistada: “É tudo fresquinho, tudo do dia, que é para a comida ficar melhor!” (Informação verbal⁷²).

Figura 24 – Banana Caturra e Godó comercializados na barraca e no quiosque da feira de Mucugê, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O Godó é um alimento identitário tradicional presente em municípios da Chapada Diamantina, apesar da escassez de registros, observa-se que sua origem está vinculada às heranças do garimpo na cultura alimentar local. Foi possível constatar, em campo, que esse alimento poderia estar mais presente nos empreendimentos comerciais que atendem turistas, uma vez que é constantemente evocado como um alimento de referência para a cultura local. Sugere-se também sua inserção na alimentação escolar, visto que seus ingredientes podem ser

⁷² Entrevista realizada em janeiro de 2021.

obtidos na agricultura familiar camponesa, tem alto valor nutricional e é livre de insumos e conservantes, comuns na indústria convencional de alimentos.

Em face disso, Menezes (2013) salienta a pertinência de refletir sobre os traços culturais que se circunscrevem na alimentação. Essa dimensão das sociabilidades humanas está inserida no contexto do convívio e da comensalidade.

A dimensão da vida é inseparável das relações de convivialidade aproximadas pela alimentação. A leitura dos aspectos culturais vinculados a determinados alimentos permite contextualizá-los em sua elaboração no passado e no presente, com vistas a projeções sobre como será esse processo no futuro. Isso proporciona uma compreensão mais ampla de uma das formas de reprodução dos grupos sociais a eles relacionados e suas possibilidades de permanência. De acordo com Menezes e Cruz (2017), trata-se de decifrar as razões e analisar como tais alimentos compõem marcas identitárias enraizadas nas tradições dos coletivos. Nesse contexto, a comida se torna mais um elemento que fundamenta a memória social de um grupo, visto que a recordação da experiência alimentar partilhada se configura como seu alicerce.

Para Mendes (2009), a memória pode ser compreendida como expressão legítima da experiência social e espacial do coletivo. Isso porque, segundo ela, “[...] tem o poder de identificar o grupo, conferir-lhe uma identidade peculiar, proporcionar sentido ao seu passado, dar coerência ao seu presente e definir as suas aspirações futuras” (MENDES, 2009, p. 53).

A composição da memória social e da tradição está relacionada aos hábitos, práticas e costumes de escalas locais e regionais que podem assumir também proporções globais. Menezes e Cruz consideram, também, que “[...] na contemporaneidade a tradição pode ser visualizada como resistência e permanência do passado e como característica da modernidade, na qual se observa reinvenções” (MENEZES; CRUZ, 2017, p.32).

K. Woortmann (1990), por sua vez, entende que “[...] A tradição [...] não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (1990, p.17). Os sentidos e as múltiplas temporalidades, em simbiose com as tradições, estão presentes no cotidiano e na convivialidade construída pelos sujeitos sociais em Mucugê, tal como ocorre com os alimentos tradicionais, presentes na alimentação festiva e cotidiana.

Em conversas com os sujeitos sociais do lugar, foi relatado que o principal ingrediente do Godó, a banana verde, sempre foi abundante na região, e cozida com sal, constituía-se numa comida forte que fornecia sustança para o trabalho. Com o passar do tempo, a receita foi aperfeiçoada, com o acréscimo de outros ingredientes. Atualmente, o Godó é composto por um cortadinho da banana verde, cozida com carne de sol e temperos comuns na cozinha local, como coentro, cebola, alho e manjerição. Uma entrevistada afirmou o seguinte: “[...] O Godó é a

comida mais tradicional daqui. O arroz vermelho com carne também. É difícil ir na feira e não comprar umas bananas verdes pra fazer um Godozinho” (Informação verbal⁷³). Ao refletir sobre os significados da alimentação, Mendes (2021) argumenta que

Os sabores e os aromas têm o inigualável poder de evocar memórias trazendo de volta aspectos significativos que envolvem singularidades de pessoas, grupos e lugares. Quem nunca passou pela experiência de ser surpreendido, de repente, por emoções produzidas pelos aspectos sensoriais comuns aos alimentos? (2021, p.7).

O gosto e a opção de apreciar, ou não, determinado sabor, é uma construção social, permeada por memórias e experiências individuais e coletivas. Aos paladares externos, a ideia de ingerir a banana, tradicionalmente consumida crua e madura em um prato quente e salgado, pode causar certo estranhamento. Esse aspecto evidencia as particularidades intrínsecas à cultura alimentar de determinado território: os sabores aceitos e palatáveis são construções sociais moldadas pelos contextos culturais, temporais e geográficos de cada receita e formação social. Woortmann (2013) considera a comida como uma linguagem que, além de comunicar, reflete hierarquias e simbolismos que, em certa medida, ajudam também a registrar a história do lugar.

As reflexões sobre alimentação possibilitam a análise das bases materiais e simbólicas intrínsecas à existência dos grupos sociais no campo. Em conversa com mulheres do município, elas revelaram que o godó é um alimento consumido tanto no cotidiano, por causa da abundância do ingrediente principal, quanto em festividades. Costuma ser servido na folia de Santos Reis, realizada nas comunidades. Pode ser entendido, na classificação de Brandão (1981), como comida forte, um alimento com sustância, que, no passado, possibilitava resistência e força física para os trabalhadores do garimpo.

A elaboração, exposição, concretização, consumo e o rejeito de alimentos são compreendidos como processos construídos socialmente, que, segundo Menasche (2017), envolvem trocas e negociações de práticas e significados. Para a autora, a comida fomenta distinções identitárias, entre gerações, gêneros, classes e grupos sociais diversos. Desse modo, “[...] receitas herdadas, pratos tradicionais, produtos e ingredientes locais, espécies e variedades nativas, práticas alimentares cotidianas e comidas de festa [...] compõem a cultura material relacionada à produção e consumo de alimentos” (MENASCHE, 2017, p.71). O Godó pode ser interpretado segundo esse entendimento, visto que apresenta especificidades culturais no

⁷³ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

preparo e no consumo, cuja receita pode conter variações, a depender da disponibilidade dos ingredientes e do saber-fazer de quem o prepara.

Além do Godó, em conversas com os sujeitos sociais nas feiras e nas comunidades, a araruta (Figura 25) também foi mencionada como um alimento tradicional desse território. Originado na América Latina, esse alimento é matéria-prima para a feitura da tapioca de araruta, um pó branco de textura extremamente fina, utilizado como ingrediente principal para biscoitos, cremes, brevidades⁷⁴, bolos, molhos e mingaus.

Figura 25 – Planta e rizoma da araruta.



Fonte: Pesquisa de campo/*Slow Food* Brasil, 2021.

A araruta é uma planta herbácea ereta que possui rizoma fibroso. Devido às suas características organolépticas, o amido, extremamente leve, extraído da araruta, tem alta digestibilidade, além de ter propriedades anti-inflamatórias e auxiliar na regulação de disfunções intestinais. Em decorrência da ausência de glúten, pode se constituir como alternativa aos derivados do trigo, da aveia, do centeio e da cevada. Segundo informações da Arca do Gosto,

⁷⁴ Trata-se de um bolinho, originário da culinária portuguesa, que foi nomeado assim pela relativa rapidez e facilidade no preparo, que é produzido com apenas quatro ingredientes: amido de milho, ovo, leite e raspinhas de limão.

Os indígenas de toda região de ocorrência da araruta conheciam bem a planta, havendo indícios de seu cultivo há mais de 7.000 anos. No Brasil, os Caraíbas e os Caiapós cultivavam inúmeras variedades de marantáceas, em campos de floresta, nas margens das trilhas que ligavam uma aldeia a outra, nas clareiras naturais ou nas roças de morro, geralmente feitas por mulheres idosas da aldeia, constituindo reservas de alimento para fazer frente à escassez, no caso de enchentes ou perda de colheitas. Essas roças representavam valiosos bancos dessas culturas e de outras plantas tuberosas. Extraíam o amido da araruta e com ele engrossavam sopas usadas para tratar idosos e crianças e para fortificar mulheres recém-paridas (SLOW FOOD, 2021).

As características medicinais da araruta são conhecidas entre as pessoas idosas e experientes. Sobre sua experiência com esse alimento, um entrevistado assim nos confidenciou: “Araruta é comida e é remédio do bom. Pra pessoa que é fraca do estômago, toma o mingauzinho, é a mesma coisa de tirar o mal com a mão” (Informação verbal⁷⁵). Na feira de Mucugê, eventualmente é possível encontrar a tapioca⁷⁶ de araruta, comercializada por R\$30,00 o quilograma. Esse valor relativamente elevado está relacionado à baixa produtividade da araruta, se comparado aos outros cultivos, como a mandioca, fator que contribuiu para sua quase extinção entre os cultivos da agricultura familiar camponesa. Na comunidade Quilombola Barriguda, esse cultivo é encontrado nos quintais produtivos, tal como se observa na Figura 26.

⁷⁵ Entrevista realizada em julho de 2021.

⁷⁶ A tapioca consiste na nomenclatura popular atribuída ao amido extraído de raízes, como a mandioca e a araruta.

Figura 26 – Cultivo de Araruta em quintal produtivo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Em conversa com a agricultora familiar que cultivava araruta em seu quintal, ela partilhou os seguintes saberes: “Assim, a araruta, você tem que plantar ela na terra fresca, e deixar a raiz fortalecer. Quando as folhas estiverem amarelas, caídas, aí tá boa de colher” (Informação verbal⁷⁷). O resgate do cultivo da araruta pode se constituir como uma estratégia para a geração de renda local, dada a valorização da tapioca produzida a partir do seu rizoma.

As novas exigências das dietas contemporâneas demandam por alimentos mais leves, livres de glúten, tal como ocorre com a araruta. Embora seja considerada atualmente, uma comida do passado, seu cultivo pode se tornar uma territorialidade de esperança, visto que o alto valor agregado na venda da tapioca, quando conduzido de forma autônoma pelos agricultores familiares camponeses, pode contribuir para a melhoria da renda familiar. Para além dessa dimensão econômica, a popularização desse cultivo, repleto de propriedades medicinais, e dos saberes e fazeres a ele associados, pode contribuir para a soberania alimentar das famílias camponesas.

Outro alimento expressivo da cultura alimentar de Mucugê é o arroz vermelho, produzido localmente no contexto da agricultura familiar camponesa. É comercializado em barracas na feira, em pequenos estabelecimentos comerciais locais e, também, por meio da compra direta do produtor. No passado, o cultivo desse alimento era abundante, contudo, a

⁷⁷ Entrevista realizada em julho de 2021.

construção da Barragem do Apertado no Rio Paraguaçu e a apropriação das áreas úmidas próximas às margens, pelos grandes empreendimentos agrícolas, implicaram na redução dessa cultura, tal como se observou nos censos agropecuários realizados pelo IBGE, apresentados anteriormente, no capítulo 3.

O arroz vermelho é evocado por sujeitos sociais como alimento identitário da Chapada Diamantina, tendo em vista que está presente na memória social das pessoas que vivenciam esse território. Contudo, conforme alerta E. Woortmann (2016), pode ocorrer o risco de desaparecimento da memória e do consumo, pois as áreas do cultivo têm diminuído, o que compromete a oferta desse alimento para a população. Para a autora: “[...] essa memória e consumo alimentares estão hoje em risco de desaparecimento, face à ameaça de extinção de algumas das variedades de plantas” (2016, p.62).

Esse aspecto está relacionado à manutenção das tradições e culturas alimentares. Dentre as diferentes maneiras de preparo e consumo, pode ser o acompanhamento da galinha caipira com godó, ou servido como prato principal, quando cozido com carne de sol, verduras e temperos (Figura 27). Compõe uma refeição saudável e com sustância. Indubitavelmente, uma comida forte, de acordo com a segmentação proposta por Brandão (1981).

Figura 27 - Cozido de arroz vermelho com carnes e verduras.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

De acordo com informações da Arca do Gosto, essa variedade de arroz foi introduzida no Brasil pelos portugueses, no século XVI, via litoral sul da Bahia. No decorrer do século XVIII, o plantio migrou para regiões de clima semiárido do Nordeste, e, até hoje, é também muito consumido e apreciado no interior da Paraíba (SLOW FOOD, 2021).

Em Mucugê, o arroz vermelho é atualmente cultivado nas margens do Rio de Contas, na região sudeste do município, em comunidades e sítios do Distrito de João Correia. No local, há também o cultivo do arroz, no regime de meação, quando o dono da terra a cede para os trabalhadores meeiros produzirem, e a safra é dividida para ambos. O plantio é feito de forma rudimentar, com o uso de uma plantadeira manual, popularmente conhecida como matraca (Figura 28), ou manualmente, lançando as sementes na terra.

Figura 28 – Matraca, instrumento utilizado para plantio em lavouras pequenas.

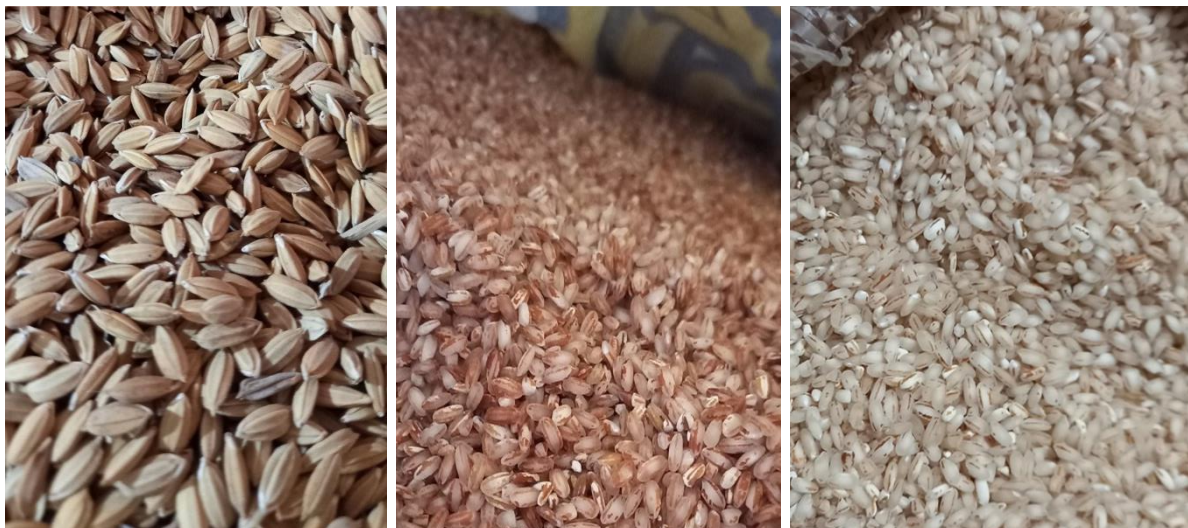


Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Brandão, quando discute sobre os sentidos atribuídos ao trabalho, e por extensão ao trabalhador, afiança que o meeiro é um sujeito de parceria, visto que “[...]. Ele planta ‘na meia’, recebendo, do ‘dono’, a terra, alguns insumos, e o trabalho de deixá-la pronta para o plantio. Quando colhe, devolve, do seu, 50% em mercadoria” (BRANDÃO, 1986, p.117). Ainda segundo o autor, esses trabalhadores “[...] são agricultores que negociam sazonalmente, e se percebem, entre uma colheita e outra, como produtores, em uma troca constante, que recorta o trabalho e o sentido do trabalho, porque é parte de sua substância e condição de sua reprodução” (BRANDÃO, 1986, p.130). Sabourin (2009) defende que o trabalho dos meeiros, desde o contexto da agricultura colonial, integrou a constituição da agricultura camponesa. Oliveira (2007) aborda o regime de trabalho de meação como uma forma de obtenção de renda da terra no âmbito dos processos sociais e contradições intrínsecas ao sistema capitalista.

Na localidade, há um agricultor, que, além de cultivar o arroz vermelho, faz a aquisição desse alimento ainda na casca para beneficiamento. Ele nos relatou que o arroz pode ser utilizado como um tipo informal de moeda local, visto que seu armazenamento na casca pode durar até 10 anos. No estabelecimento, há uma máquina que faz a retirada da casca e, em alguns casos, faz também o polimento dos grãos, de acordo com a vontade do freguês (Figura 29).

Figura 29 – Arroz vermelho em casca, sem polimento e polido.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

As miudezas, ou seja, os fragmentos do arroz e a casca pertencem ao dono da máquina de beneficiamento, e são utilizadas para alimentação animal (caprinos e aves), ou como adubo para a própria lavoura, num processo de retroalimentação. A totalidade na utilização do arroz vermelho está associada à concepção sistêmica e integradora elaborada por Shiva (2003), ao relacionar a simbiose entre solo, água, plantas e animais domésticos nos sistemas agrícolas tradicionais.

Ao analisar as transformações na agricultura impostas pela Revolução Verde, a autora supracitada argumenta que as lavouras compostas por Variedades de Alto Rendimento (VAR), largamente utilizadas em substituição aos cultivos tradicionais, consistem, na realidade, em Variedades de Grande Receptividade (VGR), visto que são mais maleáveis à manipulação genética via insumos industriais.

Isso porque a produtividade do cultivo em VAR concentra-se em um componente da planta, no caso do arroz, o grão, desprezando o fato de que os demais componentes, como a casca e a forragem são utilizadas em sistemas tradicionais de produção para alimentação de pequenos rebanhos (SHIVA, 2003). Ao ponderar sobre o fracasso da agricultura empresarial e

a promessa da agroecologia como alternativa para a produção de alimentos ambientalmente sustentáveis e socialmente justos, a autora argumenta que:

En la agricultura ecológica los ciclos de la naturaleza se ven intensificados y diversificados para producir más y mejores alimentos empleando menos recursos. En la agricultura ecológica las plantas que se desechan sirven de alimento para los animales de la granja y para el suelo. Si nos adherimos a la Ley de la Devolución nada se desperdicia, todo se recicla⁷⁸ (SHIVA, 2016, p.25).

Desse modo, os índices de produtividade são desiguais e de difícil mensuração, visto que, na agricultura moderna, tecnificada, a produtividade tende a valorizar aspectos econômicos, e nos sistemas tradicionais de cultivo há o aproveitamento integral da planta, tal como se observou em Mucugê, com o uso da casca do arroz vermelho.

As unidades de medidas utilizadas no estabelecimento para o comércio do arroz vermelho são a saca de linhagem, de 60 kg, e o prato de 3 kg, que consiste em um recipiente de metal reaproveitado da indústria alimentícia, geralmente, utilizado para armazenar milho ou ervilha. No estabelecimento, o quilograma do arroz vermelho sem casca é comercializado por R\$ 8,50. Já nos supermercados e lojas de produtos turísticos na cidade, o preço pode atingir até R\$13,00.

Nessa região, também há o cultivo de cana-de-açúcar para a produção artesanal de rapadura e cachaça, em um sítio de produção familiar, com um alambique. Trata-se de um cultivo originário de regiões de clima quente e úmido da Ásia, que se espalhou a partir do século XVI, em todas as áreas tropicais com alta pluviosidade (JOSEPH, 2017).

A cana, cultivada no próprio sítio, nas margens do Rio de Contas, é transportada com o carro de boi para as instalações do engenho. Segundo Joseph (2017. p.2), a rapadura é um “[...] alimento saudável, sem aditivos e com componentes minerais fundamentais para a nutrição equilibrada. Além de fornecer as calorias necessárias exigidas pelo organismo, a rapadura possui vantagens competitivas em relação a outros alimentos industrializados”. Por esse motivo, configura-se em um alimento que pode ter um consumo valorizado pela sociedade.

Para além da dimensão nutricional, fisiológica e econômica, em estudo realizado, a produção de rapadura no Cariri cearense, Gonçalves (2011) assevera a relevância da produção

⁷⁸ Na agricultura ecológica, os ciclos da natureza são intensificados e diversificados para produzir mais e melhores alimentos com menos recursos. Na agricultura ecológica, as plantas descartadas servem de alimento para os animais da fazenda e para o solo. Se cumprirmos a Lei da Devolução, nada será desperdiçado, tudo será reciclado (Tradução nossa).

artesanal, ressaltando-a como referência cultural no cotidiano dos engenhos tradicionais. O autor argumenta ainda que:

A manutenção dos atuais engenhos vai muito além de apenas um desejo de continuar com a tradição: os produtores têm consciência do alto valor nutritivo do seu produto e sabem que este ainda mantém um baixo preço em relação a outros alimentos. A expectativa dos donos de engenho é que a rapadura seja uma opção na merenda escolar e que conquiste o reconhecimento e o apoio da administração pública para a viabilização da produção e comercialização do produto (GONÇALVES, 2011, p.34).

Para o autor, o acesso aos mercados institucionais, como o da alimentação escolar, pode se constituir como uma estratégia de apoio do poder público à produção da rapadura. O agricultor familiar camponês entrevistado nos relatou que, embora a sua produção no engenho seja de pequena escala, ela é motivo de orgulho para a família, e ele planeja um dia ampliar, melhorar as instalações e manter a qualidade artesanal da cachaça e rapadura ali produzidos.

Em campo, o entrevistado relatou também que, embora o sítio esteja em condições desfavoráveis, com a infraestrutura já desgastada pelo tempo, seu sonho é restaurá-lo para garantir que a produção artesanal de cachaça e rapadura produzidas pela cana de açúcar cultivada no sítio (Figura 30) permaneça para as gerações posteriores da família.

Figura 30 – Cana-de-açúcar usada como matéria- prima para a produção de rapadura e cachaça, e carro de boi usado no transporte da lavoura para o engenho.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

Os grupos familiares envolvidos na produção artesanal da cachaça em João Correia fazem parte da Cooperativa dos Produtores Associados de Cana e seus Derivados da Micro Região de Abaíra (COOPAMA). Essa organização social engloba os municípios de Abaíra, Mucugê, Piatã e Jussiape. A cachaça artesanal produzida nas comunidades rurais desses municípios ganhou projeção no mercado com a nomenclatura Cachaça de Abaíra. Em 2014, o produto obteve a certificação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para a concessão do registro de Indicação Geográfica (IG), tornando-se a primeira marca de cachaça a ter o selo de IG no Estado da Bahia. De acordo com Santana e Chelotti:

[...] as IGs buscam identificar a origem de um produto, perceber as particularidades que o mesmo possui e como essas alteram o território. Muitas das vezes o território torna-se conhecido ou marcado pelo produto ou passa a oferecer atributos singulares que formam produtos únicos, diferenciado dos demais (2021, p.122).

Os autores abordam a relação entre a IG e as relações de poder que conformam ao território, uma vez que a presença do poder político e econômico se faz presente. Segundo Santana e Chelotti, o INPI e a EMBRAPA são instituições estatais que regem as certificações, e atuam na realização de pesquisas, financiamentos, e influenciam políticas de crédito rural que interferem na dinâmica do território (2021).

Apesar da sua importância no contexto da produção e do saber-fazer pertinentes aos alimentos tradicionais, há que se considerar também o viés excludente e pouco abrangente das indicações geográficas no Brasil. Sobre esse aspecto, Cruz (2012) destaca:

[...] é importante apreender que, diante da diversidade de alimentos que são produzidos de acordo com conhecimentos e práticas que vêm sendo passadas de geração em geração, o número de produtos certificados e, mais importante, o modo como esses processos vêm ocorrendo no Brasil, não são representativos da variedade de práticas e produtos tradicionais que podem ser encontrados nas mais diversas regiões do país (CRUZ, 2012, p.56).

O processo de certificação junto aos órgãos oficiais, por vezes, é complexo, e o nível de articulação e organização dos produtores inviabiliza e/ou dificulta o registro, tanto dos produtos, quanto do saber-fazer a eles intrínsecos. Além do mais, sublinha-se que tais processos demandam recursos financeiros que podem ser incompatíveis com a realidade dos grupos familiares produtores.

Por esse motivo, Vitrolles (2011, p.1) alerta: “[...] While the aim would be to promote and preserve local history and culinary heritage, the outcome may be quite the opposite: GI

labelling may lead to standardized production methods that would cut local producers out of the loop altogether⁷⁹”.

Em face disso, é necessário refletir sobre os contextos sociais vivenciados pelos grupos familiares produtores, de modo a combater as controvérsias intrínsecas à normatização excessiva que, por vezes, constitui o processo de registro da indicação geográfica.

A sede do distrito de João Correia está situada na região de divisa entre os municípios de Mucugê e Abaíra, a 9 km da cidade de Abaíra e 55 km da cidade de Mucugê. Em Abaíra, está localizada a sede da cooperativa, que, com 30 anos de existência, agrega 144 pequenos produtores de cana na região. Desse total, 4 cooperativados pertencem ao município de Mucugê, sendo que 1 possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), visto que corresponde a uma associação de produtores da agricultura familiar camponesa.

De acordo com informações das pesquisas em campo, a sede da COOPAMA foi construída com recursos dos cooperativados e apoio de órgãos estatais, como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a extinta Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Além do apoio financeiro, tais órgãos foram imprescindíveis no processo de capacitação profissional dos cooperativados. De acordo com o estudo desenvolvido por Silva, Rezende e Silva (2018, p.245) a produção da cachaça artesanal:

[...] contribui para o desenvolvimento da região, pois a cachaça é gerada na agricultura familiar, sendo que a principal fonte de renda para algumas famílias decorre da produção da bebida e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar, como rapadura, melado e açúcar mascavo.

A produção da cooperativa é realizada por meio da compra direta no local, em estabelecimentos que revendem o produto nos municípios vizinhos, e, mais recentemente, na internet. A realização do I Festival da Cachaça de Abaíra, em 1987, promovido pela Igreja Católica, contribuiu para a valorização cultural desse produto. O evento é realizado com periodicidade de dois anos. Em 2019, aconteceu a décima sétima edição. Conforme argumentam Silva, Rezende e Silva (2018, p.260), os objetivos do evento abrangem a:

[...] divulgação, qualificação, legalização, desenvolvimento da técnica de manejo e cultivo da cana-de-açúcar, percepção acerca do aproveitamento do

⁷⁹“Embora o objetivo seja promover e preservar a história local e o patrimônio culinário, o resultado pode ser exatamente o oposto: a rotulagem de IG pode levar a métodos de produção padronizados que eliminariam completamente os produtores locais” (Tradução nossa).

subproduto (bagaço) na alimentação animal e na adubação do solo, bem como comercialização do produto nos mercados externos e internos. Ademais, o festival conta com palestras e seminários relacionados à cultura da cana-de-açúcar, apresentações musicais, festa dançante, concursos da melhor cachaça e da Rainha da Cana.

A realização desses festivais de natureza cultural, técnica e econômica visam a consolidação da cachaça artesanal como um produto diferenciado, de qualidade reconhecida e com referências identitárias para quem a produz. Cerdan (2017) analisa as indicações geográficas como uma política instrumental para a valorização dos alimentos tradicionais no Brasil. Para a autora, “[...] as políticas rurais tendem a reconhecer os recursos locais, os produtos ligados à sua origem, bem como novas estratégias de promoção dos territórios rurais” (CERDAN, 2017, p.155).

A dimensão da identidade territorial é um dos aspectos fundantes da indicação geográfica. Trata-se de um bem identitário, enraizado no território e no saber fazer culturalmente sedimentado na tradição e nas histórias de vida de quem produz, e por vezes, de quem consome.

Os alimentos, indubitavelmente, contêm histórias. Conforme argumenta Woortmann (2013, p. 6), nas “[...] mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico - ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem”. Conhecer essa dimensão peculiar do alimento permite compreender também as histórias das pessoas e dos territórios que com eles se relacionam.

Apreender essas relações de trocas, materiais e simbólicas, entre esses sujeitos sociais possibilitou um vislumbre do elo construído por eles, que, não raramente, se multiplicam entre os integrantes dessa sociabilidade presente no cotidiano ou em festividades do território. De acordo com Menezes (2021, p.4), “[...] Ao consumirem os alimentos tradicionais, é comum reportarem-se às lembranças do passado, aos momentos em que degustavam esses alimentos juntamente com os familiares, em festas rurais nos territórios em diferentes temporalidades”.

Esse elo entre alimento, identidade e território se consolida, ao passo que podem fortalecer também os circuitos curtos de produção, comercialização e consumo local, visto que existem singularidades no modo de cultivo, manejo, comercialização, preparo e consumo desses alimentos.

5.2 Comida, religiosidades e festas: territorialidades sagradas e profanas em Mucugê

Refletir sobre as significações do sagrado e do profano no contexto da alimentação, da fé e das festividades culturais permite elucidar as relações materiais e intangíveis que preenchem de conteúdos sociais os territórios de vida e trabalho das comunidades, especialmente nos contextos rurais.

Na leitura das práticas religiosas que constituem as manifestações culturais e a campesinidade em Mucugê, sublinham-se as territorialidades, compreendidas como relações (i)materiais permeadas pelo sentimento de pertencer ao território, lido também como um recorte espacial de referência identitária. Por intermédio dessas vinculações, as significações do sagrado e do profano, além de constituírem-se em sistemas e práticas definidas pela religiosidade, configurações territoriais locais. É com esse entendimento que os significados que envolvem a fé, os festejos e a alimentação estão intrinsecamente relacionados à convivialidade no território, uma vez que abrangem as práticas e cosmologias simbólicas e concretas do viver e pertencer cotidianamente a determinado coletivo e referência espacial.

Ao tratar sobre as dimensões intangíveis e invisíveis nas análises espaciais, Almeida (2013, p.45) versa por geografias marginais, que segundo a autora: “[...] aí estão sem estar – marcam nossos espaços existenciais tanto quanto as geografias visíveis e cartografáveis”. Os sentidos que atravessam o comer, o festejar e o rezar são prenhes desses conteúdos invisíveis e intangíveis. Diante desse entendimento, ao estudar as relações entre as tradições católicas e a comensalidade, no Estado de Sergipe, Menezes (2014, p.279) argumenta que:

Nas manifestações religiosas, a comida consiste em uma das representações simbólicas mais autênticas da cultura. Os delineamentos da culinária, as suas peculiaridades, estão espelhadas nas comemorações dos sergipanos, mesmo em áreas distantes do seu habitat. A observação desse traço cultural, tal como se apresentava no passado e na atualidade, proporciona uma compreensão mais ampla das festividades religiosas populares.

Em face disso, as diversas manifestações da fé são contextualizadas numa perspectiva cultural de abordagem dos sistemas religiosos. Para Geertz (1989, p.143), este é “[...] formado por um conjunto de símbolos sagrados ordenados entre si, numa ordem conhecida pelos seus adeptos”. Esse sistema não se estrutura à revelia da dimensão socioespacial, logo é pontilhado pelas referências culturais, históricas e culturais da sociedade e do território onde está inserido. Pelo viés das territorialidades, Rosendahl (1995; 2005) propõe uma perspectiva geográfica interpretativa para pensar as religiões e suas implicações territoriais. Segundo a autora:

Torna-se importante interpretar o fenômeno religioso e suas interações com o homem e o território a partir de dois focos de análise: o sagrado e o profano. Parte-se da revelação que o território é dividido em lugares do cosmo, que estão profundamente comprometidos com o domínio do sagrado e como tal, marcados por signos e significados, e em lugares do caos, que designam uma realidade não divina (ROSENDAHL, 2005, p.12929).

Ainda segundo a autora, as cosmologias que regem o território e envolvem a relação com o divino são tecidas na esfera do sagrado, e as relações humanas na esfera do profano. No que tange às manifestações culturais que envolvem tais esferas em Mucugê, sublinha-se as relações constituintes do elo estabelecido entre a fé, o alimento e a terra, e por extensão ao território, uma vez que, por vezes, os calendários litúrgicos estão associados à dinâmica das lavouras da agricultura familiar camponesa.

A comida perfila dentre as referências culturais mais evidentes no *constructo* social da identidade territorial. Quando associada às práticas religiosas, torna possível “[...] descortinar o sentido dessas comidas para a vida de homens e mulheres, identificando as relações entre eles, o espaço e os seus desdobramentos” (MENEZES, 2014, p.275), como bem afiança a autora. Tais desdobramentos envolvem significações sociais múltiplas e complexas, cujas nuances perpassam relações de confiança, sociabilidade e reciprocidade. Além disso, é capaz de promover a valorização desses momentos para além da dimensão religiosa. É quando o sagrado e o profano se mesclam e se confundem na composição de densos conteúdos socioculturais no território.

A tríade terra, alimento e fé sustenta a identidade territorial camponesa, alicerçada tanto em práticas sociais cotidianas, quanto nos eventos festivos que animam e trazem leveza à labuta diária que compõe a lida com a terra e o viver cotidiano.

Para Almeida (2011), a realização das festividades nos contextos rurais são instrumentos de “[...] consolidação das identidades coletivas. Realizando a festa, considerada tradicional, os ‘antigos’ procuram manter a tradição e, para os ‘jovens’, é uma excelente ocasião de fazer novos conhecimentos e efetuarem a integração às tradições religiosas” (ALMEIDA, 2011, p.255).

Em Mucugê, observa-se a diversidade com que as práticas religiosas se manifestam nos territórios. Sublinha-se, nesse sentido, a intrínseca relação existente entre as tradições católicas e o Jarê, religião de matriz africana que mescla elementos do candomblé com o catolicismo popular. Nas palavras de Senna (1998) e Banaggia (2013, 2017), trata-se de um candomblé de caboclo, que resiste como territorialidade em comunidades tradicionais do interior de municípios da Chapada Diamantina, tais como Mucugê, Andaraí, Lençóis e Palmeiras.

A origem do Jarê na região está associada à presença dos povos de origem africana que foram escravizados no processo de colonização do Brasil. De acordo com Senna (1973), essa prática religiosa teve início na região com as crenças e rituais realizados por mulheres negras, escravizadas e ex-escravizadas, conhecidas como nagôs. Elas tinham conhecimento sobre processos de cura e fé nos encantados da natureza. O Jarê resguarda uma relação de profundidade com o ambiente onde é praticado. Seus integrantes possuem e transmitem saberes sobre raízes e plantas medicinais, dinâmica do clima e da terra, além da relação de respeito e reverência com as entidades. Os rituais litúrgicos do Jarê situam-se no contexto do sincretismo religioso, que mescla vertentes do candomblé e do catolicismo. De acordo com Senna (1984):

Os que vieram do Recôncavo baiano traziam o candomblé de orixás (gege, keto, nagô, santo, angola) já com os caboclos indígenas incorporados à sua cosmogonia e ao seu ritual. Os que chegaram de Minas, além dos orixás, traziam elementos de umbanda. Os que vieram do São Francisco chegaram com atitudes, pensamentos e valores do catolicismo rural (SENNA, 1984, p.71).

O Jarê envolve festas, também conhecidas como brincadeiras, em que os devotos e praticantes comem, cantam, dançam, batucam e rezam em comunhão. Nessas celebrações, os encantados podem se manifestar nos corpos dos praticantes. De acordo com Banaggia: “Ao longo de cada celebração, pessoas sensíveis à ação das entidades costumam chegar a receber até uma dezena delas por noite, no total, podendo haver, nas casas com maior número de fiéis, até perto de uma centena de incorporações distintas numa única festa” (BANAGGIA, 2017, p. 4).

Essa prática religiosa ganhou certa notoriedade no Brasil com a recente publicação do romance **Torto Arado**, de autoria do geógrafo Itamar Vieira Junior (2018). Além de abordar a prática e os significados do Jarê, esse romance apresenta, em profundidade, os sentidos, contradições e afetos que atravessam a saga de comunidades rurais e sua relação com a terra e o latifúndio predominante na Chapada Diamantina, que foi retratado na segunda seção desta tese, no município de Mucugê. Nas palavras do autor, trata-se de desvelar os retratos de um Brasil profundo, em que a realidade e o imaginário se mesclam ao enredar histórias de vida e exploração do trabalho na terra.

Os curadores, rituais, práticas e referências litúrgicas são retratados no romance de Vieira Junior (2018), ora quando o Jarê era brincado como um evento de lazer para a comunidade, ora quando se apresentava como única alternativa de cura para males não explicáveis nem solucionáveis pela medicina convencional. Sobre isso, o autor afiança: “[...]”

vivência nessa prática religiosa, a entrevistada, moradora da comunidade quilombola, partilhou a seguinte narrativa:

Os caboclos brincam e fazem culto aos orixás e reúnem pessoas à procura de benção, cura e outros que frequentam para apreciar [...]. Cresci junto com pessoas que frequentavam o terreiro de candomblé de uma mãe de santo da comunidade vizinha. Chamava Maria Baiana. Todos os sábados tinham o batuque de Maria Baiana, assim que era chamado. Meus pais não frequentavam o terreiro, mas sempre recorria quando precisava, e também nunca proibiu os filhos de frequentar. Eu ia junto com minhas irmãs, amigas e uma senhora aqui da comunidade, a qual minha família tinha muita confiança e estimação. Lá apreciava a abertura da prática. Oração, cânticos, dança dos caboclos, benzimentos e também trabalhos para afastar maus espíritos. Além dos festejos a São Cosme e Damião, que acontecia em 27 de setembro. Na época da semana Santa, o terreiro era fechado, não havia culto aos orixás. Só voltava a funcionar depois do sábado de aleluia. Aprendi muito durante o tempo que frequentava. Mas com muito respeito, pois presenciei cenas que precisamos ser forte para não ter medo (Informação verbal⁸⁰).

O sentimento de gratidão, a busca pela cura e o receio dos castigos dos encantados são os alicerces da fé no Jarê. A crença no poder das entidades movimentava a comunidade na realização do samba, que acontecia semanalmente na casa de Maria Baiana, liderança religiosa local que promovia o evento litúrgico em sua residência, no Tijunco, comunidade vizinha a Barriguda, pertencente ao município de Palmeiras. Anualmente, ocorre a liturgia na comunidade Barriguda, com os festejos e banquetes em homenagem a São Cosme e São Damião, comemorados anualmente, no dia 27 de setembro.

Nos últimos anos, para viabilizar uma maior participação das pessoas da comunidade e entorno, por se tratar de um feriado nacional, a celebração passou a ser realizada no dia 12 de outubro, data em que, na Igreja Católica, é comemorado o dia de Nossa Senhora Aparecida. Junto aos rituais religiosos, a comida está presente, com alimentos tradicionais vinculados aos Santos Cosme e Damião, mas outros, inseridos nas refeições, como os bolos, doces e guloseimas para as crianças e adultos. A realização desses festejos demonstra os laços de solidariedade presentes nas relações comunitárias, uma vez que os alimentos e a força de trabalho empregada no preparo são doadas pelas pessoas do lugar. Sobre esse aspecto, uma entrevistada relata:

[...] Quando começamos a organizar, as vezes, ficamos receosas, pensando.... Será que vai ter comida para o povo todo? Mas, nos dias antes da festa, começam a chegar as doações: galinhas, bananas, quiabo, macaxeira, farinha

⁸⁰Entrevista realizada em janeiro de 2021.

de trigo, balas, coco, arroz, feijão, farinha...e, no dia, muitas mulheres chegam para ajudar a fazer a comida e participar dos rituais (Informação verbal⁸¹).

A comida, a fé, a solidariedade e o trabalho coletivo configuram-se como pilares da sociabilidade e da manutenção das tradições locais. No almoço, toda a comunidade é convidada, como afirma a devota: “É muita comida, com fartura. Começamos a preparar e cortar as bananas e os quiabos, as coisas dois dias antes. Ninguém sai daqui sem almoçar e ficar satisfeito. Depois do almoço tem a mesa do bolo e dos doces que a gente faz” (Informação verbal⁸²). Entre comidas e batuques são realizados cantorias, sambas e rezas que animam e mesclam fé e festividade. A indumentária característica é marcada por cores vivas, estampas floridas e saias brancas. As fotografias apresentadas na Figura 32 ilustram a realização do evento.

Figura 32 - Comidas e festejos do Jarê na Comunidade Barriguda, Mucugê, 2021.



Fonte: Fotografias gentilmente cedidas por Dona Valdite, Comunidade Barriguda, 2021.
Org: Débora Oliveira, 2021.

As primeiras fotografias da sequência apresentada (A, B e C) ilustram o batuque nos atabaques e tambores e as rodas de sambas. As posteriores ilustram a mesa do bolo em homenagem aos santos gêmeos (D), além de registros das feitura dos bolos e do almoço. Dentre os praticantes do Jarê, avolumam-se histórias de superação de males físicos e espirituais que foram conquistadas por meio dos trabalhos religiosos e das manifestações da fé. Nas palavras de uma entrevistada:

⁸¹ Entrevista realizada em setembro de 2021.

⁸² Entrevista realizada em janeiro de 2021.

Eu fiquei festejando por conta dos gêmeos, aí um menino adoeceu, com dois meses de vida, e eu fiz uma promessa para Cosme e Damião. Ele foi desenganado pelos médicos. O médico falou que não tinha jeito, não, que eu não levasse mais, não. Aí eu fiz a promessa para Cosme e Damião, e graças a Deus, hoje ele tá aí, né? Já é pai de quatro filhos. E eu fiquei festejando. Tinha uma mulher no Frio, eu levei ele lá. Tu precisava de ver, era miudinho. Eu creio que era destino mesmo, eu tinha que fazer essa promessa, porque depois que eu fiz, ele sarou. Ela era benzedeira. Eu levei ele lá, cheguei chorando, aí ela jogou os búzios e falou: olha, pode plantar mandioca para dar farinha ele para comer. Eu vejo que ele não vai morrer, não. Pelo menos, disso aí, ele não morre, não. Aquilo, pra mim, foi milagre, eu já saí de lá feliz. Era tudo que eu precisava ouvir, e foi verdade. Hoje ela não tá mais aqui para contar a história (Informação verbal⁸³).

A promessa é o meio de inicialização mais comum do devoto no Jarê. A dinâmica de ingresso acontece quando, no momento de extrema dificuldade, geralmente questões de saúde, o/a devoto/a pede a Cosme e Damião alguma graça ou livramento. A contrapartida é o oferecimento dos carurus todos os anos. É de conhecimento, nas comunidades do Jarê, a compreensão de que há aqueles males que podem ser curados pela medicina convencional, e males que são da alçada dos encantados, dos mestres religiosos que têm poderes para a cura. Além das questões relacionadas ao processo de cura, há uma dimensão festiva do Jarê: o samba cantado em batuques e vozes e a celebração da fartura de comidas, servidas de forma respeitosa e ritualizada.

Almeida (2011) considera a relação entre as festividades e os ritos religiosos um componente fundamental da identidade territorial camponesa. Em Mucugê, tal aspecto se confirma tanto nas liturgias do Jarê, quanto nas tradições católicas. Embora sejam vertentes religiosas distintas, não se percebem conflitos latentes entre os devotos. Todavia, ainda persistem entre alguns sujeitos das comunidades estigmas religiosos negativos atrelados às religiões de matrizes africanas. Nas conversas e experiências em campo, percebeu-se que, para que as entrevistadas devotas do Jarê se sentissem à vontade para partilhar suas vivências, era importante que compartilhássemos nossas percepções sobre esses ritos, inclusive, com relatos e memórias de experiências.

Nas comunidades rurais de Mucugê, não raramente, os mesmos participantes devotos dos ritos católicos, participavam também das tradições do Jarê. Em face disso, observou-se que, para além da dimensão religiosa ali presente, a dimensão da celebração coletiva é um aspecto que une os sujeitos sociais na comunidade, tal como se observa no fragmento da narrativa de

⁸³ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

uma entrevistada: “A Festa de Santo Antônio acontece de primeiro a treze de junho. Todo mundo se envolve, porque é o padroeiro da comunidade. Tem as rezas e depois a festa dançante⁸⁴”.

Esse envolvimento para a realização da festa ocorre por meio dos preparativos que a antecedem, com a organização e limpeza dos espaços da festa e da preparação das comidas e bebidas consumidas na celebração. Isso permite a reflexão sobre a relevância que tem para a sociabilidade local. Embora tenha sua origem num aspecto religioso, as comemorações e ritos culturais acerca do padroeiro dessa comunidade ultrapassam a esfera do sagrado, adquirindo também dimensões profanas, marcadamente, pelo consumo de bebidas alcoólicas, alimentos em fartura, além das danças e apresentações musicais. Ao refletir sobre os significados desses ritos, Brandão (2009) considera que, na festa, lida como oposição ao trabalho,

[...] mulheres e homens reúnem-se em algum lugar sagrado ou profano para, juntos, conviverem entre gestos, palavras e objetos carregados com a leveza e a força dos símbolos, a fé, a alegria, o conagração, a homenagem, a data festiva de uma pessoa, de uma família, de uma parentela, de um clã, de uma tribo, de uma aldeia, de uma comunidade, de uma nação (BRANDÃO, 2009, p.39).

Nos contextos rurais, sobretudo, aqueles demarcados pela campesinidade, as festas configuram-se em um exemplo de trabalho ritualizado. Aquele feito com gosto, alegria, coletividade e vontade, protagonizado por sujeitos sociais do território. Conformam um tempo-espaço de saber, de partilha, de (re)encontro entre o velho e o novo.

Todavia, não é sempre que esse encontro se edifica: com o passar do tempo e as transformações, especialmente nas mentalidades dos sujeitos sociais, estabelecem-se lacunas na permanência das tradições festivas. O desconhecimento de alguns jovens do campo em relação à Folia de Reis evidencia esse processo. Quando convidada a refletir sobre a cultura e as festas locais, uma entrevistada relata com tristeza: “[...] No São João ainda tem uma fogueirinha, mas o Reis acabou. Lembro que meu pai era reiseiro, dos bons! Mas meus filhos nunca participaram, nem sequer viram como é a folia⁸⁵”. Em conversa com outro entrevistado, foi narrada uma situação semelhante: “Na comunidade tinha o Reis, mas isso era antigamente, agora parou. Era os antigos que fazia o Reis, mas esse povo morreu tudo, ficou os novo agora, mas os novo não mexe com isso não. Eles nem sabem pra onde vai o Reis⁸⁶”.

⁸⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

⁸⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

⁸⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2021.

Essa crescente perda de referenciais simbólicos-identitários pode ser lida como um rebatimento das subjetividades intrínsecas à modernidade líquida (BAUMAN, 2000), intensamente internalizada no modo de vida, no comportamento e na perspectiva de mundo e existência dos sujeitos sociais. Sublinha-se ainda que tal panorama não é homogêneo em todas as comunidades do município, visto que há comunidades em que os festejos e tradições religiosas ainda fazem parte da dinâmica do território.

De acordo com Aragão (2015, p.167), “[...] a dinâmica territorial religiosa produzida pelo homem é vista para além do espaço físico e natural. Traz no seu bojo o simbolismo e o espírito de solidariedade”. É quando o território passa a ser partilhado pela comunidade e/ou pessoas envolvidas como o lugar da emoção, do rito e do sagrado, que não raramente, mescla-se ao profano. Na cidade, a comemoração da Folia de Reis é incentivada pelo poder público municipal, e consiste num evento cultural para moradores e visitantes, tal como se observa na Figura 33:

Figura 33 - Festejos da Folia de Reis em Mucugê, 2018.



Fonte: Gentilmente cedido por Roberto Gomes, durante pesquisa de campo em 2019.
Org: Débora Oliveira, 2021.

O colorido das indumentárias, da alegria e da tradição fazem parte da realização dos festejos da Folia de Reis em Mucugê. Para Rosendhal (1995), os festejos e adorações em torno desses objetos revelam os conteúdos simbólicos intrínsecos à dimensão sagrada que contêm. Em desfiles, danças e cantorias pelas ruas da cidade, a festa é realizada anualmente, no mês de janeiro, e se realiza como uma expressão da cultura. Ainda que as espacialidades urbanas e rurais se mesquem no contexto dos pequenos municípios interioranos do Brasil, percebe-se uma diversidade nas significações desse festejo, visto que, quando realizado na cidade, torna-se

também um atrativo turístico, e, por essa razão, conta com algum suporte dos órgãos públicos vinculados à cultura no âmbito municipal.

No campo, quando realizadas pelas comunidades rurais, as festividades vinculadas à Folia de Reis são manifestações culturais da fé, presente nas tradições de algumas comunidades ou grupos familiares. Menezes (2014) analisou as relações estabelecidas entre a dimensão sociocultural da alimentação e as festividades religiosas. A autora afirma que:

No Brasil, desde o período colonial, as festividades religiosas católicas foram consideradas os acontecimentos respeitáveis. Aguardava-se durante todo o ano, para comemorar o dia do padroeiro(a); em outros lugares, as festividades do ciclo natalino ou do junino, além das romarias que atraíam um grande número de fiéis aos espaços públicos modificando o cotidiano dos espaços urbanos (MENEZES, 2014, p.278).

Além da manifestação religiosa em si, a realização dos festejos oportuniza os encontros e as trocas simbólicas sociais, compreendidos como momentos de alegria, de externalizar as dificuldades nos percursos e, sobretudo, de celebração. Em conversa, uma entrevistada relatou que celebrava anualmente a Folia de Reis em sua casa, em Guiné, por causa de uma promessa, fruto de sua devoção aos Santos Reis:

Participava sim, era muita gente, se tu vê, era uma festa. Chamava mais mulher para cozinhar, que a gente não dava conta. Era tão gostoso. Era minha promessa, sabe. Mas hoje não faço mais. O último que fiz, mamãe participou. Tem uns três anos que parei de fazer, depois que ela faleceu em dezembro, bem perto da época, aí não quis mais. Depois veio a pandemia também né? (Informação verbal⁸⁷).

A fé se torna, nesse contexto, um elemento motivador das manifestações culturais religiosas. A devoção dessa senhora a movia, junto com a comunidade, em torno da realização da festa em sua casa. Ela confidencia ainda que: “Primeiro, tinha as rezas, depois a gente podia fazer a folia. Era dança, comida boa e bebida à vontade. Tinha sempre um tira gosto, uma farofa e o de beber também, uma batida, temperada, branquinha” (Informação verbal⁸⁸). O luto pela perda da mãe em um dezembro, poucas semanas antes do dia do festejo, em 6 de janeiro, desmotivou a continuidade da festa.

Não é factível que os sujeitos e/ou coletivos sociais sejam indiferentes ao espaço-tempo onde existem. As referências culturais, sejam elas de origem tradicional, profana ou religiosa,

⁸⁷ Entrevista realizada remotamente, em abril de 2021.

⁸⁸ Entrevista realizada remotamente, em abril de 2021.

ajudam a moldar a identidade territorial de uma sociedade, em meio a simbolismos, subjetividades e concreções. Segundo Di Méo (1996), no território, os usos, costumes, modos de vida são constantes e se repetem ao longo do tempo e compõem o espaço vivido. Em momentos de festa, o consumo de alimentos e bebidas assume contornos ritualísticos e emblemáticos da cultura local. É o alimento que tece o elo entre o território, a terra e a festa: a mesa farta presente nos festejos é sinal de fartura, de boa colheita, nas comunidades rurais de Mucugê.

Como exemplo, tem-se a tradição do plantio de milho em 19 de março, dia de São José, para posterior colheita em junho, nos festejos de São João, Santo Antônio e São Pedro. Esse vínculo entre a religiosidade católica e o consumo de comidas típicas derivadas do milho está relacionada também às discussões desenvolvidas por Montanari (2008), quando evidencia o elo entre comida e calendário. Acrescentam-se perspectivas físico-geográficas, pois, como apregoa a sabedoria popular nordestina, chuva em dia de São José é sinônimo de fartura nas festas juninas.

Para Heredia (2013, p. 20), “[...] Uma das comemorações mais respeitadas pelo grupo é a festa de São João, também denominada ‘festa do milho’, porque marca o início da colheita do milho, e para a qual se preparam comidas com base nesse vegetal”. A autora afirma que, nesse evento festivo, as relações de sociabilidade entre os integrantes da comunidade são solidificadas em laços de compadrio.

5.3 Territorialidades de esperança: práticas e perspectivas de futuros possíveis

O verbo esperar, neologismo tomado de empréstimo de Freire (2014[1992],) versa sobre a construção de futuros possíveis para o bem viver na sociedade. Trata-se de movimentar-se e buscar, coletivamente, caminhos para compor uma realidade pautada em justiça social, com acesso à terra mais equitativo, meio ambiente equilibrado e alimentação de qualidade para todas as pessoas. Pensar em territorialidades de esperança significa, nesse contexto, analisar de que maneira as estratégias que envolvem o elo com o território e os saberes e fazeres nele sedimentado podem contribuir nessa direção.

Ainda pensando de acordo com as premissas de Freire (2014[1992]), salienta-se que esperar distingue-se substancialmente de esperar. Isso porque as questões e mazelas que afligem a sociedade são urgentes. Compreende-se que esperar é ficar estancado, paralisado, enquanto esperar é movimentar-se e agir em prol de um propósito. Com esse entendimento,

busca-se, nesse tópico, vislumbrar as territorialidades de esperança construídas pelos distintos sujeitos e segmentos sociais nos contextos rurais e urbanos de Mucugê.

Em face disso, reitera-se a pertinência e o caráter fundamental da agricultura familiar camponesa que persiste nas fissuras do agrohídronegócio predominante nesse território. Apesar das contradições ali existentes e das condições extremamente desiguais de acesso à terra e à logística de produção e comercialização desfavorável, se comparadas ao agronegócio, a agricultura familiar camponesa segue com protagonismo na produção de alimentos de qualidade a preços justos e acessíveis.

Embora sejam reconhecidas as amplas limitações do segmento acadêmico no enfrentamento às mazelas sociais criadas e reproduzidas pelas contradições do sistema capitalista, especialmente no âmbito da alimentação, considera-se que, em articulação com as comunidades protagonistas, a academia pode contribuir no sentido de promover alguma visibilidade para as iniciativas de enfrentamento e alternativas à hegemonia dos impérios alimentares que visam exclusivamente o lucro e o crescimento econômico.

Assim, embora ciente da complexidade dessa conjuntura, busca-se afastar de concepções fatalistas e imobilizantes que convergem à inexorabilidade do futuro. Para Freire (2015), a concepção histórico-crítica de leitura da realidade deve apoiar-se na “[...] superação desta percepção fatalista por outra, crítica, capaz de divisar mais além destas situações, o que chamamos de ‘inédito viável’” (FREIRE, 2015, p. 50).

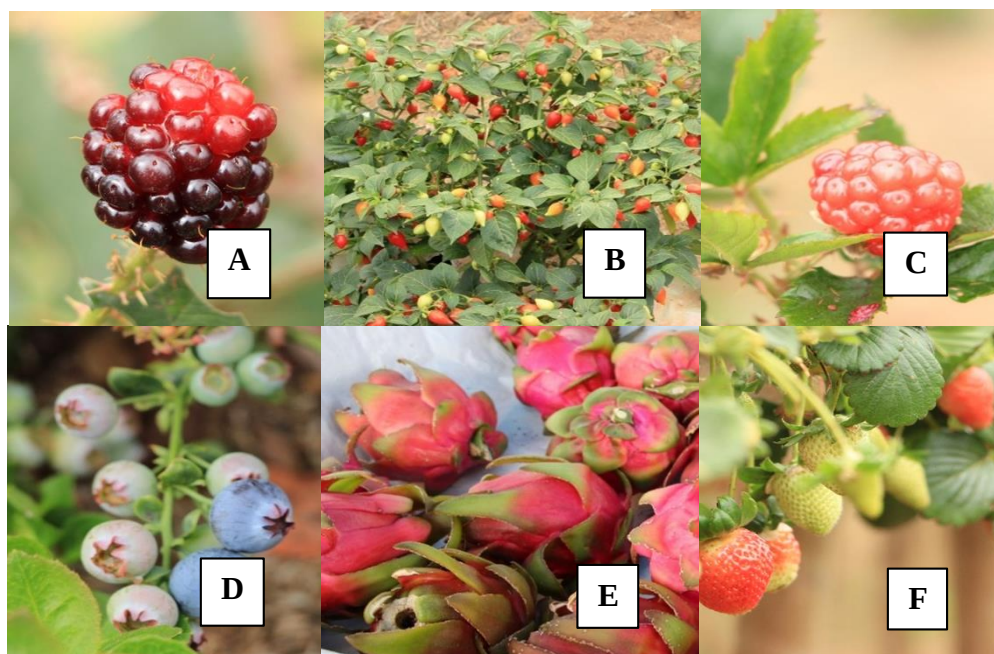
Desse modo, apresentam-se iniciativas exitosas em Mucugê, aqui entendidas como territorialidades de esperança, por constituírem-se como alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento e reprodução das relações capitalistas no campo, calcado regionalmente no agrohídronegócio.

Em face desse panorama, parte-se do princípio de que a agroecologia tem se constituído como um caminho alternativo e necessário na produção de alimentos na contemporaneidade. Contrapondo-se ao atual cenário político brasileiro, em que se observa o estímulo do uso de defensivos e agrotóxicos com a anuência do Estado, as iniciativas pertinentes à produção agroecológica de alimentos configura-se como um movimento contra- hegemônico aos ditames mercadológicos que regem a produção de alimentos em larga escala, concebendo-os exclusivamente como mercadorias, tal como reza as balizas da revolução verde (SHIVA, 2016).

Em Mucugê, a produção agroecológica de frutas vermelhas (Figura 34) tem se desenvolvido nos sítios da agricultura familiar camponesa, e, em alguns casos, além da geração de renda por meio da comercialização das frutas, há também a visita aos pomares em alguns sítios. Trata-se da construção de um turismo de experiência agroecológica que tem se mostrado

como uma potencialidade viável nas comunidades rurais. Além disso, a diversificação dos cultivos em pequenas lavouras, que chama atenção dos visitantes, é um saber-fazer agroecológico que previne o ataque de insetos e plantas espontâneas⁸⁹ indesejadas que podem reduzir a produtividade do cultivo.

Figura 34 – Frutas vermelhas produzidas no sítio agroecológico.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os cultivos de amora (A), pimenta biquinho (B), framboesa (C), mirtilo (D), pitaya (E) e morango (F) são inovações nos sítios da agricultura familiar camponesa em Mucugê. A pitaya, a pimenta biquinho e o morango são mais populares, já a amora, a framboesa e o mirtilo são encontrados em poucos sítios no município. Essas últimas, são consideradas exóticas na realidade local, o que atribui a elas uma maior valorização, sobretudo por serem produzidas de forma agroecológica, livre de agrotóxicos, como mostra a Figura 35.

⁸⁹ Segundo os princípios agroecologistas, a nomenclatura ervas daninhas é equivocada, visto que a natureza funciona em equilíbrio sistêmico e todos os vegetais que nascem espontaneamente no solo fazem parte desse sistema.

Figura 35 - Estrutura para cultivo de morangos da agricultura familiar camponesa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A visita ao sítio agroecológico e a experiência de conversar diretamente com o agricultor, de colher a fruta e comer sem nenhum receio, pode ser compreendida como uma territorialidade de esperança por ser uma alternativa a mais para a geração de renda local. De acordo com os estudos realizados por Tonacca, Claus e Gruebler (2017), essas experiências de turismo alimentar são consolidadas em outras realidades, sobretudo nos países de capitalismo central. Todavia, os autores sublinham que tais experiências tem ganhado relevo nos contextos da América Latina, visto que a

[...] busca por novas experiências de consumo, baseadas no resgate e na promoção das tradições e dos sabores. Diferentemente dos exemplos anteriores, o desenvolvimento e êxito dessas iniciativas sustentam-se nos atributos diferenciadores dos produtos e, dessa forma, é a demanda que desempenha um papel muito importante; acima de tudo, a profundidade ou diversidade da cultura culinária, associada ao conhecimento que os consumidores possuem sobre alimentos e ingredientes tradicionais e sobre os pontos de venda ou canais de comercialização para acessá-los (TONACCA; CLAUS; GRÜEBLER, 2017, p.312).

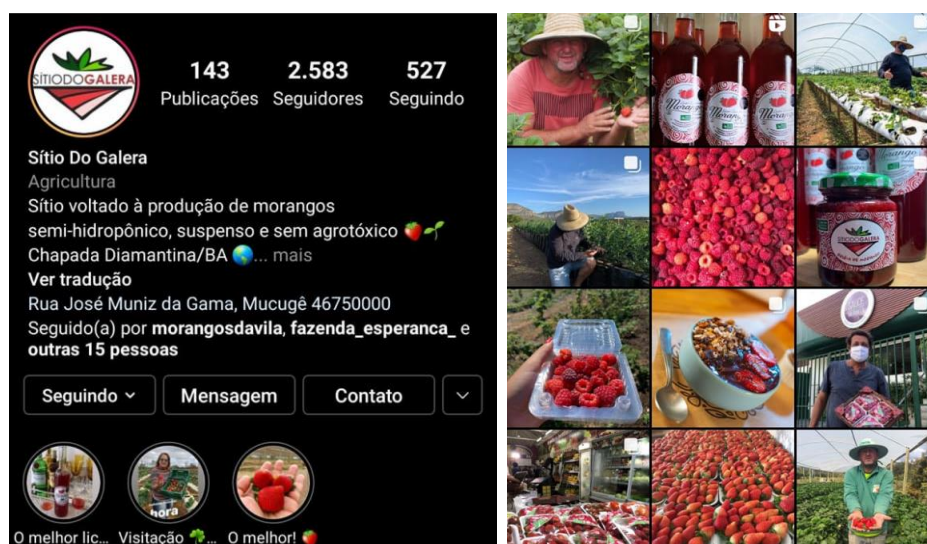
A recepção de visitantes nos sítios produtores de frutas vermelhas configura-se em uma oportunidade de geração de renda para os grupos familiares locais. Observa-se, que na realidade empírica em estudo, há agricultores familiares camponeses mais, outros menos, aptos a essa prática. Todavia, salienta-se a relevância da iniciativa, uma vez que mostra que é uma territorialidade possível que deve ser apoiada pelo Estado.

Nierdele et al (2021) aborda os desafios que permeiam a inclusão produtiva de iniciativas da agricultura familiar camponesa nos mercados alimentares digitais. Para tanto, os autores em questão pontuam que esses podem ser definidos como “[...] plataformas virtuais nas quais são ofertados e/ou demandados alimentos, mesmo que a finalização da transação (entrega/pagamento) ocorra por outros meios, virtuais ou físicos” (NIERDELE et al, 2021, p. 39).

Um aspecto interessante dessas iniciativas é o uso das redes sociais, como o *Instagram* (Figura 36), para a divulgação das frutas e das visitas no sítio, que, além de receber turistas, acolhe também estudantes para a construção de um turismo pedagógico. A taxa de visitação é 10 reais, e o visitante pode colher e comer as frutas para degustar à vontade.

Além da lojinha no sítio, os alimentos ali produzidos podem ser adquiridos na residência da família, no centro de Mucugê. Em entrevista, o agricultor familiar camponês relata: “Nosso carro chefe mesmo é o morango, é uma fruta muito boa para o pequeno. Sabendo cuidar dela, tem colheita até três vezes na semana. As outras frutas vermelhas é mais para ter novidade mesmo. O povo que vem aqui visitar gosta de conhecer e provar” (Informação verbal⁹⁰).

Figura 36 – Página na rede social Instagram para divulgação do sítio.



Fonte: Reprodução, Instagram Sítio Galera, 2021.

O uso das tecnologias sociais para divulgação é favorecido pela participação da filha adolescente na produção, que, segundo a família relatou, tem mais facilidade com o uso da internet. De acordo com os estudos realizados por Cunha e Schneider (2020, p.364), “[...] as

⁹⁰ Entrevista realizada em dezembro de 2019.

ferramentas tecnológicas como a *internet*, as redes sociais (*Facebook*, *Instagram*), o *WhatsApp* e *sites* de comercialização auxiliaram na inclusão dos agricultores familiares aos mercados”. Ainda que, em linhas gerais, os interesses que controlam os algoritmos dessas redes sociotécnicas não sejam favoráveis no apoio aos conteúdos produzidos pelos sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa, a presença colabora com a divulgação e o conhecimento do produto, sobretudo nas escalas locais, mas com possibilidade de ampliação para as maiores, com o alcance de um número maior de pessoas, potenciais fregueses.

O empreendimento das frutas vermelhas aqui ilustrado tem dimensão familiar, com poucas contratações esporádicas nos períodos de maior fluxo. Além dos cuidados nas lavouras, o trabalho no sítio consiste na colheita, transporte e embalagem das frutas. Além de serem comercializadas para consumo *in natura*, há também aquelas frutas que são congeladas para serem usadas em receitas. O morango é a fruta com maior produtividade, dele deriva o licor, geleia e o *catchup* (Figura 37), também comercializado no sítio e na cidade.

Figura 37 – Produtos derivados do morango, produzidos artesanalmente.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A produção de alimentos agroecológicos está fundamentada na produção de alimentos limpos, orientados por princípios regidos pela sintonia entre sociedade e natureza. Essa é uma realidade presente em diversas áreas rurais do país, em ascensão, diante da demanda dos consumidores que alicerçam a produção desses alimentos. Consumir alimentos agroecológicos está vinculado à busca de qualidade de vida, valorização da agricultura familiar/camponesa e a defesa do meio ambiente.

No debate sobre a qualidade dos alimentos produzidos no campo, Cruz (2012) reitera a dimensão simbólica intrínseca ao meio rural e a produção de alimentos, que passam a ser

legitimados por meio de representação do campo como local de liberdade, segurança e saúde, de pertencimento e enraizamento, valores antagônicos à lógica predatória de acumulação e produção que rege o agronegócio.

O cultivo de frutas vermelhas em Mucugê é considerado uma alternativa promissora para os agricultores locais, uma vez que permite diversificar sua base produtiva e, com a elaboração dos derivados, proporciona a agregação de valor e aumento na renda familiar.

Os homens e as mulheres da agricultura familiar camponesa persistem na terra e no seu modo de vida, e, nesse processo, elaboram territorialidades, lidas com estratégias de permanência e reprodução social, em um esforço de valorização da produção e fortalecimento das redes de sociabilidade informal, pautadas no comércio e no consumo de alimentos tradicionais. Exemplo disso é a produção, comercialização e o consumo do doce de marmelo (Figura 38), produzido artesanalmente por mulheres do Paiol, na zona rural do município. O trabalho na lavoura é realizado de forma familiar, do preparo da terra à colheita, além da feitura e comercialização do doce:

Figura 38 - Lavoura, fruto e doce de marmelo produzido artesanalmente no Paiol.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Em uma lógica adversa àquela imposta pelo agrohidronegócio, pautada nos monocultivos, latifúndios e exploração do trabalho, persistem territorialidades e saberes resilientes da agricultura familiar camponesa. Trata-se de territórios residuais em que predomina a agrobiodiversidade, conforme discute Carvalho (2013).

Observou-se, também, em campo, a existência das barracas da agricultura familiar camponesa que produzem de acordo com os princípios da agroecologia e comercializam seus produtos na feira semanal da cidade (Figura 39). A feira cumpre, nesse contexto, a função de levar o alimento produzido na roça e nas lavouras da agricultura familiar camponesa para a mesa das comunidades do campo e da cidade, além de gerar renda para as famílias.

Figura 39 – Barraca de produtos agroecológicos na feira de Mucugê.



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Na análise da feira como referência para construção da identidade e negociações no contexto da agricultura familiar camponesa, Vasile e Cruz (2021, p.217) argumentam que, nesse espaço, perfilam “[...] visões, narrativas e modos de conhecimento particulares que são cultivados em relação à comida local, segurança alimentar e justiça social”. As autoras consideram ainda que a feira se configura num lugar para a prática social e política coletiva, além das ações de fortalecimento onde a “[...] identidade, capacitação mútua e negociação política são praticados” (VASILE; CRUZ, 2021, p.21).

Embora tenham se debruçado sobre a realidade do sul do Brasil, tais acepções trazem luz à leitura da feira realizada em Mucugê. A crescente presença dos agricultores familiares camponeses que produzem de forma agroecológica em seus sítios consiste em territorialidades de esperança, visto que permitem aos consumidores urbanos e rurais o acesso ao alimento de qualidade à preço justo. Ao partilhar sobre sua experiência com a agroecologia, um agricultor feirante afirma:

Eu planto morango, banana e todo tipo de hortaliça irrigada no meu sítio de 1,5 ha [...]. Planto o morango particular, porque assim você tem a liberdade de trabalhar com ele sem agrotóxico. Vou te dar um exemplo. Esse morango meu foi embalado quarta-feira à tarde, olha como é que ela tá. Se eu tivesse aplicado qualquer produto agressivo aqui, era no máximo um dia, porque o insufilme vai abafar ele e apodrece. Toda vez que você for comprar um alimento fresco embalado, observa isso. Hoje é muito fácil detectar se tem um produto, se é, ou não é, livre de agrotóxico. Eu comecei a plantar pela empresa, mas eu sabia que não era bom. Eu queria mesmo era ter um alimento diferenciado, porque hoje você tem que plantar e pensar primeiro em você, porque você também vai comer e depois passar para as pessoas (Informação verbal⁹¹).

⁹¹ Entrevista realizada em setembro de 2021.

A sabedoria expressa nos dizeres desse sujeito social tem origem na sua vivência e no trabalho cotidiano na terra, nos ciclos de plantar e colher o alimento. Ainda pelas andanças na feira, nos deparamos com os ensinamentos de uma frequentadora do lugar sobre o aproveitamento da banana verde para tratamento de problemas de saúde. Viver a feira é, sabidamente, um exercício contínuo de aprendizagem. Em conversa com a entrevistada, ela nos relatou que:

Eu compro dessa banana verde aqui para fazer biomassa. Cozinho ela inteira, com o talo, por cinco minutos na panela de pressão, com casca e tudo. Aí abro ela, depois de cozida ela racha, rapo a massa, bato no liquidificador com um pouquinho de água mineral e boto no potinho, vou consumindo. Duas colheres de manhã, duas à noite. Ela é bom para colesterol, para diabete, para tudo. Meu irmão estava com gordura no fígado, e quando ele foi fazer o ultrassom, já tinha sarado, não apareceu nada (Informação verbal⁹²).

Na feira, acontece o encontro entre os saberes e fazeres ancestrais com as novas estratégias de aproveitamento e otimização dos alimentos. O testemunho dessa mulher sobre o bem estar produzido pelo consumo desse alimento à saúde dela e da família legitima cada vez mais a relevância da disponibilidade das frutas, hortaliças e verduras a preços justos e acessíveis para a comunidade. Um aspecto curioso é que os preços dos alimentos agroecológicos e dos convencionais, na feira, não se diferenciam muito. A banana verde, utilizada na receita, por exemplo, custava R\$3,00 a dúzia, tal como nas demais barracas convencionais. É também por esse motivo, que, como relata o feirante, o pessoal que frequenta a feira para comprar, sabe que os alimentos agroecológicos são os primeiros a serem vendidos, por isso devem chegar mais cedo para garantir a disponibilidade.

Com o propósito de reunir agricultores agroecológicos e promover a economia solidária no município de Mucugê, o Centro Público de Economia Solidária (CESOL), setor Chapada Diamantina, realizou, em parceria com as Secretarias Municipais de Agricultura, Turismo e Cultura com a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE) e a Cooperação para a Educação e o Trabalho Coletivo (CTEC), a I Feira da Economia Solidária, Agroecologia e Artesanato de Mucugê (Figura 40). Além da programação cultural com realização do sarau, apresentação da Orquestra Filarmônica 23 de Dezembro e a apresentação do Reisado, da comunidade Barriguda, o evento teve como objetivo o incentivo a

⁹² Entrevista realizada em setembro de 2021.

formação com empreendedorismo, comercialização de artesanatos e alimentos agroecológicos e informações sobre programas de acesso ao crédito, como o Agroamigo e Credbahia.

Figura 40 – I Feira da Economia Solidária, Agroecologia e Artesanato de Mucugê.



Fonte: Fotografias gentilmente cedidas por Meirilane Maia e Espedito Lima.

A realização de eventos dessa natureza configura-se num indicativo de como o incentivo e apoio de órgãos públicos é fundamental na estruturação e no fortalecimento do comércio justo e socialmente referenciado dos bens produzidos no contexto das comunidades. Ressalta-se, nesse sentido, a contribuição do CESOL em iniciativas de empreendimentos de mulheres quilombolas na comunidade Barriguda.

No âmbito dos alimentos tradicionais, destaca-se o trabalho Biscoitos Marias da Serra (Figura 41). No que tange ao artesanato, em campo, foi possível conhecer a costura criativa da “SMJ Artes”. De acordo com as entrevistadas, o CESOL apoiou com treinamentos e com a criação da logomarca dos empreendimentos e no processo de capacitação técnica das pessoas envolvidas.

Figura 41– Biscoitos Marias da Serra e Bonecas SMJ Artes.



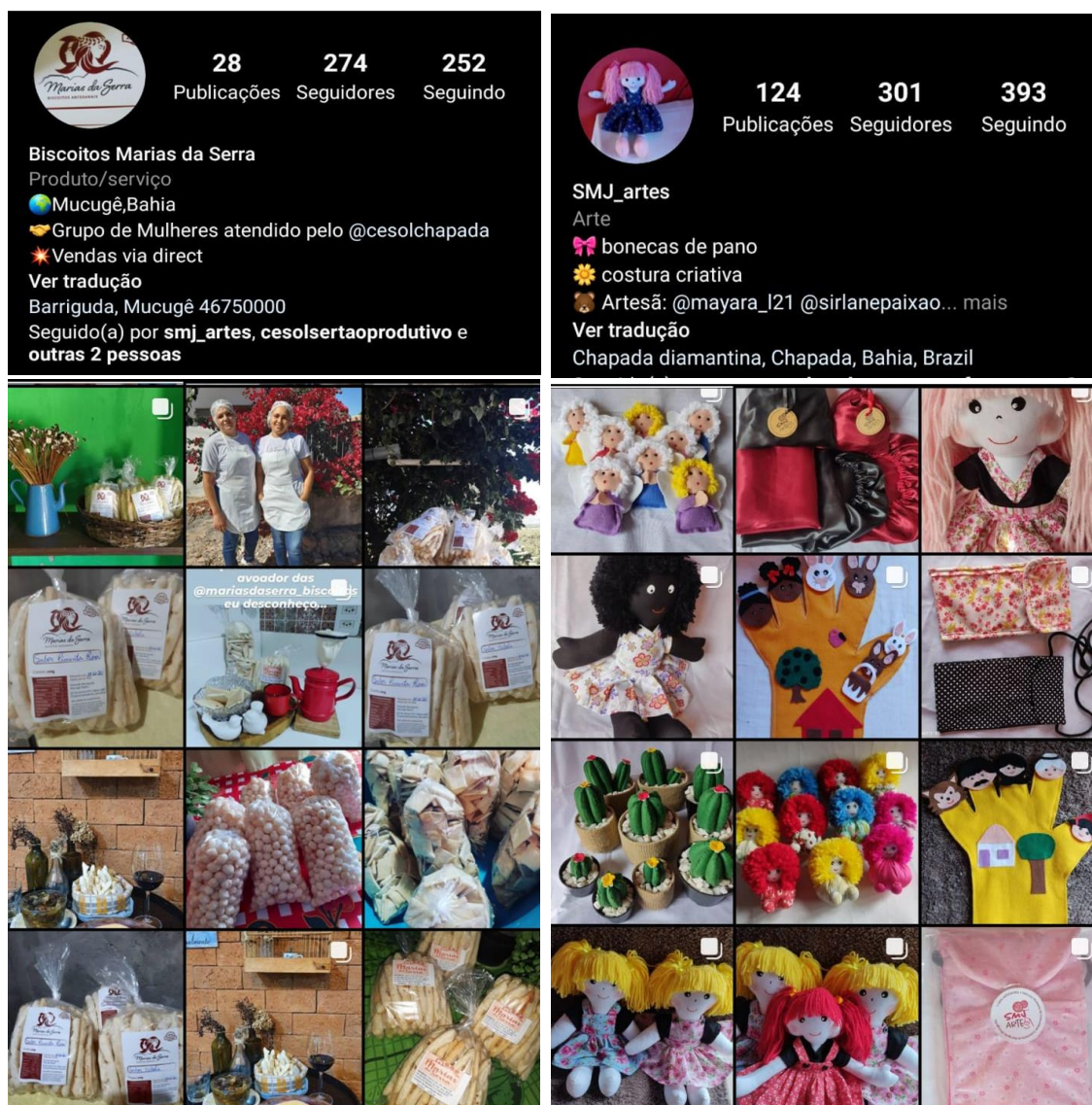
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Tanto o empreendimento de biscoitos artesanais, quanto o de costura criativa são desenvolvidos por mulheres jovens quilombolas. Embora o processo de digitalização⁹³ dos pequenos empreendimentos, sobretudo no meio rural seja permeado de problemáticas sociotécnicas, a inserção dos projetos nas redes sociais reverbera positivamente no êxito dessas iniciativas.

De acordo com Nierdele, Scheneider e Cassol (2021, p.16) “[...] A disseminação dos aparelhos celulares e o uso corriqueiro da internet permitiram com que a digitalização se tornasse um fato social que organiza múltiplas interações econômicas e culturais”. A criação das páginas nas redes sociais (Figura 42) configura-se como um relevante instrumento de divulgação e visibilidade para os bens produzidos no contexto das comunidades.

⁹³ De acordo com Nierdele, Scheneider e Cassol (2021, p.13) “[...] o termo digitalização para descrever processos sociotécnicos que envolvem o uso de tecnologias digitais na reestruturação de contextos sociais e institucionais”.

Figura 42 – Páginas dos empreendimentos na rede social Instagram.



Fonte: Adaptado do Instagram.

Essas iniciativas, elaboradas e desenvolvidas com o esforço de mulheres, podem ser vislumbradas como territorialidades de esperança, visto que alinham o saber-fazer aprendido no contexto territorial, vivido com o movimento de esperançar, ao propósito de gerar renda e contribuir para a melhora das condições de vida no território de existência, e consequentemente, dinamizar e socializar os fluxos socioeconômicos na escala local.

Somadas a essas iniciativas, sublinha-se a existência de eventos criados para dinamizar a economia e a cultura local. Entre esses eventos de caráter festivo, cultural, esportivo, destacam-se a Feira Literária de Mucugê (FLIGÊ), o desafio esportivo *Ultra Trail Chapada Diamantina* (UTCD), a Feira de Gastronomia e o Festival de Forró com encontro de sanfoneiros, representados nos encartes expostos na Figura 43.

Figura 43 -Alguns eventos que integram o calendário festivo criado em Mucugê.



Fonte: Assessoria de comunicação de Mucugê.

Em conversas com representantes do poder público e com pessoas envolvidas na realização desses eventos, foi enfatizado que a criação deles atendem a um claro propósito: criar a periodicidade, para suscitar a frequência dos turistas à Mucugê, com o objetivo de dinamizar a economia e manter a efervescência cultural da/na cidade, para além dos feriados e datas comemorativas tradicionais. Para além da dinamização da economia, os moradores locais, em conversas informais, têm-se mostrado satisfeitos com o calendário festivo, pois agrega novos elementos às tradições locais. Além disso, proporciona a geração de renda e novos postos de trabalho.

Aliada às outras estratégias e táticas de geração de renda e reprodução social (DE CERTEAU, 2013), considera-se que esses eventos devem ser valorizados, pois podem constituir-se em vitrines para que as comunidades rurais possam apresentar seus produtos, como artesanatos, alimentos e bebidas tradicionais para apreciação e comercialização do público. Para

tanto, é imprescindível o apoio logístico dos órgãos estatais, sobretudo com o transporte e infraestrutura para viabilizar uma maior participação das comunidades rurais nesses eventos, que, em sua maioria, acontecem na sede municipal.

Buscou-se, por meio dos itinerários de pesquisas em campo, mapear as diferentes territorialidades de esperança encontradas em Mucugê, que perfilam entre as dimensões da alimentação, da cultura, das tradições e das paisagens que compõem esse lugar. Nessa discussão, sublinha-se a geografia peculiar aos alimentos, que contém espacialidades plurais e demarcam territórios e modos de viver, visto que, como pondera Mendes (2021)

As experiências que marcam as escolhas, o preparo e o consumo dos alimentos dizem muito sobre a cultura local, regional e nacional. Dizem sobre homens e mulheres que cotidianamente produzem, comercializam, consomem e atribuem significados aos lugares. É nessa amplitude de significados que os alimentos podem ser considerados como suportes privilegiados de análise para a ciência geográfica, pois – além de essenciais para a reprodução da vida de homens e mulheres –, ao serem comercializados e consumidos, são transformados em territorialidades. Alimento, vida e espaço, portanto, se imbricam de forma visceral (MENDES, 2021, p.8).

Em face dessas relações (i)materiais que preenchem o campo, buscou-se, no mapeamento e debate em torno das territorialidades de esperança a relevância de práticas culturais e religiosas que são alicerces das tradições e da identidade territorial dos sujeitos sociais, que, em grande medida, associam-se também aos diálogos sobre os alimentos e suas conexões com o território.

Nesse contexto, destacam-se os ritos religiosos relacionados ao Jarê e ao catolicismo popular, além da permanência da orquestra filarmônica local, que, há mais de 100 anos, participa do calendário festivo local. Sublinha-se ainda a existência das belezas cênicas das paisagens que conformam os territórios desse município da Chapada Diamantina, que, apesar dos desequilíbrios ambientais provocados pelo agrohídronegócio, permanece resiliente com a exuberância das cachoeiras, mirantes e trilhas que atraem turistas e divertem moradores locais. O Mapa 8 apresenta a espacialização das territorialidades de esperança de Mucugê:

Mapa 8 – Espacialização das territorialidades de esperança no município de Mucugê.



Fonte: Débora Oliveira e Sônia Menezes, 2021.

Na leitura do mapa é possível vislumbrar espacialmente essas territorialidades de esperança, representadas pelos cultivos e produções agroecológicas de morango, banana, cana-de-açúcar, mandioca, arroz vermelho e ovos caipiras. Para além do alimento produzido, o modo de relacionar-se com a terra e com o trabalho que rege a produção agroecológica na agricultura familiar camponesa resiste à lógica capitalista.

Dos roçados e quintais, para as cozinhas, observa-se o encontro entre a ancestralidade e os novos saberes e fazeres na produção artesanal dos biscoitos, geleias e licores, além do trabalho coletivo nas casas de farinha. A ressignificação dos alimentos permite novas experiências ao paladar, tais como o *ketchup* de morango do sítio agroecológico ou os biscoitos derivados da mandioca, com sabor de alho, salsa e cebola, produzidos por mulheres quilombolas. Essas práticas sociais sedimentam o caminho do esperar nos territórios de vida e trabalho das comunidades.

As belezas cênicas das paisagens que conformam os territórios de Mucugê integram a identidade territorial e a memória social ali presente. Para além da apropriação simbólica da paisagem, ressalta-se também seu potencial econômico para a geração de renda entre os jovens das comunidades que trabalham como guias turísticos, uma vez que conhecem os caminhos, histórias e detalhes do território.

Apesar dos conflitos e controvérsias, a atividade turística pode ter repercussões positivas para a realidade local. A prática do turismo de base comunitária, aquela desenvolvida pelos sujeitos sociais que vivem e têm suas trajetórias de vida atreladas ao território, tal como ocorre no Vale do Pati, comunidade tradicional localizada na região central do PNCD é um exemplo disso, que pode ser replicado para outras comunidades locais que tem como central no modo de vida, a relação com a terra.

Na vila do Guiné, há o Beco do Guiné, que marca o início de uma das trilhas em direção ao Vale do Pati (Figura 44), percurso turístico internacionalmente aclamado como “o *trekking* mais bonito do Brasil”, que culmina em uma pequena comunidade que vive entre serras, mirantes e cachoeiras e sobrevive da hospedagem de turistas e do trabalho na terra.

Os povos patizeiros – formados por grupos familiares que permaneceram na comunidade do Pati – trabalharam ao longo da vida com pequenos roçados, cultivos e criações. Ainda que essa atividade esteja presente, o trabalho com o turismo de base comunitária tem tido relevância na geração de renda para os sujeitos sociais que residem no vale.

A fragilidade dos ecossistemas naturais que circundam a comunidade do Pati não permite que o fluxo de turistas em direção ao vale abarque um grande número de pessoas simultaneamente. Para que essa atividade experiencial e diferenciada de turismo possa

permanecer gerando renda à comunidade local, é necessário que, tanto os sujeitos sociais nativos, quanto aqueles que transitam no lugar estejam sempre sensíveis e atentos quanto aos cuidados e limites pertinentes à conservação desse ambiente e ao respeito à forma de existir das comunidades.

Figura 44 – Vale do Pati, 2019.



Fonte: Gentilmente cedida por Paulo José Fernandes, 2019.

Apesar dos atrativos naturais e da proximidade com o Vale do Pati, o turismo ainda é incipiente na vila de Guiné, que conta com pequenas pousadas e restaurantes. Uma moradora nativa de Guiné transformou a casa num hostel, na esperança de gerar alguma renda com o turismo na vila. Contudo, desabafou que sua iniciativa foi frustrada, pois segundo ela, “[...] a maioria do pessoal que vem visitar o Pati não se demora aqui na vila, quase não consome aqui. Vem de fora e vai direto para a trilha” (Entrevista realizada na vila de Guiné, em dezembro de 2019). É compreensível o ressentimento expresso na narrativa da entrevistada, pois ela, assim como muitos moradores, apenas observa o fluxo de pessoas estranhas ao/no seu lugar, sem se beneficiar economicamente disso em nenhum momento.

No interior da comunidade do Vale do Pati, acontece o turismo de base comunitária. De acordo com as entrevistas realizadas, as condições de hospedagem e alimentação são simples e acolhedoras, porém é consenso que os turistas frequentadores do Pati buscam experiências de realidades diferentes daquelas encontradas em roteiros turísticos tradicionais, com hotéis sofisticados e infraestrutura padronizada.

Os nativos ou patizeiros organizaram em suas casas as instalações para recepcionar os turistas. Não há eletricidade, com exceção de alguns pontos de energia solar, utilizados para eventos de emergência. Os dormitórios, sanitários e cozinhas das casas são compartilhados entre turistas e residentes. É importante ressaltar que inexistem vias de acesso automotivo para a comunidade. Por esse motivo, todos os objetos ali existentes foram transportados por pessoas ou com o apoio de animais.

É inegável que a experiência de vivenciar o Vale do Pati configura-se como um divisor de águas na vida das pessoas. Tal como afirma uma entrevistada: “Foi tudo muito desafiador, a caminhada longa, cerca de 50 km percorridos em três dias, a escuridão das caminhadas noturnas, às vezes com chuva. Lá se vive com muito pouco, faz a gente repensar nossos valores e a nossa realidade cotidiana” (Informação verbal⁹⁴).

Em face da evidente presença da atividade turística nesses territórios, Almeida (2003, p. 7), interrogou: “[...] como turistificar sem destruir as especificidades ambientais consideradas bens turísticos?”. A autora apresenta uma discussão pioneira na Geografia Cultural sobre a transformação lugar vivido em territórios do turismo, ainda que seja uma atividade turística não convencional.

Os desafios colocados ao turismo de base comunitária em localidades rurais do interior de Mucugê perpassam pela ausência e/ou incipiência de planejamento por parte do poder público, que deveria apoiar as iniciativas existentes e incentivar novas atividades, visto que se configura como uma territorialidade de esperança, pois, para que exista a atividade turística, faz-se necessário o ambiente em equilíbrio com as atividades humanas relacionadas a agricultura agroecológica, ao lazer e apreciação das belezas cênicas das paisagens, e à cultura e as tradições peculiares ao território e as comunidades que o preenchem de vida.

⁹⁴ Entrevista realizada em fevereiro de 2022.



Conclusão



6 CONCLUSÃO

O território é, antes de tudo, uma convivialidade.

Maria Geralda Almeida

Assim como esperar, pensar em utopias se configura como premissa máxima para vislumbrar futuros possíveis e alternativos à lógica predominante e avassaladora de mercado, que subjuga pessoas, tradições, saberes e fazeres e territórios em prol da acumulação capitalista. O território⁹⁵, lido como espaço de vida e convivialidade humana, como ensina a autora evocada em epígrafe, configura-se também como alternativa para pensar e construir, por meio da práxis, as re-existências frente às investidas do capital.

A persistência da agricultura familiar camponesa nos territórios dominados pelo agrohidronegócio em Mucugê é exemplar do movimento de criar cotidianamente territorialidades de esperança, visto que são práticas sociais contra-hegemônicas que contribuem para combater a invisibilidade constante das iniciativas de caráter social e coletivo, elaboradas, em geral, nas escalas locais, mas que, articuladas, podem compor transformações de grande escala na realidade das diversas comunidades.

As territorialidades de esperança encontradas em Mucugê estão pautadas na dimensão cultural da alimentação, com comidas tradicionais, repletas de valores simbólicos; nos saberes e fazeres voltados para o trabalho na terra, com a agroecologia e os cultivos tradicionais, e na cozinha, com as receitas de pratos típicos com ingredientes locais; na prática do artesanato e na resistência dos ritos religiosos ancestrais e endêmicos do território, como o Jarê e as liturgias do catolicismo popular que agregam as comunidades e produzem festividades.

Salienta-se que essas práticas sociais têm forte vinculação e dependência com o território, especialmente na dimensão política, intrínseca a essa categoria. Dessa forma, o território pode ser lido em sua plenitude de significações pluri-relacionais, com as matrizes materiais, identitárias e simbólicas que lhe dão conformidade. Sugere-se, nesse contexto, que a valorização das territorialidades de esperança deve ser legitimada no âmbito das distintas formações sociais que contribuem para as múltiplas identidades territoriais que se mesclam na realidade de Mucugê.

Desse modo, o Estado, como entidade política, tem como prerrogativa ontológica e razão de existir a obrigação de representar os interesses e viabilizar o bem-estar da sociedade

⁹⁵ A fotografia em destaque, que abre essa seção, é de autoria de Rui Rezende. O registro do saudoso Patizeiro Seu Duardo diante do Morro do Castelo foi gentilmente cedido pelo autor e compõe o livro fotográfico “Chapada Diamantina: um paraíso desconhecido”.

que o sustenta. Nessa direção, é imprescindível atuar ativamente em benefício da valorização dessas territorialidades de esperança, tão relevantes para a reprodução social e para a manutenção da existência desses sujeitos sociais nesse território, tendo em vista um projeto de desenvolvimento horizontal, abrangente e inclusivo, com referenciais bem definidos de justiça social e equilíbrio ambiental.

Contudo, tem se observado que os interesses pertinentes à lógica e à reprodução capitalista são privilegiadas em detrimento do bem-estar da sociedade em geral, e sobretudo dos grupos socialmente mais vulneráveis. Tal aspecto se multiplica em diversas escalas, e no âmbito local, mostra-se evidente por meio da dominação do agrohidronegócio no território local, atividade econômica que coloca em risco a prática da agricultura familiar camponesa e, conseqüentemente, as formas de viver e existir dos sujeitos sociais do campo e, por extensão, da cidade.

Em determinadas especificidades das práticas sociais denominadas territorialidades de esperança, sugere-se que, além da valorização na dimensão sociocultural, identitária e afetiva por parte da sociedade, que precisa ser empreendida também no âmbito econômico, por meio da intervenção, apoio e investimento dos órgãos estatais locais e do fortalecimento dos mercados curtos de comercialização e consumo local.

A aquisição dos biscoitos artesanais Marias da Serra, da comunidade Quilombola da Barriguda, para a alimentação escolar e demais repartições públicas, por exemplo, pode se constituir numa via para promover a integração dessas mulheres nos mercados institucionais. Tal estratégia poderá contribuir para a segurança alimentar nutricional, com a alimentação de qualidade nas escolas e demais órgão públicos atrelados à geração de renda e valorização dessa cultura alimentar na comunidade.

No que tange à prática da comercialização da agricultura familiar camponesa na feira, sugere-se um maior apoio logístico por parte dos poderes estatais locais, uma vez que ocasionalmente, o agricultor repassa o que produz para atravessadores no sítio, por não dispor de transporte para deslocar-se de suas unidades produtivas para a feira na cidade. Além disso, sugere-se a realização semanal ou mensal, a depender da disponibilidade dos agricultores e da produção, da feira da agricultura familiar camponesa específica dos produtores locais.

Os principais entraves à ampliação dessas iniciativas na esfera local estão relacionados à ausência de recursos financeiros e à capacidade de organização social ainda pouco desenvolvida nessas comunidades. É nesses pontos de fragilidade que o poder público local, representado pela prefeitura, poderá intervir com investimentos, capacitação e contratação de força de trabalho qualificada, nos aspectos humanos, técnicos e jurídicos para a captação de

recursos para o desenvolvimento desses projetos no âmbito dos editais de projetos produzidos pelas políticas estatais federais e estaduais, ou até mesmo de organismos internacionais de fomento a iniciativas de desenvolvimento local. Sabe-se que tais editais e recursos apresentam limitações, todavia ocupar esses espaços configura-se como etapa fundamental para o fortalecimento dessas territorialidades.

Com a valorização do que for produzido de forma agroecológica, por meio de campanhas publicitárias permanentes, de educação agroecológica, e parcerias entre os órgãos locais responsáveis pelos segmentos da agricultura, meio ambiente, educação e cultura para a promoção de campanhas de conscientização sobre a importância e necessidade da agroecologia para a alimentação da sociedade, inclusive com a participação da comunidade, em ocasiões em que agricultores possam visitar as escolas, e os estudantes, sobretudo, aqueles residentes das áreas urbanas, visitem os sítios que produzem de forma agroecológica.

Esse esforço coletivo e educativo de formação política e humana entre os estudantes do município será uma medida contra-hegemônica ao capital ali predominante, visto que diverge dos interesses dos poderes políticos locais e regionais que legitimam o falacioso discurso do desenvolvimento provocado pelo agrohidronegócio, que seduz a juventude rural com a promessa do salário que nem sempre se efetiva, ou que, quando ocorre, vem intrínseco a condições precarizadas de trabalho.

Propõe-se, nesse contexto, como desdobramento desta Tese, a elaboração de cartilhas didáticas e oficinas pedagógicas com os estudantes e demais membros da comunidade escolar para apoiar esses esforços de conscientização política em relação à valorização da soberania alimentar, das iniciativas agroecológicas locais e dos alimentos tradicionais do município.

Além disso, considera-se relevante refletir sobre o papel do sindicato dos trabalhadores rurais, para que esse possa, de fato, defender os interesses e necessidades das populações socialmente mais vulneráveis que trabalham e vivem da terra. A extrema concentração de terra e renda local evidencia a necessidade de reforma agrária, visto que algumas unidades produtivas da agricultura familiar camponesa são instaladas em áreas extremamente reduzidas, o que, em certos casos, inviabiliza a autonomia para a produção agrícola e as pequenas criações.

Com o fortalecimento do sindicato, que tem abrangência em todas as comunidades do município, é possível fomentar a distribuição de sementes crioulas de cultivos tradicionais como política pública acessível para todos os sujeitos envolvidos na agricultura familiar camponesa. Como contrapartida, os agricultores podem partilhar as sementes recebidas para a criação de vários bancos de sementes crioulas nas comunidades. Desse modo, poderia se

contrapor a lógica da revolução verde, que cria a dependência das sementes estéreis e geneticamente modificadas da indústria agroquímica.

Sugere-se a realização de intercâmbios entre as associações comunitárias rurais, que podem, de acordo com sua própria organização interna e autônoma, gerir os bancos de sementes para fortalecer os laços comunitários e recompor saberes e fazeres ancestrais na prática da agricultura e das pequenas criações. O investimento financeiro estatal para a realização dessa política pública seria pífio, diante de todas as benesses e incentivos fiscais concedidos às grandes empresas do agrohidronegócio local.

Em campo, verificou-se que uma das principais problemáticas associadas à realidade de quem produz na agricultura familiar camponesa é a desassistência técnica. Desse modo, sugere-se que os sujeitos e comunidades que sofrem com isso se organizem para pressionar o setor público para o cumprimento da legislação que versa sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, no âmbito federal, a Lei Nº12188/2010 e, na esfera estadual, a Lei Nº13272/2010. Faz-se necessário instrumentalizar as comunidades, com apoio jurídico, para fazer cumprir a lei de assistência técnica para viabilizar a produção.

Constatou-se a necessidade de um maior comprometimento por parte dos órgãos ambientais locais em relação à normatização e à fiscalização dos gastos de água nos reservatórios públicos, além da reestruturação da logística de abastecimento hídrico no meio rural, uma vez que muitas famílias estão desassistidas, têm a produção agrícola inviabilizada, e o abastecimento para as atividades domésticas é feita pelo programa água para todos, com as cisternas. Essa fiscalização deve se estender à aplicação dos agrotóxicos nas lavouras do agrohidronegócio.

A Prefeitura Municipal e as entidades públicas locais precisam se responsabilizar por essa fiscalização, com o propósito de garantir o uso e a distribuição adequada dos recursos hídricos locais, que, desde a implantação do agronegócio local, sempre foram abundantes para as grandes empresas e escassos para as comunidades. É preciso ter claro que o capital não tem comprometimento com o desenvolvimento social no município, é uma relação de exploração e conveniência. Por essa circunstância, não há motivos racionais para que disponha de prioridade e/ou privilégio no acesso aos recursos naturais locais, que deveriam ser instrumentalizados para a promoção do desenvolvimento e do bem-estar das pessoas que vivem no território.

Considera-se que a efetividade das sugestões aqui delineadas depende de uma visão de mundo comprometida com a sociedade, que, por meio da autonomia das populações e das pressões exercidas em relação ao Estado, pode viabilizar estratégias que contribuiriam para

amenizar as problemáticas vivenciadas em campo e sentidas cotidianamente pelos sujeitos sociais da agricultura familiar camponesa.

Tais transformações sociais não acontecem de forma repentina, trata-se de um esforço coletivo e processual difícil, porém necessário e urgente. Essa realidade faz lembrar daquele pensamento de Fernando Birri, eternizado por Eduardo Galeano, quando conclama: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ele se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais o alcançarei. Então, para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Consideramos o permanente inacabamento da realidade, lendo-a como um incessante por vir, uma possibilidade. Assim, propõe-se o debate sobre a valorização das territorialidades de esperança, criadas com o protagonismo das comunidades de Mucugê no movimento cotidiano de re-existir à dominação territorial e aos tensionamentos ambientais e socioeconômicos produzidos pelo agrohidronegócio.

A Geografia desvela os significados do ser/estar no mundo, ainda que o mundo seja, *a priori*, a realidade que se vivencia, o território que tem sentido para nós. É isso que motiva a aprender sempre, e a compreender a fluidez expressa nas constantes mudanças das coisas e do mundo, uma vez que, negar as possibilidades de transformação da realidade, é negar a própria história.

A conclusão da escrita da Tese se deu no contexto das vivências da 45ª Romaria da Terras e das Águas, evento realizado em Bom Jesus da Lapa - Bahia. Esse aspecto é simbólico, porque, quando pensamos em esperança/esperançar, compreendemos que a materialidade dessa ideia está na ação e na luta coletiva dos povos, que, movidos por diversas razões, como a fé, a coragem e a persistência, unem-se para a construção de realidades alternativas à política de morte estabelecida pela atual gestão no Brasil.

Como bem disse Guimarães Rosa: “É junto dos bão que a gente fica mió”. Percebi que, ao lado dos povos indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos e diversas outras comunidades que estão na linha de frente na re-existência às investidas do capital em seus territórios, que a criação e a valorização das territorialidades de esperança são urgentes e necessárias para viabilizar a existência e os diferentes os modos de viver.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista HEERA**, p. 63-85, 2009.
- ARAGÃO, I. R. Momentos e movimentos do sagrado em manifestações católicas de Sergipe. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. (Orgs.) **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: EDISE, 2015.
- ALIMONDA, H. Apontamentos sobre a historicidade dos sistemas agrícolas Latino-Americanos. In: **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. LEITE, S.P.; BRUNO, R. (Org). Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- ALMEIDA, M. G. de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 71-88.
- ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras sociais e identidades no território do complexo da usina hidrelétrica da Serra da Mesa-Brasil. In: **Visões do Brasil estudos culturais em geografia**. BARTHE-DELOIZY, F. ANGELO SERPA. (Org.). Salvador: EDUFBA e Edições L'Harmattan, 2012
- ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, n.2. 2005, p.103-114.
- ALMEIDA, M. G. Diáspora: viver entre território. E entre-culturas. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 175-216.
- ALMEIDA, M. G. **Geografia Cultural – um modo de ver**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018.
- ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- AMON, D; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008.
- AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 11, n. 21/22, 1999.
- ANTOGNAZZI, I. Una necesaria batalla de ideas: la disputa por la memoria en la historia del presente. In: ANTOGNAZZI, Irma; LOBATO, Luis A. (comp.) **História y memoria colectiva: dos polos de una unidad**. Rosário, Argentina: Editora UNR, 2006.
- BA DE VALOR. Mucugê é destaque nacional na produção de batata-inglesa. Disponível em: <https://badevalor.com.br/mucuge-e-destaque-nacional-na-producao-de-batata-inglesa/> . Acesso em: 06 de abril de 2022.

BANAGGIA, G. **As forças do jarê: movimento e criatividade na religião de matriz africana da Chapada Diamantina**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2013.

BANAGGIA, G.. Conexões Afroindígenas no Jarê da Chapada Diamantina. In 40º Encontro Anual da Anpocs. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, 2017, p. 123-133.

BARBOSA, M. A. G. **Viabilidade de investimento e análise de risco econômico em projetos de irrigação para produção de tomate no Agropolo Ibicoara-Mucugê, Bahia**. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Ecológicas. UFRB, Cruz das Almas, BA, 2015.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, n. 45, p.1-21, 2011.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BONNEMAISON, J; CAMBRÉZY, L. Le territoire, entre lien et frontière. In: BONNEMAISON, J; CAMBRÉZY, L, QUINTY-BOURGEOIS, L. **Le territoire, lien ou frontière?** Identités, conflits ethniques, enjeux entre compositions territoriales. Paris: Sorbonne: Éditions de l'Orstom, 1995. p. 16-17.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Ed. digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 1, n. 1, 2007.

BRANDAO, C. R. Os nomes do Trabalho. **Anuário Antropológico**, v. 10, n. 1, p. 107-137, 1986.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra: imaginários, sociabilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

BRASIL. Decreto de Criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D91655.htm. Acesso em: 13 de set. de 2017.

BRASIL. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. Regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.

BRITO, F. E. M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M. ; GIRALDO, L.A ; FRIEDRICH, K. ; BURIGO, A. C. (Org.) . **Dossiê ABRASCO um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 01. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2015. v. 01. 624p.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARVALHO, H. M. O camponês, guardião da agrobiodiversidade. **Boletim DATALUTA**, 2014.

CARVALHO, J. T.; OLIVEIRA, A. R. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 58, pp. 28-55 Mai.-Ago./2021.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERDAN, C. Políticas e instrumentos de valorização dos alimentos tradicionais: as indicações geográficas no Brasil. In: Menezes, S. S. M.; CRUZ, F.T. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 59-97.

CLAVAL, P. El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. n. 34, p. 21-39. 2002. Disponível em: <<http://age.ieg.csic.es/boletin.htm#34>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do estado e da sociedade civil**: o programa de aquisição de alimentos (paa), no Brasil e a rede farm to cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2016.

CONTRERAS, H. J.; ARNÁIZ, G. M. **Alimentación y cultura**. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

CORREIO DA BAHIA. 271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxicos; veja lista. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/271-cidades-da-bahia-tem-agua-contaminada-por-agrotoxicos-veja-lista/> . Acesso em: 03 de abr. de 2022.

CRUZ, F. T. da; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves et al. (Orgs). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007. p. 13-35.

CRUZ, F. T.; MENASCHE, R. Alimentos tradicionais, modos de vida e patrimônio cultural: uma reflexão a partir do Queijo Serrano. **Ateliê Geográfico** (UFG), v. 6, p. 28-51, 2012.

CUNHA, J. I. C.; SCHNEIDER, S. TICs, digitalização e comercialização em rede: o caso da rede Xique-Xique/RN. In: NIEDERLE, P. A. SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: a natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011[1952].

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1 Artes de fazer, 20 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DIAS, V. V.; RÉVILLION, J. P.; TALAMINI, E. Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.(Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DIAS, V. V.; RÉVILLION, J. P.; TALAMINI, E. Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.(Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DIEZ GARCIA, R. W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, 2003.

DI MÉO, G. Une géographie sociale. **Cybergeog**: Jornal Europeu de Geografia [Online], Les 20 ans de Cybergeog, publicado em 18 de agosto de 2016. Acesso em maio de 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cybergeog/27761>>

DOURADO, J. A. L. **Das terras do Sem Fim aos Territórios do Agrohídronegócio**: conflitos por terra e água no vale do São Francisco. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 7-143.

FAVARETO, A (Org.) **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: FLOR, F. H.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (eds.). **Agriculturas campesinas em Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 19–34.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. **Anais do XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, Washington, 2001b.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro**. El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, v. 421, 1995.

FONTES, V. **O Brasil e o capita-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV: Editora UFRJ, 2010.

FREIRE, F. **História Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro, vol 1, 1906.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança. In: FREIRE, Paulo (Org.). **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 21-272.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1991.

GIUDICE, D. S. **Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina - Bahia**. Tese de Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2011.

GIUDICE, D.S.; SOUZA, R.M. e. A Importância da atividade turística no desenvolvimento local: o caso da Chapada Diamantina - Bahia. **Revista de Investigación y desarrollo local – TURyDES**, (Universidad de Malaga), ano 7, v.3, abr. 2010. Malaga/Espanha.

GONÇALVES, N. C. **O fogo não está morto: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2011.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus** – revista de estudos interdisciplinares em memória social, v. 7, n. 13, 2008.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GOTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012 [1975]. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo.

GUANAES, S. A. **“Meu Quintal não é Parque!”** Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

GERMANI, G. I. **Expropriados:** terra e água: o conflito de Itaipu. Editora da ULBRA, 2003.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997

HAESBAERT, R. As armadilhas do território. In: SILVA, J. B. da; SILVA, C. N. M. da; DANTAS, E. W. C. (org.). **Território, modo de pensar e usar.** Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-41.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al (Orgs.) **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z. & CORREA, R. L **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p.169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais (Vol. 93). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HISSA, C. E. V. Fronteiras entre ciência e saberes locais. **Revista Geografias**, v. 6, n. 1, p. 57-69, 2010.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano II, nº 3, jul./dez. 1997. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_6_holzer.pdf. Acesso em: 21 de dez. de 2018.

HOLZER, W. Memórias de viajantes: paisagens e lugares de um novo mundo. **GEographia**. Niterói, ano 2, n. 3, p. 111-122. 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/32/30>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas das Representações Literárias Brasileiras**, 2006. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=232425>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2921906#/S/Q>. Acesso em 01 de dez. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agropecuário. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2921906#/S/Q>. Acesso em 28 de nov. de 2019.

JESUS, D. S. S. **Garimpo de silêncios**: experiências do trabalho de mulheres nas lavras diamantinas (Igaratu/Andaraí-BA, décadas de 1930 a 1970). Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

JOSEPH, D. **Agregação de valor nutricional e sensorial em rapaduras artesanais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.

LÉDA, R. L. M. **Políticas públicas e territorialização do desenvolvimento turístico na Bahia**: o caso da Chapada Diamantina. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

LOWENTHAL, D. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 28-46, nov, 1998.

MARANDOLA JR, E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer Geográfico Humanista na Geografia Contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 49-64, 2013.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 1ª reimpressão.. São Paulo: Contexto, 2013.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974, v. 02 p. 49-209.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições; 2018.

MENASCHE, R. Comida como patrimônio: pontuando o debate. In: Menezes, S. S. M.; CRUZ, F.T. **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

MENDES, G. F. **Sertão se traz na alma?** território/lugar, memória e representações sociais. Tese de Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

MENDES, G. F. Prefácio. In: MENEZES, S.S. M. et al.(Org.) **Geografia dos Alimentos:** territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

MENEZES, S. S. M. Comida de ontem, comida de hoje. O que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas? **OLAM – Ciência e Tecnologia** –, Ano 13, v. 1, n. 2, p.31-58, jul/dez. 2013.

MENEZES, S. S. M. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo.** Tese de Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

MENEZES, S. M de .S.Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 8, n. 2, ago/2014, p.274-289.

MENEZES, S. S.M.; CRUZ, F.T (Org.). **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo.** São Cristóvão, UFS, 2017.

MENEZES, S. S. M.; ALMEIDA, M. G. Pamonha, alimento identitário e territorialidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, dez. 2020. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e20002>>. Acesso em: 25 nov. 2021. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2021.e20002>.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agrohídronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. Anais... Salvador, 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano.** Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H.; SÁ, T. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006.**PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 18, n. 3, 2017.

MOTTA, M. M. M. "Terra, Nação e Tradições Inventadas (uma outra abordagem da Lei de Terras de 1850) ". In: MOTTA, M.; MENDONÇA, S. (Org.). **Nação e Poder:** as dimensões da história. Niterói, RJ: Eduff, 1998,

MONTANARI, M. **Comida como cultura.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MORAES, W. de. **Jagunços e Heróis**. A Civilização do Diamante nas Lavras Diamantina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1963.

MOTA, D. M.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, MEL. Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero. **Embrapa Amazônia Oriental-Livro científico (ALICE)**, 2021.

NASCIMENTO, M. M. **Comunidades nativas e áreas de preservação**: tensões entre políticas ambientais e o uso do território no Parque Nacional da Chapada Diamantina. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NIEDERLE, P. A. SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Mercados alimentares digitais**: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma interpretação fenomenológica na geografia. In: Silva, Aldo A. Dantas. Galeano, Alex (Orgs.). **Geografia, ciência do complexus**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NOLASCO, M. C. **Registros geológicos gerados pelo garimpo**, Lavras Diamantinas – Bahia. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em Geociências, Porto Alegre, RS : [s.n.], 2002.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, A.U. de; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Orgs.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, A.U. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A.U. **Barbárie e modernidade**: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n.21, p.113-156, 2º sem. 2003.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p.

OLIVEIRA, D. P. A. **A memória no curso das águas**: paisagens e representações na bacia do Rio Coisa Boa, Chapada Diamantina – Bahia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018

PAULINO, E. T. A geografia agrária e a questão agrária In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p

PAULINO, E. T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: **Geografia Agrária: teoria e poder** FERNANDES, B.M. ; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J. C (orgs.) São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

PETERSEN, P. Prefácio. In: CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M. ; GIRALDO, L.A ; FRIEDRICH, K. ; BURIGO, A. C. (Org.) . **Dossiê ABRASCO um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 01. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2015. v. 01. 624p.

PIGNATI, W. A. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3281-3293, 2017.

PINA, M. C. D. **Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas , século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PLOEG, J. D. V. Ensinaamentos para o futuro. **CEP**, v. 22270, p. 070.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro**. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2007

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CHAGAS, SB das. Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina–BA. **Documento de trabalho, inédito**, 2018.

PREISS P. V, SCHNEIDER, S. Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional. In: PREISS P. V. SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (Orgs.) **A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável** [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020, p. 170-190.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997.

QUEIROZ, G.A.; MENEZES, S. S. M. Feira livre: tem alimento fresco, tem, mas tem comida também. In: MENEZES, S.S. M. et al.(Org.) **Geografia dos Alimentos: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

RAFFESTIN, C. Immagini e IdentitàTerritoriali. In: Giuseppe Dematteis, Fiorenzo Ferlaino. **Il Mondo e i Luoghi: Geografie de lleIdentità e del Cambiamento**. Torino-Itália: Istituto di Ricerche Economico-Sociali del Piemonte, 2003. p. 3-12

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGOTTO, R. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. (Org). Co-edição com a Expressão Popular. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, R. M; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S475-S485, 2007.

RIGOTTO, R. M; MARINHO, A. M. C. P.; ELLERY, A. E. L.; SAMPAIO, J. L. F.; TUPINAMBÁ, S. V. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas – Conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI A. e LASCHEFSKI K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 148-173.

ROSENDAHL, Z. **Geografia e Religião**: Uma Proposta. Espaço e Cultura, 1, p. 45-74, 1995.

ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: Uma Perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In Z. ROSENDAHL e R.L. CORRÊA (Org.) **Geografia: Temas sobre Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2005.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALES, H. **Cascalho**. 3.^a edição revista e ilustrada. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1956.

SALES, H. **Além dos Marimbus**. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
Cascalho. 6^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SAMPAIO, T. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. Companhia das Letras, 2002.

SAMPAIO, A. V. O. **Apreensão da paisagem a partir do turismo na Chapada Diamantina – Bahia**. Dissertação de mestrado em Geografia. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

SANTANA, G. H. S.; CHELOTTI, M. C. Expressões sobre a Indicação Geográfica do café da região do Cerrado Mineiro. In: MENEZES, S.S. M. et al.(Org.) **Geografia dos Alimentos**: territorialidades, identidades e valorização dos saberes e fazeres. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SANTILLI, J. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, p. 457-475, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, A. R. A espacialidade das ações políticas do Estado: o público e o privado na reprodução do patrimonialismo em Sergipe. In: RAMOS FILHO, E. et al (Orgs). **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

SAUER, O. C. A educação de um geógrafo. **Revista GEOgraphia** – Ano. II– n.4 –2000.

SENNA, R. de S. **Garimpo e religião na Chapada Diamantina**: um estudo do jarê variante regional do sincretismo candomblé de caboclo-umbanda. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.

SENNA, R. de S. **Jarê**: manifestação religiosa na Chapada Diamantina. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: RS Ed. UFRGS, 2003.

SCHMIDT, M.L.G; GODINHO, P.H. Um breve estudo acerca do cotidiano do trabalho de produtores rurais: intoxicações por agrotóxicos e subnotificação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 31, n. 113, p. 27-40, 2006.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, V. **Quién realmente alimenta al mundo**: el fracasso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecologia. Madrid: Capitan Swing, 2016.

SILVA, R.T. C. **Caminhos e descaminhos da abolição**. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese (Doutorado em História) UFPR/SCHLA, Curitiba, 2007.

SILVA, D. T.; REZENDE, A. A.; SILVA, M. S. A Coopama e a Cadeia de Produção da Cachaça Baiana “Abaíra”. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 2, p. 241-265, 2018.

SILVA, A. da; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. de. A agricultura familiar nos dados do censo agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed.D.Dossie, p. 7–37, 2022. DOI: 10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3904. Disponível em: <http://54.205.230.206/index.php/drd/article/view/3904>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILVA, J. N. G. **Territórios Queijeiros: Tradição e Ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas**. Tese de Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

SILVA, M. C. E. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**. Belo Horizonte, n.03(1) 46-63 janeiro-junho de 2007.

SILVA, E. B.; M. M. O. SOUZA. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. In: MARAFON, G. F.; CHELOTTI, M. C.; PESSOA, V. L. S.; (Org). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020.

SOUZA, C. V, **A Pátria Geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro, Goiânia: UFG, 1997.

SZINWELSKI, N.K.; GRAHL, F.; FILLIPE, C.; TEO, C. R. P. A.; GALLINA, L. S. Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Renda e Organização de Agricultores Familiares. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, p. 221-239, 2016.

RIGONATO, V. D. **Por uma geografia de/em transição**: r-existência e (re) habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

TAVARES, A. S. **Geograficidades, urbanidades rurais e campesinidade no modo de vida dos moradores da comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia (Parintins/AM)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos).2009. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território**: revista de geografia agrária, 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017.

THOMAZ, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator** (Fortaleza), v. 16, 2018.

TONACCA, L. D. S.; RAMIREZ, C. A .D.; GRÜEBLER, C. J. K;. Cadeias curtas: experiências e oportunidades no Chile e em outros países da América Latina. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.(Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

VASILE, M.; CRUZ, F. T. Construção de identidade, capacitação mútua e negociação política em uma feira de agricultores/as: o caso da feira ecológica do Menino Deus em Porto Alegre/RS. In: MENEZES, S.S.M.; ALMEIDA, M. G. (Orgs.). **Vamos às feiras?** Cultura e ressignificação dos circuitos curtos. Aracaju: Criação Editora, 2021.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Centro Cultural Poveda, Proyecto Comunicación y Didáctica, 2003.

VIEIRA JÚNIOR, I. **Torto Arado**. Alfragide: Leya, 2018.

VITROLLES, D. When geographical indication conflicts with food heritage protection. The case of Serrano cheese from Rio Grande do Sul, Brazil. **Anthropology of Food**, n. 8, 2011. Disponível em: <http://aof.revues.org/index6809.html>. Acesso em: 15 mar 2022.

WANDERLEY, M. N. B; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, p. 413-473, 2013.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec/EDUNB. 1995.

WOORTMANN, E. F. A comida como linguagem. **Revista Habitus** - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2013, 11.1: 5-17.

WOORTMANN, E. F. Memória alimentar: prescrições e proscricções. In: WOORTMANN, E; CAVINAC, J. **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EdUFRN, 2016.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, Klaus. **O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília. Ed. UNB. 1997.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, 87. 1990.

271 cidades da Bahia têm água contaminada por agrotóxicos; veja lista: Mucugê, São Félix do Coribe, Camaçari e Itapetinga são as mais críticas; Embasa nega contaminação. **Correio da Bahia**, 2019. Acesso em: 05 maio de 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/271-cidades-da-bahia-tem-agua-contaminada-por-agrotoxicos-veja-lista/>

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO 1 - ENTREVISTA COM OS SUJEITOS SOCIAIS DO CAMPO

I. Perfil do entrevistado

Nome:(opcional):_____

Sexo: () M () F Profissão (Fonte de renda familiar):_____ Idade:_____

Escolaridade:

() Não alfabetizado

() Ensino Fundamental – () incompleto () completo

() Ensino Médio () incompleto () completo

() Ensino Superior – () incompleto () completo () Pós-graduação – Área: _____

II. Aspectos relacionados ao local de moradia

() Cidade _____ Bairro _____

() Distrito _____ () Povoado _____ Fazenda _____

Como adquiriu a propriedade? () Herança () Compra () Outros
(quais) _____

Caso more no campo, qual o tamanho da propriedade? _____

Há quanto tempo mora neste lugar? _____ anos.

De onde veio? _____ () Zona rural () Zona urbana

Onde nasceu? _____ () Zona rural () Zona urbana

Sua família também mora neste lugar? () Sim () Não - Quantas pessoas moram com você? _____

1. Fale sobre a sua vida e o trabalho no campo.

2. Como aprendeu a trabalhar na terra? E sempre trabalhou do mesmo jeito? O que e por que mudou?

3. Lembra de alguns saberes dos seus pais, parentes e conhecidos que ainda utiliza na lida no campo (na agricultura, na produção de alimentos, na prevenção de doenças, na cura de enfermidades, na previsão do tempo: chuva, secas)?

4. O que é produzido na terra? Tem algum alimento que vocês cultivavam e atualmente deixaram de cultivar?

5. Utiliza algum produto para combater pragas ou adubar a plantação? Qual/is? Como aprendeu a usar e quem indicou?

6. Como faz para que a produção chegue ao mercado? Tem outras fontes de renda? (aposentadoria, bolsa família, pensão, vende a força de trabalho/diarista)

6. A sua família pensa em permanecer no campo? Por quê?

7. O que você pensa sobre as grandes fazendas e as novas formas de cultivo praticadas em Mucugê?

8. Quais festas e tradições fazem parte da história de sua família e/ou comunidade?

10. Quais alimentos vocês consumiam no passado? E atualmente? O que mudou? Quais alimentos não são consumidos na atualidade? Por quê?

11. Você percebeu transformações ao longo da sua vida nessa comunidade rural?

13- Quais foram as dificuldades que encontrou aqui, e quais as estratégias criadas para continuar vivendo nesse lugar?

14- Quais programas sociais os agricultores são beneficiados?(bolsa família, cisternas... outros)

14. Se pudesse resumir em uma palavra, o que significa viver aqui?

Obs: _____

APÊNDICE B
ROTEIRO 2 - ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Universidade Federal de Sergipe - UFS
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGE
 Terra, território e vida: geografidades nos espaços rurais de Mucugê – Chapada Diamantina,
 Bahia

Autora: Débora Paula de Andrade Oliveira / Orientadora: Prof^a. D. Sc. Sônia de Souza
 Mendonça Menezes

I. Perfil do entrevistado

Nome: (opcional): _____

Sexo: () M () F Profissão (Fonte de renda familiar): _____

Idade: _____

Escolaridade:

() Não alfabetizado

() Ensino Fundamental – () incompleto () completo

() Ensino Médio () incompleto () completo

() Ensino Superior – () incompleto () completo () Pós-graduação – Área: _____

II. Questões relacionadas aos espaços rurais

1. Quais são os tipos de agricultura existentes em Mucugê? E quais transformações você observou no espaço rural nos últimos 20 anos?

2. Quais são os produtos agropecuários provenientes dos espaços rurais de Mucugê? O que é produzido pelos pequenos agricultores familiares camponeses? E pelas grandes fazendas? Qual o destino dessa produção?

3. As atividades desenvolvidas no campo têm relação com a identidade do município?

4. Quais são os desafios enfrentados pela agricultura familiar em Mucugê na atualidade?

5. Na sua opinião, existe conflito entre a agricultura familiar camponesa e o agrohidronegócio? Por quê? Qual a natureza desses conflitos?

6. De onde vêm os produtos da alimentação escolar do município?

7- Quais são os projetos da PMM direcionados à valorização dos produtos da agricultura familiar camponesa??

8-Existe algum projeto da PMM vinculado ao agronegócio? Especifique?

APÊNDICE C
ROTEIRO 3 - ENTREVISTA COM LEITORES ESPECIAIS DO TERRITÓRIO

Universidade Federal de Sergipe - UFS
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo
 Pesquisa para a Tese: Terra, território e vida: geograficidade nos espaços rurais de Mucugê –
 Chapada Diamantina, Bahia
 Autora: Débora Paula de Andrade Oliveira
 Orientadora: Prof^a. D. Sc. Sônia de Souza Mendonça Menezes

I. Perfil do entrevistado

Nome: (opcional): _____

Sexo: () M () F

Idade: _____

Profissão (Fonte de renda familiar): _____

Cargo: _____

Escolaridade:

() Não alfabetizado

() Ensino Fundamental incompleto - Cursou até a _____ série

() Ensino Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto – Cursou até a _____ série

() Ensino Médio completo

() Ensino Superior incompleto

() Ensino Superior completo – Curso: _____

() Pós-graduação – Área: _____

II . Questões sobre a relação do entrevistado com a realidade local

1. Fale sobre você e sobre a trajetória de sua família no município de Mucugê.

2. O que te motivou a pesquisar sobre a história de Mucugê?

3. O que você considera relevante na cultura e na identidade local?

4. Comente sobre a forma como você percebe as influências do garimpo na sociedade mucugeense.

5. O que você sabe sobre a chegada do agronegócio no município?

6. Gostaria de acrescentar alguma informação adicional?

APÊNDICE D
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a), _____

O (a) Sr (a). está sendo convidado a participar da pesquisa: “Terra, território e vida: geograficidades nos espaços rurais de Mucugê – Chapada Diamantina, Bahia” que tem por objetivo compreender as transformações decorrentes da expansão da fronteira agrícola em Mucugê e seus reflexos na identidade territorial e no modo de vida dos agricultores familiares camponeses. Os riscos com essa pesquisa são mínimos, sendo que o Sr. pode se sentir DESCONFORTÁVEL EM RESPONDER ALGUMA PERGUNTA, tem a liberdade de não responder ou de interromper a ENTREVISTA em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu atendimento. O Sr. tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista/coleta de dados, sem qualquer prejuízo. Está assegurada a garantia do sigilo das suas informações. O Sr. não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa o Sr. poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo: Débora Paula de Andrade Oliveira, que pode ser localizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe pelo e-mail deborapaulageografia@gmail.com. Este termo será assinado em duas vias, pelo senhor e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder.

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito do que li ou foi lido para mim, sobre a pesquisa: "Terra, território e vida: geograficidades nos espaços rurais de Mucugê – Chapada Diamantina, Bahia". Discuti com a pesquisadora Débora Paula de Andrade Oliveira, matriculada sob o registro 201811005626, responsável pela pesquisa, sobre minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros para mim os propósitos do estudo, os procedimentos, garantias de sigilo, de esclarecimentos permanentes e isenção de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____/____/____

Assinatura do entrevistado

Declaro que obtive, de forma apropriada e voluntária, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado para a sua participação neste estudo.

_____/____/____

Assinatura do responsável pelo estudo.

Telefone para contato: 77 98153 7111 / E-mail: deborapaulageografia@gmail.com